



**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

# **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

## **1ª REVISÃO**

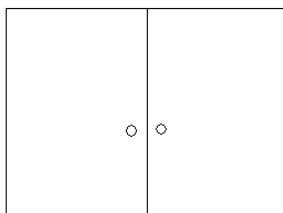
---

**Volume II tomo VI**

**Estudos de Caracterização**

**RELATÓRIO**

**Agosto 2023**



DOCUMENTO PREPARADO PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	Versão inicial	Abril 2021
A	De acordo com comentários dos serviços técnicos da CMB	Junho 2021
B	De acordo com comentários da Comissão Consultiva	Dezembro 2021
C	De acordo com ata da RP	Dezembro 2021
D	De acordo com a ATA da 1ª reunião plenária	Outubro 2022
E	De acordo com a ATA da Conferencia procedimental	Agosto 2023

#### Coordenação de Equipa:

CM de Belmonte                      Carlos Simões, Eng. Civil  
Proengel, Lda                         Marta Falcão, Arquiteta urbanista

#### Coordenação setorial (Proengel, Lda)

Sistema Urbano – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Patrimonial – Marta Falcão, Arquiteta urbanista

Sistema Socioeconómico - Ana Preto, Geógrafa

Sistema Biofísico - Ana Sofia Dias, Arquiteta Paisagista

Ambiente – Helena Nascimento, Engenheira do Ambiente

Infraestruturas territoriais e urbanas - Margarida Maceira, Engenheira Civil

Riscos – António Flor, Engenheiro Civil

Apoio jurídico – Andreia Almeida, Jurista

## ÍNDICE DE VOLUMES

Volume I – Relatório

Volume II – Anexos e cartogramas

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. CARTOGRAFIA</b> .....	<b>11</b>
<b>3. REVISÃO DO PLANO - OPORTUNIDADES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>12</b>
<b>4. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PDM EM VIGOR</b> .....	<b>14</b>
<b>5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE ÂMBITO REGIONAL E LOCAL</b> .....	<b>14</b>
<b>6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA</b> .....	<b>17</b>
<b>7. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>17</b>
7.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL .....	17
7.2. DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO CONCELHO .....	18
<b>8. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA</b> .....	<b>19</b>
8.1. CRONOLOGIA .....	19
8.2. COMUNIDADE JUDAICA DE BELMONTE .....	23
<b>9. GESTÃO TERRITORIAL</b> .....	<b>24</b>
9.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL .....	24
9.2. PNPOT .....	25
9.3. ENQUADRAMENTO NA PROPOSTA DE PROT C.....	28
9.4. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA .....	30
9.5. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS .....	31
9.6. CARTA EDUCATIVA .....	31
9.7. PLANOS DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL .....	31
<b>10. PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO URBANA E DE HABITAÇÃO</b> .....	<b>35</b>
10.1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA.....	35
10.2. PROGRAMAS NA ÁREA HABITACIONAL .....	37
<b>11. POPULAÇÃO</b> .....	<b>38</b>
11.1. DIMENSÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA .....	38
11.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE .....	45
11.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO APÓS 2011 .....	48
11.4. MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO .....	53
11.5. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO ATÉ 2050 .....	57

11.6.	NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE .....	59
11.7.	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO .....	63
<b>12.</b>	<b>SETOR ECONÓMICO .....</b>	<b>64</b>
12.1.	POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA: SETORES DE ATIVIDADE E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO .....	64
12.2.	SETOR EMPRESARIAL.....	67
12.3.	TERRITÓRIO .....	69
12.4.	SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) .....	70
12.5.	FORMA DE EXPLORAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR E TIPO DE CONTABILIDADE .....	75
12.6.	ATIVIDADE TURÍSTICA .....	76
12.6.1.	<i>Oferta de Alojamento Turístico</i> .....	78
<b>13.</b>	<b>SISTEMA BIOFÍSICO .....</b>	<b>81</b>
13.1.	INTRODUÇÃO .....	81
13.2.	RELEVO.....	82
13.2.1.	<i>Hipsometria</i> .....	83
13.2.2.	<i>Linhas fundamentais do relevo</i> .....	84
13.2.3.	<i>Declives</i> .....	85
13.2.4.	<i>Vertentes</i> .....	86
13.2.5.	<i>Síntese fisiográfica ou morfológica</i> .....	87
13.3.	CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA .....	87
13.3.1.	<i>Temperatura</i> .....	89
13.3.2.	<i>Precipitação</i> .....	90
13.3.3.	<i>Humidade relativa do ar</i> .....	92
13.3.4.	<i>Ventos</i> .....	93
13.3.5.	<i>Alterações Climáticas</i> .....	95
13.4.	CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA .....	99
13.4.1.	<i>Geomorfologia</i> .....	100
13.4.2.	<i>Litostratigrafia</i> .....	101
13.4.3.	<i>Recursos geológicos</i> .....	103
13.4.4.	<i>Gás radão</i> .....	105
13.5.	RECURSOS HIDRÍCOS.....	106
13.5.1.	<i>ÁGUAS SUPERFICIAIS</i> .....	106
13.5.1.1.	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E DAS RIBEIRAS DO OESTE (RH5).....	107
13.5.1.2.	REDE HIDROGRÁFICA.....	110
13.5.2.	<i>ÁGUAS SUBTERRÂNEAS</i> .....	112
13.5.3.	<i>SOLOS</i> .....	113
13.5.4.	<i>PERIGOS E RISCOS</i> .....	117
13.5.4.1.	CHEIAS E ZONA INUNDÁVEIS.....	117
13.5.4.2.	POLUIÇÃO.....	117
13.6.	CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM.....	119
13.7.	FLORA E FAUNA.....	123
13.7.1.	<i>Flora e Vegetação</i> .....	123
13.7.1.1.	Distribuição das Formações Vegetais .....	124
13.7.1.2.	Análise Fisionómica .....	129
13.7.2.	<i>Fauna</i> .....	129
13.7.2.1.	Metodologia .....	129
13.7.2.2.	Caracterização da Área de Estudo .....	133
13.7.2.3.	Fauna Terrestre .....	134
13.8.	HABITATS .....	136
13.9.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	138

13.9.1.	Abordagem geral .....	138
13.9.2.	Agricultura .....	140
13.9.3.	Floresta .....	147
13.9.4.	Territórios Artificializados .....	149
13.9.5.	Zona de Caça (Associativa, Turística, Municipal e Nacional) e Pesca .....	150
13.10.	APTIDÃO DO TERRITÓRIO.....	151
13.10.1.	Aptidão Agrícola .....	151
13.10.2.	Aptidão Florestal.....	153
13.10.1.	Aptidão à Edificação .....	155
13.11.	ESTRUTURA ECOLÓGICA .....	155
13.11.1.	Enquadramento no PNPOP – sistema natural .....	155
13.11.2.	Enquadramento na proposta do PROT C .....	157
13.11.3.	Estrutura Ecológica Municipal .....	158
13.11.4.	Componentes .....	161
13.11.4.1.	Principais Linhas de Água e Ecossistemas Ripícolas .....	161
13.11.4.2.	Matos e Bosques .....	162
13.11.4.3.	Cortinas Arbóreas e Sebes de Compartimentação .....	163
13.11.4.4.	Espaços Verdes Urbanos .....	164
13.12.	RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL .....	166
13.13.	RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL .....	167
13.14.	PROF DO CENTRO INTERIOR.....	167
13.15.	SÍNTESE .....	169
13.16.	ORIENTAÇÕES PARA O ORDENAMENTO .....	170
<b>14.</b>	<b>SISTEMA URBANO.....</b>	<b>171</b>
14.1.	INTRODUÇÃO .....	171
14.2.	DINÂMICA TERRITORIAL.....	172
14.3.	CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS .....	175
14.4.	ESTRUTURA URBANA .....	176
14.4.1.	União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre .....	178
14.4.1.1.	Belmonte e Ginjal .....	178
14.4.1.2.	Quinta das Pereiras I e II.....	183
14.4.1.3.	Belmonte Gare .....	184
14.4.1.4.	Gaia .....	187
14.4.1.5.	Quinta do Rio.....	189
14.4.1.6.	Quinta Branca.....	190
14.4.1.7.	Laje do Tostão .....	190
14.4.1.8.	Colmeal da Torre + Catraia da Torre.....	191
14.4.1.9.	Quinta da Jardina .....	194
14.4.1.10.	Quinta da Lajinha .....	195
14.4.2.	Freguesia de Caria.....	196
14.4.2.1.	Caria (Estrelado + Pinho Manso + Bairro de Santo António) .....	196
14.4.2.2.	Caria Gare e Catraia de Caria.....	198
14.4.2.3.	Vale das Casinhas .....	200
14.4.2.4.	Malpique .....	201
14.4.2.5.	Monte do Bispo .....	203
14.4.2.6.	Santo Antão .....	205
14.4.2.7.	Bairro de São Vicente .....	206
14.4.3.	Freguesia de Maçainhas .....	207
14.4.3.1.	Maçainhas .....	208
14.4.3.2.	Zona da Quinta da Fontinha (Pessegueiro) .....	210
14.4.3.3.	Lugar entre Maçainhas e Maçainhas Apeadeiro .....	211
14.4.3.4.	MAÇAINHAS Apeadeiro .....	213

14.4.3.5.	Quinta Cimeira .....	214
14.4.3.6.	Quinta do Meio .....	216
14.4.3.7.	Quinta do Monte.....	217
14.4.3.8.	Horta da Pimenta .....	218
<b>14.4.4.</b>	<b>Freguesia de Inguias .....</b>	<b>218</b>
14.4.4.1.	Inguias .....	219
14.4.4.2.	Carvalhal Formoso.....	221
14.4.4.3.	Olas.....	223
14.4.4.4.	Trigais .....	225
14.4.4.5.	Quinta do Chão da Ribeira.....	226
<b>14.5.</b>	<b>HIERARQUIA URBANA .....</b>	<b>227</b>
<b>14.6.</b>	<b>EVOLUÇÃO DA GESTÃO URBANÍSTICA .....</b>	<b>229</b>
<b>14.7.</b>	<b>CAPACIDADE DE CARGA DOS PERÍMETROS URBANOS.....</b>	<b>230</b>
<b>14.8.</b>	<b>ZONAS URBANAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>232</b>
<b>14.9.</b>	<b>PRESSÃO URBANÍSTICA.....</b>	<b>233</b>
14.9.1.	<i>Intenções e compromissos .....</i>	<i>233</i>
14.9.2.	<i>Mercado imobiliário.....</i>	<i>233</i>
<b>14.10.</b>	<b>HABITAÇÃO .....</b>	<b>234</b>
14.10.1.	<i>Alojamentos.....</i>	<i>235</i>
14.10.2.	<i>Levantamento das necessidades de realojamento habitacional .....</i>	<i>239</i>
<b>15.</b>	<b>EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>240</b>
15.1.	SAÚDE.....	241
15.2.	EDUCAÇÃO .....	244
15.3.	AÇÃO SOCIAL.....	246
15.3.1.	<i>Creche, Pré-Escolar e Atividades dos Tempos Livres (ATL).....</i>	<i>247</i>
15.3.2.	<i>Lar de Idosos e Centro de Dia.....</i>	<i>249</i>
15.4.	DESPORTO.....	250
15.5.	RECREIO E LAZER .....	253
15.6.	CULTURA.....	255
15.7.	PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA .....	256
15.8.	ADMINISTRAÇÃO .....	257
15.9.	CULTO .....	258
15.10.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES .....	258
15.11.	COLETIVIDADES.....	259
15.12.	CONCLUSÃO .....	260
<b>16.</b>	<b>PATRIMÓNIO E TURISMO .....</b>	<b>264</b>
16.1.	INTRODUÇÃO .....	264
16.2.	CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL 2027 .....	265
16.3.	CONTEXTO NA PROPOSTA DE PROT C .....	267
16.4.	CONTEXTO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA.....	268
16.5.	PATRIMÓNIO.....	269
16.5.1.	<i>Património Cultural.....</i>	<i>269</i>
16.5.1.1.	<i>Património Classificado e em vias de classificação.....</i>	<i>269</i>
16.5.1.2.	<i>Património Arquitetónico.....</i>	<i>270</i>
16.5.1.3.	<i>Património Arqueológico .....</i>	<i>273</i>
16.5.1.4.	<i>Património Imaterial .....</i>	<i>275</i>
16.5.2.	<i>Património Natural .....</i>	<i>280</i>
16.6.	TURISMO.....	282
16.6.1.	<i>Recursos turísticos .....</i>	<i>283</i>
16.6.1.	<i>Oferta Turística .....</i>	<i>283</i>

16.7.	GEMINAÇÕES .....	286
16.8.	CONCLUSÃO .....	287
<b>17.</b>	<b>MOBILIDADE DA POPULAÇÃO .....</b>	<b>288</b>
17.1.	ACESSIBILIDADE VIÁRIA.....	288
17.2.	MOBILIDADE DA POPULAÇÃO .....	290
17.3.	TRANSPORTES PÚBLICOS .....	292
17.1.	TRANSPORTES SUAVES .....	294
<b>18.</b>	<b>INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS E LINEARES .....</b>	<b>296</b>
18.1.	REDE RODOVIÁRIA .....	296
18.1.1.	<i>Traçado viário .....</i>	<i>297</i>
18.1.2.	<i>Hierarquia viária .....</i>	<i>303</i>
18.1.3.	<i>Taxa de motorização.....</i>	<i>304</i>
18.2.	REDE FERROVIÁRIA .....	305
18.3.	REDE AÉREA .....	307
18.4.	ENERGIA ELÉTRICA .....	307
18.4.1.	<i>Infraestruturas elétricas.....</i>	<i>307</i>
18.4.2.	<i>Consumo de energia elétrica.....</i>	<i>308</i>
18.5.	TELECOMUNICAÇÕES.....	308
18.6.	ENERGIAS ALTERNATIVAS .....	309
18.7.	REDE DE GÁS .....	311
18.8.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	311
18.9.	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS .....	312
18.10.	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS .....	313
18.10.1.	<i>RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS .....</i>	<i>313</i>
18.10.2.	<i>OUTROS RESÍDUOS SÓLIDOS.....</i>	<i>315</i>
<b>19.</b>	<b>RUÍDO .....</b>	<b>316</b>
<b>20.</b>	<b>RISCOS .....</b>	<b>317</b>
20.1.	INTRODUÇÃO .....	317
20.2.	ENQUADRAMENTO NA PROPOSTA DO PROT CENTRO.....	317
20.3.	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS .....	319
<b>21.</b>	<b>SERVIÇOS RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA .....</b>	<b>322</b>
<b>22.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO .....</b>	<b>325</b>
<b>23.</b>	<b>ANÁLISE SWOT .....</b>	<b>325</b>
<b>24.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>329</b>
<b>25.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>332</b>

Siglas utilizadas:

- ARU – Área de Reabilitação Urbana
- BSE – Beiras e Serra da Estrela
- CC – Comissão Consultiva
- CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CIM – Comunidades Intermunicipais
- CMB - Câmara Municipal de Belmonte;
- DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios
- DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- DGPC – Direção Geral do Património e Cultura
- EEM – Estrutura Ecológica Municipal
- ENCN – Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza
- ENDS- Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável;
- ENF- Estratégia nacional das florestas.
- ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
- ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
- GEPAT – Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território
- GTF – Gabinete Técnico Florestal
- IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPA – Instituto Português de Arqueologia
- ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social
- PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
- PDM - Plano Diretor Municipal;
- PDR- Plano de desenvolvimento rural;
- PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
- PENT- Plano estratégico nacional de turismo;
- PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território;



PNI – Plano Nacional de Investimentos

PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

PRN2000 - Plano Rodoviário Nacional 2000;

PROF-CI – Programa Regional de Ordenamento Florestal do Concelho Interior

PROT-C- Plano Regional de Ordenamento Territorial do Centro;

RAN - Reserva Agrícola Nacional;

REN - Reserva Ecológica Nacional;

RIS3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

TC – Transportes Coletivos

TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

## 1. INTRODUÇÃO

Decorridos cerca de 25 anos desde a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (RCM n.º 23/96, sujeito a ratificação) torna-se necessário proceder à sua revisão, uma vez que o seu prazo previsto de vigência já há muito que expirou. Em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), a Câmara Municipal de Belmonte entendeu dar continuidade ao processo de revisão do Plano em 2010, por considerar necessária e urgente a supressão de um conjunto de lacunas e fragilidades de que este documento enferma, bem como dotá-lo de condições que garantam uma intervenção no território mais consentânea com a realidade atual, contribuindo assim para o agilizar da gestão urbanística do território concelhio.

O presente relatório, elaborado no âmbito da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Belmonte, integra os Estudos de Caracterização concelhios numa multiplicidade de componentes e domínios. Para a elaboração deste trabalho foi efetuada uma recolha de informação, o mais completa e direcionada possível, por forma a assegurar uma compreensão aprofundada da realidade atual do território no que se refere às características físicas – ambientais e urbanísticas –, sociais e económicas e, ainda, às relações com a envolvente.

Este relatório, Estudos de Caracterização, dá reposta ao conteúdo da alínea a) do número 1 do art. do Decreto- Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que se refere à caracterização da área de intervenção. Em conjunto com este relatório deverá ser lido o REOT.

O REOT foi elaborado em janeiro de 2019, tendo estado em discussão pública (Aviso n.º 2332/2020, de 11 de fevereiro) no período de 12 de fevereiro a 12 de março de 2020.

Os estudos de caracterização foram elaborados entre janeiro e abril de 2020.

Os estudos apresentados tanto fazem referência à divisão administrativa, antes da reforma de 2013 como depois desta. A reforma administrativa resultou na união de duas freguesias pelo em certas situações optou-se pela divisão antiga para melhor entendimento dos dados dos Censos de 2011<sup>1</sup>.

O concelho tem uma área aproximada de 119 Km<sup>2</sup> e dividia-se administrativamente (até setembro 2013) nas seguintes freguesias: Belmonte, Caria, Inguias, Colmeal da Torre e Maçainhas. No entanto, com a Reforma da Divisão Administrativa do País, que entrou em vigor a 29 de setembro de 2013, o concelho passou a ter 4 freguesias: União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Maçainhas, Caria, Inguias.

---

<sup>1</sup> Uma vez que os trabalhos de PDM estavam já avançados, optou-se por manter referências às freguesias antigas para melhor enquadramento das propostas apresentadas e paralelismos com os dados existentes. No entanto as propostas desenvolvidas consideram já nova divisão administrativa.

## 2. CARTOGRAFIA

A cartografia de referência utilizada nas plantas temáticas da Revisão do PDM de Belmonte tem as seguintes referências:

Entidade proprietária	AM da Cova da Beira
Entidade produtora	Municipia
Data de Edição	Agosto 2016
Série cartográfica oficial	Não pertence a nenhuma
Homologação:	
Sistema de georreferência	PT-TM06/ETRS89
Exatidão posicional planimétrica	1.5 m
Exatidão posicional altimétrica	1.7 m
Precisão Posicional Nominal	17.06
Escala de representação para a reprodução em suporte	1/25.000 ou 1/10.000
Cartografia Temática:	Proengel, lda

A cartografia utilizada é complementada com os Ortofotomapas de modo a completar a informação da cartografia vetorial. Estes foram utilizados sob a cartografia vetorial e em formato raster.

Entidade proprietária	DGT
Entidade produtora	DGT
Data de Edição	2018
Sistema de Georreferencia	PT-TM06/ETRS89

Os limites administrativos utilizados na proposta correspondem à CAOP 2019:

Entidade proprietária	DGT
Entidade produtora	DGT/IGeoE
Data de Edição	2019
Sistema de Georreferencia	PT-TM06/ETRS89

A carta de ocupação de solo utilizada corresponde à COS 2018:

Entidade proprietária	DGT
Entidade produtora	DGT/
Data de Edição	2018
Sistema de Georreferencia	PT-TM06/ETRS89

No que se refere à **estrutura fundiária** do concelho, atendendo a que não existe um levantamento cadastral completo não é possível proceder a uma análise sobre a mesma.

### 3. REVISÃO DO PLANO - OPORTUNIDADES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A revisão do PDM de Belmonte teve uma primeira deliberação de revisão em reunião de Câmara de 2003, decorrente da aplicação do diploma legal do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com o fundamento na necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Entretanto, a revisão tem tido avanço e retrocesso de várias naturezas, com destaque na constante introdução de novos normativos legislativos.

A Câmara Municipal de Belmonte delibera, pela primeira vez, em 2003, dar início à revisão do PDM, tendo, entretanto, procedido a vários procedimentos, aos estudos de caracterização, sendo os mesmos aprovados em 2008, pela Comissão de Acompanhamento. Em 2015, as entidades competentes na razão da sua matéria emitiram parecer do relatório dos Fatores Críticos de Decisão, no Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica. Em paralelo, decorreu a delimitação da REN, contudo, por diversos motivos desde da alteração de legislação da REN pela publicação das orientações estratégicas de âmbito Nacional e Regional (2012), quer pela necessidade de implementar cartografia homologada (2014), quer pela alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (2015), o Município não solicitou em tempo oportuno nenhuma reunião plenária da Comissão de Acompanhamento.

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou, em reunião ordinária de 29 de janeiro de 2019, a suspensão parcial do PDM em virtude de oportunidade de criar um Área de Acolhimento Empresarial, em solo rústico. A suspensão prevista nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal para a área em causa, em conformidade com a deliberação tomada, o qual deve estar concluído no prazo em que vigorem as medidas preventivas. Foi fixado um prazo de execução do PDM de 15 meses. A suspensão só se tornou eficaz após a deliberação por parte da Assembleia Municipal, que ocorreu a 25 de setembro de 2019. A Comissão Consultiva do plano foi constituída por Despacho n.º 4633/2020 da CCDRC (DR n.º 75, IIª Série, 16 de abril de 2020). O Plano será constituído de acordo com o art. 96º e 97º do RJIGT.

Do procedimento inicial do plano, identificação pelas entidades da CC, dos interesses específicos a salvaguardar em função da natureza das respetivas atribuições, surgiram os contributos das seguintes entidades: CCDR Centro, Turismo de Portugal, ICNF, IP e IMT

A vigência prolongada do atual PDM em vigor (25 anos) em termos de dinâmica, procedimento e elaboração expostos anteriormente, depreende-se, que esta revisão é uma oportunidade de compatibilizar o plano com as disciplinas dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial e de articulação das intervenções de âmbito nacional, regional e local. O objeto de fundo é a harmonização com quaisquer outros planos,

programas e projetos, de interesse municipal ou intermunicipal, que prevalecem sobre o PDM. Assim como, adequação as novas regras de classificação e qualificação do solo, bem como a legislação complementar em vigor, cujas alterações e aprovações possam relevar incompatibilidades e/ou desconformidades pela sua natureza ou alcance.

A revisão irá proporcionar a reapreciação da globalidade do plano em termos estruturais, correção de lacunas, colmatação de vazios, supressão de erros e atenuação de constrangimentos identificados e/ou constatados ao longo da vigência do PDM. Pretende-se adequar o Plano vindouro à realidade concelhia, à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais.

Com a preocupação de alinhar os objetivos da revisão do PDM com o PNPOT e o com os princípios orientadores da Coesão Territorial, e tendo em conta a compatibilização e convergência pelos programas, planos e projetos com incidência na área do município, assume-se como objetivos estratégicos do plano a seguir ao longo de todo o período de vigência do plano, os seguintes objetivos:

- OE1: Promover a Economia Rural e a Economia Circular;
- OE2: Promover o Empreendedorismo e a Indústria Sustentável, a valorização e promoção dos produtos endógenos;
- OE3: Valorizar o Ambiente Natural e o património Cultural, e o Turismo;
- OE4: Valorizar as Energias Renováveis e o Uso Eficiente dos Recursos;
- OE5: Promover a Equidade Social, o Emprego, a Vitalidade;
- OE6: Promover a Regeneração e Inovação Urbana;
- OE7: Qualificar as Acessibilidades e a Mobilidade;
- OE8: promover a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos.
- OE9: Adaptação às alterações climáticas.

A partir da definição dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, definiram-se os objetivos específicos para o PDM como instrumento regulador que importa agora reforçar:

- Contribuir para o desenvolvimento urbano e económico do concelho;
- Promover o desenvolvimento e programar o crescimento urbano sustentável dos aglomerados populacionais em equilíbrio com as redes de infraestruturas;
- Qualificar e proteger ambientalmente o território através de regulação do sistema biofísico local;
- Promover a valorização ambiental tendo em vista a preservação dos principais valores naturais e paisagísticos concelhios;

- Contribuir para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas promovendo os princípios da economia circular.

A revisão do PDM deve atender a:

- Reorganizar as infraestruturas em consonância com a realidade territorial e o desenvolvimento previsto;
- Promover o desenvolvimento da gestão urbanística municipal;
- A articulação do PDM com novas estratégias de âmbito regional e municipal;
- A articulação com o sistema multimunicipal de água e saneamento das Águas do Vale do Tejo;
- A definição da estrutura ecológica municipal e urbana, segundo as novas diretivas;
- Ajustar o Plano à realidade concelhia, com a introdução de correções de situações desadequadas às necessidades e anseios da população, bem como à legislação em vigor;
- Agilizar a gestão do PDM e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais em revisão;
- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores;
- Suprimir as deficiências e a desatualização, ao nível de representação, na Planta de Condicionantes e na Planta de Condicionantes, e proceder à revisão do Regulamento;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e governamentais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Inclusão gráfica dos novos traçados das infraestruturas viárias;
- Ajustar os perímetros urbanos em função da ocupação atual e do crescimento previsto;
- Prever a implementação de novas Áreas de Acolhimento Empresarial;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos de modo a evitar descontinuidades territoriais

#### **4. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PDM EM VIGOR**

Os níveis de execução do PDM em vigor são apresentados em volume autónomo, Volume IV, do presente processo.

#### **5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE ÂMBITO REGIONAL E LOCAL**

A proposta do Plano Regional de Ordenamento da Região Centro (PROT-C) estabeleceu o quadro de referência para a elaboração dos planos diretores municipais dos municípios que a integram. De entre os

objetivos estratégicos enunciados para a Região Centro, o concelho de Belmonte, enquadrar-se-á nos seguintes:

- O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

A entrada em vigor de um novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (2021-2027) constituiu um motivo avaliação e reflexão sobre os fatores suscetíveis potenciar o desenvolvimento da Região. Nesta perspetiva, em novembro de 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), aprovou a Visão Estratégica para a Região Centro 2030, na qual exprime o resultado dessa reflexão, enunciando linhas orientadoras para as ações e projetos a empreender, enquadrando-as nos objetivos considerados estratégicos para a valorização do território.

A revisão da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3) constituiu uma parte fundamental neste processo. A RIS3 (2014-2020) definia como domínios diferenciadores temáticos identificados como potenciadores de crescimento da Região Centro: Agroindústria, Floresta, Mar, Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), Materiais, Saúde e o Bem-estar, Biotecnologia e Turismo. Considerando ainda as prioridades transversais, que alinham a estratégia regional com a Estratégia Europa 2020 (sustentabilidade dos recursos, qualificação dos recursos humanos, coesão territorial e internacionalização), foram definidas Plataformas de Inovação: soluções industriais sustentáveis, valorização dos recursos endógenos naturais, tecnologias para a qualidade de vida e inovação territorial, a partir das quais se pretende que sejam geradas novas atividades.

No âmbito da programação 2021-2027, a RIS3 será considerada como uma condição habilitante para atribuição de fundos comunitários à Investigação e Inovação, no âmbito da Política de Coesão da União Europeia, devendo, portanto, ser tida em consideração na conceção dos projetos a candidatar. A revisão da RIS3, que esteve em consulta, aberta à participação pública, até ao dia 12 de fevereiro de 2021, define como domínios prioritários os Recursos Naturais e Bioeconomia, Saúde e Bem-estar, Turismo e Criatividade, Tecnologias digitais e Espaço, Materiais, Tooling e Tecnologia de produção e Energia e Clima.

A Estratégia 2030 para a Região Centro, preconiza uma aposta forte no estreitar da relação entre o saber e o fazer, enfatizando a importância de robustecer e tornar mais fluida a relação entre conhecimento, inovação e sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Neste contexto, a sub-região das Beiras e Serra da Estrela (BSE) "destaca-se pela imagem associada aos seus principais ativos ambientais e de montanha,

à excelência de alguns recursos endógenos, à logística transfronteiriça e ao papel fundamental, estruturante e dinamizador que uma Universidade, como a da Beira Interior, pode desempenhar num território com estas características”.

No concelho de Belmonte, a par do enquadramento nos pressupostos da RIS3 e na linha das orientações dadas para a BSE, os projetos a privilegiar deverão enquadrar-se nas seguintes tipologias:

- O turismo – projetos que considerem as suas diversas abordagens (natureza, montanha, religioso, cultural, desportivo, gastronómico, enoturismo, etc), enquanto atividade estruturada para o usufruto de paisagens e produtos diferenciadores, com forte identidade cultural;
- A infraestruturação do território para a competitividade – projetos relacionados com a melhoria das condições de acesso à internet (fibra ótica e sistema de antenas), tanto no espaço urbano, como rural e projetos que valorizem o conceito de Campus Universitário de Excelência da Região-Cidade
- Transportes e mobilidade – projetos que privilegiem a mobilidade elétrica (PNI 2030) e de sistemas de transporte “a pedido” e projetos que se enquadrem na definição de uma estrutura intermodal de transporte;
- Rodovia – projetos com enquadramento no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) BSE, designadamente, nos vocacionados para a melhoria da acessibilidade no interior do maciço central do Estrela Geopark Mundial da UNESCO e projetos relacionados com a melhoria das acessibilidades intermunicipais;
- Transição energética e descarbonização – projetos dirigidos para a criação de corredores verdes de florestação e biodiversidade e outras ações que promovam a descarbonização: expansão das áreas protegidas, transformação produtiva e promoção de áreas industriais autossuficientes em termos da produção / consumo de energia verde e estruturação de redes de cidades / vilas / aldeias nas quais se promovam as práticas adequadas à implantação de um sistema de economia circular;
- Recursos hídricos – projetos relacionados com reforço da capacidade de armazenamento e transporte de água em relação com os sistemas de regadios existentes e projetos que contemplem a proteção e valorização do Rio Zêzere
- Desenvolvimento social e coesão – valorização dos projetos vocacionados para o apoio social aos mais velhos, aos portadores de doenças degenerativas e à melhoria dos cuidados continuados, bem como para a formação e requalificação profissional dos técnicos de saúde e cuidadores e para a requalificação de infraestruturas de apoio existentes. Devem fomentados os projetos orientados para o empreendedorismo rural e sénior.

No âmbito do PNPOT preconizava-se já em 2007 a valorização do potencial do eixo urbano estruturado pela A23, traduzindo-o num conceito policêntrico, polarizador de sinergias e complementaridades num quadro estruturado de cooperação interurbana.





Até 1 de janeiro de 2015, data a partir da qual a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, começou a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu, o município de Belmonte, juntamente com os municípios da Covilhã e do Fundão, constituíam a NUTS III Cova da Beira. Com a aplicação desta lei, os municípios anteriormente integrados nas NUTS III Cova da Beira, NUTS III Serra da Estrela (Fornos de Algodres, Gouveia e Seia) e NUTS III Beira Interior Norte (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso) passaram a integrar uma só unidade territorial, designada NUTS III Beiras e Serra da Estrela. Esta unidade territorial estende-se por 630 495 ha, distribuídos pelos 15 municípios referidos, juridicamente enquadrados na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE).

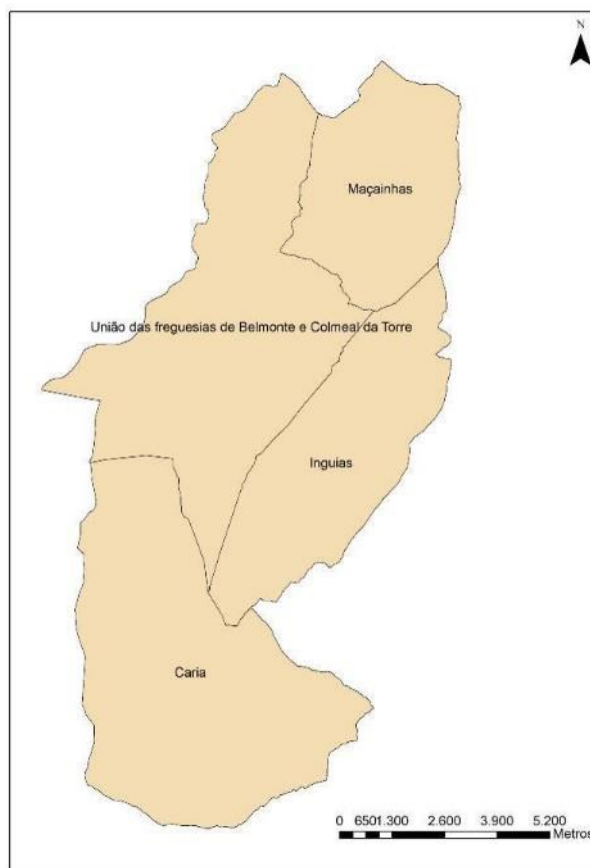
O concelho de Belmonte, com uma área de 11 876 ha, (aproximadamente 119 km<sup>2</sup>), representa 1,9% da área da NUT III na qual se insere e está enquadrado pelos municípios da Guarda, a Norte, do Sabugal, a Este, do Fundão, a Sul e da Covilhã, a Oeste (Fig. 1).

## 7.2. DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO CONCELHO

O território municipal, a partir da entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, divide-se administrativamente em quatro freguesias: União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Caria, Inguias e Maçainhas (Fig. 2).

Figura 2| As freguesias do concelho de Belmonte, resultantes da reforma administrativa CAOP2019 (Fonte: DGT, 2019).

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), publicada pela DGT, o Concelho de Belmonte ocupa 118,7 km<sup>2</sup>, sendo Caria a sua maior freguesia, com 39,0 km<sup>2</sup> <sup>(2)</sup>, correspondendo aproximadamente a um terço do seu território (32,9%). A União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, com 38,3 km<sup>2</sup> representa aproximadamente um terço (32,3%) da área do Concelho, correspondendo a restante território às freguesias de Inguias, com 23,2 km<sup>2</sup> e Maçainhas, com 18,2 km<sup>2</sup>.



O concelho de Belmonte localiza-se numa depressão tectónica encaixada entre as Serras da Estrela, Gardunha e Malcata. Nesta zona aplanada, situada entre os 400 e os 500 m, as cotas decrescem suavemente

<sup>2</sup> Até 2013 a área desta freguesia estava repartida pela freguesia de Belmonte, que correspondia a 30,9 ha, distribuídos por uma área principal (28,4 ha) e uma área secundária (2,5 ha) e Colmeal da Torre, que correspondia a 7,4 ha.

para SW. No interior da zona aplanada destacam-se uma série de relevos descontínuos, tais como a Serra da Esperança (724 m) entre outras pequenas colinas e o Rio Zêzere que a atravessa longitudinalmente.

Belmonte enquadra-se numa região cujas potencialidades se relacionam sobretudo com os seus recursos naturais e com a sua história. No entanto, através das novas estratégias e programas nacionais e regionais, um novo ciclo se inicia, tornando mais abrangente esta factualidade e alargando/diversificando ainda mais os seus horizontes, inovando na forma como se encaram e nas perspetivas em que são aprofundados.

Desde a elaboração do PDM vigente, muito se desenvolveram os conceitos, conhecimentos e experiências do ordenamento do território. Novas noções e prioridades passaram a constar da legislação portuguesa e europeia, assim como novas preocupações. O resultado dos denominados PDM's de primeira geração é visível/percetível, suscitando vontade de mudança na forma como se encaram os Planos.

O desenvolvimento de uma estratégia integrada na Comunidade Urbana das Beiras proporcionará um novo fôlego, passando pelo reforço dos principais objetivos e estratégias a implementar na região, tendo, portanto, um papel fundamental no suporte e apoio das decisões do próprio município.

## 8. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

*"Coroadada pelo castelo medieval, a Vila de Belmonte sobressai pela beleza das suas paisagens e monumentos, pela sua fabulosa posição estratégica, que a fez dominar, desde tempos imemoriais, territórios e vias de comunicação. Mas Belmonte também soube acolher gentes de outros credos e culturas. Aqui estabeleceu-se uma Comunidade Judaica que sobreviveu séculos e séculos, perdurando ainda na atualidade."*

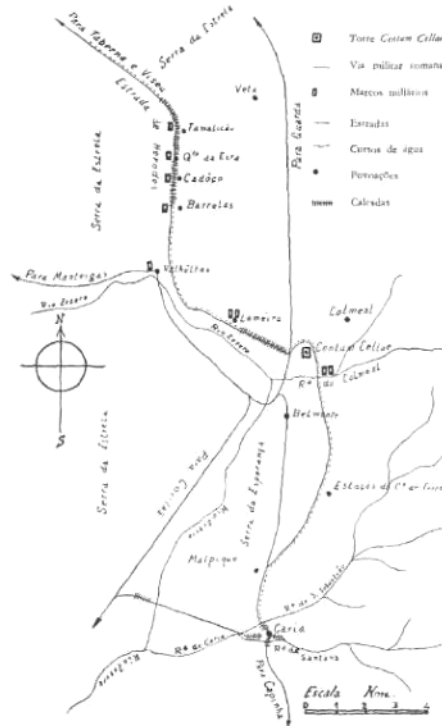
<https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/cidades/belmonte>

### 8.1. CRONOLOGIA

- As primeiras ocupações

O concelho de Belmonte apresenta vestígios de ocupação humana muito antigos, que abrangem vestígios da época megalítica (antas), da idade do bronze/ferro (sinais de um castro/povoado) e do período romano (partes de uma estrada romana, por exemplo). No entanto, a ocupação romana foi das que maior importância teve para a estrutura atual do território. Por todo o concelho encontram-se pontes e marcos milenários que revelam essa presença. O concelho era atravessado por uma das mais importantes vias militares romanas: Mérida – Viseu - Guarda (Emerita-Bracaram Augustam). A riqueza de recursos minerais viria também a marcar a presença romana, que acabaria por explorar esses recursos, por exemplo na ribeira de Gaia (afluente do rio Zêzere), que era rica em estanho. Testemunho destes fatores é a existência da estação arqueológica mais importante do concelho, denominada de *Centum Cellas*, localizada em Colmeal da Torre, e que seria uma rica *Villa* romana.

Figura 3| Estradas romanas na zona do concelho de Belmonte (fonte: "Revista de Guimarães, vol. LXX 1960).



- A origem do concelho

Cerca do ano mil, deu-se a reconquista cristã da Península Ibérica, tendo-se alterado então significativamente o tipo de ocupação do território, passando a implementar-se os castelos. Durante quase dois séculos as conquistas praticamente estagnaram na zona da Beira Baixa. Por meados do século XII, a reconquista cristã ganha novo fôlego com D. Afonso Henriques e as suas ordens militares, descendo à zona a sul da Beira. Nessa época existia uma política de povoamento e de reforço da defesa fronteiriça, tendo D. Sancho I concedido foral a Belmonte em julho de 1199. Os limites de Belmonte são alterados por diversas vezes, como consequência de outros repovoamentos e consequentes cartas de forais: o de Sortelha, por volta de 1212; o da aldeia Fonte de Enguias em Belmonte (Inguias) em agosto de 1240; o de Caria em 1245.

Nos finais do séc. XII, no morro mais rochoso da Serra da Esperança foi construído o castelo de Belmonte que, juntamente com os castelos de Sortelha e Vila de Touro, formaram até à assinatura do Tratado de Alcanices em 1297, a linha defensiva



do Alto Côa, apoiada na retaguarda pela muralha natural da Serra da Estrela e pelo Vale do Zêzere.

Figura 4| extrato do mapa de tratado de Alcanices Belmonte (fonte: Blog A porta e a Janela,).

Pensa-se que entre 1233 e 1246 foi dada carta de “emprazamento do herdamento de Maçainhas (...) a Fernando Álvares Frade” para Maçainhas. No entanto, com este documento não se pode afirmar nesta época a existência da paróquia medieval de Santa Maria de Maçainhas.

Entre meados do séc. XIII o Bispo de Coimbra compra grandes propriedades em Carvalhal Formoso fazendo este já limite com a ribeira de Enguias (Carvalhal Formoso) e também em Olas de Godim e Vila Nova de Olas de Godim, dando carta de aforamento a Olas de Godim e a Espinhal (no limite de Belmonte). De facto, Olas ainda hoje mantém vestígios dos tempos em que era uma antiga aldeia medieval que chegou a ter Igreja paroquial no séc. XIV.

O mesmo Bispo de Coimbra dá, nessa época, carta de povoamento a dezasseis povoadores de Valverdinho, e recebe o foro de Colmeal da Torre. O Bispo da Guarda fica com as terras de Caria.

Em meados do séc. XIII, Sortelha já era concelho e tem parte dos seus limites confinantes com o Concelho de Belmonte procedendo-se à demarcação das terras. O concelho de Belmonte fica então maior que os limites que manteve até finais do séc. XIX.

No séc. XIII atesta-se a existência de uma já próspera comunidade Judaica na Vila de Belmonte, responsável pela existência de uma sinagoga de que resta uma inscrição datada de 1296, que provavelmente viveria numa judiaria localizada fora das muralhas do castelo, no bairro de Marrocos<sup>3</sup>. Em consequência da expulsão dos judeus de Espanha em 1492 pelos Reis Católicos é provável que esta comunidade tenha aumentado, até que em 1496, D. Manuel I decreta a conversão forçada ao catolicismo. Seguiram-se então uma série de perseguições e a criação de uma comunidade criptojudaica que sobreviveu ao longo dos séculos, mantendo os seus rituais e tradições.

No séc. XV é nomeado a título definitivo e hereditário o 1.º Alcaide-mor Fernão Cabral, o qual transformará o castelo de Belmonte numa Residência Senhorial Fortificada. É aí que nasce o seu filho, o famoso Pedro Álvares Cabral. Este teve um papel preponderante nas Descobertas Portuguesas, tendo por isso deixado um marco histórico incontornável não apenas em Belmonte mas em todo o Mundo.

Em 1510 D. Manuel I renova o foral de Belmonte, reconhecendo a sua importância política e económica. Belmonte era então uma comunidade rural dependente da pecuária e da agricultura, com algum comércio (resultado sobretudo da referida presença judaica).

---

<sup>3</sup> *Nos finais do século XVIII estabeleceu-se em Belmonte uma grande colónia de judeus. Ocuparam um bairro designado por Marrocos que se transformou em judiaria fechada* In Comunidades marranas nas Beiras, de Maria Antonieta Garcia, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/garcia-antonieta-comunidades-marranas.html#foot821>

Figura 5| Forais do Séc. XIII que formaram Caria.

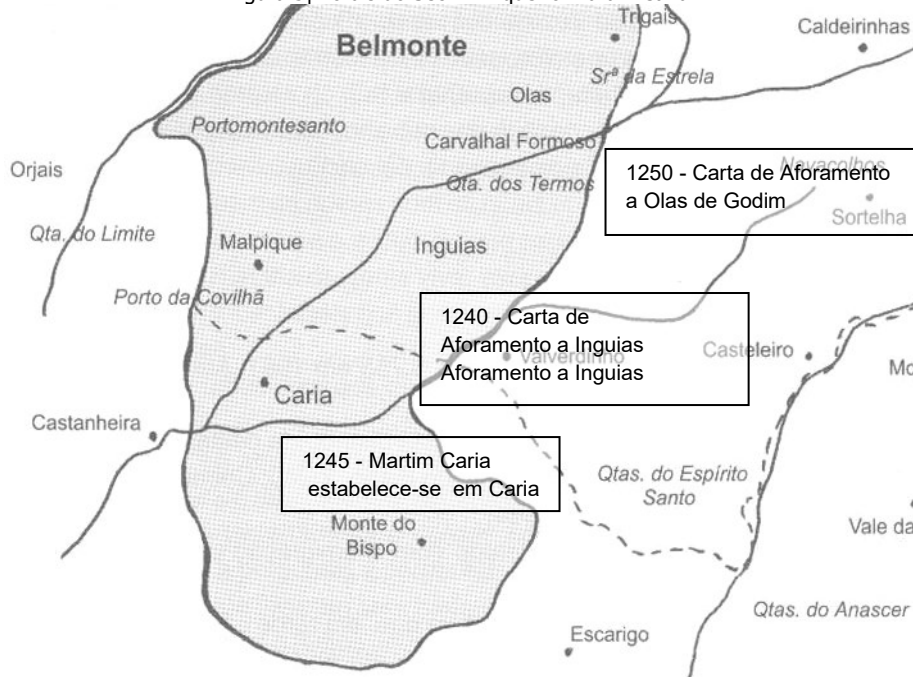
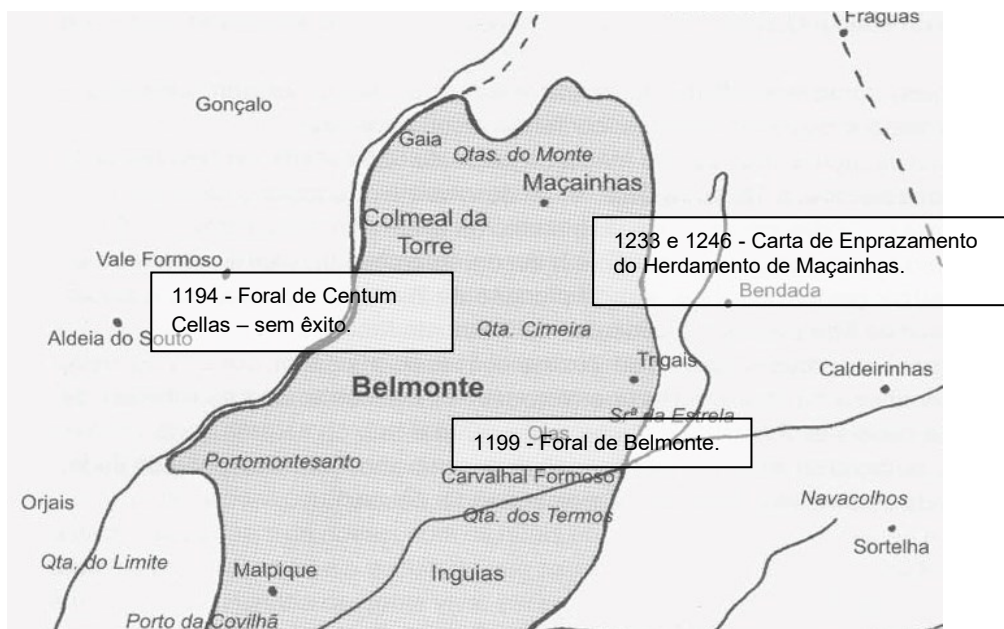


Figura 6| Forais do Séc. XII e Séc. XIII que formaram Belmonte (in site da Região de Turismo da Serra da Estrela).



No séc. XVIII Belmonte tinha 1416 habitantes e no séc. XIX pertenceu primeiro à Provedoria e Diocese de Castelo Branco e mais tarde ao Distrito Administrativo da Guarda. Ainda nesse século passou a incluir Caria (que constituía desde o séc. XVII um concelho autónomo da Covilhã). Em 1527, Belmonte tinha a segunda maior densidade populacional na comarca de Castelo Branco, e era uma comunidade rural dependente da pecuária e da agricultura e com algum comércio praticado maioritariamente por Judeus. Os Cabrais

continuariam a afirmar-se como elite política: entre 1549 e 1550, a culminar uma carreira por altos cargos de nomeação régia, D. Jorge Cabral tornar-se-ia 15.º Governador da Índia.

Já no século XX foi oficialmente criada a comunidade judaica de Belmonte, cuja sinagoga foi inaugurada em 1997, sendo atualmente uma das poucas comunidades com Rabi em Portugal. Também nesse século foram implantadas as indústrias de confeção que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste concelho.

Belmonte é terra de Pedro Álvares Cabral, um fidalgo da corte, filho de Fernão Cabral e de Isabel de Gouveia, que terá nascido entre 1467-1468, em Belmonte. Criado como membro da nobreza portuguesa, Pedro Álvares Cabral foi enviado à corte do rei D. Afonso V em 1479, quando tinha cerca de 12 anos. Foi educado em humanidades e treinado para lutar e pegar em armas. Tinha cerca de 17 anos, quando foi nomeado moço fidalgo (um título de menor importância normalmente concedido a jovens nobres) pelo rei D. João II. A partir daqui a história deste homem da terra, foi sempre ligada aos Descobrimentos Portugueses, sendo das maiores referências dessa época.

Associado à história de Belmonte salienta-se a importância da comunidade judaica, como já foi referido.

“ A comunidade de Belmonte abriga um importante facto da história judaica sefardita, relacionado com a resistência dos judeus à intolerância religiosa na Península Ibérica. No século XVI, aquando da expulsão dos mouros da Península Ibérica, e da reconquista das terras espanholas e portuguesas pelos Reis católicos e por D. Manuel, foi instaurada uma lei que obrigava os judeus portugueses converterem-se ou a deixarem o país. Muitos deles acabaram abandonando Portugal, por medo de represálias da Inquisição. Outros converteram-se ao cristianismo em termos oficiais, mantendo o seu culto e tradições culturais no âmbito familiar. Um terceiro grupo de judeus, porém, tomou uma medida mais extrema. Vários decidiram isolar-se do mundo exterior, cortando o contacto com o resto do país e seguindo suas tradições à risca. Tais pessoas foram chamadas de “marranos”, numa alusão à proibição ritual de comer carne de porco. Durante séculos os “marranos” de Belmonte mantiveram as suas tradições judaicas quase intactas, tornando-se um caso excepcional de comunidade criptojudáica. Somente nos anos 70 a comunidade estabeleceu contacto com os judeus de Israel e oficializou o judaísmo como sua religião.” (fonte: site CMB, abril 2020)

## 8.2. COMUNIDADE JUDAICA DE BELMONTE

*“Em Belmonte, sede de concelho da Beira Interior, em convivência com católicos, manteve-se uma comunidade criptojudáica que, sem livros sagrados, nem chefes religiosos, criou uma prática sincrética, com marcas específicas que os tornava heréticos aos olhos do Judaísmo e do Catolicismo. Preservaram uma matriz cultural que foi pilar de resistência. Uma cadeia de transmissão oral veiculou o saber e o fazer da Lei Mosaica de geração em geração.”*  
(In: Maria Antonieta Garcia, *Judeus de Belmonte e o poder autárquico*)

Belmonte tem uma grande importância para a comunidade Judaica em Portugal, sendo representada pela maior comunidade no País. Para além de toda a riqueza histórica cultural subjacente acaba por se definir um *cluster* socioeconómico, uma vez que geram um conjunto de produtos turísticos à volta desta temática,

atraindo visitantes de todo o mundo. É a única comunidade peninsular herdeira legítima da antiga presença histórica dos judeus sefarditas.

“Não se conhece muito acerca da primitiva presença judaica em Belmonte, no entanto, o contributo deles para a história da Vila é indiscutível, pela presença ainda na atualidade de uma comunidade de judeus, mas também pelos inúmeros vestígios deixados por comunidades anteriores. Aquando da demolição da Igreja de S. Francisco, no Largo António José de Almeida, em 1910, foi encontrado uma pedra da primeira sinagoga de Belmonte datada de 1297.

Pela lápide encontrada, sabe-se que Belmonte já teria uma comunidade de judeus, certamente importante e numerosa, pois só assim se justificaria a presença de um local de culto. Não foram os judeus expulsos de Espanha que fundaram a comunidade judaica de Belmonte, embora pela proximidade da fronteira a tivessem reforçado. A antiga judiaria de Belmonte situar-se-ia em torno da atual Rua Direita e Rua Fonte da Rosa (esta primitiva Rua da Judiaria). Ao cimo da Rua Direita, a norte, existe ainda uma praça, esta das mais antigas de Belmonte, que conserva muito da sua arquitetura primitiva. Nela podem observar-se pequenas casas de granito, térreas, com pequenas aberturas e com cruzes nas ombreiras.

Durante toda a época da inquisição, conseguiu preservar muitos dos ritos, orações e relações sociais. Apesar da pressão para a diluição na sociedade católica portuguesa, muitos dos belmontenses cristãos-novos continuaram a casar-se apenas entre si durante séculos.

Em 1989 a Comunidade é reconhecida oficialmente e em 1996 inaugura a sinagoga “Beit Eliahu” (Filho de Elias) precisamente numa das ruas da antiga judiaria. Também o cemitério judaico foi aberto em 2001. Desde 2005 está igualmente aberto ao público o Museu Judaico (único em Portugal) que retrata a história da presença sefardita em Portugal, usos, costumes e que integra um memorial sobre as últimas da inquisição, o primeiro do país a abordar esta temática e que se tornou um dos museus mais visitados na região, procurado por judeus oriundos de todo o mundo. Na antiga judiaria de Belmonte podem observar-se pequenas casas de granito com cruzes nas ombreiras, encontrando-se estas sinalizadas. No Concelho de Belmonte, encontram-se ainda sinalizados os motivos cruciformes em Caria, onde surpreendem pela sua abundância como também pela variedade de formas”

## **9. GESTÃO TERRITORIAL**

### **9.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL**

De acordo com a informação disponibilizada pela DGT em janeiro de 2020, o município de Belmonte é abrangido pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:



Tabela 1 | Instrumentos de gestão territorial aplicáveis

IGT	Designação	Dinâmica	Publicação D.R.	Data D.R.
PNPOT	PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1ª REVISÃO	Lei n.º 99/2019	05-09-2019
PROF	PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI)	1ª RETIFICAÇÃO	DECL RECT 17/2019	12-04-2019
		REVISÃO	PORT. 55/2019	11-02-2019
PRN	PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL	2ª ALTERAÇÃO	DL 182/2003	16-08-2003
		1ª ALTERAÇÃO	LEI 98/99	26-07-1999
		1ª RETIFICAÇÃO	DECL RECT 19-D/98	31-10-1998
		2ª REVISÃO	DL 222/98	17-07-1998
PNA	PLANO NACIONAL DA ÁGUA	REVISÃO	DL 76/2016	09-11-2016
PGRH	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS OESTE (RH5)	1ª RETIFICAÇÃO	DECL RET 22-B/2016	18-11-2016
		1ª PUBLICAÇÃO	RCM 52/2016	20-09-2016
PDM	BELMONTE	Suspensão	AVISO 19118/2019	28/11/2019
		1ª ALTERAÇÃO	AVISO 15122/2018	19-10-2018
		1ª PUBLICAÇÃO	RCM 23/96	13-03-1996

Relativamente ao PROT Centro, apesar de este não ter entrado em vigor, os estudos realizados para a revisão do PDM tiveram em conta as orientações ali presentes.

Para além dos IGT referidos, o município de Belmonte conta também com a definição das áreas de reabilitação urbana que contribuem significativamente para a gestão do território municipal.

Existem ainda, um conjunto de Estratégias Nacionais, que não sendo instrumentos de gestão territorial abrangidos pelo RJIGT, importa salientar a sua importância e impacto no ordenamento do território, tais como a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e a Estratégia Nacional de adaptação às alterações climáticas, o Plano estratégico dos transportes e infraestruturas (PETI 3+ 2014-2020) entre outras. A abordagem a estes diplomas será feita na AAE onde se verifica a convergência e alinhamento dos objetivos estratégicos do PDM com todos os instrumentos de ação e gestão do território, e sempre que oportuno no presente documento.

O enquadramento e a convergência de cada plano serão devidamente abordados no RFCD no âmbito da AAE, sendo que aqui apenas se abordam o que são diretamente ligados com os descritores estudados.

## 9.2. PNPOT

O PNPOT, cuja primeira revisão foi aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro é um instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de

referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

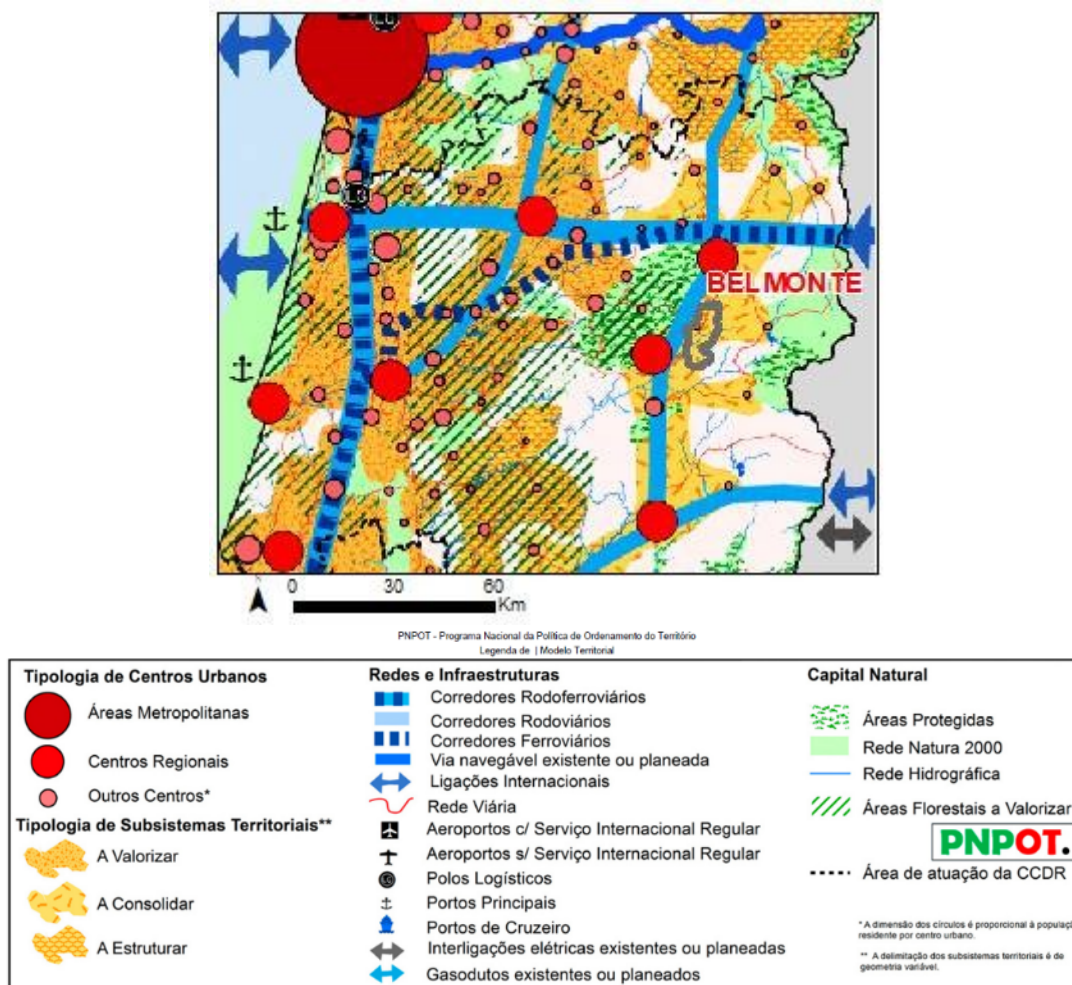
O PNPT apresenta os seguintes princípios territoriais:

- Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;
- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;
- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

De acordo com o modelo territorial do PNPT, o município de Belmonte integra:

- Tipologia de Centros urbanos – Outros centros Belmonte;
- Tipologia de Subsistemas territoriais – a consolidar;
- Redes e infraestruturas – corredor rodoviário (A23).

Figura 7| Enquadramento do Município no modelo territorial do PNPT



A operacionalização do modelo territorial é regida pelos vários sistemas que o compõem:

- S1 Sistema Natural;
- S2 Sistema Social;
- S3 Sistema Económico;
- S4 Sistema de Conetividade;
- S5 Sistema Urbano.

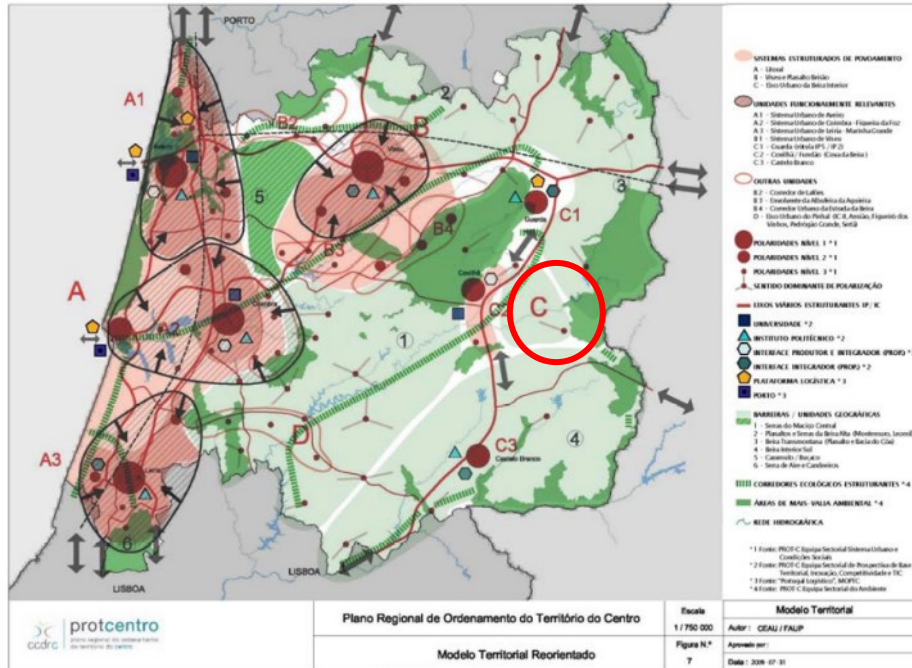
Para o município em estudo, destacam-se essencialmente potencial agrícola pelos aproveitamentos hidroagrícolas da Cova da Beira o sistema económico que está diretamente ligado ao anterior. Pela sua posição estratégica entre a rede de infraestruturas estruturantes destaca-se também o sistema de conetividade.

Estes sistemas serão abordados no descritor correspondente durante o presente estudo.

### 9.3. ENQUADRAMENTO NA PROPOSTA DE PROT C

Este Plano encontra-se na fase final da sua elaboração (“A proposta de plano foi, para efeitos do artigo 59.º do Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), enviado por esta CCDR à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.”<sup>4</sup>).<sup>5</sup>

Figura 8| Proposta do PROT-C - Modelo Territorial (Fonte: PROT-C, maio 2011).



“O subsistema urbano da Beira Interior desenvolve-se ao longo da IP2/A23 e abrange Guarda, Belmonte, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. É constituído por núcleos que distam entre si apenas alguns minutos e polarizam as áreas envolventes de baixa densidade. Este eixo é profundamente marcado por atividades industriais tradicionais, como o têxtil e os laticínios, embora apresente atualmente uma estrutura funcional diversificada, com especial relevância para a vocação turística ligada sobretudo ao sistema montanhoso Serra da Estrela - Serra da Gardunha e aos valores patrimoniais existentes. Guarda e Castelo Branco sobressaem pelas funções administrativas, Covilhã pelos serviços do conhecimento ligados à oferta de ensino universitário, Fundão pela produção local de excelência como a cereja e **Belmonte com uma forte presença da indústria têxtil**. A cidade da Guarda, com a sua posição de charneira entre duas importantes vias (IP2/A23 e IP5/A25), a que acresce a linha ferroviária e a futura plataforma logística, tem um importante papel de ligação entre o Litoral e o resto da Europa, muito especialmente com Espanha.”<sup>6</sup>

As diretivas ao nível do ordenamento do território são as mais variadas e apresentam-se de seguida as que são mais específicas para a zona (Cova da Beira, onde se insere Belmonte):

<sup>4</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=156&Itemid=230&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=230&lang=pt)

<sup>5</sup> Foi determinada a elaboração do PROT C pelo RCM n.º177/2021, de 17 de dezembro

<sup>6</sup> PROT Centro, Maio 2011.

Quadro 1 | Programa de execução previsto no PROT C – Ações previstas para a Cova da Beira  
**PROGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO NO PROT-C<sup>7</sup> – Ações previstas para a Cova da Beira**

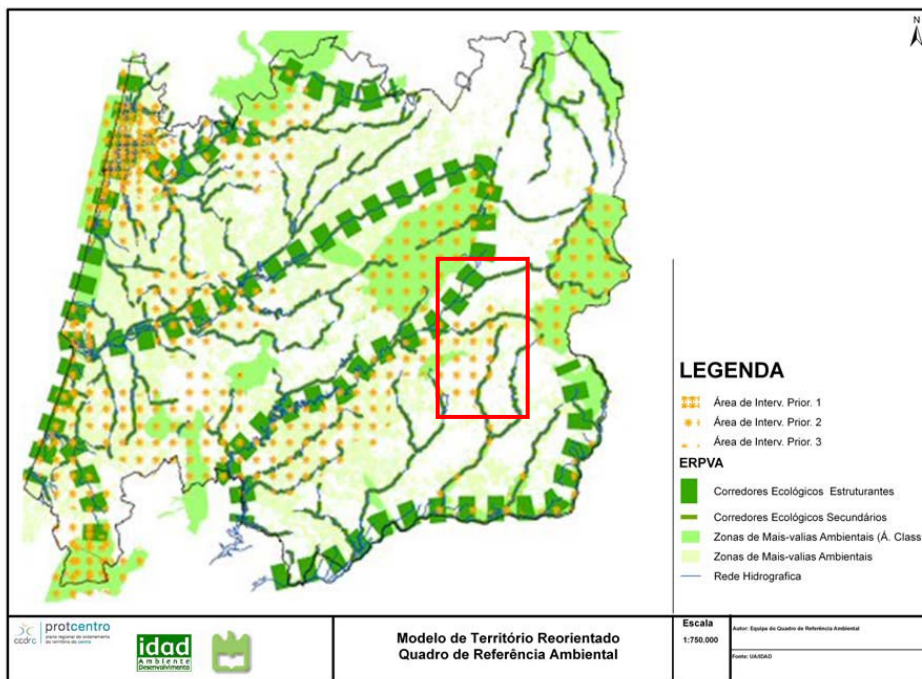
SETOR	DESIGNAÇÃO DA MEDIDA/PROJECTO/AÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROJETO/MEDIDA
<b>Rede para a criação e transferência de conhecimento e tecnologia</b>	Rede de conhecimento e Tecnologia (RCT)	Rede de Parques de Conhecimento e Tecnologia (PCT) que tem como vocação principal a I&D, a transferência de tecnologia e inovação, etc. e que deverão ser desenvolvidos a partir do potencial de I&D de cada uma das universidades da região e assumir-se como polos de amarração dos <i>clusters</i> existentes -3.
		Rede integrada de incubação de ideias e empresa e empresa, considerando a incubação (até 4 anos) e aceleração de empresas (até 8 anos).
<b>Ações Piloto para o Desenvolvimento infraestrutural e da capacidade de uso das TIC</b>	Centro de utilização inovadora de TIC _ CITIC	Constituição de um centro de investigação, num dos PCT, em articulação com a rede de PCT, e com ligação específica a uma das ZAES localizada em zona de baixa densidade. Desenvolvimento de projetos experimentais em necessidades específicas das zonas de baixa densidade.
	Sistema de otimização dos recursos de transporte _ SORT	Desenvolvimento de um projeto-piloto para uso das TIC para monitorizar e otimizar os serviços de transporte em zonas de baixa densidade.
<b>Regadios</b>	Desenvolvimento do Regadio	Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
<b>Saúde e Bem-estar</b>	Valorização e requalificação dos complexos termais e zonas envolventes e dos conjuntos urbanos onde se inserem	Criação de valências tecnologicamente inovadoras que permitam o desenvolvimento do potencial termal. Reabilitação dos complexos termais e requalificação urbanística, paisagística e ambiental das zonas envolventes e dos respetivos aglomerados urbanos.
<b>Rotas de interesse Turístico</b>	Desenvolvimento dos percursos de Arte Rupestre de Foz Côa ao Médio Tejo	Valorização e requalificação de sítios arqueológicos. Articulação e promoção conjunta dos diferentes percursos (Vale do Côa, Tejo Superior e Internacional, Serra da Gardunha).
	Consolidar a Rota das Aldeias Históricas	Valorizar e monitorizar a consolidação e sustentabilidade das aldeias.
	Desenvolver e consolidar a Rota das Aldeias de Xisto	Valorizar e monitorizar a consolidação e sustentabilidade das aldeias.
<b>Turismo em espaço rural e de natureza</b>	BuY NATURE - Turismo sustentável em áreas classificadas	Valorização sustentada dos recursos específicos das áreas Classificadas do Interior.
<b>Infraestruturas Rodoviárias</b>	Corredores de articulação Intra regional	IC 34 – V.N. Foz Côa (IP 2)/Barca d´Alva, IC6- /Tábua/Oliveira do Hospital (IC7)/Covilhã (A23/IP2) IC7/ - Oliveira do Hospital (IC6)/Fornos de Algodres (A25/IP5) IC37 Viseu (IP5/A25)/Seia (IC7)
<b>Qualidade do ar</b>	Observação do limite máximo para a concentração de radão em edifícios de elevada concentração populacional.	Análise da qualidade de ar no interior das construções hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão, de gestão de emergência e socorro, ou outros edifícios públicos.

<sup>7</sup> Documento datado de Maio 2011.

PROGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO NO PROT-C7 – Ações previstas para a Cova da Beira		
SETOR	DESIGNAÇÃO DA MEDIDA/PROJECTO/AÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROJETO/MEDIDA
	Identificação das áreas com elevada radioatividade natural	Elaboração de estudos e de cartografia para a delimitação, em sede de PMOT, das áreas com elevada radioatividade natural.

Na generalidade as diretrizes da proposta de PROT-C encontram-se refletidas nas propostas apresentadas, sendo que o princípio fundamental de equilíbrio municipal foi sempre salvaguardado.

Figura 9| Sistema ambiental previsto pelo PROT-C (Fonte: PROT-C, maio 2011).



Ao nível do sistema ambiental, o município insere-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), tendo sido amplamente considerado nas presentes propostas.

#### 9.4. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA

Nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril, a Comissão Nacional de Proteção Civil, em reunião ordinária realizada em 12 de novembro de 2012, aprovou o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Belmonte. Atualmente encontra-se em fase de revisão, dada a sua caducidade. O PME de Belmonte teve em discussão pública em setembro/outubro de 2020, tendo sido aprovado em Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2021, publicado em Diário da República, 2.ª série, através do Aviso n.º 8963/2021, de 13 de maio de 2021.

“O Plano Municipal de Emergência para o Concelho de Belmonte, é um instrumento que os Serviços Municipais dispõem para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos

mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista prevenir, planear e coordenar as ações de socorro, os prejuízos e perdas de vidas e bens e o restabelecimento da normalidade.”

A articulação do PME com o PDM é fundamental, na medida em que identifica os riscos patentes no município e o modo como estes podem condicionar o uso do solo, com o objetivo de salvaguardar as pessoas e bens. A para com outros mecanismos de salvaguarda ambiental permite aferir o conjunto de riscos com impacto no ordenamento do território.

Sobre a matéria de riscos veja-se o cap. 20.

## **9.5. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) enquadra-se no Sistema de Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), de acordo com o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as suas sucessivas alterações, o qual preconiza a obrigatoriedade da elaboração de um PMDFCI pela CMDFCI de cada Município, com o apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF). O PMDFCI, visa operacionalizar ao nível local e municipais as normas contidas na legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI). O PMDFCI é um instrumento de planeamento que se pretende dinâmico e adaptado à realidade do concelho.

O Regulamento do PMDFCI de Belmonte foi objeto de parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na sua reunião de 04 de dezembro de 2020. O Regulamento do PMDFCI de Belmonte mereceu parecer vinculativo positivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), conforme ofício n.º S -001247/2021/2021/DGFR, de 13 de janeiro de 2021. O PMDFCI de Belmonte foi aprovado em Assembleia Municipal de 30 de abril de 2021 e está publicado em Diário da República, 2.ª série, através do Regulamento n.º 413/2021 de 12 de maio de 2021.

## **9.6. CARTA EDUCATIVA**

A Carta Educativa do Concelho de Belmonte é um instrumento de planeamento setorial, trata-se de um documento que se considera fundamental para se perceber melhor quais são as necessidades do sistema educativo para cada concelho.

A Carta Educativa de Belmonte é datada de 2007 (encontrando-se ainda em vigor) e foi aprovada em Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada em quinze de novembro de 2007. Com respetiva aprovação em reunião do executivo de vinte e um de novembro de 2007, e posteriormente presente a Assembleia Municipal a 14 de dezembro de 2007 (aprovada por maioria). Até à data encontra-se em vigor, estando a mesma a ser analisada para atualização dos dados pelo de grupos de trabalho, a concluir no terceiro semestre de 2021.

## **9.7. PLANOS DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL**

“O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais definem que as Comunidades Intermunicipais (CIM) deverão desenvolver Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (doravante designados de PAMUS),

de modo a enquadrar as operações a que se pretendam candidatar no respetivo Programa Operacional Regional para a concretização das tipologias das ações no âmbito da prioridade de investimento 4.5 “Promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação”. O PAMUS da CIM BSE tem os seguintes objetivos:

Figura 10| Objetivos específicos do PAMUS



Para cada objetivo é definido um conjunto de iniciativas em função das várias linhas de orientação fundamentais. Para o concelho de Belmonte estão previstas as seguintes ações:



Quadro 2| Objetivos e propostas do PAMUS

Objetivos/orientações	Área abrangida	Proposta	Descrição
<b>Objetivo 1</b>			
Construir / requalificar a rede pedonal, garantindo a existência de percursos acessíveis, inclusivos e seguros nos centros urbanos e na ligações aos principais serviços e/ou equipamentos públicos	Área urbana de Belmonte	Melhoria da acessibilidade pedonal na Rua Pedro Alvares Cabral	Com esta proposta pretende-se intervir no espaço público de modo a adaptá-lo ao disposto no DL163/2006, garantindo a existência de passeios livres de obstáculos e de passadeiras nos pontos em que tal é necessário.
		Criação de uma via pedonal que estabeleça a ligação entre o centro de Belmonte e o Estádio de Futebol	Com esta proposta pretende-se melhorar a acessibilidade pedonal a este equipamento desportivo
		Melhoria da acessibilidade pedonal (passeios e travessias rodoviárias) entre o centro de Belmonte e a paragem central de autocarros	Com esta proposta pretende-se intervir no espaço público de modo a adaptá-lo ao disposto no DL n.º 163/2006 e promovendo uma maior utilização dos transportes públicos por parte da população.
Desenvolvimento de campanhas e ações de divulgação que promovam as deslocações em modos suaves, junto à população em geral ou a grupos específicos (comerciantes, estudantes, etc.)	Concelho	Campanhas	A criação de uma campanha de "andar a pé" ou "andar de bicicleta" nas zonas centrais de cada um dos municípios, a serem realizados na mesma data;
			A criação de uma campanha que promova a concentração e passeio em bicicleta num dia específico do mês nas sedes de concelho.
<b>Objetivo 2</b>			
Melhoria da ligação ferroviária na Cova da Beira: melhoria da qualidade do serviço e do material circulante no troço Covilhã-Fundão e Fundão-Guarda da linha da Beira Baixa	Concelho	Modernização da linha da Beira Baixa	A reintrodução do serviço ferroviário neste corredor permitirá beneficiar os concelhos do Fundão, Covilhã, Belmonte e Guarda, num eixo que apresenta relações relevantes do ponto de vista da procura pendular.
Melhoria da oferta de TC intraconcelhia e interconcelhias	Concelho		Avaliar a possibilidade de melhorar a organização da oferta intra e interconcelhia, mas é remetido para o Plano Operacional de Transportes o desenvolvimento da proposta de rede.
Melhoria da rede de paragens e interfaces	Concelho	Melhorias e Criação de paragens e abrigos	Esta ação tem como objetivo adequar as paragens ao disposto no DL n.º 163/2006 relativamente à acessibilidade para todos e, simultaneamente promover que as condições de espera pelos autocarros são realizadas com maior conforto. Em sede de um Plano de Intervenção a autarquia identificará

Objetivos/orientações	Área abrangida	Proposta	Descrição
			as localizações e número de paragens a intervir.
Inserção de Transportes Flexíveis	Concelho	Redes e plataformas	Criação de circuitos autónomos que assegurem a ligação dos lugares que atualmente apresentam problemas de défice de oferta
Melhoria da informação ao público	Concelho	Imagem e informação	portal web da mobilidade regional
<b>Objetivo 4</b>			
Construção de ligações rodoviárias para melhoria de acessibilidades regionais	Concelho	Ligação rodoviária do nó da A23, via Caria com acesso direto à vila de Belmonte (projeto existente)	Esta proposta tem como objetivo melhorar as acessibilidades regionais de Belmonte ao resto da comunidade.
Melhoria da sinalética rodoviária	Concelho	Melhoria da sinalética horizontal e vertical	Melhoria da sinalética horizontal e vertical, com a introdução de sistemas de iluminação de passadeiras e de alguns elementos fundamentais de encaminhamento. No total, Belmonte prevê Intervencionar cerca de 1475 sinais.
Organização e criação da oferta de estacionamento	Centro de Belmonte	Necessário aumentar a oferta de estacionamento (pequenas bolsas de estacionamento) no centro de Belmonte	Esta proposta tem como objetivo garantir que se responde adequadamente à procura de estacionamento na sede de concelho e se evita o estacionamento indevido em espaços que não são adequados para tal.
<b>Objetivo 7</b>			
Descentralização de alguns serviços públicos de carácter administrativo nas Juntas de freguesia	CIM-BSE	Descentralização de alguns serviços públicos de carácter administrativo, aproximando estes serviços das populações residentes nas zonas de menor densidade	A CM de Belmonte pretende dotar-se de uma unidade móvel que funcione como uma "loja do Cidadão" móvel.
Implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias	CIM-BSE	Implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias	Esta proposta está a ser considerada à escala da CIMBSE e Belmonte pretende aderir a esta, considerando que será servida por uma unidade móvel
Informação em tempo real sobre a oferta de TC disponível online e em aplicações móveis	CIM-BSE	Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível online e em aplicações móveis	Esta proposta vai ser desenvolvida à escala da CIM-BSE, beneficiando os concelhos aderentes da incorporação da informação sobre a oferta de TC no seu concelho.
<b>Objetivo 8</b>			
Central intermunicipal de manutenção de vias dos concelhos	CIM-BSE	Central intermunicipal de manutenção de vias dos concelhos	Terá que ser definido o modelo de utilização dos recursos, os

Objetivos/orientações	Área abrangida	Proposta	Descrição
			procedimentos de contratação de serviços e de afetação dos custos.
<b>Objetivos 9</b>			
Realização de um Plano de Mobilidade Escolar PME	Concelho	3 Escolas	Aumentar a autonomia e segurança dos alunos; reduzir a pressão do tráfego rodoviário na envolvente à escola nos períodos de entrada e saída; dotar os alunos de competências para andarem a pé/bicicleta.

## 10. PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO URBANA E DE HABITAÇÃO

### 10.1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

O município de Belmonte, sabendo que o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas não só nacionais como locais, identificou duas áreas de reabilitação urbana de modo a combater o despovoamento dos núcleos históricos, possibilitando a definição um conjunto de intervenções e investimentos integrados que asseguram a salvaguarda do património edificado e dos espaços públicos na ótica do desenvolvimento sustentável do território.

As áreas em questão são a ARU de Belmonte e a ARU de Caria publicadas pelos Avisos n.º 15418/2017 e 15417/2017, respetivamente, ambos de 21 de dezembro. A delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana constituiu-se como uma oportunidade de impulsionar a reabilitação e revitalização dos núcleos urbanos de Belmonte e Caria, tendo o seguinte impacto

- Ano 2016: 1 certidão (Belmonte);
- Ano 2017: 3 certidões (Belmonte) + 1 pedido de apoio financeiro (isenção de taxa de ocupação de via pública);
- Ano 2018: 3 certidões (Belmonte); 3 certidões (Caria) uma dela de apoio financeiro (redução de taxa a 50%);
- Ano 2019: 3 certidões (Belmonte) uma dela de apoio financeiro (redução de taxa a 50%); 2 certidões (Caria).

Para além disso, a elaboração da área de reabilitação urbana de Belmonte e Caria permitiu uma série de benefícios, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 13º do regime jurídico da reabilitação urbana e nos termos definidos no artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, sem prejuízo de outros

benefícios e incentivos, foram conferidos aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações abrangidos pela área de reabilitação urbana delimitada, os seguintes benefícios fiscais:

#### Incentivos fiscais associados aos impostos municipais

- a) Redução da taxa de IMI em 30% para os prédios urbanos objeto de intervenções de reabilitação, nomeadamente substituição de caixilharias de vãos de portas e/ou janelas, substituição integral do telhado e obras de interiores, por um período de seis anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação;
- b) Exceção do disposto na alínea anterior, os prédios que só sofram intervenções de reabilitação ao nível da fachada, nomeadamente limpeza e/ou pintura da fachada e reparação parcial do telhado, situação em que a taxa de IMI terá uma redução de 10%, por um período de dois anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação;
- c) Isenção de 80% de IMT nas aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;
- d) Agravamento da taxa de IMI em 50% no caso de imóveis degradados;
- e) Agravamento da taxa de IMI em 70% no caso de imóveis em ruínas;
- f) Redução da taxa de IMI em 20% para prédios arrendados (cumulativo).

#### Incentivos financeiros

- a) Redução de 50% do valor das taxas relativas a urbanização e edificação, em obras de reabilitação de edifícios;
- b) Isenção do valor das taxas relativas a ocupação de via pública em estabelecimentos comerciais a funcionar em edifícios reabilitados, por um período de dois anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação;
- c) Isenção do valor das taxas relativas a ocupação de via pública durante o decorrer das obras.

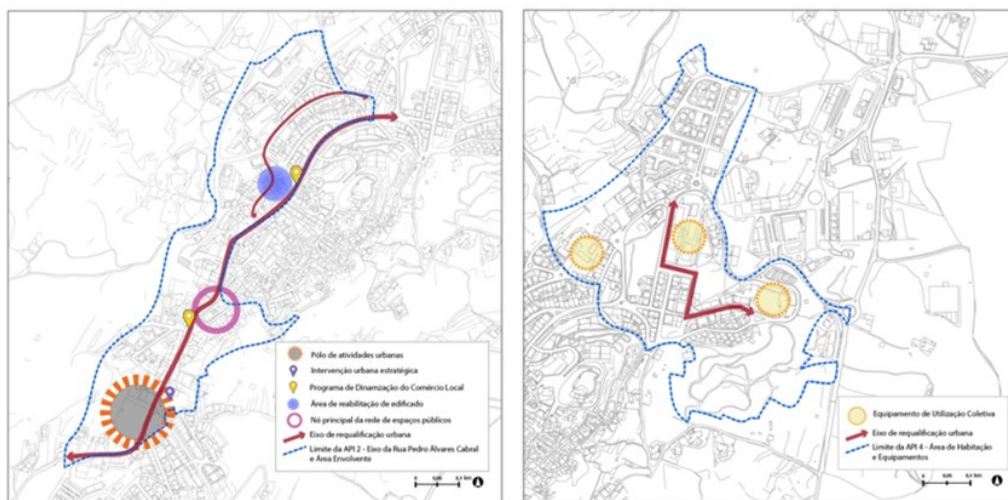
#### Outros incentivos decorrentes do Estatuto dos Benefícios Fiscais

- a) Dedução à coleta, em sede de IRS, com um limite de 500€, de 30 % dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de edifícios;

- b) Tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis recuperados nos termos da estratégia de reabilitação;
- c) Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis recuperados nos termos da estratégia de reabilitação;
- d) IVA à taxa reduzida de 6% em obras de reabilitação urbana.

Para a ARU de Belmonte, o município elaborou em 2017 Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Belmonte onde procurou responder não apenas aos desafios colocados à sua realidade territorial, mas também aos grandes desafios colocados à reabilitação urbana considerados nos documentos estratégicos e instrumentos programáticos mais relevantes em termos da definição das políticas urbanas. Visa a reabilitação urbana da vila considerando a preservação do património histórico e cultural, as dinâmicas económicas geradoras de emprego e investimento empresarial e as dinâmicas sociais e demográficas que se materializam na fixação de novos residentes.

Figura 11| Extrato do PERU de Belmonte



## 10.2. PROGRAMAS NA ÁREA HABITACIONAL

O concelho tem vários programas a funcionar de apoio aos munícipes carenciados, nomeadamente:

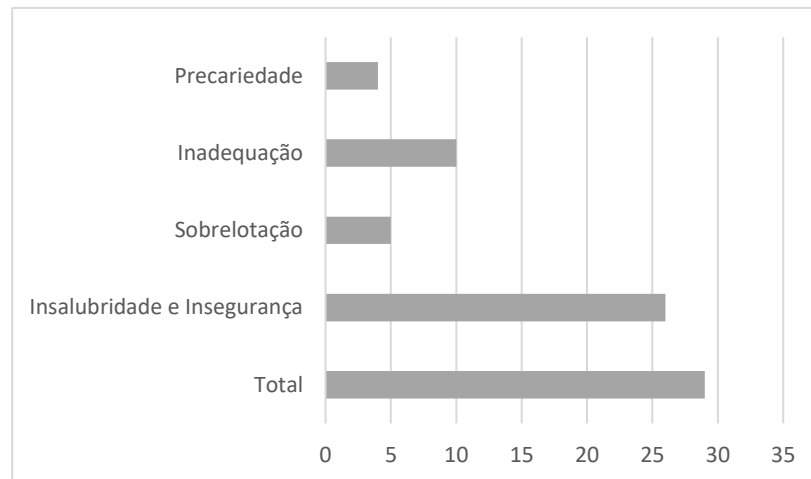
Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas - visa a qualificação das residências para "poder prolongar o tempo de permanência dos idosos na habitação, proporcionando qualidade de vida e acautelar acidentes domésticos".

Programa Financeiro para Recuperação do Património Habitacional - este programa que se estende a todo o Concelho, tem como fim a recuperação e reabilitação do património habitacional degradado

e que foi construído antes de 1970. As participações a atribuir por cada habitação, não poderão exceder os 2.500,00€.

A Estratégia local de habitação (ELH) que corresponde a um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação permitindo a articulação com as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território em causa. A elaboração a ELH é obrigatória para poder aceder ao programa do 1º Direito, permitindo assim que o município aceda a este programa de apoio às carências habitacionais. O município tem este documento em elaboração, tendo sido já em fase de diagnóstico (2022) identificados 29 casos elegíveis, sendo que cerca de 50% são casos de insalubridade e insegurança.

Figura 12|– relação de casos identificados de carências na ELH



## 11. POPULAÇÃO

O estudo da população do concelho de Belmonte foi feito com os dados dos censos de 2011, censos disponíveis à data da elaboração do presente relatório (2020). Em 2021, foram realizados o INE realizou novos censos. À data de fecho da proposta do plano poucos indicadores há disponíveis. Há apenas alguns indicadores e numa versão provisória. No entanto e numa tentativa de projetar plano para uma realidade atual, apresenta-se uma abordagem a 3 indicadores considerados mais relevantes: População residente, distribuição por grandes grupos etários e alojamentos. Referia-se ainda que não estão disponíveis os dados por lugar.

### 11.1. DIMENSÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

De acordo com os Censos de 2011, neste ano, residiam no concelho de Belmonte 6 859 indivíduos (Quadro 3), ou seja, menos 733 indivíduos do que em 2001, o que corresponde a uma diminuição de quase 10% no último período intercensitário (9,7%). Esta evolução negativa contraria o crescimento positivo verificado nos dois períodos intercensitários anteriores, durante os quais a população

residente no Concelho cresceu, ainda que esse crescimento tenha sido mais expressivo entre 1981 e 1991 (9,5%) quando comparado com o da década seguinte, de 1991 e 2001 (2,4%).

No contexto regional em que se inseria, entre 1981 e 1991, NUTS III Cova da Beira (NUTS 2003), o concelho de Belmonte destacou-se positivamente, dado que, neste período, esta sub-região perdeu -6,7% dos seus residentes, tendo o Concelho aumentado a sua população. Na década seguinte, entre 1991 e 2001, a Cova da Beira teve um ligeiro aumento da sua população (0,5%), mantendo-se o crescimento da população do Concelho acima destes valores (2,4%). Entre 2001 e 2011 ambos os territórios perderam população, sendo essa diminuição mais significativa no Concelho. No contexto da NUTS II Cento (NUTS 2003), Belmonte integrava o grupo de 16 concelhos com variações negativas entre os -9% e -13%, ou seja, abaixo dos valores médios para a região (Censos 2011. Região Centro, p.18).

Comparando a variação da população do Concelho com a variação da população no conjunto dos concelhos que integram a NUTS III Beiras e Serra da Estrela (NUTS 2013) (-8,8%), na qual Belmonte se insere desde 2015, verifica-se que, também neste contexto, entre 2001/2011, Belmonte apresenta valores mais baixos.

Quadro 3| Evolução e variação da população residente no Concelho e nas NUTS III Cova da Beira, Serra da Estrela e Beira Interior Norte entre 1981 e 2011

Unidade territorial	População Residente						
	1981	1991	2001	2011	Variação (%)		
					1981/1991	1991/2001	2001/2011
NUTS III (2003) Cova da Beira	99799	93097	93579	87869	-6.7	0.5	-6.1
NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela (1)	-	-	258799	236023	-	-	-8.8
Concelho de Belmonte	6765	7411	7592	6859	9.5	2.4	-9.7

(1) Considerar-se a soma da população residente nos concelhos que integram a actual NUTS III Beiras e Serra da Estrela

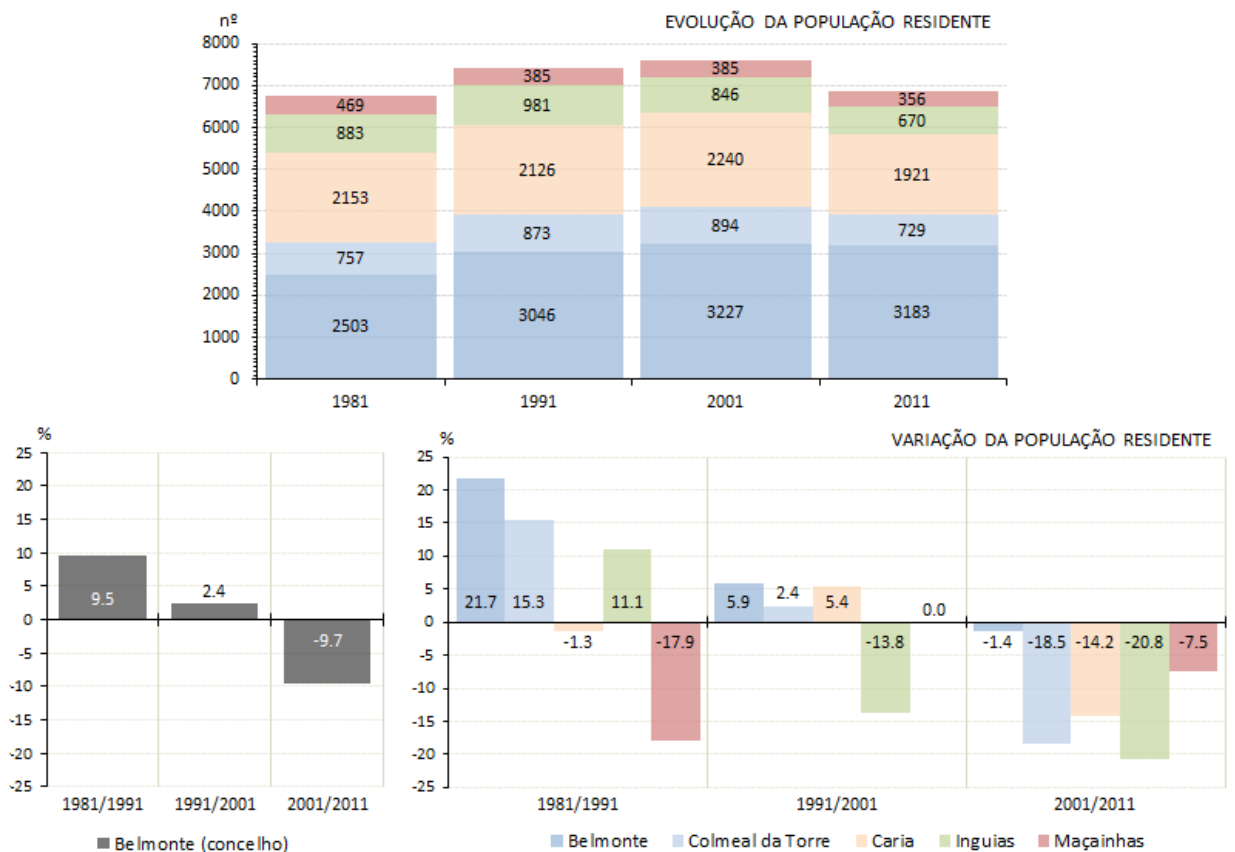
Fonte: INE. Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

No que diz respeito ao território concelhio, em 2011, a freguesia de Belmonte, com 3 183 residentes, era a mais populosa, albergando quase metade (46%) da sua população. Seguiam-se, por ordem decrescente as freguesias de Caria, com mais de um quarto da população (28%), Colmeal da Torre (11%), Inguias (10%) e Maçainhas (5%) (Quadro 4). No âmbito da reforma administrativa nacional de 2013, foi criada a União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, através da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, reunindo as duas freguesias sem alteração dos respetivos limites, repondo

a situação territorial anterior à desanexação de 1949. Esta unidade territorial passou a agregar 57,0% (3 912) dos residentes do concelho (Quadro 4).

A evolução decenal do total da população residente no Concelho, no período compreendido entre 1981 e 2011 foi positiva até 2001, traduzindo-se numa variação de 9,5%, entre 1981/1991, e de 2,4%, entre 1991/2001, ou seja, ainda positiva, mas menos expressiva relativamente à década anterior. Entre 2001 e 2011, a tendência para o crescimento inverteu-se, tendo população do Concelho diminuído de 7 592 para 6 859 indivíduos, o que representa uma variação de -9,7% (Fig. 12 e Quadros 4 e 5).

Figura 13| Evolução decenal da população residente no Concelho e por freguesias, entre 1981 e 2011





Quadro 4| Evolução decenal da população residente no Concelho e por freguesia, entre 1981 e 2011

Unidade territorial		População Residente									
		1981		1991		2001		2011			
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
Freguesias	Belmonte	2503	37.0	3046	41.1	3227	42.5	3183	46.4		
	C.Torre	757	11.2	873	11.8	894	11.8	729	10.6		
	Caria	2153	31.8	2126	28.7	2240	29.5	1921	28.0		
	Inguias	883	13.1	981	13.2	846	11.1	670	9.8		
	Maçainhas	469	6.9	385	5.2	385	5.1	356	5.2		
Belmonte (concelho)		6765	100.0	7411	100.0	7592	100.0	6859	100.0		

Fonte: Censos 1981, 1991, 2001 e 2011 (INE)

Quadro 5| Variação decenal da população residente, no concelho e por freguesias, entre 1981 e 2011

Unidade territorial		Variação da população (%)					
		1981/1991		1991/2001		2001/2011	
Freguesias	Belmonte	21.7	20.2	5.9	5.2	-1.4	-5.1
	Colmeal da Torre	15.3		2.4		-18.5	
	Caria	-1.3		5.4		-14.2	
	Inguias	11.1		-13.8		-20.8	
	Maçainhas	-17.9		0.0		-7.5	
Belmonte (concelho)		9.5		2.4		-9.7	

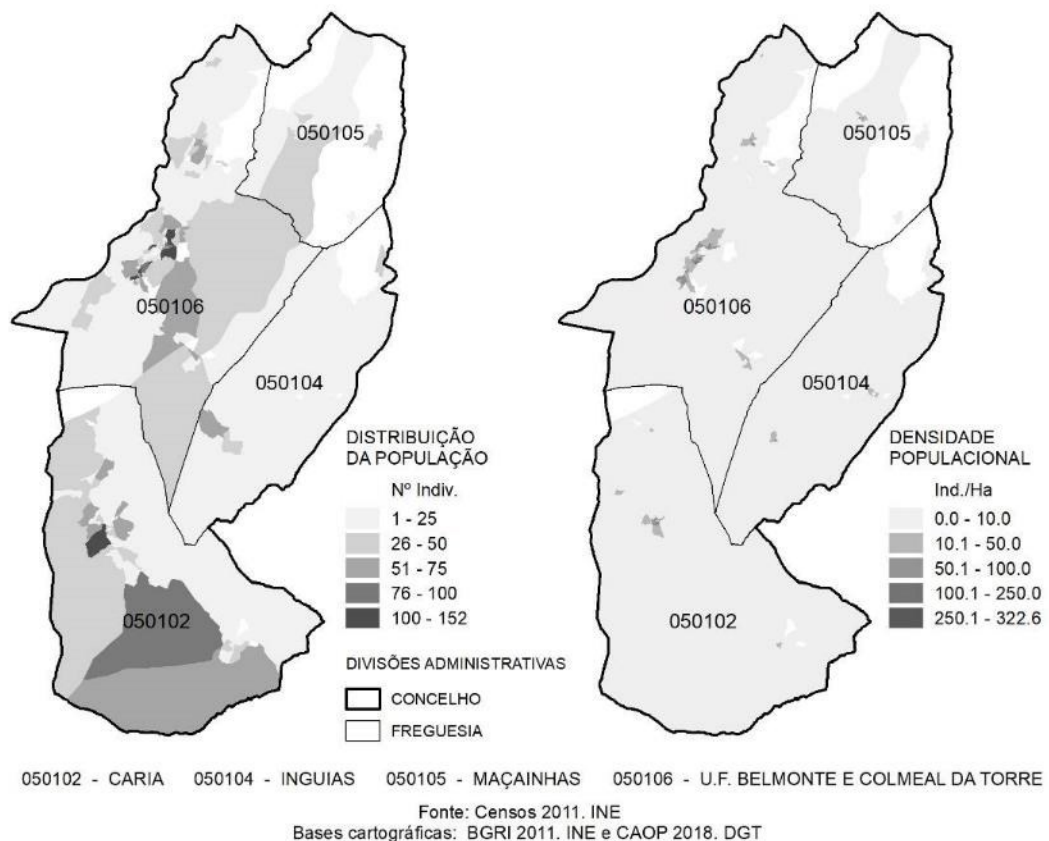
Fonte: Censos 1981, 1991, 2001 e 2011 (INE)

No interior do concelho, entre 2001 e 2011, todas as freguesias perderam população: Inguias perdeu mais de um quinto dos seus residentes (20,8%), Colmeal da Torre, individualmente, perdeu 18,5%, Caria 14,2%, Maçainhas 7,5%. Em Belmonte esta variação, embora negativa, foi reduzida (1,4%), contudo, quando considerado o atual território da União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, essa variação foi de 5,1%.

Em 2011, os 6 859 residentes ocupavam o território concelhio, tal como ilustra a Fig. 13, na qual se reflete a análise da distribuição da população pelas subdivisões da Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI). A análise desta informação permite verificar que, em números absolutos, a

população se distribuía principalmente em torno da sede do Município e a Sul da freguesia de Caria. Estabelecendo a relação entre o número de residente e as unidades territoriais ocupadas (subsecções), conclui-se que, fora das áreas urbanizadas as densidades populacionais são baixas, não ultrapassando, os 10 indivíduos por hectare.

Figura 14| Distribuição do número de residentes e densidade populacional no Concelho, por subsecção da BGRI, em 2011



Fonte: INE. Censos 2011

Considerando os lugares estatísticos em 2011 (Tabela 1 - Anexo I), verificam-se algumas alterações relativamente a 2001, tanto no número de lugares existentes, como na evolução das respetivas populações. Considerando, em conjunto os lugares que atualmente constituem a freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre, verifica-se que passou a existir mais um lugar - Galhisteiro – e que o Bairro do Carrola, que não constava dos Censos 1991 e passou a integrar os Censos de 2001, voltou a ser retirado em 2011. Dos lugares que permaneceram ao longo deste período, cinco perderam população: Quinta da Jardina (-32,9%), Quinta da Laginha (-16,7%), Quintas das Pereiras (15,8%), Gaia (-12,8%) e Colmeal da Torre (-1,7%); os restantes aumentaram as suas populações, verificando-se crescimento de 9,1% em Belmonte e um aumento bastante significativo, em Belmonte

Gare (51,6%) e Lage do Tostão (52,6%). A população isolada decresceu para menos dois quintos (-40,3%), neste período.

Na freguesia de Caria desapareceu o lugar de Estrelado e foi criado o lugar do Bairro de São Vicente. Dos restantes lugares, três perderam residentes: Monte do Bispo (25,3%), Malpique (8,7%) e Caria (-7,9%) e três aumentaram as suas populações: Bairro de Santo António (2,5%), Caria Gare, com um aumento de mais de um terço da população (37,3%) e Pinho Manso, no qual a população aumentou três quartos (75%) relativamente a 2001. Também nesta freguesia a população isolada decresceu significativamente (-47,4%), durante o período considerado.

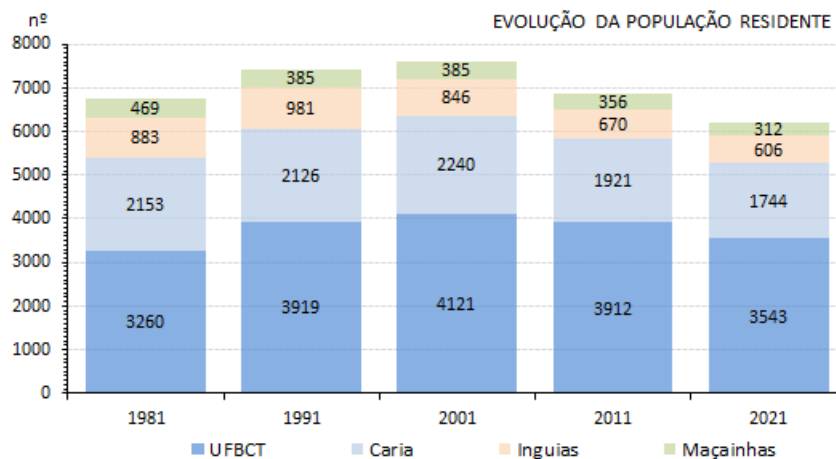
Na freguesia de Inguias, mantiveram-se todos os lugares e, com exceção de Carvalhal Formoso, onde se verificou um aumento de residentes (7,6%), as respetivas populações decresceram: Olas perdeu quase metade da sua população (-44,5%), Trigais perdeu um terço (32,7%) e Inguias um quinto (-19,9%). Os isolados reduziram-se em aproximadamente três quintos (-59,1) relativamente a 2001.

A freguesia de Maçainhas perdeu os lugares de Apeadeiro e Quinta do Monte, tendo a população diminuído em Quinta Cimeira (-10,3%) e aumentado 8,8% em Maçainhas. Os isolados reduziram-se para menos de metade (-56,6%) relativamente a 2001.

No total dos residentes do Concelho, em 2001, a população isolada era composta por 1224 indivíduos e representava 16,1%; em 2011, era composta por 638 indivíduos, tendo passado a representar apenas 9,3%, o que se traduz numa variação de -47,9% durante este período intercensitário.

Recorrendo aos dados dos Censos 2021 já disponíveis, verifica-se que no último decénio a população do Concelho continuou a diminuir, passando de 6 859 residentes, em 2011, para 6 205, em 2021 (Fig.4.1.3), o que se traduz numa variação negativa de 9,5 % (Fig.4.1.4). O decréscimo da população verifica-se em todas as freguesias. Na União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre (UFBCT) (-9,4 %), em Caria (-9,2 %) e em Inguias (-9,6 %), o decréscimo é idêntico ao registado para o Concelho. Na freguesia de Maçainhas (-12,4 %) é um pouco mais elevado, passando esta freguesia a contar em 2021, apenas com 312 residentes.

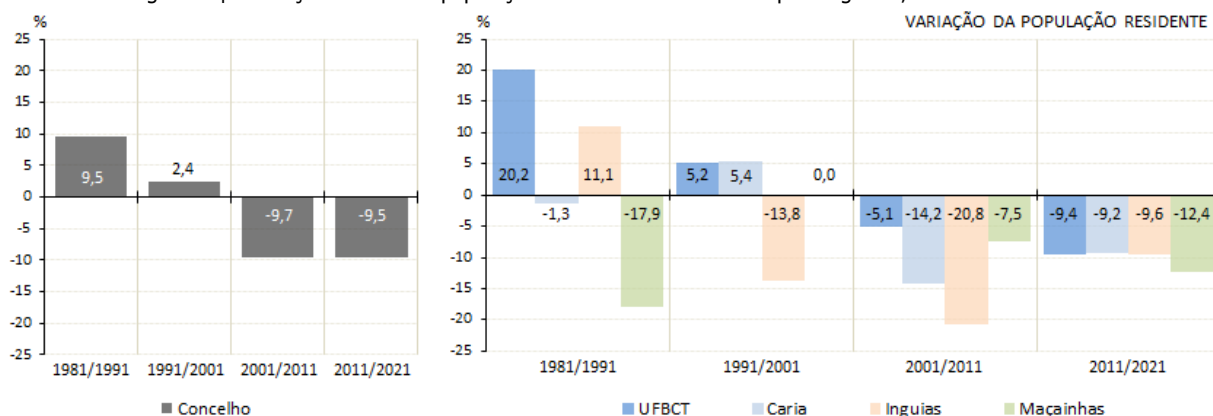
Figura 15] – Evolução decenal da população residente no Concelho e por freguesia, entre 1981 e 2021



Unidade territorial		População Residente									
		1981		1991		2001		2011		2021	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Freguesias	Belmonte	2503	37,0	3046	41,1	3227	42,5	3183	46,4	3543	57,1
	C.Torre	757	11,2	873	11,8	894	11,8	729	10,6	606	9,8
	Caria	2153	31,8	2126	28,7	2240	29,5	1921	28,0	1744	28,1
	Inguias	883	13,1	981	13,2	846	11,1	670	9,8	606	9,8
	Maçainhas	469	6,9	385	5,2	385	5,1	356	5,2	312	5,0
Belmonte (concelho)		6765	100,0	7411	100,0	7592	100,0	6859	100,0	6205	100,0

Fonte: INE. Recenseamento da População e Habitação – Censos 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

Figura 16|– Variação decenal da população residente no Concelho e por freguesia, entre 1981 e 2021



Unidade territorial		Variação da população (%)			
		1981/1991	1991/2001	2001/2011	2011/2021
Freguesias	Belmonte	21,7	5,9	-1,4	-9,4
	C.Torre	15,3	2,4	-18,5	-9,4
	Caria	-1,3	5,4	-14,2	-9,2
	Inguias	11,1	-13,8	-20,8	-9,6
	Maçainhas	-17,9	0,0	-7,5	-12,4
Belmonte (concelho)		9,5	2,4	-9,7	-9,5

Fonte: INE. Recenseamento da População e Habitação – Censos 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

## 11.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A análise da estrutura etária da população residente com base em pirâmides etárias construídas a partir dos dados sobre a população fornecidos pelos Censo de 2011 e 2001, agrupados em grupos etários quinquenais e divididos por sexo. Consideraram-se os dados disponíveis para as freguesias, anteriores às alterações de 2013.

A estrutura etária da população do Concelho, representada na figura 14, ilustra a evolução entre os dois últimos momentos censitários, evidenciando uma população em contração, em consequência do seu duplo envelhecimento, caracterizado pela redução da população jovem e aumento da população idosa, reforçado pelo aumento da longevidade: por um lado verifica-se o aumento da proporção de idosos, que passou de 23,7%, em 2001 para 26,8%, em 2011, sendo o aumento muito pronunciado nos grupos com 75 anos e mais; por outro, o estreitamento da base da pirâmide, expressivo nas faixas etárias inferiores aos 30 anos e muito acentuado entre os 15 e os 24 anos. As características evidenciadas na imagem correspondem a uma população que se caracteriza por baixas taxas de

natalidade e mortalidade, aumento da longevidade e, conseqüentemente índices de dependência elevados.

A freguesia de Belmonte era a que mais se aproximava do padrão do Concelho, mas, não obstante a contração da população dos grupos etários mais jovens, entre 2001 e 2011, verificava-se, relativamente a esta unidade territorial, uma maior representatividade, quer dos indivíduos com menos de 15 anos - que em 2011 correspondiam 13,5% da população da freguesia e a 11,8% da população do Concelho – quer da população em idade ativa (15-64), que em 2011 correspondia a 64% da população da freguesia e apenas a 61,4% da população do Concelho.

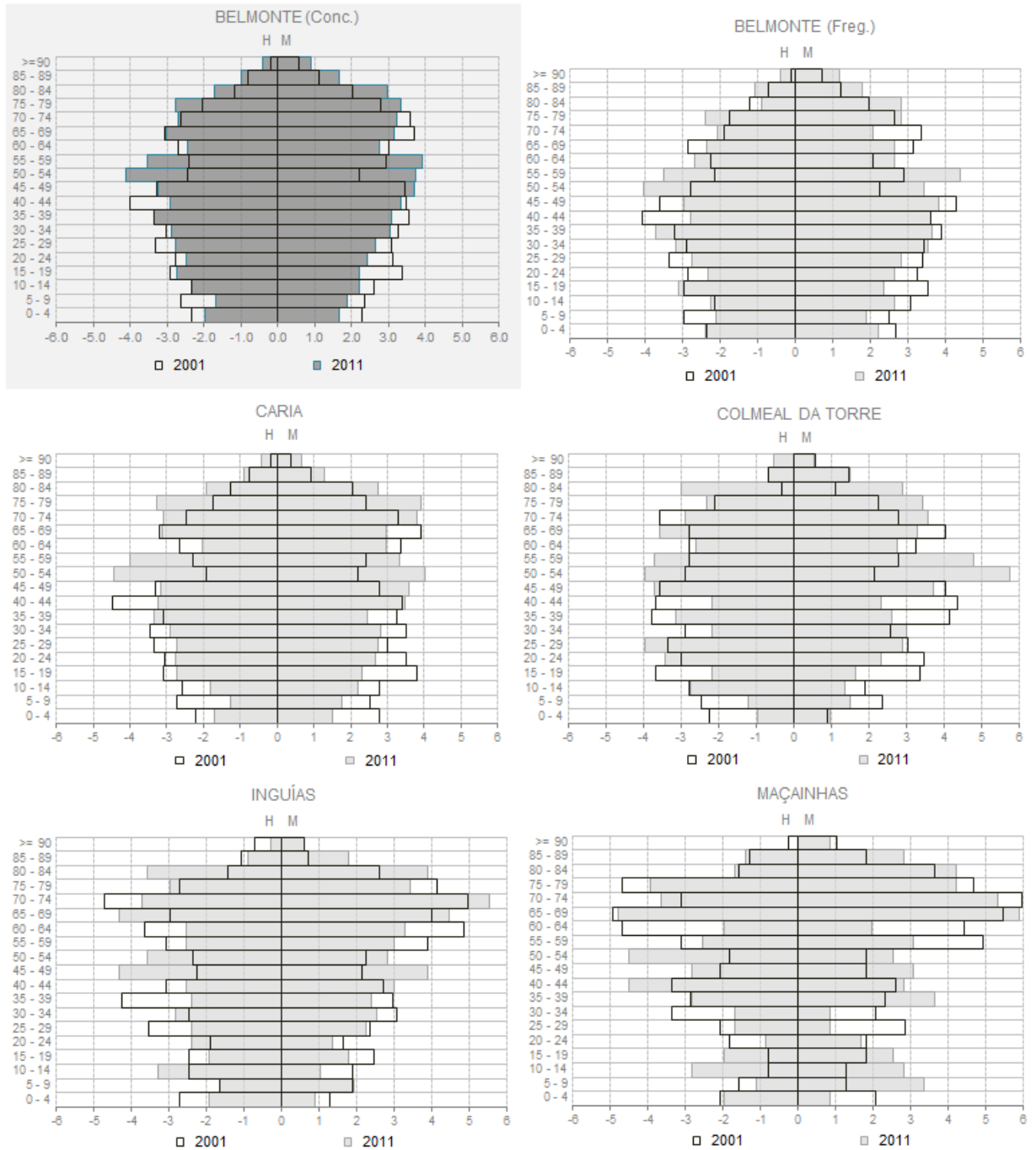
Na freguesia de Caria evidencia-se uma acentuada contração da população jovem – no grupo etário dos indivíduos com menos de 15 anos passou de 15,6% em 2001, para 10,3%, em 2011 - e um aumento significativo da proporção da população idosa, que passou de 22,6% em 2001, para 28,1%, em 2011.

As populações dos aglomerados urbanos de Colmeal da Torre, Inguias e Maçainhas caracterizavam-se pelo grande desequilíbrio da sua estrutura etária, sendo esta característica muito marcada no caso de Maçainhas.

Para além das características descritas, identificam-se, tanto no concelho, como em cada uma das freguesias, a existência de classes ocas em diversos grupos etários. Na pirâmide etária do concelho evidenciam-se as reduções de população verificadas para homens e mulheres no grupo etário do 60 aos 64 anos e para os homens nos grupos dos 40 aos 44 anos e dos 20 aos 24 anos.

Este tipo de situações refletem momentos de maior fragilidade no tecido social, geradas em conjunturas específicas e a, frequentemente, a escalas mais abrangentes, que acabam por deixar a sua marca na estrutura das populações que afetam.

Figura 17| Estrutura etária da população residente no concelho e por freguesia, em 2011

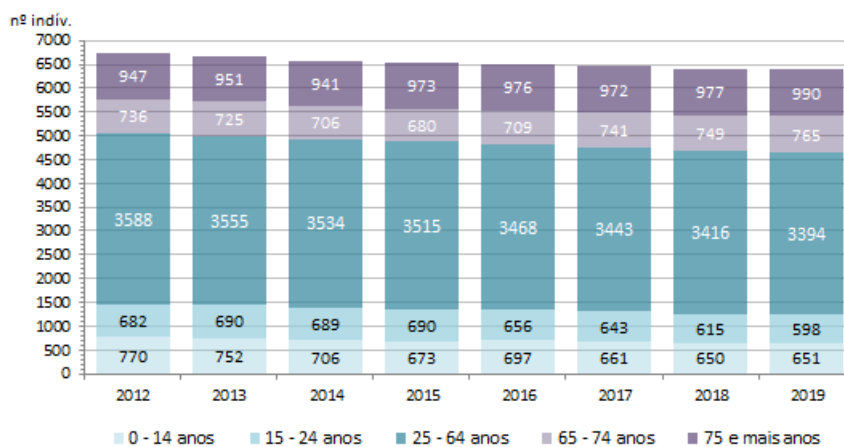


Fonte: Quadro 1 – Anexo I

### 11.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO APÓS 2011

Segundo as estimativas da população disponibilizadas pelo INE, entre 2012 e 2019, ter-se-á confirmado a tendência para o decréscimo progressivo da população, já manifestada durante o último período intercensitário. De acordo com os dados disponíveis, neste período, a população terá passado de 6 723 para 6 398 residentes, o que se traduz em uma taxa de variação de aproximadamente -5 % (Fig. 15).

Figura 18| População residente, por ciclo de vida, no Concelho, entre 2012 e 2019



Fonte: INE. Estimativas anuais da população residente - Tabela 4 (Anexo I)

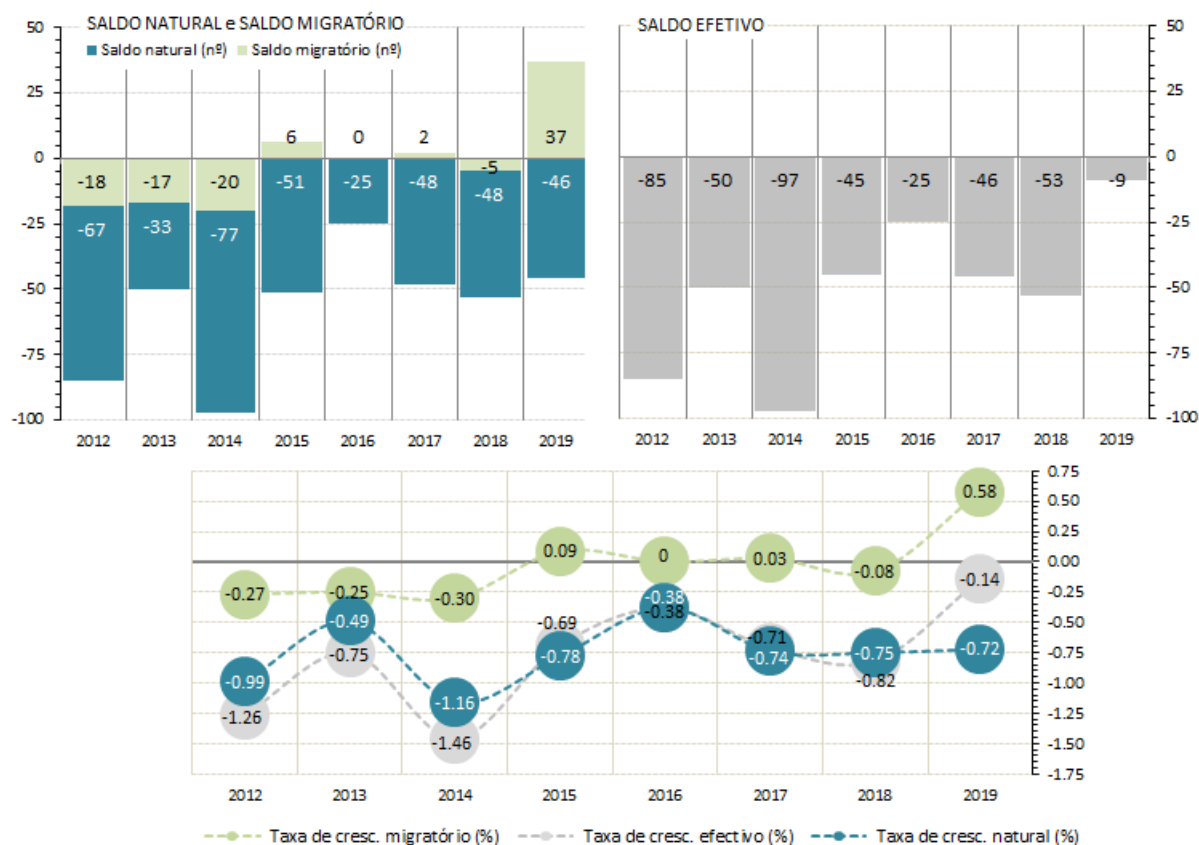
Este decréscimo ter-se-á ficado a dever à diminuição relativa da população com idade inferior a 65 anos, na medida em que, tanto no grupo etário dos 65 aos 74 anos, como no dos indivíduos com mais de 75 anos, terá havido uma variação positiva de 3,9% e 4,5%, respetivamente. Entre os menores de 65 anos o número de residentes entre os 25 e os 64 anos terá variado -5,4%, sendo essa variação mais expressiva nos grupos etários dos 15 aos 25 anos (-12,3%) e dos menores de 15 anos (-15,5%).

Analisando os saldos natural e migratório para o mesmo período (Fig. 16) é possível concluir que o balanço negativo entre nascimentos e óbitos terá tido maior influência na diminuição da população do Concelho do que as migrações da população: nos valores negativos do Saldo Efetivo em 2012, 2013, 2104 e 2018 têm maior peso os valores negativos do Saldo Natural do que os, também negativos, do Saldo Migratório; nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2019 os valores negativos devem-se apenas ao saldo Natural, já que o Saldo migratório foi nulo (2016) ou positivo (2015, 2017 e 2019).

As Taxas de Crescimento Natural (TCN) Crescimento Migratório (TCM) e Crescimento Efetivo (TCE) traduzem esta circunstância, variando a TCN entre -1,16%, em 2014 e -0,72%, em 2019, a TCM entre -0,30%, em 2014 e 0,58, em 2019 e a TCE vaiou entre -1,46%, em 2014 e -0,14%, em 2019.



Figura 19| Saldo Natural, Migratório e Efetivo e Taxas de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo, no Concelho, entre 2012 e 2019

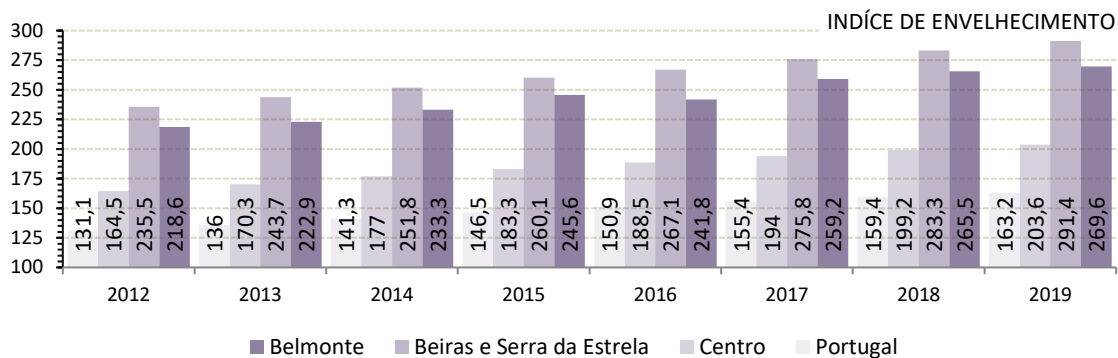


Fonte: INE. Estimativas anuais da população residente

O envelhecimento da população do Concelho evidenciado pelos valores dos Censos de 2011, ter-se-á vindo a acentuar, de acordo com as estimativas sobre a sua evolução após o momento censitário. Entre 2012 e 2019, os indicadores demográficos apresentados pelo INE quantificam essa tendência oferecendo uma base para o dimensionamento de equipamentos e infraestruturas de apoio social.

O Índice de Envelhecimento (IE) que traduz a relação entre a população idosa, com 65 ou mais anos e a população jovem, entre os 0 e os 14, terá acompanhado a tendência verificada, tanto para Portugal, como para as NUTS II Centro e NUTS III Beiras e Serra da Estrela, aumentando progressivamente neste período. Os seus valores terão variado entre 218,6, em 2012 e 269,6, em 2019 e, embora sejam muito elevados quando comparados com os do território nacional e da Região Centro, ter-se-ão mantido sempre inferiores aos da sub-região da Beiras e Serra da Estrela (Fig. 17).

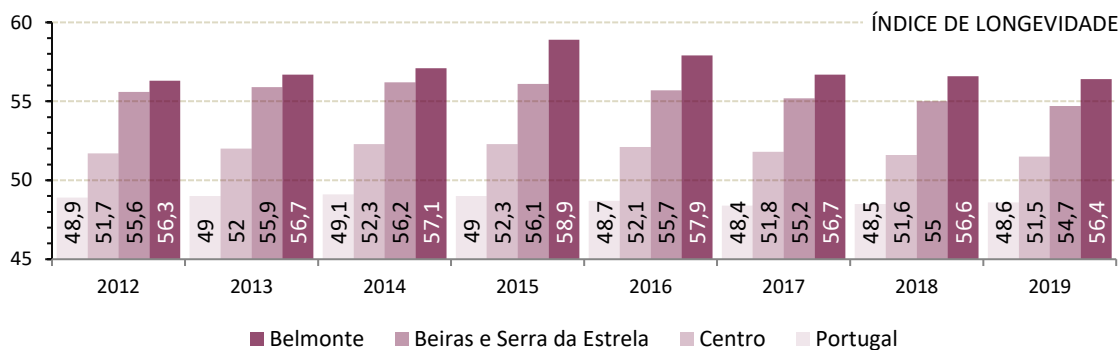
Figura 20| Evolução do Índice de Envelhecimento no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018



Fonte: INE. Indicadores demográficos

O Índice de Longevidade (IL) (Fig. 18), que permite perceber o significado que tem a população mais idosa no contexto do total da população idosa, sendo definido pelo quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos. Constitui um bom indicador para avaliar a dimensão da mortalidade entre a população idosa. No Concelho, no período considerado terá aumentado de 56,3 em 2012, até 58,9, em 2015, ano a partir do qual terá diminuído progressivamente, para 56,4 em 2019 atingindo um valor muito próximo do verificado em 2012. Os valores deste indicador em Belmonte ter-se-ão mantido sempre mais elevados do que os valores verificados para o território nacional, para a Região Centro e para a sub-região Beiras e Serra da Estrela.

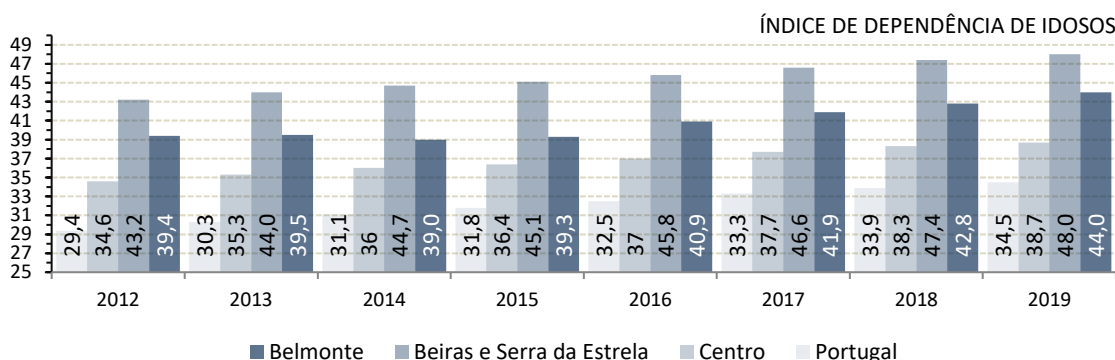
Figura 21| Evolução do Índice de Longevidade no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018



Fonte: INE. Indicadores demográficos

O envelhecimento demográfico, evidenciado pelos valores elevados do IE e do IL tem como consequência um elevado índice de Dependência de Idosos (IDI). Este indicador que traduz a relação entre a população idosa, composta pelo número de pessoas com 65 ou mais anos e a população em idade ativa, que engloba os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, terá, aumentando progressivamente no Concelho, variando entre 39,4, em 2012 e 44,0 em 2019. Ao longo do período considerado, os seus valores terão sido sempre superiores aos do território nacional e da Região Centro, mas inferiores aos verificados na sub-região da Lezíria do Tejo (Fig. 19).

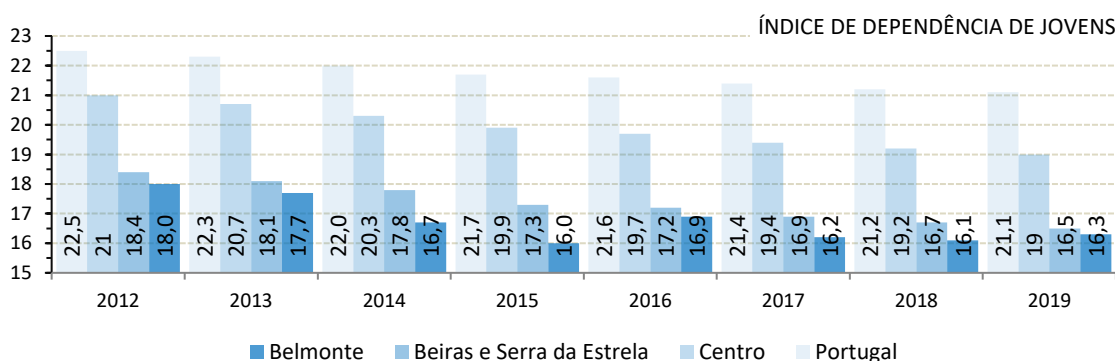
Figura 22| Evolução do Índice de Dependência de Idosos no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018



Fonte: INE. Indicadores demográficos

Inversamente, o Índice de Dependência de Jovens (IDJ), terá decrescido, ainda que de forma menos expressiva, variando entre 18,0, em 2012 e 16,3 em 2018. Este indicador, que dá a relação entre a população jovem, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e a população em idade ativa, entre os 15 e os 64, apresentará valores bastante inferiores aos relativos ao território nacional e à Região Centro, aproximando-se dos verificados na sub-região da Beiras e Serra da Estrela (Fig. 20).

Figura 23| Evolução do Índice de Dependência de Jovens no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018

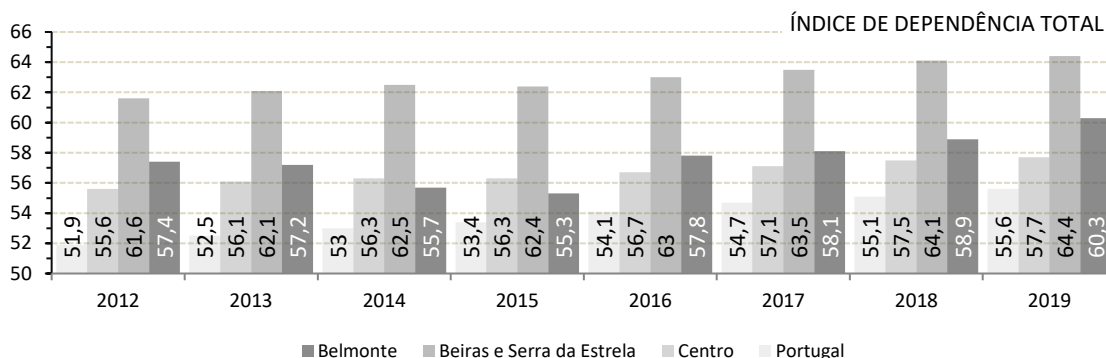


Fonte: INE. Indicadores demográficos

Os valores do Índice de Dependência Total (IDT) (Fig. 21), que, no Concelho, terá decrescido de 57,4, em 2012, para 55,3, em 2015, aumentaram progressivamente e de forma mais pronunciada a partir deste ano, até atingirem o valor de 60,3, em 2018. Este aumento posterior a 2015 terá sido principalmente influenciado pelo comportamento do IDI, dado que IDJ decresceu, durante este período.

Os valores registados para o Concelho, embora superiores aos verificados para o território nacional e para a região Centro são significativamente inferiores aos que caracterizam a sub-região Beiras e Serra da Estrela.

Figura 24| Evolução do Índice de Dependência de Total no concelho de Belmonte, na sub-região Beiras e Serra da Estrela, na Região Centro e em Portugal, entre 2012 e 2018



Fonte: INE. Indicadores demográficos

Considerando os dados disponíveis dos Censos de 2021, relativamente à distribuição da população residente, por ciclo de vida (Figura seguinte) confirma-se a tendência para o seu envelhecimento, verificando-se um aumento do número de residentes na faixa etária dos 65 e mais anos e um decréscimo da população em idade ativa. Este facto reflete-se no aumento dos valores do Índice de Envelhecimento, tanto no Concelho (304 %), como nas freguesias, sendo a União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, a única com valores abaixo dos registados para a totalidade do Concelho (267 %). O Índice de Dependência Total para o Concelho (75 %) reflete também nos seus valores o peso dos dependente que estão entre população mais idosa (56 %), no total dos residentes.

O número de indivíduos com menos de 15 anos (657) aumentou, ainda que muito ligeiramente, relativamente aos valores estimados pelo INE, para 2019 (651).

Figura 25| População residente, por ciclo de vida e sexo e Índice de Envelhecimento, Índices de Dependência de Jovens, de Idosos e Total, no Concelho e por freguesia, em 2021

Unidade Territorial		Grupo etário (anos)															Índice de Envelhecimento %	Índice de Dependência de Jovens %	Índice de Dependência de Idosos %	Índice de Dependência Total %
		HM					H					M								
		Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	>= 65	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	>= 65	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	>= 65				
Freguesias	UFBCT	3543	401	308	1764	1070	1656	202	151	848	455	1887	199	157	916	615	266,8	19,4	51,6	71,0
	Caria	1744	176	126	862	580	850	95	60	441	254	894	81	66	421	326	329,5	17,8	58,7	76,5
	Inguias	606	54	42	289	221	307	29	25	155	98	299	25	17	134	123	409,3	16,3	66,8	83,1
	Maçainhas	312	26	24	136	126	149	15	12	68	54	163	11	12	68	72	484,6	16,3	78,8	95,0
Belmonte (concelho)		6205	657	500	3051	1997	2962	341	248	1512	861	3243	316	252	1539	1136	304,0	18,5	56,2	74,7

Fonte: INE. Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021

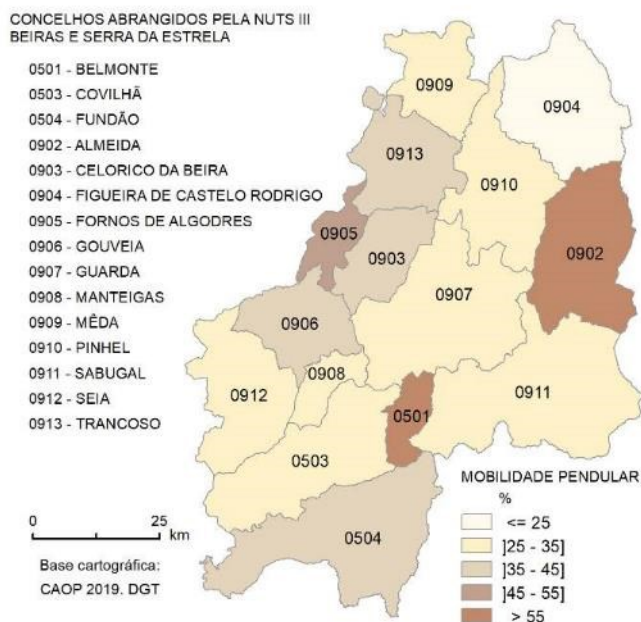
#### 11.4. MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO

Para avaliar a capacidade que o município tem para atrair população, situando-o relativamente às unidades territoriais que o enquadram, analisaram-se a mobilidade pendular da população empregada e a Taxa Bruta de Atração Total disponibilizadas pelo INE.

A mobilidade pendular da população empregada, que traduz o quociente entre a população residente empregada fora do concelho somada à população não residente empregada no Concelho e o total da população residente empregada (dentro ou fora do concelho), foi utilizada tomando como termo de comparação os concelhos abrangidos pela NUTS III Beiras e Serra da Estrela (Fig. 22).

De acordo com os dados apresentados pelos censos de 2011, Belmonte apresentava-se, juntamente com o concelho de Almeida, como os municípios com maior capacidade de atração de população empregada, no contexto geográfico considerado (Fig. 22), com um valor de 63% (Quadro 6).

Figura 26| Mobilidade pendular da população empregada nos concelhos que integram a NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela, em 2011



Fonte: INE. Recenseamento Geral da população 2011

Quadro 6| Mobilidade pendular da população empregada nos concelhos que integram a NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela, em 2011

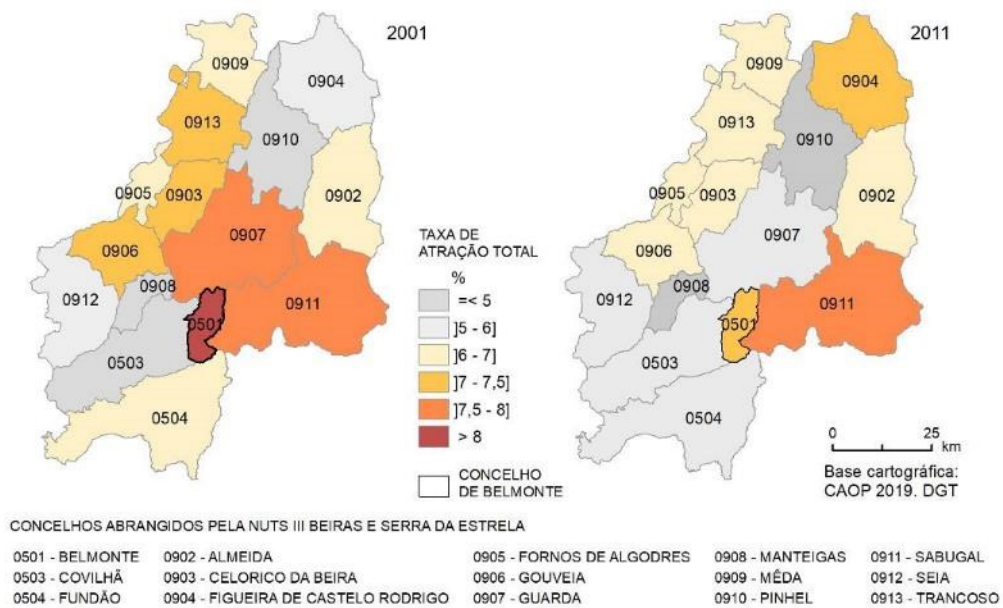
LOCAL DE RESIDÊNCIA		MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) EM 2011	
NUTS III (1)	CONCELHOS	NUTS III (1)	CONCELHOS
Serra da Estrela	Fornos de Algodres	26.72	54.02
	Gouveia		37.60
	Seia		32.85
Beira Interior Norte	Almeida	19.08	64.42
	Celorico da Beira		43.72
	Figueira de Castelo Rodrigo		21.86
	Guarda		30.47
	Manteigas		30.19
	Meda		31.33
	Pinhel		34.27
	Sabugal		26.22
Cova da Beira	Trancoso	17.26	38.39
	Belmonte		63.44
	Covilhã		28.59
	Fundão		37.50

\* NUTS III que, à data dos Censos 2011, integravam os concelhos atualmente incluídos na NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE. Recenseamento Geral da população 2001 e 2011

A Taxa Bruta de Atração Total foi tida em conta para perceber qual a capacidade do concelho para atrair população, relativamente aos outros concelhos da sub-região em que se integra. Através da análise deste indicador, que traduz a relação percentual entre os indivíduos que 5 anos antes residiam noutra unidade territorial, ou noutro país, e o total da população residente no Concelho, é possível observar que, no contexto sub-regional da NUTS III Beiras e Serra da Estrela, Belmonte era um dos municípios com maior capacidade para atrair e fixar população no contexto no contexto sub-regional em que se insere (Fig. 23). Em 2001 destacava-se dos 15 concelhos considerados, com um valor de 5,8% (Quadro 6). Em 2011, embora tenha havido um decréscimo para 7,5%, manteve-se como um dos concelhos com maior capacidade, neste domínio.

Figura 27 | Taxa de atração total dos concelhos que integram a NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela, à data dos Censos 2001 e 2011



Fonte: INE. Recenseamento Geral da população 2001 e 2011

Quadro 7| Taxa de atração total dos concelhos que integram a NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela, em 2001 e 2011

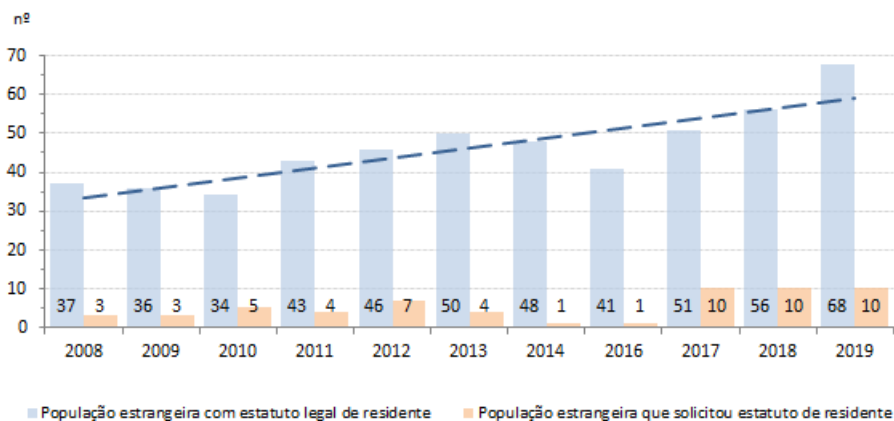
LOCAL DE RESIDÊNCIA		TAXA DE ATRAÇÃO TOTAL (%)			
NUTS III (1)	CONCELHOS	NUTS III (1)		CONCELHOS	
		2001	2011	2001	2011
Serra da Estrela	Fornos de Algodres	5.90	5.35	6.60	6.96
	Gouveia			7.40	6.37
	Seia			5.90	5.44
Beira Interior Norte	Almeida	5.50	4.64	6.50	6.79
	Celorico da Beira			7.40	6.60
	Figueira de Castelo Rodrigo			5.80	7.43
	Guarda			8.00	5.26
	Manteigas			4.40	4.26
	Meda			6.70	6.52
	Pinhel			4.30	4.87
	Sabugal			7.60	7.74
	Trancoso			7.30	6.40
Cova da Beira	Belmonte	4.64	4.70	8.50	7.35
	Covilhã			4.60	5.35
	Fundão			7.00	5.79

\* NUTS III que, à data dos Censos 2001 e 2011, integravam os concelhos atualmente incluídos na NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE. Recenseamento Geral da população 2001 e 2011

No que diz respeito à população estrangeira a residir no Concelho, verifica-se que não tem grande expressão, representado em 2019 1%, dos seus residentes. Ainda assim, segundo os dados divulgados pelo INE, para o período compreendido entre 2008 e 2019, verificou-se uma tendência para o seu aumento, representando em 2019 mais do dobro do verificado no início do período considerado.

Figura 28| População estrangeira com estatuto legal de residente e população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente no Concelho, de 2008 a 2019



Fonte: INE. Quadro 8 vol. II



Quadro 8| População estrangeira com estatuto legal de residente e população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente no Concelho, de 2008 a 2019

LOCAL DE RESIDÊNCIA		TAXA DE ATRAÇÃO TOTAL (%)			
NUTS III (1)	CONCELHOS	NUTS III (1)		CONCELHOS	
		2001	2011	2001	2011
Serra da Estrela	Fornos de Algodres	5.90	5.35	6.60	6.96
	Gouveia			7.40	6.37
	Seia			5.90	5.44
Beira Interior Norte	Almeida	5.50	4.64	6.50	6.79
	Celorico da Beira			7.40	6.60
	Figueira de Castelo Rodrigo			5.80	7.43
	Guarda			8.00	5.26
	Manteigas			4.40	4.26
	Meda			6.70	6.52
	Pinhel			4.30	4.87
	Sabugal			7.60	7.74
	Trancoso			7.30	6.40
Cova da Beira	Belmonte	4.64	4.70	8.50	7.35
	Covilhã			4.60	5.35
	Fundão			7.00	5.79

\* NUTS III que, à data dos Censos 2001 e 2011, integravam os concelhos atualmente incluídos na NUTS III (2013) Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE. População estrangeira com estatuto legal de residente e população estrangeira que solicitou estatuto de residente

Leia-se este capítulo como complementar do capítulo 17.2.

### 11.5. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO ATÉ 2050

As características da população constituem um dos fatores mais relevantes a considerar no processo do ordenamento do território. A programação do espaço no sentido de proporcionar uma boa qualidade de vida aos seus residentes pressupõe o conhecimento da situação existente e retrospectiva, mas também, tanto quanto possível, a antecipação de cenários de evolução, de forma a ir ao encontro das necessidades

Para a projeção da população residente no concelho de Belmonte até 2050 considerou-se a dinâmica da própria população, de acordo com as suas características atuais, sem a intervenção de fatores externos. A dinâmica migratória, não foi considerada, dado que não foi possível estabelecer cenários que permitissem quantificar a variação de comportamentos neste domínio.

A projeção da população até 2050 foi calculada considerando como população inicial os residentes no Concelho em 2019, segundo as estimativas do INE, agrupados por grupos etários quinquenais (Tabela 4 – Anexo I). Considerando o subgrupo da população constituído pelas mulheres em idade fértil e o número de nados vivos, nesse mesmo ano, por escalão etário das mães, determinou-se a

percentagem de nascimentos por grupo etário, a taxa de fecundidade por grupo etário. Estabeleceu-se ainda a relação de masculinidade à nascença, que traduz a percentagem de nados vivos do sexo masculino, relativamente aos nados vivos do sexo feminino (Quadro 9).

Quadro 9| Parâmetros utilizados para a projeção da população do concelho de Belmonte

Grupo etário	Mulheres em idade fértil 2019	Nados vivos - 2019			Nascimentos por grupo etário (%)	TFE - Taxa de Fecundidade Específica (‰)
		Total	H	M		
15-19	130	2	1	1	5.556	42.735
20-24	152	0	0	0	0.000	0.000
25-29	159	9	7	2	25.000	157.233
30-34	159	16	6	10	44.444	279.525
35-39	165	5	0	5	13.889	84.175
40-45	228	4	3	1	11.111	48.733
45-49	223	0	0	0	0.000	0.000
Total	1,216	36	17	19	100.0	
Relação de masculinidade à nascença (%)			89			
ISF - Índice Sintético de Fecundidade (para NUTS II Centro)	1.08					

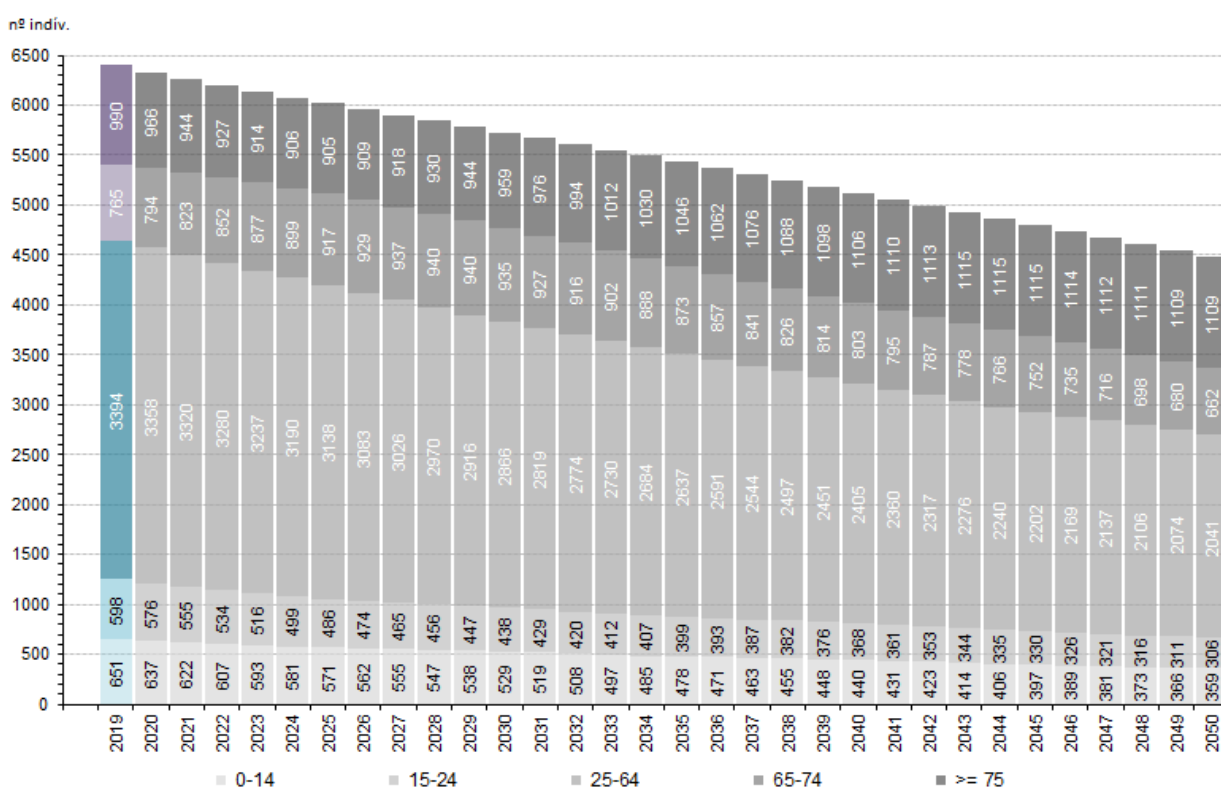
Para a série temporal considerada, não existem dados publicados por concelho, nem para o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) nem para a Esperança de Vida à Nascença (EVN) para 2018. Assim, utilizou-se o ISF publicado no Anuário Estatístico do INE referente à NUTS III Beiras e Serra da Estrela. No caso da EVN entre 2018 e 2050, utilizaram-se os valores disponibilizados pelo INE, para a Região do Centro (NUTS II). Relativamente a este indicador (EVN), são disponibilizados quatro cenários: baixo, central, alto e sem migrações. Optou-se por utilizar este último, na medida em que não se consideraram os movimentos migratórios.

Seguiu-se o método de Coale-Trussell na modelação dos comportamentos relativos à maternidade e utilizaram-se as Tábuas de Vida Modelo de Coale-Dameny (Oeste).

Projetada a população com base nos parâmetros referidos, verifica-se que a tendência para a progressiva diminuição do número de residentes se mantém, sendo possível observar que, tomando como ponto de referência o ano de 2019, a população terá decrescido aproximadamente -2,1%, até 2021 e -11,4% até 2031 (Fig. 25). No final do período considerado, em 2050, a confirmarem-se os pressupostos assumidos, o Concelho terá perdido um 30% dos seus munícipes, a contração da população ficará a dever-se principalmente à diminuição do número de residentes das faixas etárias mais jovens: haverá uma redução de -45%, dos menores de 15 anos, quase metade (49%) dos

jovens entre os 15 e os 24 anos. Os residentes no grupo etário dos 25 aos 64 anos diminuirão aproximadamente dois quintos (40%), conseqüentemente, o envelhecimento da população será bastante acentuado, com os residentes de idade igual ou superior a 65 anos a representar em 2021, 2031 e 2050, respetivamente, 28%, um terço (33%) e dois quintos (40%) dos residentes. A partir de 2029 os residentes com 75 e mais anos aumentarão de forma significativa relativamente aos que estarão no grupo etário dos 65 aos 74 anos, o que se traduzirá num valor muito elevado do Índice de Longevidade. (Tabela 5 – Anexo I)

Figura 29| Projeção da população residente no Concelho, por ciclo de vida, entre 2020 e 2050



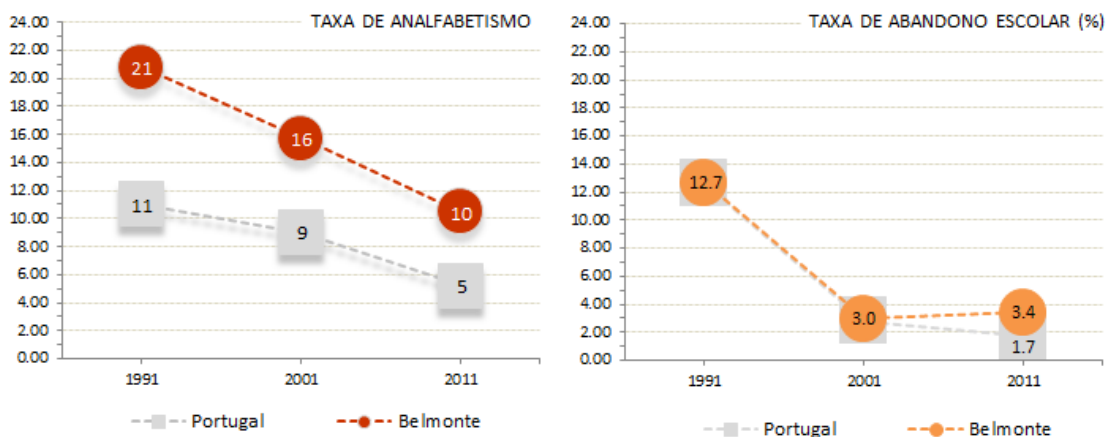
Fonte: Tabela 5 (volume II)

## 11.6. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A condição da população residente no Concelho perante o ensino evoluiu favoravelmente nos dois últimos períodos intercensitários: a Taxa de Analfabetismo, que traduz a relação entre o número de munícipes com 10 anos e mais que não sabem ler nem escrever e a população total nessa faixa etária, diminuiu expressivamente, passando de 21 % em 1991, para 10 % em 2011. Apesar de se manter elevada, facto que estará em grande medida relacionado com o envelhecimento demográfico, acompanhou a tendência para o recuo que caracteriza os valores nacionais e estreitou a diferença que os separa (Fig. 26).

A Taxa de Abandono Escolar apresenta um comportamento positivo entre 1991 e 2001, tendo passado de 12,7%, para 3%, acompanhando os valores verificados para o território nacional; no decénio seguinte, voltou a subir, ainda que ligeiramente, para os 3,4%, afastando-se do valor verificado para o território nacional que, neste período, desceu para 1,7%.

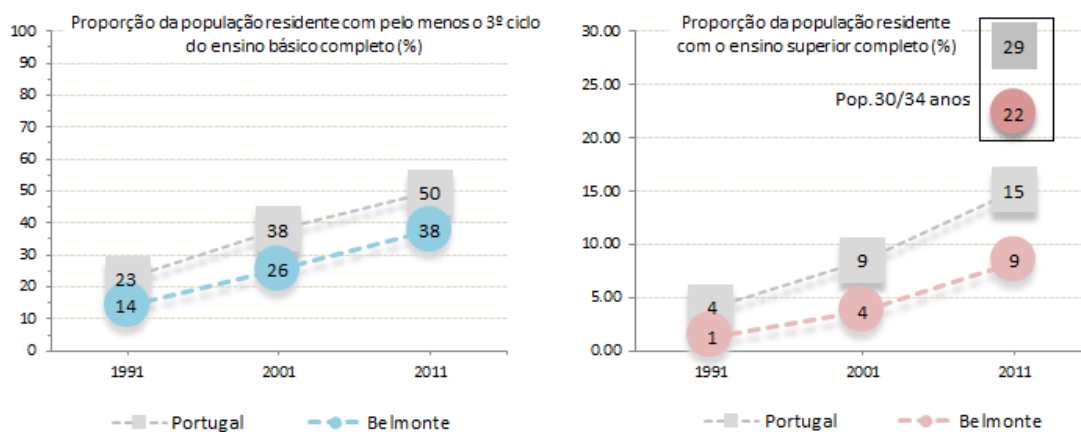
Figura 30| Evolução da Taxa de Analfabetismo e da Taxa de Abandono Escolar, no concelho de Belmonte e em Portugal, entre 1989, 1999 e 2009



Fonte: INE. Recenseamento da População. 1991, 2001 e 2011

A proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo, aumentou progressivamente, passando de 14%, em 1991, para 38%, em 2011, contudo, apesar do comportamento positivo, os valores apresentavam uma diferença significativa relativamente ao total nacional. O mesmo se passa com a evolução da população residente com o ensino superior completo (Fig. 27). Em ambos os casos essa diferença alargou entre 1991 e 2011.

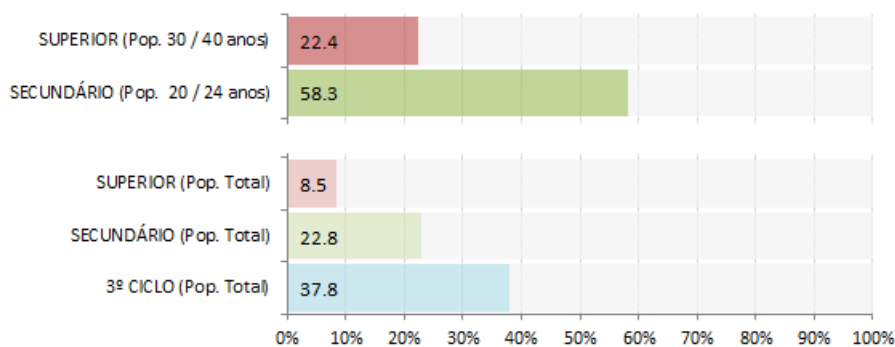
Figura 31| Evolução da proporção da população com, pelo menos o 3º ciclo completo e da população com o ensino superior completo, no concelho de Belmonte e em Portugal, entre 1989, 1999 e 2009



Fonte: INE. Recenseamento da População. 1991, 2001 e 2011

A figura 28 traduz graficamente a situação do nível de escolaridade da população residente em Belmonte, em 2011. Para além dos aspetos já referidos destaca-se o facto de, tanto no que diz respeito à população com o ensino secundário, ou superior completos, quando consideradas as faixas etárias dos 20 aos 24 anos e dos 30 aos 40 anos o valor das respetivas proporções aumenta significativamente.

Figura 32| Proporção da população residente com pelo menos o 3º Ciclo, ensino secundário e ensino superior completos, no Concelho, em 2011

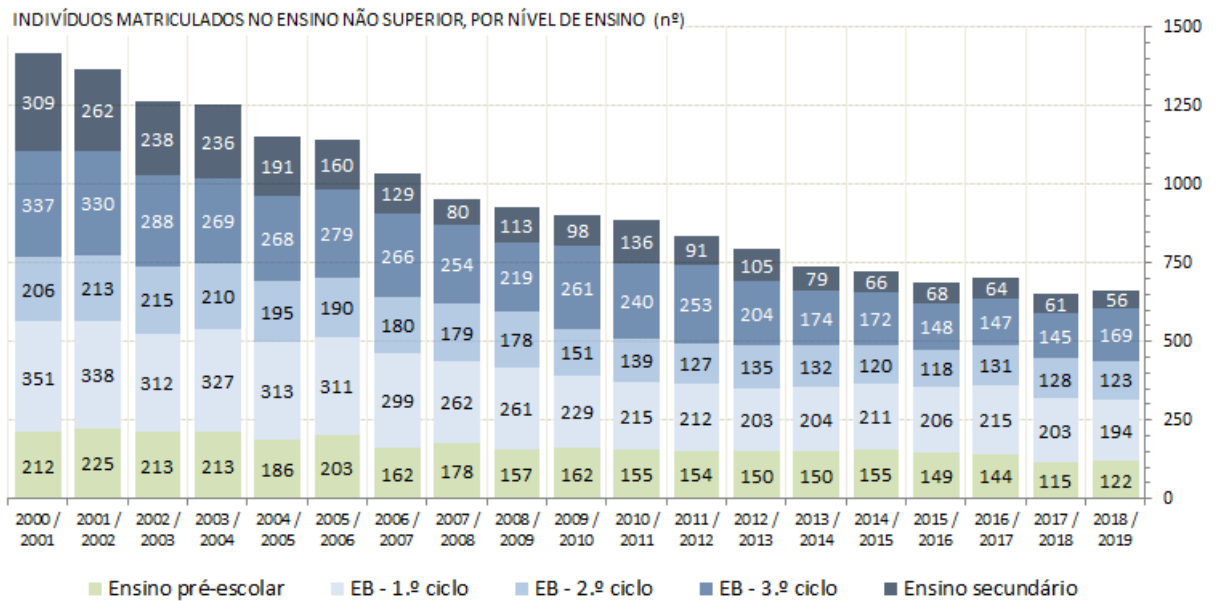


Fonte: INE. Recenseamento da População. 2011

Relativamente à população escolar, a figura 29 permite verificar que a evolução do número de alunos matriculados por nível de ensino não superior, a partir do ano letivo de 2000/2001, vem diminuindo progressivamente em todos os níveis, sendo essa diminuição muito acentuada no caso do ensino secundário.

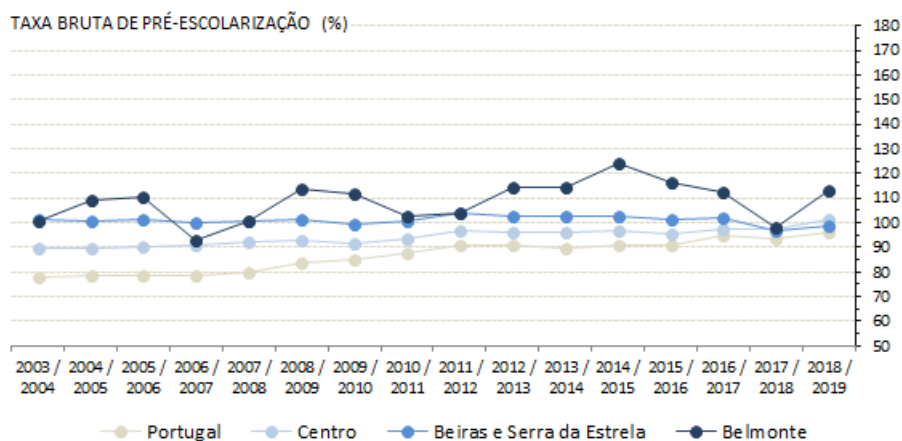
Observando a evolução dos valores da Taxa Bruta de Pré-Escolarização (TBPE) e do Ensino Básico (TBEB), calculadas para o Concelho (Fig. 30), para o período considerado, verifica-se que, no caso da TBPE são superiores aos que caracterizam o território nacional, a NUTS II Centro e a NUTS III Beiras e Serra da Estrela e que no ensino básico, com exceção do período compreendido entre os anos letivos de 2007/2008 e 2013/2014, apresenta valores muito semelhantes ou superiores àqueles territórios. Assim, é possível considerar que a diminuição do número de alunos nestes dois níveis será em grande medida explicada pela diminuição da população nas faixas etárias mais jovens. Já no ensino secundário o peso do envelhecimento da população não será o único fator a explicar esta redução do número de matriculados, já que em Belmonte, a Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Secundário (TBEES) apresenta valores muito abaixo da média nacional e do contexto regional no qual o concelho se insere. Considerando ainda que, entre 2001 e 2011, houve um aumento da taxa de abandono escolar (Fig. 30), é provável que este fenómeno esteja a afetar principalmente o nível do ensino secundário.

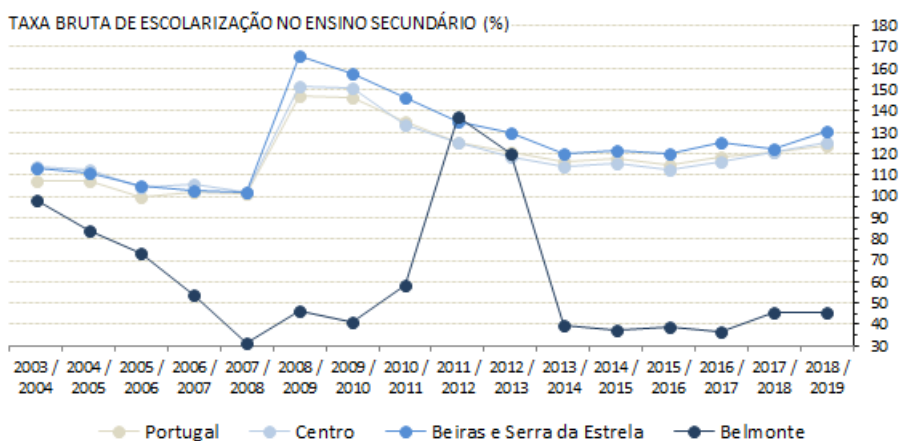
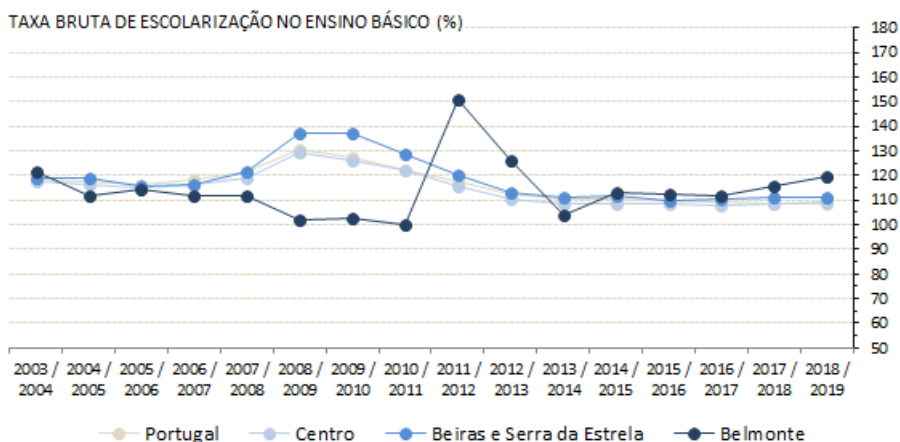
Figura 33 | Evolução do número de alunos matriculados no ensino não superior, por nível de ensino, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2018/2019



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Figura 34 | Taxa Bruta de Pré-Escolarização, Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico e Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Secundário, no Concelho, na NUTS III Beiras e Serra da Estrela e em Portugal, entre os anos letivos de 2003/2004 e 2018/2019



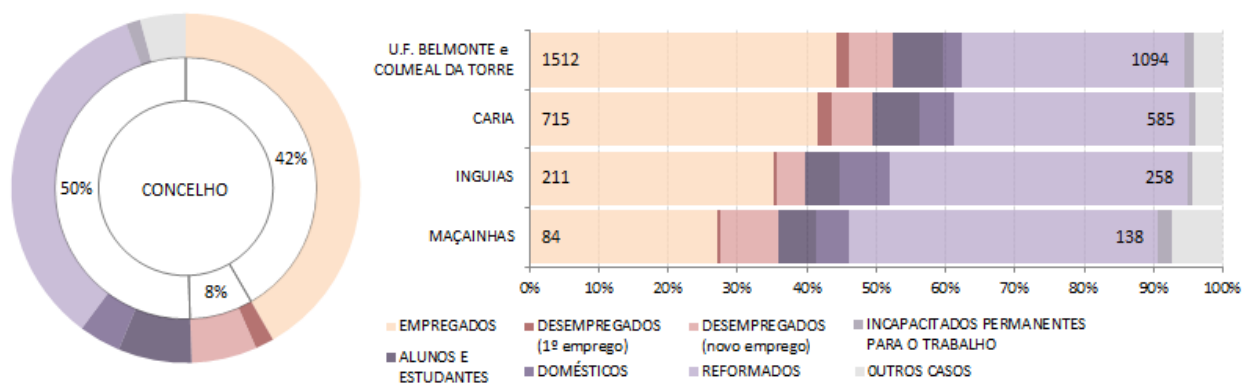


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

### 11.7. POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

Em 2011, a população com idade igual ou superior a 15 anos reunia 6 051 indivíduos representando mais de quatro quintos (88%) dos residentes no Concelho. Sob o ponto de vista da sua condição perante o trabalho (Fig. 31), 50 % eram indivíduos ativos, sendo este universo composto por 42% de empregados e 8 % de desempregados, a maioria dos quais, à procura de novo emprego. A população inativa, composta por 3 057 indivíduos, integrava 34% de reformados, 7% de estudantes, 4% de domésticos e 1% de indivíduos permanentemente incapacitados para o trabalho e 4 % de outros casos (Fig. 31 e Tabela 6 - Anexo 1).

Figura 35| INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011



Fonte: INE. Censos 2011 (Tabela 6 – Anexo I)

No contexto concelhio, a freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre representava 57% da população em idade ativa, 30% dos indivíduos efetivamente ativos e 27% dos inativos. Caracterizava-se por ter, entre os seus residentes com 15 ou mais anos, a maior proporção de ativos empregados (52%), uma proporção de desempregados idêntica à do total do concelho (8%) e a menor proporção de reformados (32%), quando comparada com as restantes freguesias.

A freguesia de Caria representava 29% da população em idade ativa do Concelho e 14% dos efetivamente ativos. Os seus residentes repartiam-se igualmente entre ativos (50%) e não ativos (50%), sendo a proporção de desempregados idêntica à do Concelho (8%).

As freguesias de Inguíás e Maçainhas, representavam respetivamente, 10% e 5% da população em idade ativa do Concelho. Em ambas predominavam os inativos reformados, representando os ativos pouco mais de um terço dos residentes com 15 ou mais anos. A freguesia de Inguíás tinha a menor proporção de desempregados do conjunto das quatro freguesias do Concelho.

## 12. SETOR ECONÓMICO

### 12.1. POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA: SETORES DE ATIVIDADE E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Em 2011, dos 2 522 residentes no Concelho economicamente ativos e empregados, 61% exerciam a sua profissão em atividades ligadas ao setor terciário, estando 27% relacionados com o subsetor social e 34% com o subsetor económico. O setor secundário concentrava mais de um terço dos empregados (34%), resumindo-se o emprego no setor primário a 5% do total (Fig. 32).

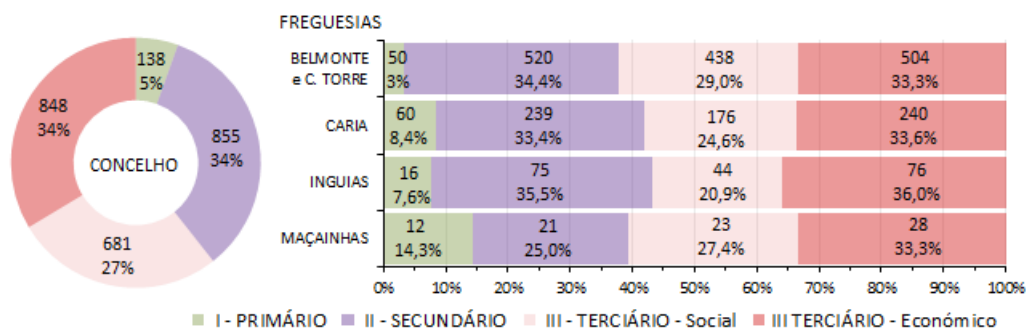


O peso do emprego no setor terciário no contexto de cada uma das freguesias variava entre os 64%, em Belmonte e Colmeal da Torre e os 57%, em Inguias. O setor terciário económico abarcava um terço dos ativos empregados (33%) nos aglomerados urbanos de Colmeal da Torre, Caria e Maçainhas e uma percentagem ligeiramente superior na freguesia de Inguias (36%); o setor terciário social empregava aproximadamente um quinto dos ativos empregados da freguesia de Inguias (21%) variando o seu peso no emprego das outras freguesias entre os 25% e 29%.

O emprego no setor secundário assumia valores próximos de um terço dos ativos empregados nas freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre (34%), Caria (33%) e Inguias (36%), sendo na freguesia de Maçainhas, correspondente a um quarto daquela população (25%).

O emprego no setor primário tinha maior expressão na população ativa empregada de Maçainhas, correspondendo a apenas 3% dos empregados, na freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre.

Figura 36| População empregada segundo o setor de atividade económica, no Concelho e por freguesia, em 2011



Fonte: INE. Censos 2011 – Tabela 7 (Anexo I)

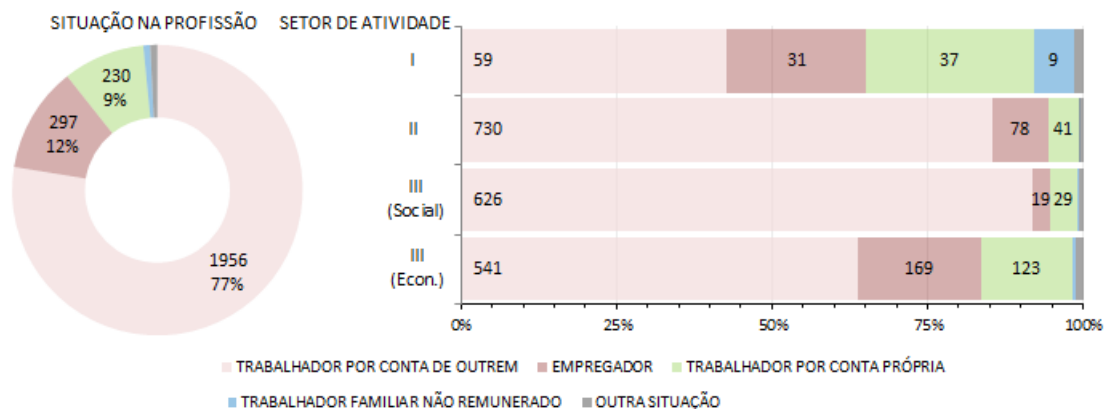
Sob o ponto de vista da situação na profissão (Fig. 33), os trabalhadores por conta de outrem constituíam mais de três quartos da população empregada (77%); os empregadores e os trabalhadores por conta própria correspondiam, respetivamente, a 12% e a 9% desta população, perfazendo, em conjunto, aproximadamente um quinto dos ativos empregados do Concelho (21%).

Os trabalhadores por conta de outrem predominavam em todos os setores de atividade económica, com exceção do primário, correspondendo nos setores secundário e terciário social a mais de quatro quintos dos empregados, respetivamente, 85% e 92%. No setor secundário, os empregadores assumiam também alguma expressão (9%).

No setor terciário económico os trabalhadores por conta de outrem constituíam também a maioria dos empregados (63%), contudo, os empregadores (20%) e os trabalhadores por conta própria (15%), apesar de não predominarem, correspondiam no seu conjunto a mais de um terço desta população.

No setor primário os empregadores (23%) e os trabalhadores por conta própria (27%) assumiam um papel mais significativo do que nos outros setores de atividade, correspondendo os trabalhadores por conta de outrem a pouco mais de dois quintos dos empregados (43%). Os trabalhadores familiares não remunerados assumiam também alguma expressão, correspondendo a 7% do total.

Figura 37| População empregada segundo a situação na profissão, no Concelho e por setor de atividade económica, em 2011



Fonte: INE. Censos 2011 – Tabela 7 (Anexo I)

Tomando como referência a classificação das atividades económicas da CAE (Rev.3) e a informação sobre o sector empresarial disponibilizada pelos Censos 2011 (Tabelas 8 – Anexo I), verificava-se que mais de três quintos (60%) da população empregada estava concentrada nas seguintes atividades: indústria do vestuário (16%), comércio a retalho (12%), educação (9%), promoção imobiliária (8%) e organismos públicos (Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória), agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados (5%), a restauração e similares (4%).

Sob o ponto de vista da evolução da sua população economicamente ativa, o Concelho regista um decréscimo progressivo: 3139, em 1991, 3 074, em 2001 e 2 994, em 2011. Ainda assim, o peso dos economicamente ativos no total da população residente (Taxa de Atividade) manteve-se nos 42,4% / 42,1% entre 1991 e 2001 aumentou no último período intercensitário, para os 43,7% (Fig. 33).

Por comparação com o contexto sub-regional em que se inseria à data dos Censos considerados, a Cova da Beira, no qual a taxa de atividade variou entre os 40,3% (1991), 44,4% (2001) e 43,6% (2011), o Concelho apresentava, em 1991, uma situação vantajosa, que se inverteu em 2001, dado que, apesar dos valores do Concelho se manterem idênticos, na Cova da Beira houve um aumento de 4,1%. Em 2011 os valores da Taxa de Atividade eram idênticos nestas duas unidades territoriais, sendo que, no último período intercensitário, na Cova da Beira houve uma evolução negativa de 0,8% e no Concelho os valores traduzem uma evolução positiva deste indicador, aumentando de 42,1%

para 43,7%.Quadro 10| Evolução da população residente economicamente ativa e empregada e das taxas de atividade, no Concelho e na sub-região da Cova da Beira, em 1991, 2001 e 2011

	POPULAÇÃO ECONÓMICAMENTE ACTIVA e EMPREGADA									TAXA DE ATIVIDADE (%)								
	1991			2001			2011			1991			2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
COVA DA BEIRA	37486	21845	15641	38852	21639	17213	38220	19909	18371	40.3	48.9	32.3	44.4	50.7	38.5	43.6	47.4	40.1
BELMONTE	3139	1810	1329	3074	1692	1382	2994	1585	1409	42.4	51.7	34.0	42.1	49.2	35.8	43.7	48.1	39.5

Fonte: INE. Censos 1991, 2001 e 2011

Não obstante a sua variação positiva, a Taxa de Atividade no Concelho é inferior à verificada em Portugal, que correspondia no último recenseamento da população a 47,6% (Censos 2011).

## 12.2. SETOR EMPRESARIAL

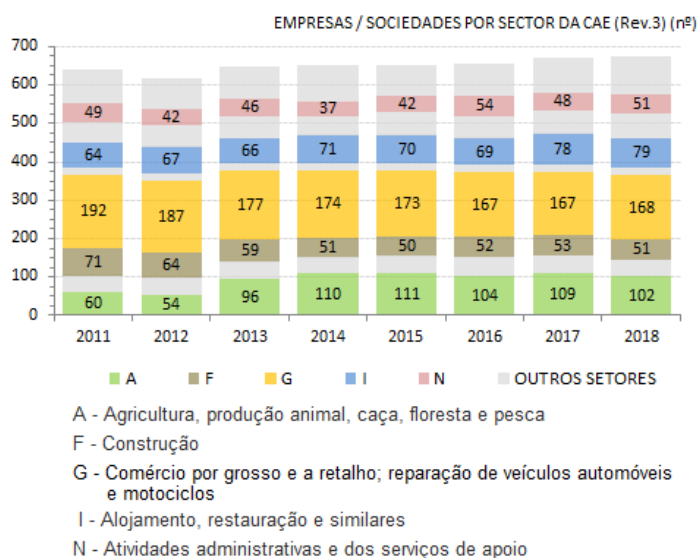
Com base dos dados do sistema de contas integradas das empresas, divulgados pelo INE e considerando a nomenclatura da CAE (Rev. 3), analisou-se a evolução do número de empresas / sociedades com sede no Município, entre 2011 e 2018 (Fig. 34 e Tabela 9 – Anexo I).

Em 2018, predominam as unidades ligadas ao setor comercial, que representam um quarto do total das unidades do Concelho (25%), seguindo-se, em função do número de unidades, o setor agrícola (15%), o setor do alojamento e restauração (12%) e os setores da construção (8%) e das atividades administrativas (8%). Estes setores englobam aproximadamente dois terços das unidades sediadas no Concelho (67%), distribuindo-se o restante terço por setores com menos de 50 unidades, tal como se apresenta nas tabelas 9 do Anexo I.

Figura 38| Evolução do número de empresas e sociedades com sede no Concelho, por setor de atividade (CAE Ver. 3), entre 2011 e 2018

Fonte: INE. Sistema de contas integradas das empresas – Tabela 9 (Anexo I)

O predomínio do número de empresas / sociedades ligadas ao comércio manteve-se ao longo de todo o período considerado, tendo, no entanto, havido uma diminuição

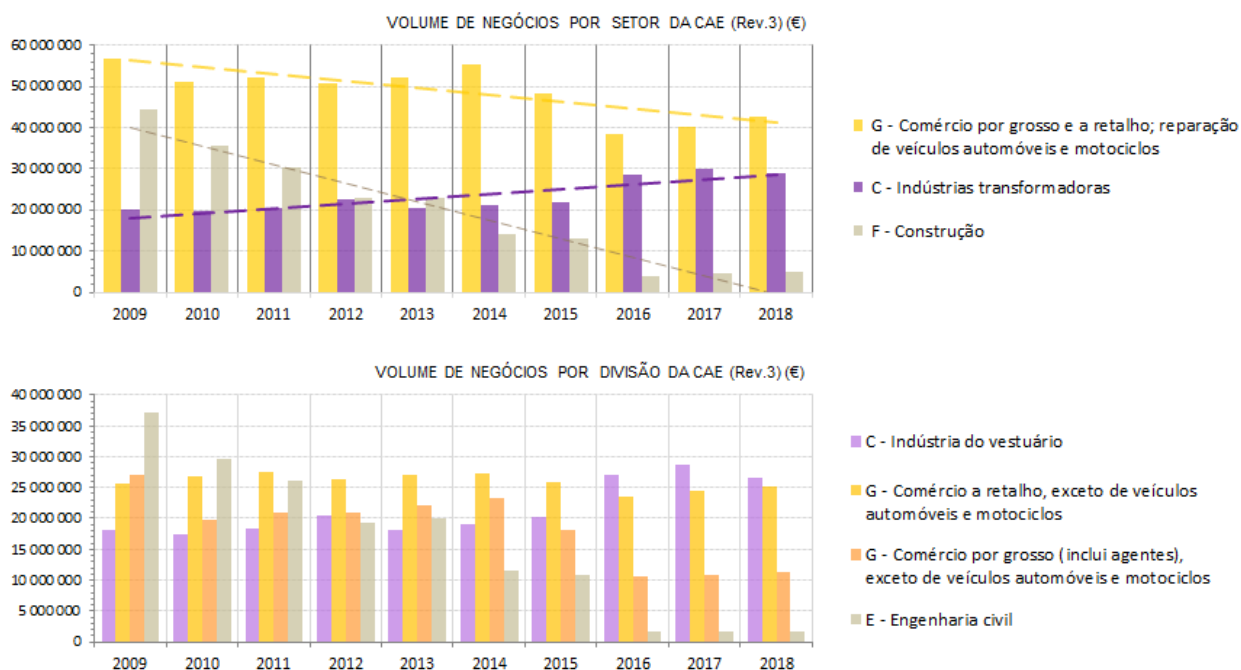


progressiva do número de unidades em termos absolutos e relativos, entre 2011 e 2016, passando respetivamente, de 192 para 167. Em 2017 manteve o número de unidades (176) e em 2018 aumentou para 168. Não se verifica, portanto, grande dinamismo no setor.

A atividade agrícola aumentou o peso relativo no total das empresas / sociedades, de 9% para 15%, entre 2011 e 2013, variando, após esse ano, entre os 15% e os 17%. O setor do alojamento e restauração apresenta a tendência para uma variação positiva, ainda que pouco expressiva.

Considerando o volume de negócios gerado pelas empresas e sociedades com sede no Concelho, destacam-se os setores nas quais o valor gerado anualmente atingiu, ao longo deste período, mais de 10 milhões de euros, bem como as atividades responsáveis pelas características setoriais (Fig. 35 e Tabela 10 – Anexo I).

Figura 39| Evolução do volume de negócios gerado pelas empresas e sociedades com sede no Concelho, por setor de atividade (CAE Ver.3), entre 2009 e 2018



Fonte: INE. Sistema de contas integradas das empresas – Tabela 10 (Anexo I)

Analisando os dados disponíveis, confirma-se a importância do setor comercial, não obstante a tendência para a variação negativa dos valores gerados anualmente, em grande medida relacionados com o declínio acentuado da atividade do comércio grossista.

A construção, que, até 2013 foi o segundo setor de atividade em termos de volume de negócios gerado, evidencia uma progressiva e acentuada perda de importância, traduzida numa variação

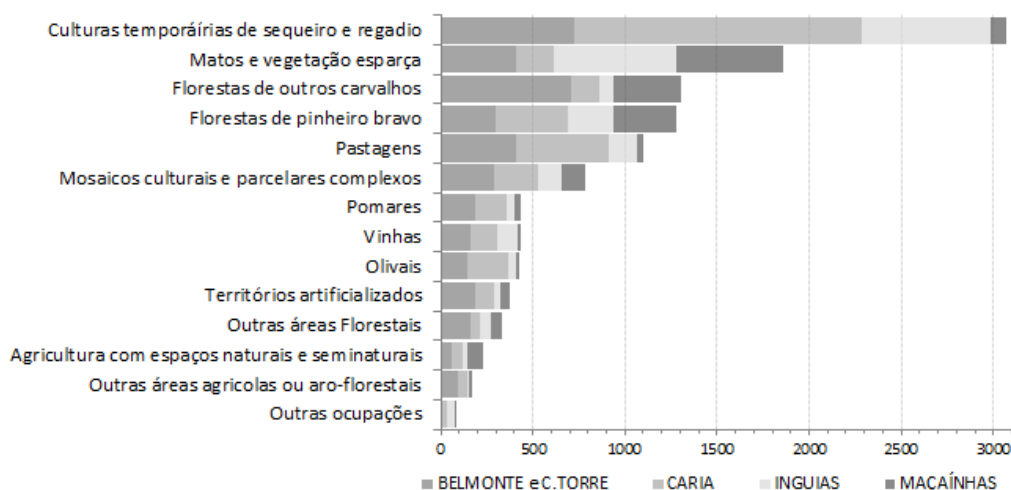
negativa de quase 89%, entre 2009 e 2011, em relação com o declínio das atividades de engenharia civil ao longo deste período.

O setor da indústria transformadora apresenta uma tendência para o crescimento do volume de negócios gerado, sustentado pela crescente importância da indústria do vestuário, que, desde 2016, passou a constituir a atividade mais relevante no Concelho, ultrapassando os valores gerados pelo comércio a retalho.

### 12.3. TERRITÓRIO

Com base na análise da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2018, disponibilizada pela DGT (sintetizada nas figuras 36 e 37) evidencia-se a importância dos usos agrícolas (47%) e, dentro destes, das áreas afetadas a culturas temporárias de sequeiro ou de regadio, que ocupam mais de um quarto do território (26%). As culturas permanentes, no seu conjunto, abrangem aproximadamente 11% da área do Concelho, repartindo-se equitativamente entre pomar, vinha e olival. As pastagens (9%) e o mosaico cultural e parcelar complexo (7%) assumem também um papel significativo neste contexto (Tabelas 11 e 12 – Anexo I).

Figura 40| Ocupação e uso do solo, no Concelho e por freguesia, em 2018



Fonte: DGT. Carta de Ocupação do Solo (COS) 2018

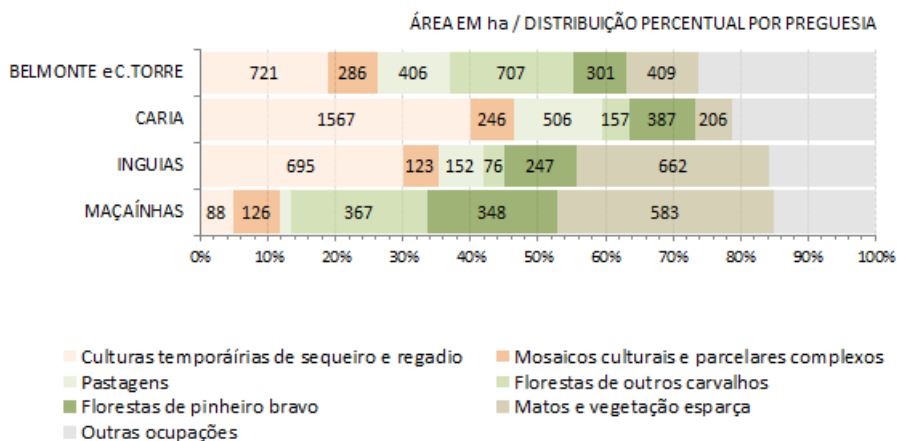
As áreas florestais ocupam também um quarto do território (25%), sendo dominadas por florestas de pinheiro-bravo (11%) e florestas de carvalho (11%).

A análise do peso de cada um dos usos e ocupações do solo com maior expressão no Concelho no contexto das freguesias, esquematizado na figura 37, permite concluir que as áreas ocupadas por culturas temporárias de sequeiro e regadio assumem maior expressão na freguesia de Caria, onde se

estendem por, aproximadamente, dois quintos do respetivo território e que as florestas predominam na freguesia de Maçainhas, equitativamente repartidas por florestas de carvalhos ou de pinheiro bravo, sendo esta a freguesia também caracterizada pela extensão dos matos e vegetação esparsa e pela diminuta área afeta as culturas temporárias. No território da União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, embora predominem as culturas temporárias e as florestas de carvalhos, caracteriza-se por uma repartição mais equilibrada dos usos e ocupações considerados.

Os mosaicos culturais e parcelares complexos têm expressão em todas as freguesias e estão normalmente associados a áreas de edificação dispersa em territórios de estrutura de base agrícola, nos quais domina a pequena propriedade, podendo constituir, na proporção da sua versatilidade, áreas com potencial para a requalificação da produção orientada para nichos de mercado interessados em produtos diferenciados pela qualidade e por práticas ecologicamente sustentáveis.

Figura 41| Distribuição por freguesia das ocupações e usos do solo com maior expressão no Concelho, em 2018



Fonte: DGT. Carta de Ocupação do Solo (COS) 2018

#### 12.4. SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU)

A análise da utilização agrícola do território do Concelho foi feita com base na informação relativa à Superfície Agrícola Útil (SAU), tal como consta nas séries históricas dos Recenseamentos Agrícolas, disponibilizados pelo INE, para os anos de 1989, 1999 e 2009. Há uma distância temporal significativa relativamente à ocupação e usos do solo, publicada pela DGT em 2018, o que não permite estabelecer relações muito precisas entre as duas formas de abordar o território.

De acordo com a informação disponível, a SAU ocupava, em 2009, 4 945 ha, abrangendo mais de dois quintos (42%) da área do Concelho (Quadro 11 e Fig. 38). Em Caria, a freguesia com a maior expressão de usos agrícolas em 2018 (Fig. 36), a SAU ocupava, mais de metade do respetivo território

(51%), correspondendo a 21% do total da área do Concelho. Na freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre a SAU representava quase 30% do seu território e correspondia a 12% da área total do Concelho. Em Inguias esta superfície abrangia 14% da área da freguesia, correspondendo a 8% da área do Concelho. Maçainhas, freguesia na qual predominam as áreas florestais e os matos (Fig. 37), a SAU não tem expressão significativa, limitando-se a abranger 7% da sua superfície e 3% do total do concelho

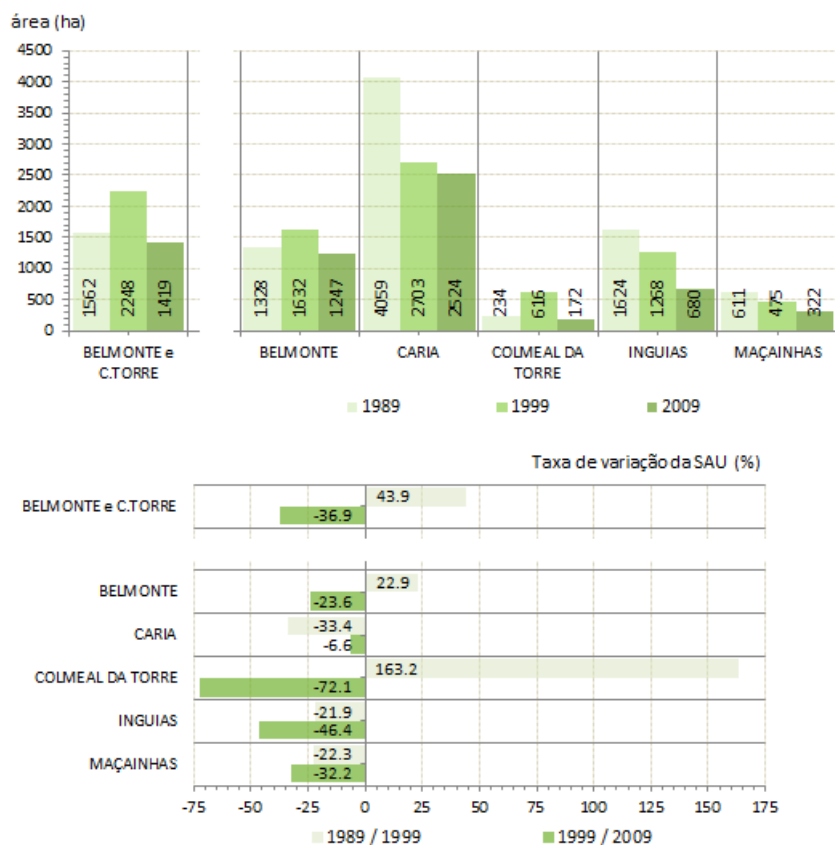
Quadro 11| Evolução decenal da SAU e respetiva variação, no Concelho e por freguesia, entre 1989 e 2009

UNIDADE TERRITORIAL	SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA												
	TOTAL									VARIACÃO (ha)		TAXA VAR. (%)	
	1989			1999			2009			1989 / 1999	1999 / 2009	1989 / 1999	1999 / 2009
	ha	% SAU	% Conc.	ha	% SAU	% Conc.	ha	% SAU	% Conc.				
BELMONTE	7856	100.0	66.2	6694	100.0	56.4	4945	100	41.6	-1162	-1749	-14.8	-26.1
BELMONTE e C.TORRE	1562	19.9	13.2	2248	33.6	18.9	1419	28.7	11.9	686	-829	43.9	-36.9
BELMONTE	1328	16.9	11.2	1632	24.4	13.7	1247	25.2	10.5	304	-385	22.9	-23.6
CARIA	4059	51.7	34.2	2703	40.4	22.8	2524	51.0	21.3	-1356	-179	-33.4	-6.6
COLMEAL DA TORRE	234	3.0	2.0	616	9.2	5.2	172	3.5	1.4	382	-444	163.2	-72.1
INGUIAS	1624	20.7	13.7	1268	18.9	10.7	680	13.8	5.7	-356	-588	-21.9	-46.4
MAÇAINHAS	611	7.8	5.1	475	7.1	4.0	322	6.5	2.7	-136	-153	-22.3	-32.2
Área do Concelho (ha)	11876												

Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

A expressão da SAU na área total do concelho diminuiu de forma significativa entre 1989 e 2009, tendo perdido 1 162 ha entre 1989 e 1999 e 1 749 ha, no decénio seguinte, o que se traduz em taxas de variação de -15% e -26%, respetivamente (Fig. 38). Entre 1989 e 1999 a freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre aumentou a sua SAU, registando-se variações negativas em todas as outras. Nos dez anos seguintes, todas as freguesias perderam SAU, sendo verificando-se variações de -46%, em Inguias, -37%, em Belmonte e Colmeal da Torre, -32% em Maçainhas e -7%, em Caria.

Figura 42| Evolução decenal da SAU e respetiva variação, no Concelho e por freguesia, entre 1989 e 2009

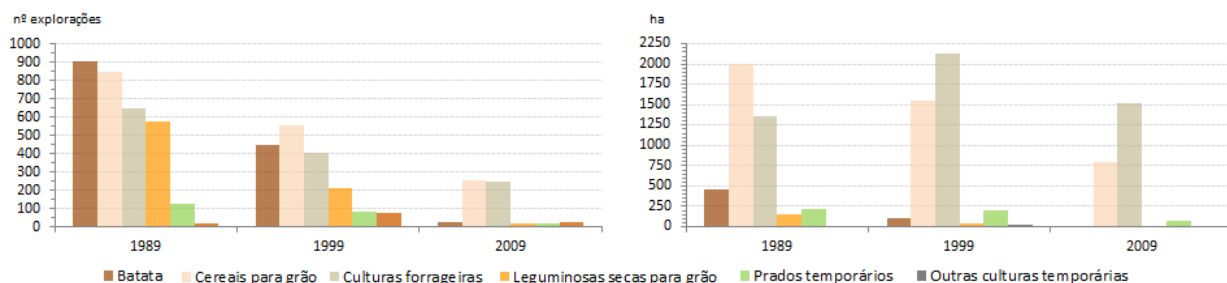


Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

No setor agrícola o número de explorações com culturas temporárias decaiu acentuadamente entre 1989 e 2009 (Fig. 39) verificando-se a perda de importância relativa de todas as tipos de cultura praticados durante este período. A SAU associada a este tipo de práticas reduziu aproximadamente dois quintos (-42%) da sua extensão. A batata deixou praticamente de ser produzida em 2009, tendo perdido gradualmente a importância que tinha em 1989, ano em que era cultivada em 904 explorações e ocupava 460 ha de SAU. Os cereais para grão e as leguminosas secas para grão perderam também importância tanto em número de explorações, como na área ocupada, O número de explorações com culturas forrageiras diminuiu também progressivamente durante este período, mas a área de SAU ocupada aumentou entre 1989 e 1999, voltando a decrescer entre 1999 e 2009, mas para valores superiores aos de 1989.



Figura 43| Evolução do número de explorações agrícolas e das áreas com culturas temporárias, por tipo de cultura, no Concelho, nos anos de 1989, 1999 e 2009



Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

À semelhança do que se verificou com as culturas temporárias, as culturas permanentes reduziram também a sua área, passando a ter em 2009 menos um terço (33%) da superfície que ocupavam em 1989 (Quadro 12). O número de explorações com culturas permanentes diminuiu também em idêntica proporção (31%), ao longo dos dois últimos períodos intercensitários com exceção do Olival, que aumentou a sua importância em número de explorações e de área ocupada, todas as outras culturas perderam área e diminuíram em número de explorações em que são praticadas.

Apesar da evolução negativa e os pomares de frutos frescos (não citrinos) mantinham uma expressão significativa no território concelhio em 2009, ocupando, respetivamente, 5% e 3% da sua área total. O olival representava nesta data, aproximadamente 4%.

Quadro 12| Evolução do número de explorações agrícolas e das áreas com culturas permanentes, por tipo de cultura, no Concelho, nos anos de 1989, 1999 e 2009

CULTURAS PERMANENTES	EXPLORAÇÕES (n.º)			SAU (ha)		
	1989	1999	2009	1989	1999	2009
	n.º	n.º	n.º	ha	ha	ha
Total	932	902	634	2253	1656	1512
Frutos frescos (excepto citrinos)	389	262	243	1016	480	402
Citrinos	1	4	16	...	0	1
Frutos sub-tropicais	1	-	1	...	-	0
Frutos de casca rija	11	8	13	13	12	31
Olival	342	609	513	252	412	428
Vinha	800	743	502	971	752	651
Outras culturas permanentes	1	-	-	...	-	-

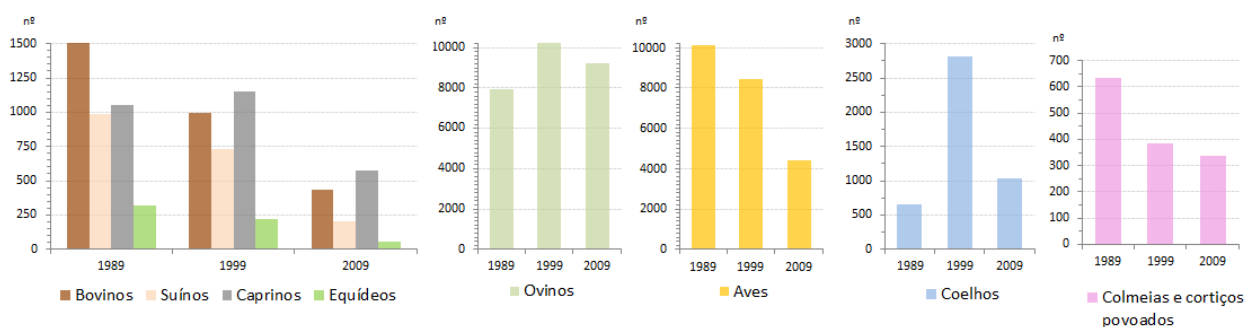
Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

No setor pecuário, tomando como referência o efetivo animal das explorações agrícolas (Quadro 13 e Fig. 40), verifica-se uma tendência para o declínio desta atividade produtiva entre 1989 e 2009. Destacava-se pela positiva a produção de ovinos, tanto pelo número de efetivos, como pelo facto ter

tido uma variação positiva entre 1989 e 1999 e também porque o decréscimo do último período intercensitário ter sido muito menos pronunciado do que o verificado na produção das restantes espécies. A avicultura, perdeu mais de metade da sua produção entre 1989 e 2009 (-56%), sendo essa variação muito significativa no último período intercensitário (-47%). O número de efetivos de caprinos e o coelho sofreu também diminuição expressiva, neste período.

A apicultura decresceu de forma significativa, entre 1989 e 1999, não sendo possível fazer uma correta avaliação da evolução desta prática entre 1999 e 2009, na medida em que, no ano de 2009, existem dados considerados confidenciais, que não foram disponibilizados pelo INE. Assim, o decréscimo evidenciado no gráfico, não corresponde à situação real.

Figura 44| Evolução do efetivo animal da exploração agrícola por espécie animal, no Concelho, nos anos de 1989, 1999 e 2009



Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

Quadro 13| Evolução do efetivo animal da exploração agrícola por espécie animal, no Concelho, nos anos de 1989, 1999 e 2009

ESPÉCIE ANIMAL		EFETIVO ANIMAL					
		1989		1999		2009	
		nº	%	nº	%	nº	%
GADO	Bovinos	1505	12.8	996	7.3	436	4.2
	Suínos	987	8.4	731	5.4	207	2.0
	Ovinos	7919	67.2	10464	77.2	9211	87.8
	Caprinos	1053	8.9	1153	8.5	577	5.5
	Equídeos	319	2.7	218	1.6	57	0.5
	Total de cabeças	11783	100	13562	100	10488	100
AVES		10129	-	8464	-	4424	-
COELHOS		656	-	2819	-	1039	-
COLMEIAS E CORTIÇOS POVOADOS		635	-	384	-	336 (*)	-

(\*) Não estão quantificados todos os efetivos dada a existência de dados confidenciais

Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

## 12.5. FORMA DE EXPLORAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR E TIPO DE CONTABILIDADE

Em 2009, a SAU era gerida, na sua maior parte, por produtores singulares (46%), ou autónomos, com recurso maioritário a mão-de-obra familiar (43%), à semelhança do verificado para 1989 e 1999. Os empresários que recorriam a mãos-de-obra assalariadas geriam menos de 5% do total desta superfície. As sociedades, embora pouco representativas, aumentaram a sua expressão relativamente ao total da SAU. Em 2009 a SAU explorada com contabilidade organizada constituía mais de um terço do total (38%), evidenciando uma alteração significativa relativamente aos Censos anteriores, nos quais representava apenas 11% (1989) e 18% (1999). Contudo, mais de metade do total (55%) era gerida sem contabilidade organizada, nem registo da atividade desenvolvida.

Quadro 14| Superfície agrícola utilizada, por forma de exploração, natureza jurídica do produtor e tipo de contabilidade, no Concelho, em 1989, 1999 e 2009

SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU)			1989		1999		2009	
			ha	%	ha	%	ha	%
TOTAL			7856	100	6694	100	4945	100
FORMA DE EXPLOR.	Conta própria		5625	71.6	5376	80.3	3416	69.1
	Arrendamento		1924	24.5	1027	15.3	1277	25.8
	Outras formas		307	3.9	291	4.3	252	5.1
NATUREZA JURÍDICA	Produtor singular	Total	7356	93.6	5872	87.7	4246	85.9
		Autónomo (utilização maioritária de mão-de-obra familiar)	6739	85.8	5394	80.6	3952	79.9
		Empresário (utilização maioritária de mão-de-obra assal.)	617	7.9	478	7.1	294	5.9
	Sociedades		490	6.2	796	11.9	690	14.0
	Baldios		0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Outras formas da natureza jurídica do produtor (cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas)		...	-	...	-	9	0.2
TIPO DE CONTAB.	Organizada		852	10.8	1187	17.7	1881	38.04
	Registo sistemático		833	10.6	688	10.3	348	7.04
	Sem registo		6171	78.6	4819	72.0	2716	54.92

...: Dado confidencial

Fonte: INE. Recenseamento agrícola - séries históricas

Também relativamente a esta prática houve uma melhoria, tendo o número em 1989 e 1999, segundo os quais, as explorações nestas circunstâncias representavam 79% (1989) e 72% (1999).

O setor agropecuário tem no projeto de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – Blocos de Belmonte e Caria e rede secundária do Bloco de Colmeal da Torre, um fator potenciador de desenvolvimento do setor.

Outros fatores importantes para o desenvolvimento agropecuário do Concelho resultam da sua situação geográfica, que, pelas características naturais e culturais da região em que se insere, pode conferir identidade e interesse aos produtos agroalimentares nela produzida, permitindo a sua integração em sistemas de certificação como DOP e IGP:

Denominação de Origem Protegida:

- Azeites da Beira Interior (DOP) – criada em 06 de abril de 2016;
- Requeijão da Beira Baixa (DOP) – criada em 12 de maio de 2016;
- Queijos da Beira Baixa (DOP) – criada em 7 de abril de 2016;
- Travia da Beira Baixa (DOP) – criada em 12 de maio de 2016;
- Maçã Bravo de Esmolfe DOP – criada em 27 de Janeiro de 2017;
- Vinhos de qualidade DOP

Indicação Geográfica Protegida:

- Borrego da Beira (IGP) – criada em 9 de maio de 2016;
- Cabrito da Beira (IGP) – criada em 9 de maio de 2016;
- Azeitona galega da Beira Baixa (IGP) – criada em 30 de novembro de 2018;
- Cereja da Cova da Beira (IGP) – 24 de janeiro de 2017;
- Maçã da Cova da Beira – criada em 7 de Novembro de 2018;
- Pêssego da Cova da Beira (IGP) – criada em 26 de janeiro de 2017;

## **12.6. ATIVIDADE TURÍSTICA**

A atividade turística de uma região resulta, em larga medida, da sua capacidade de suscitar o interesse de outras populações que não a habitam ou transitam habitualmente. De acordo com a Estratégia Turismo 2027, o desenvolvimento turístico deve estar assente na conservação e na valorização do património natural, cultural e identitário e fomentar a permanência e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, contribuindo para a coesão social e para a qualificação do país nos rankings internacionais. Deve constituir uma porta de entrada para a captação de investimento, de estudantes, de investigadores e novos residentes e potenciar a criação de empresas.

Sob esta perspetiva, o concelho de Belmonte reúne um conjunto de características que lhe conferem a singularidade necessária para atrair diversos tipos de turistas e suscitar interesse fora do contexto regional e nacional.

Este destino de caminhada está certificado pela European Ramblers Association, com o selo Leading Quality Trails – Best of Europe, integrando os melhores destinos de caminhada na Europa, na medida em que garante critérios como a sustentabilidade, o nível de experiência proporcionado ao utilizador, a qualidade do traçado e a riqueza cultural e natural dos territórios que atravessa.

A sua situação geográfica coloca-o junto ao Parque Natural da Serra da Estrela, sendo parte do seu território abrangido pelo Estrela Geopark, que integra a rede mundial de geoparques da UNESCO. Integra o Troço da GR22. – AHP - Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal, que liga as 12 aldeias por etapas, num percurso circular de aproximadamente 600 quilómetros, também homologada como Grande Travessia de BTT, pela Federação Portuguesa de Ciclismo. A entidade gestora da marca turística Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, de direito privado sem fins lucrativos, criada em 2007, esta sediada em Belmonte e tem com o objetivo de promover o desenvolvimento turístico das respetivas regiões.

Sob o ponto de vista cultural, destaca-se a importância da sua comunidade judaica, que remonta ao século. XII e permaneceu como uma das mais importantes das que se mantiveram refugiadas no interior da Região Cento, mesmo depois do édito de expulsão de D. Manuel. A vila conserva até à atualidade numerosos vestígios do Portugal judaico destacando-se a antiga judiaria (bairro judeu), podendo a sua história ser revisitada no Museu Judaico, focado na especificidade do criptojudaísmo da Comunidade Judaica de Belmonte, ou visitando a atual Sinagoga Beit Eliahu.

Destaca-se também a relação com Pedro Alvares Cabral, que constitui um motivo de interesse acrescido para os turistas de origem brasileira e que está patente no Núcleo Museológico do Castelo de Belmonte, no Museu dos Descobrimentos (situado no Solar dos Cabrais) e na Igreja de Santiago / Panteão dos Cabrais - Centro Interpretativo dos Caminhos da Fé, relacionado com o Troço da Via da Estrela do Caminho de Santiago de Compostela.

Constituem também motivo de interesse arqueológico e patrimonial e a Torre de Centum Cellas, a Villa romana da Quinta da Fórnea, a Casa da Torre, a Casa Etnográfica de Caria, a Casa da Roda e as Pinturas Murais da Capela do Divino Espírito Santo. O Ecomuseu do Zêzere dá a conhecer os valores naturais e geológicos associados a este rio e o Museu do Azeite permite conhecer o percurso de transformação que dá origem a este produto, de grande importância na Região.

No domínio dos desportos praticados ao ar livre, existe um campo de golfe de 9 buracos, situado no vale da Gaia, designado como Quinta da Bica Academia de Golfe, Propriedade da SODATUR - Sociedade de Desenvolvimento Agroturístico, SA, na qual opera o Bica Clube de Golfe. Para além desta atividade, este espaço proporciona a prática de outras atividades e serviços: clube hípico, equipamentos desportivos, universidade de terceira idade e balneário terapêutico com 60 quartos. Prevê-se a instalação de um campo com 18 buracos na 2.ª fase deste projeto.

### 12.6.1. OFERTA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

Considerando a informação disponibilizada pelo Turismo de Portugal, em 2020 a oferta de alojamento turístico no Concelho distribui-se por 5 Empreendimentos Turísticos (ET) e 30 Alojamentos Locais (AL), garantindo um total de 389 camas / utentes.

Os ET são constituídos por uma pousada, dois hotéis, uma casa de campo e um agroturismo, oferecendo, no total, 219 camas, distribuídas por 114 unidades de alojamento (110 quarto e 4 suites) (Quadro 15).

Quadro 15| Oferta de alojamento em Empreendimentos Turísticos, no Concelho, em 2020

DENOMINAÇÃO ANO DE ABERTURA	ENTIDADE PROPRIETÁRIA	ENTIDADE EXPLORADORA	TIPOLOGIA de ET CATEGORIA	UNIDADES de ALOJAM. (nº)	CAMAS FIXAS/ UTENTES (nº)	QUARTOS (nº)	SUITES (nº)	SALAS p/ REUNIÃO CAPACIDADE (nº)	CLASSIFICADO pelo TdP DATAS		ENDEREÇO
									ÚLTIMA CLASSIF.	VALIDADE	
Pousada Convento de Belmonte 2000	Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, SA	Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, SA	Pousada	24	48	23	1	80	19/2/2016	19/2/2021	Serra da Esperança
Belmonte Sinai Hotel 2016	Lucia Maria Pais Pereira Henriques, Unipessoal, Lda	Lucia Maria Pais Pereira Henriques, Unipessoal, Lda	Hotel 4*	27	54	25	2	não dispõe	26/4/2016	26/4/2021	Largo de São Sebastião
Hotel Belsol 1987	João Manuel Lucas Pinheiro	Pinheiro Hotel, Hotelaria, Lda.	Hotel 3*	53	98	52	1	200	12/8/2015	12/8/2020	Ginjal
Casa da Chandeirinha - Casa de Campo 2008	André dos Reis Pinto	Turisperanza Empreendimentos Turísticos Lda.	Casa de Campo	7	13	7	0	não dispõe	n.a.	n.a.	Serra da Esperança, AP 64
Kazas do SeRado 2015	Paula Proença, Unipessoal, Lda	Paula Proença, Unipessoal, Lda	Turismo no Espaço Rural Agroturismo	3	6	3	0	não dispõe	n.a. 5/6/2020	n.a. 5/6/2025	Sítio do Serrado
TOTAL				114	219	110	4	280			

Fonte: Turismo de Portugal. SIGTUR (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>).

- A Pousada Convento de Belmonte, situada a 2 km da vila de Belmonte, enquadrada na Serra da Esperança e no Estrela Geopark, ocupa o edifício do Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança, antigo convento franciscano, fundado no Séc. XVI, com origens que remontam ao Séc. XII, classificado como Imóvel de Interesse Público. Integra a rede das Pousadas de Portugal,

sendo atualmente propriedade de Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, SA, empresa que também explora o empreendimento. Este estabelecimento opera desde 2000, estando a sua classificação, atribuída em fevereiro de 2016, válida até fevereiro de 2021.

- A sua capacidade de alojamento é de 48 camas fixas / utentes, distribuídas por 24 unidades de alojamento (23 quartos e 1 suite). Dispõe de sala polivalente com capacidade para 80 pessoas, claustro, jardim e piscina exterior.
- Está em curso um Projeto de Alterações (18.3/9819) aprovado pelo Turismo de Portugal, para ampliação das instalações de acordo com o qual se preveem mais 32 unidades de alojamento;
- O Belmonte Sinai Hotel, classificado com 4 estrelas, está situado na vila de Belmonte, opera desde 2016 e é gerido por Lúcia Maria Pais Pereira Henriques, Unipessoal, Lda, a mesma empresa que detém a sua propriedade. Detém certificação ambiental Biosphere - BHO 008/2019 RTI. Dispõe de 54 camas fixas, distribuídas por 27 unidades de alojamento (25 quartos e 2 suites), restaurante e bar. As refeições respeitam o conceito Casher (ou Kosher). A sua classificação é válida até abril de 2021;
- O Hotel Belsol, classificado com 3 estrelas, localizado sobre o Vale do Zêzere, no Ginjal, junto à vila de Belmonte, abriu em 1987. É propriedade de João Manuel Lucas Pinheiro, estando a exploração a cargo de Pinheiro Hotel, Hotelaria, Lda. Dispõe de 98 camas fixas, distribuídas por 53 unidades de alojamento (52 quartos e 1 suite), uma sala de reunião com capacidade para 200 pessoas, restaurante, bar, campo de ténis e piscinas exteriores para adultos e crianças.
- Casa da Chandeirinha, localizada na Serra da Esperança, nas imediações da vila de Belmonte, opera desde 2008. É propriedade de André dos Reis Pinto, sendo explorada por Turiesperanza Empreendimentos Turísticos Lda.. Oferece 13 camas fixas, distribuídas por 7 quartos e dispõe de piscina exterior;
- Kasas do SeRado, localizada no Sítio do Serrado, em Caria, abriu ao público em 2015, oferecendo 6 camas fixas, em 3 quartos. A proprietária, Paula Proença, Unipessoal, Lda é também a entidade exploradora.

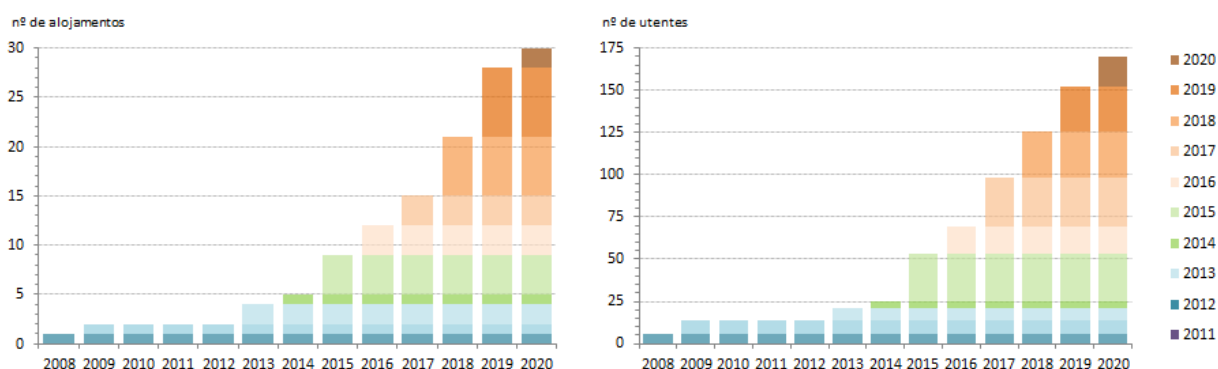
Para além do projeto de ampliação da capacidade de alojamento da Pousada Convento de Belmonte, existem outros ainda dois projetos de ET com parecer favorável do Turismo de Portugal:

- O Zohar Suite & SPA Hotel, com a classificação de 4 estrelas, a localizar na vila de Belmonte, com a oferta de 98 camas fixas, distribuídas por 49 unidades de alojamento (47 quartos e 2 suite). Estará equipado com restaurante, bar, salão multiusos, SPA (piscina interior, salas de massagem, jacuzzi, ginásio) e piscina exterior;

- O Monte Sião Hotel, com a classificação de 3 estrelas, a localizar na vila de Belmonte, que disporá de 34 camas fixas, distribuídas por 18 unidades de alojamento (quartos), sala de refeições e sala polivalente.

Os estabelecimentos de Alojamento Local (AL) são 30, instalados em moradias, ou apartamentos e proporcionam alojamento a 170 utentes. Os estabelecimentos que operam na atualidade iniciaram a sua atividade a partir do ano de 2008, tendo metade destas unidades (50%) aberto entre 2017 e 2020 (Fig. 41).

Figura 45| Alojamentos Locais existentes no Concelho, em 2020, por ano de abertura



Fonte: Turismo de Portugal. SIGTUR (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>)

O alojamento em AL, concentra-se na União das Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, que reúne 24 das 30 unidades existentes no Concelho, distribuindo-se os restantes, equitativamente pelas outras freguesias: dois em Caria, dois em Inguias e dois em Maçainhas.

Quadro 16| Alojamentos Locais existentes no Concelho, em 2020, por ano de abertura

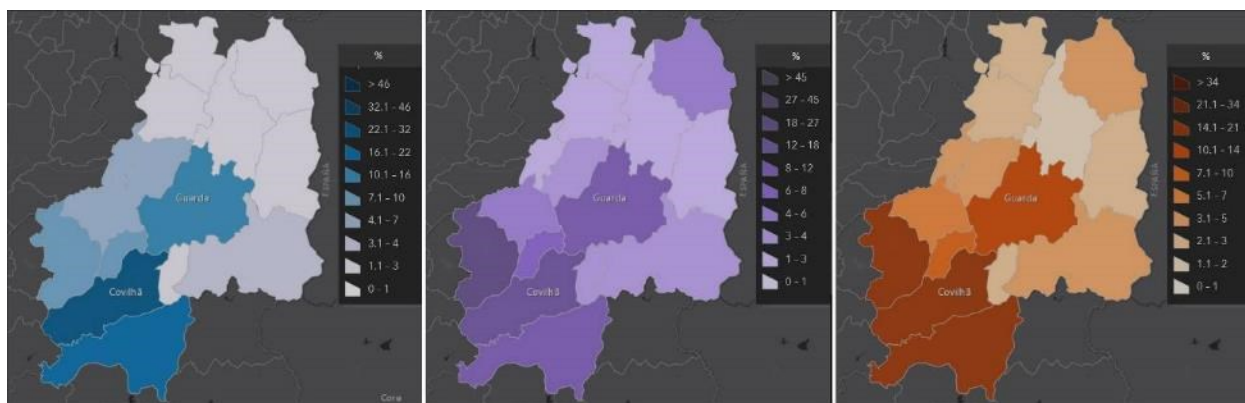
ANO	ALOJAMENTOS				Nº de UTENTES			
	Nº		%		Nº		%	
	TOTAL	ACOMUL.	TOTAL	ACOMUL.	TOTAL	ACOMUL.	TOTAL	ACOMUL.
2008	1.0	1.0	3.3	3.3	6.0	6.0	3.5	3.5
2009	1.0	2.0	3.3	6.7	8.0	14.0	4.7	8.2
2010	0.0	2.0	0.0	6.7	0.0	14.0	0.0	8.2
2011	0.0	2.0	0.0	6.7	0.0	14.0	0.0	8.2
2012	0.0	2.0	0.0	6.7	0.0	14.0	0.0	8.2
2013	2.0	4.0	6.7	13.3	7.0	21.0	4.1	12.4
2014	1.0	5.0	3.3	16.7	4.0	25.0	2.4	14.7
2015	4.0	9.0	13.3	30.0	28.0	53.0	16.5	31.2
2016	3.0	12.0	10.0	40.0	16.0	69.0	9.4	40.6
2017	3.0	15.0	10.0	50.0	29.0	98.0	17.1	57.6
2018	6.0	21.0	20.0	70.0	28.0	126.0	16.5	74.1
2019	7.0	28.0	23.3	93.3	26.0	152.0	15.3	89.4
2020	2.0	30.0	6.7	100.0	18.0	170.0	10.6	100.0
TOTAL	30		100		170		100	

Fonte: Turismo de Portugal. SIGTUR (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>).



Com base nos indicadores disponibilizados pelo Turismo de Portugal através do SIGTUR analisou-se a concentração relativa da oferta de alojamento a turistas do concelho de Belmonte relativamente à sub-região NUTS III Beiras e Serra da Estrela, para avaliar a capacidade de alojamento do Concelho no contexto desta a esta unidade territorial. Belmonte (2,95%) fica abaixo da média do conjunto dos concelhos que a integram a sub-região, sendo a capacidade de concentração menor quando considerada individualmente a oferta de alojamento em ET (2,42%) e um pouco mais elevada relativamente à oferta de alojamento em AL (3,79%).

Figura 46| Concentração relativa da oferta de alojamento em ET, em AL e no total dos alojamentos destinados a turistas, por concelho da NUTS III Beiras e Serra da Estrela, em 2020



Fonte: Turismo de Portugal - SIGTUR (RNT-Indicadores)

## 13. SISTEMA BIOFÍSICO

### 13.1. INTRODUÇÃO

A caracterização do território contribui para a definição da estratégia a apresentar no PDM, uma vez que permite dar orientações para uma melhor gestão territorial, e assim responder aos grandes desafios que se colocam atualmente, com destaque para a sustentabilidade, na sua vertente ambiental e as suas relações com as componentes social e económica. A análise e diagnóstico do sistema biofísico pretende auxiliar na concretização de<sup>8</sup>:

- Uma avaliação ambiental estratégica consistente;
- Questões de enorme importância relativas a segurança e riscos;
- Orientações sólidas quanto ao ordenamento dos espaços urbanos e rústicos;

<sup>8</sup> Guia Orientador Revisão do PDM - CCDR C, 2016.

- Diretrizes para a gestão territorial, de forma a responder às questões que vão surgindo ao longo do tempo.

A inclusão das componentes naturais e culturais da paisagem é fundamental para o planeamento e ordenamento do território, e por isso é essencial conhecer, inventariar e sistematizar os seus recursos, assim como avaliar as suas potencialidades, disfunções ou potenciais disfunções.

Deste modo, procedeu-se à caracterização e análise dos valores paisagísticos e biofísicos do concelho de Belmonte, abordando componentes e processos referentes ao seu património natural, morfológico, geomorfológico, hidrogeológico, bem como no que respeita ao clima, solos, entre outros.

Além disso, a análise e caracterização do sistema biofísico é de extrema importância para caracterização da paisagem concelhia, com especial relevância para o estabelecimento da estrutura ecológica municipal.

Assim, a análise destes descritores tem como principais objetivos:

- Identificação e análise das componentes biofísicas;
- Representação gráfica dessas componentes;
- Aplicação do conhecimento das componentes biofísicas no ordenamento territorial;
- Cruzamento com os domínios estratégicos orientadores da Revisão do PDM para os quais esta análise possa contribuir.

### **13.2. RELEVO**

O sistema biofísico caracteriza-se pelos elementos do território cuja génese decorre, na maioria dos casos, de processos naturais extraordinariamente lentos à escala humana. A estabilidade que apresentam as ações do ordenamento, bem como a sua sensibilidade de resistência à transformação, é muito variável dependendo das características, da forma e da intensidade do uso ou ação a que sejam sujeitos.

O relevo é um elemento que se caracteriza pelas formas topográficas, onde se inclui a hipsometria, os declives e as orientações do terreno. Importante para a caracterização de base de qualquer estudo, o relevo refere-se à configuração física do território, exprimindo-se através das curvas de nível, ou seja, das linhas que unem pontos de igual altitude. (Anexo SB.1)

Figura 47| Relevo do município de Belmonte, vista da vila de Belmonte sobre o concelho



Fonte: Levantamentos de Campo 9 de março de 2020

Figura 48| Relevo do município de Belmonte



Fonte: Levantamentos de Campo 9 de março de 2020

### **13.2.1. HIPSOMETRIA**

A hipsometria permite a representação do terreno através de classes de altitude, aspeto muito influente em fatores climáticos e biológicos como a distribuição da flora, da fauna, e de valores cénicos e antrópicos, a localização de pontos e linhas de vistas panorâmicas e a distribuição de valores patrimoniais. Devido às suas múltiplas influências, este parâmetro desempenha um papel fulcral no âmbito do planeamento e gestão florestal.

Definiu-se as Classes Hipsométricas de 50 em 50 m para melhor compreensão do relevo, coincidentes com as curvas de nível. (Anexo SB.2) Com esta análise constata-se que as zonas baixas do Concelho se encontram na zona sudoeste junto à Ribeira das Inguias correspondendo a um patamar central

até à cota 500 m que começa a subir, principalmente para norte, mas também a sul. Nas zonas aplanadas elevam-se relevos descontínuos que chegam a alcançar os 724 m (Serra da Esperança) e os 581 m marco geodésico de Caria.

Das várias classes hipsométricas definidas destaca-se a primeira classe, que engloba as cotas < 450 m, que corresponde às zonas mais baixas do Concelho, a sudoeste, ligadas às Ribeiras de Inguias, Caria e de Sto. Antão.

A classe com maior representatividade é a classe entre os 450 – 500 m, englobando as áreas centrais do Concelho, diretamente ligadas às linhas de água com maior representatividade. São zonas na sua maioria de declives moderados onde se pratica uma agricultura intensiva. Da análise cartográfica constata-se que 75% do território enquadra-se entre a cota 433 m e a cota 560 m.

As zonas mais altas encontram-se nas zonas limítrofes, a norte e a sul do Concelho. O ponto mais alto, com a cota 866 m, encontra-se em Monteiro junto ao limite na intersecção com os concelhos da Guarda e Sabugal, a norte do Concelho e o ponto mais baixo, cota 433 m, localiza-se a sudoeste, no limite do concelho junto à ribeira de Inguias.

### **13.2.2. LINHAS FUNDAMENTAIS DO RELEVO**

As linhas de festos e talvegues configuram os traços fundamentais do relevo de Belmonte. Permitem compreender e interpretar o funcionamento dos sistemas circulatórios naturais, por via hídrica e das massas atmosféricas.

Os festos e talvegues foram hierarquizados em níveis, de acordo com a sua importância, sendo esta representada por uma espessura decrescente das linhas (ao 1º nível corresponde a linha de maior espessura). As linhas de talvegues unem os pontos de cotas mais baixas e os festos unem os pontos de cotas mais elevadas (Anexo SB.3). A análise destas linhas permite conhecer os circuitos e dinâmicas naturais do território, nomeadamente no que respeita à circulação hídrica e das massas atmosféricas.

Representaram-se todas as linhas de água referenciadas no Índice Hidrológico correspondente a esta área, assim como todas até às segundas ramificações. Este critério não foi seguido em situações que por terem uma importância menor, não se considerou relevante proceder à sua marcação. Em relação aos festos foram marcados todos os que separam as linhas de água representadas.

As linhas de festos presentes na zona de estudo, desenvolvem-se principalmente de norte para sudoeste destacando-se as que separam as Bacias Hidrográficas da Ribeira de Inguias, da Ribeira de Gaia e da Ribeira de Maçainhas.

Alguns dos principais aglomerados localizam-se em linhas de festo como é o caso da Vila de Belmonte, que se encontra implantada na linha de festo, que separa a bacia que drena diretamente para o Rio Zêzere a Noroeste, da bacia que drena para a Ribeira de Inguias.

De igual modo a vila de Caria encontra-se implantada numa zona de cumeada, embora de menor importância, que separa as bacias da Ribeira de Inguias da Ribeira de Caria. Pelo contrário, Colmeal da Torre aproveita a zona de meia encosta para se localizar. Os aglomerados de Gaia e de Maçainhas implantam-se em zonas baixas próximas da linha de água com alguma importância – Ribeira de Maçainhas e Ribeira de Gaia.

No que respeita aos talwegues, as ocorrências mais significativas dizem respeito às principais linhas de água da bacia hidrográfica do rio Zêzere, que ocupa grande parte do concelho de Belmonte. Em relação aos festos, foram marcados todos os que separam as linhas de água representadas. A principal linha de festo localiza-se a sul e é delimitada pelos pontos altimétricos mais elevados. Existe uma predominância de orientação das linhas de água do concelho, em que os principais cursos desenvolvem-se preferencialmente de Este para Noroeste, e que os seus afluentes surgem, grosso modo, paralelos a estes.

### **13.2.3. DECLIVES**

A Carta de Declives (Anexo SB.4) é uma peça fundamental para a análise biofísica do território, nomeadamente para a definição das zonas ecológicas (zonas de vale, encostas e cumeadas) e constitui um instrumento a ser ponderado na elaboração da proposta de ordenamento, designadamente na aptidão para um conjunto variado de atividades (edificação, sistemas de produção agrícola e silvícola). A definição das classes de declive tem em conta a morfologia, o tipo de usos, as potencialidades do território bem como os objetivos da análise.

As zonas planas, com declives inferiores a 1% não permitem uma drenagem eficiente pelo que são indicados para agricultura e desaconselhados para a edificação. Entre os 2 e 3 % onde os problemas de drenagem não se colocam, é garantida uma drenagem eficiente dos solos.

Até aos 8% é possível utilizar estes espaços para quase todos os usos, no entanto, começa a ser necessário recorrer a escadas para a circulação pedonal e a partir deste valor é necessário começar a ter cautela com a rega por aspersão para evitar que ocorram escorrimentos.

Esta é a situação que abrange a maior parte do Concelho que apresenta declives suaves, inferiores a 8%, associados aos vales das diversas ribeiras que cruzam o concelho e algumas cumeadas. Este tipo de declives dá origem a um relevo ondulado como o que se verifica em Belmonte.

Considera-se que entre os 8 e os 12% ainda é possível a implantação de edificação e agricultura sem recorrer ao terraceamento, contudo as áreas agrícolas deverão assegurar uma cobertura do solo durante o período chuvoso. Entre os 12 e 25 % ainda é possível fazer agricultura e edificação, no entanto, estas operações exigem terraceamento e a circulação pedonal é bastante condicionada.

A partir dos 25%-30% os riscos de erosão são elevados sendo os solos delgados e os custos com a implantação de edifícios elevados, pelo que estas áreas deverão estar afetadas ao regime florestal com características de proteção.

As áreas com maior declive encontram-se no norte do concelho, na Serra da Esperança (onde se localiza a vila de Belmonte) e em 2 manchas isoladas: uma junto a Carvalhal Formoso, na elevação do marco geodésico do Sobral e outra na elevação onde se encontra o marco geodésico de Caria.

#### **13.2.4. VERTENTES**

A exposição de vertentes pode ser definida como a exposição do território à orientação solar, e é um elemento essencial na definição das zonas de conforto térmico e eólico, bem como para a prática de algumas medidas de proteção agrícola, como por exemplo na instalação de sebes de determinadas culturas expostas aos ventos dominantes. As vertentes influenciam a propagação do incêndio, por demarcarem as variações do tempo atmosférico durante o dia, já que à medida que a posição do sol se modifica, varia a temperatura à superfície, bem como a humidade relativa, o conteúdo em humidade dos combustíveis e a velocidade e direção dos ventos locais. A carta de exposição de vertentes (Anexo SB.5) apresenta o grau de insolação face à orientação das vertentes.

Tendo em atenção que no concelho de Belmonte o clima é caracterizado por baixa temperatura aliada à elevada concentração de precipitação no período de inverno e de elevados índices de temperatura e radiação na época de Verão, com escassos períodos de precipitação no Verão, as encostas expostas a sul apresentam-se como as mais favoráveis.

Estas encostas, quentes, são caracterizadas por receberem maior quantidade de radiação ao longo do ano, distribuídas em maior quantidade no período de inverno e menor no período de Verão, aumentando proporcionalmente com o declive. Estas são as encostas mais favoráveis para a edificação e para o desenvolvimento de certas culturas como a vinha.

Nas encostas viradas a norte, o conforto climático é mais baixo que nas restantes exposições pois as encostas frias não recebem praticamente radiação solar nas estações frias. Para além desta questão, as encostas viradas a norte estão expostas aos ventos dominantes de norte (ventos frios), tornando-as desfavoráveis à implantação de edificação.

No que respeita às encostas temperadas, exposição a Nascente e Poente, as expostas a Poente apresentam condições mais favoráveis uma vez que os valores da temperatura são superiores devido ao aquecimento de massas de ar acumulado durante o dia, enquanto a Nascente essa radiação é gasta na evaporação do orvalho.

De acordo com a carta de orientação de encostas para o concelho de Belmonte e considerando as exposições das vertentes, predominam as encostas quentes, sendo as superfícies planas a maior classe, correspondendo à zona junto às principais linhas de água do concelho.

### **13.2.5. SÍNTESE FISIAGRÁFICA OU MORFOLÓGICA**

A carta de Síntese Fisiográfica traduz a morfologia do terreno (forma global do terreno) caracterizando as principais estruturas físicas do Concelho. Esta carta para além de permitir uma melhor compreensão da paisagem, na fase de proposta é um instrumento importante na indicação das áreas com melhor aptidão para o desenvolvimento de determinadas atividades em termos ecológicos do território.

O norte é caracterizado por vales encaixados com orientação NE/SE, de encostas declivosas a muito declivosas, expostas maioritariamente a sul e a poente (encostas quentes e temperadas). Nesta zona os cabeços são bem definidos e apresentam uma largura variável.

No centro do concelho o vale é aberto, aplanado ou de declive suave, onde pontualmente sobressaem pequenas elevações. Destas elevações destaca-se a do marco geodésico de Caria, que articulado com o cabeço mal definido separa a bacia da Ribeira de Inguias da bacia do Rio Zêzere.

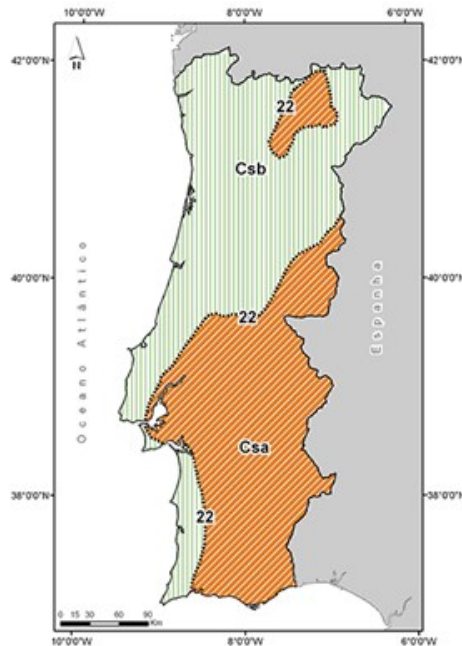
Junto ao limite sul, o relevo ganha de novo altitude, apresentando-se mais declivoso, entre os 8% e os 30%, e mais frio (encosta virada a norte).

### **13.3. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA**

*"o clima é caracterizado pelos valores médios dos vários elementos climáticos num período de 30 anos, designando-se valor normal de um elemento climático o valor médio correspondente a um número de anos suficientemente longo para se admitir que ele representa o valor predominante daquele elemento no local considerado." IPMA*

O clima de Portugal Continental é maioritariamente influenciado pela latitude, a orografia e a proximidade do Oceano Atlântico, e segundo a classificação de Köppen-Geiger, este divide-se em duas regiões: uma de clima temperado com Inverno chuvoso e verão seco e quente (Csa) e outra de clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e pouco quente (Csb), na qual está inserido o concelho de Belmonte.

Figura 49| Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Köppen-Geiger.



Fonte: IPMA

O conhecimento do clima é fundamental para o ordenamento, planeamento, gestão das atividades socioeconómicas influenciadas por variáveis atmosféricas e para prever e mitigar consequências de eventuais fenómenos meteorológicos (cheias, secas, ondas de calor, vagas de frio, nevões, ...) no concelho.

O clima é influenciado por diversos fatores (relevo, latitude, altitude, proximidade do mar, ...) que determinam cambiantes climáticas de região para região. O concelho de Belmonte encontra-se integrado numa unidade morfológica bem definida, a Cova da Beira, onde os fatores que condicionam o clima são:

- A proximidade de Espanha implica que a região seja frequentemente invadida por ventos quentes e secos no verão, responsáveis por períodos de elevadas temperaturas;
- Afastamento do litoral e a barreira montanhosa da Serra da Estrela priva a região dos efeitos moderadores do oceano, aumentando a amplitude térmica na Cova da Beira;



- Baixa altitude relativamente às áreas circundantes, determina que seja frequente a subsidência de massas de ar;
- Presença de algumas elevações determina a ocorrência de situações climáticas diferenciadas, uma vez que as variações térmicas e pluviométricas são diretamente influenciadas pelo fator altitude.

A caracterização climática do concelho de Belmonte deve ser interpretada com certas cautelas atendendo a que não existem estações climatológicas no interior do concelho. Para esta caracterização foram utilizados os valores das Normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) referentes à estação de Castelo Branco (latitude: 39°50'N; longitude: 07°28'W; altitude: 386 metros).

### 13.3.1. TEMPERATURA

A temperatura nesta região é justificada por dois fatores: continentalidade que justifica as amplitudes térmicas e a altitude que explica as diferenças de temperatura entre as estações. Foram tidos em conta os dados das normais climatológicas para o período 1971-2000, assim como os dados provisórios para o período de 1981 – 2010.

Tabela 2| Valores mensais da temperatura máxima, média e mínima para o período compreendido entre 1951-1980 e 1971-2000  
Fonte: Normais Climatológicas da Estação Meteorológica da Guarda – Instituto de Meteorologia

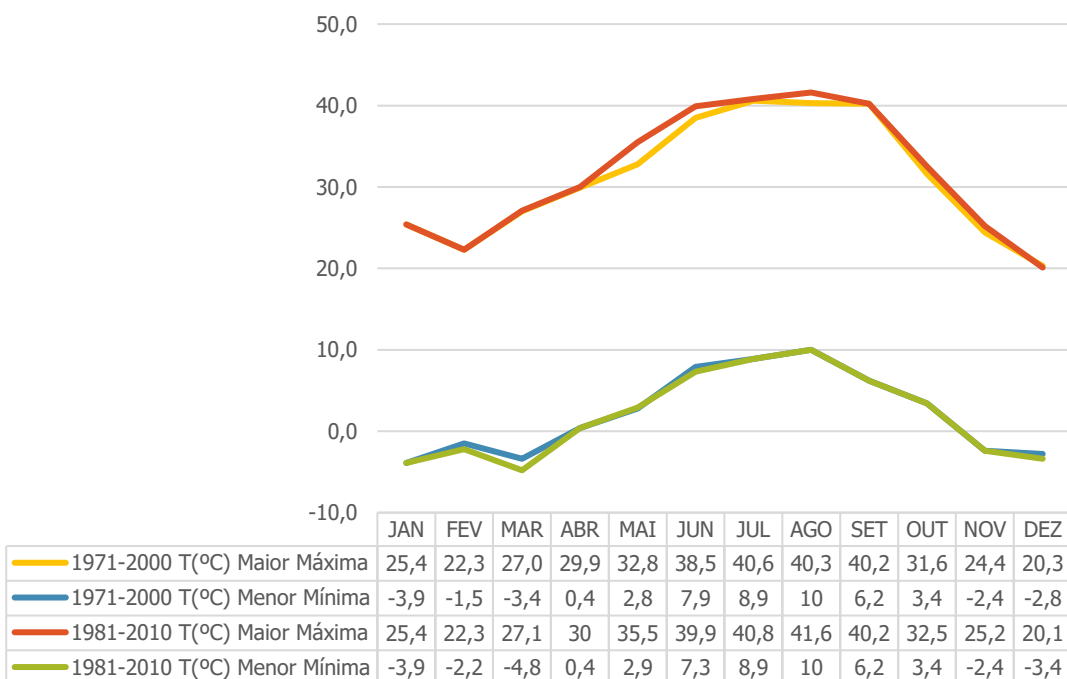
PERÍODO	TEMPERATURA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1971-2000	T(°C) Média	7,9	9,6	12,7	13,1	16,8	21	25	24,4	21,3	16,3	11,7	9
	T(°C) Máxima	11,8	14	18	18,6	22,3	27,3	32,1	31,6	27,3	21	15,7	12,5
	T(°C) Mínima	3,9	5,2	7,5	8	11,2	14,6	17,9	17,2	15,2	11,6	7,7	5,6
1981-2010	T(°C) Média	8,1	9,6	12,6	13,5	17,2	21,7	24,9	24,8	21,4	16,4	11,7	8,8
	T(°C) Máxima	12,1	14	17,7	18,7	22,9	28,3	32,2	31,9	27,4	21	15,6	12,4
	T(°C) Mínima	4,1	5,1	7,3	8,3	11,4	15	17,6	17,5	15,3	11,8	7,6	5,1

No que diz respeito à temperatura média anual, esta é de 16°C para os dois períodos em análise. Constata-se que os valores mais elevados são registados nos meses de julho e agosto, e em contrapartida, os valores mais baixos são registados nos meses de janeiro e dezembro.

Os valores médios diários da temperatura máxima, atingem o seu máximo nos meses de julho e agosto, enquanto os valores mais reduzidos observam-se nos meses de janeiro e dezembro. No que concerne aos valores médios diários da temperatura mínima, verifica-se que os valores mais altos observam-se, também, nos meses de julho e agosto, assim, como, os valores mais reduzidos que se registam em janeiro e dezembro. Relativamente aos valores extremos da temperatura,

nomeadamente a maior máxima e a menor mínima, registados na estação de Castelo Branco, no período de 1971-2000 e 1981-2010, este encontram-se representados no seguinte gráfico.

Gráfico 1| Temperaturas extremas (máximas e mínimas)



Fonte: Normais Climatológicas para a estação de Castelo Branco, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

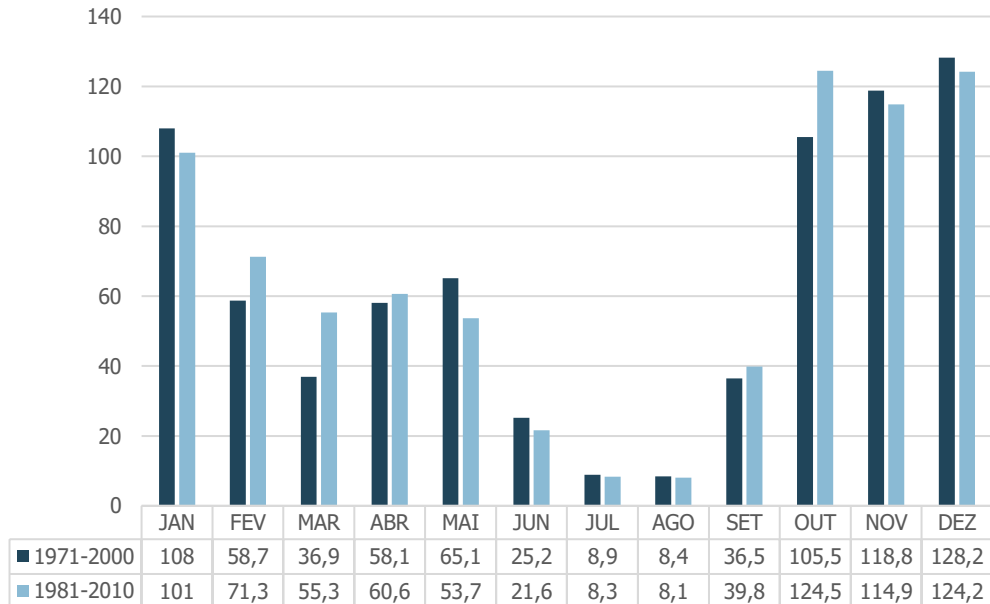
No que diz respeito à maior temperatura máxima, constata-se que no período 1971-2000 é em julho (40,6° C) que atinge o valor mais alto, enquanto no período 1981-2010 é no mês de agosto (41,6° C). Em relação à menor temperatura mínima, para o período de 1971-2000, esta atingiu o seu valor mais baixo no mês de janeiro (-3,9° C), já no período de 1981-2010 foi no mês de março (-4,8° C) que registou o menor valor.

Em suma, constata-se que nos dois períodos de análise, os valores registados são muito idênticos, no entanto verifica-se que os verões começam a atingir temperaturas ligeiramente mais altas e os invernos temperaturas mais reduzidas.

### 13.3.2. PRECIPITAÇÃO

O regime pluviométrico caracteriza-se pela elevada concentração de precipitação no período de inverno e por escassa no período estival. Relativamente à precipitação média anual é nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro que se registam os valores mais altos, variando entre os 101 – 128 mm.

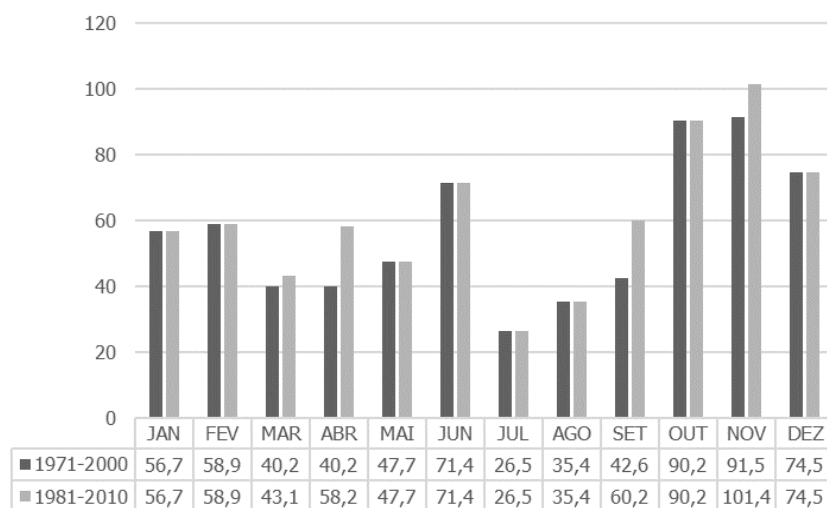
Gráfico 2| Valores mensais da precipitação média total



Fonte: Normais Climatológicas para a estação de Castelo Branco, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

No que diz respeito à precipitação máxima diária, constata-se que os valores mais altos são os dos meses de outubro e novembro, enquanto o mês de julho apresenta os valores baixos, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 3| Valores mensais da precipitação máxima diária



Fonte: Normais Climatológicas para a estação de Castelo Branco, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

As baixas temperaturas que acompanham a época das chuvas no inverno e os elevados valores de temperatura e radiação na época de Verão associadas a precipitações baixas suscitam alguns problemas de perda de produção, nomeadamente:

- Por escassez de precipitação implicando a necessidade de rega das culturas durante o verão, (necessidade de investimento em sistemas de rega);
- Nas culturas de outono/inverno devido à ocorrência de precipitações elevadas.

Igualmente a ocorrência de chuvas intensas provoca problemas de erosão nos solos. Este problema não aparenta ser muito grave no concelho, uma vez que os usos se encontram adequado às características biofísicas, no entanto, a floresta nas zonas mais declivosas apresenta-se bastante degradada não desempenhando na plenitude a sua função de proteção.

A existência de dias em que a pluviosidade atinge valores máximos superiores a 100 mm, ou próximos, determina a necessidade de manutenção dos canais naturais ou artificiais de escoamento e drenagem de água, de modo a facilitar a sua infiltração e/ou escoamento.

Parte da precipitação que atinge anualmente o concelho pode cair sob a forma de neve (não sendo muito comum), sobretudo nas zonas altas do concelho.

Figura 50| Neve na vila de Belmonte, 2010

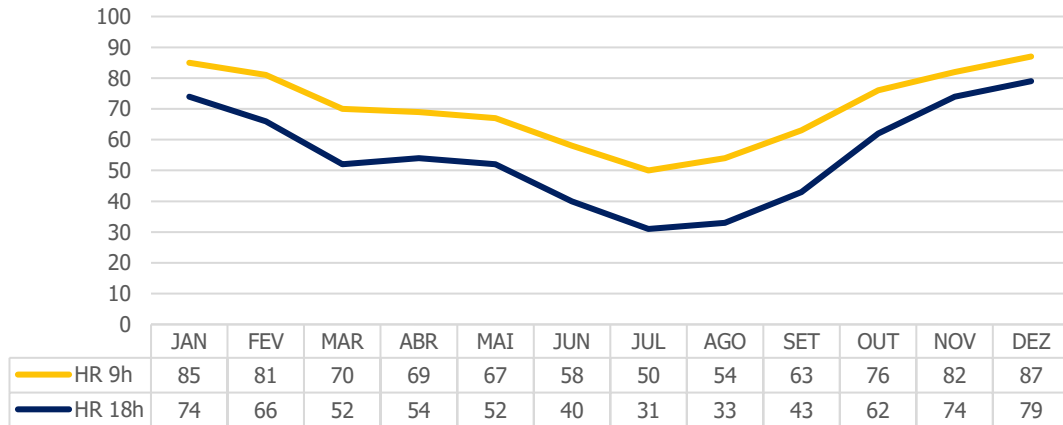


Fonte: <https://www.flickr.com/photos/tiguh/4653127076/lightbox/>

### **13.3.3. HUMIDADE RELATIVA DO AR**

A humidade relativa do ar é outro fator de análise importante, que se prende com as variações da temperatura e com a natureza das massas de ar, isto é, quando a temperatura aumenta, a humidade relativa baixa. De acordo com as normais climatológicas da Estação Meteorológica da Castelo Branco a humidade relativa na região é sempre igual ou superior a 50% pelas 9h.

Gráfico 4| Humidade Relativa média do ar (%) às 09h e 18h



Fonte: Normais Climatológicas para a estação de Castelo Branco (1971-200), Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Para as 9h, constata-se que a humidade relativa do ar regista os valores mais significativos nos meses de dezembro (87%), janeiro (85%), novembro (82%), fevereiro (81%) e outubro (76%), enquanto os meses que apresentam uma humidade relativa mais reduzida são julho (50%), agosto (54%) e junho (58%), uma vez que nestes meses de verão a temperatura média é mais elevada.

Para as 18h, constata-se que a humidade relativa do ar é igual ou superior a 31% em todos os meses do ano, verificando-se que os valores mais expressivos registam-se nos meses de dezembro (79%), janeiro e novembro (74%, respetivamente), fevereiro (66%) e outubro (62%), enquanto os valores mais reduzidos de humidade relativa observam-se nos meses de julho (31%), agosto (33%) e junho (40%).

Os dados referentes à humidade demonstram que a proximidade da Serra da Estrela influencia os valores da humidade relativa que podem mesmo atingir os 80% nos meses de janeiro e dezembro, pode-se ainda verificar que existe um decréscimo gradual da humidade relativa mensal de janeiro até julho, e posteriormente um aumento da mesma a partir de agosto.

#### 13.3.4. VENTOS

No que respeita ao vento, o rumo Noroeste assume importância nas duas estações climatológicas, parecendo indicar que as massas de ar que atingem esta região provêm do Atlântico. São essas massas de ar com elevado teor de humidade que provavelmente explicam as chuvas mais ou menos abundantes. Através dos dados das Normais Climatológicas, constata-se que predominam os ventos com o rumo de oeste (média anual de 23,4%) e de norte (média anual de 15,5%), enquanto os

ventos menos frequentes são os que apresentam o rumo de sudeste (média anual de 4,0%) e de noroeste (média anual de 6,1%).

Quanto à velocidade média do vento por rumo, verifica-se que são os ventos de oeste os que registam um maior valor (14,9 km/h), seguindo-se os ventos de sudoeste (14,8 km/h), os ventos de norte (14,0 km/h) e os ventos de noroeste (13,8 km/h), enquanto, por outro lado, os ventos que apresentam velocidades médias mais reduzidas são os de sudeste (10,2 km/h) e os de nordeste (10,9 km/h).

Relativamente à distribuição mensal da frequência do vento por rumo, verifica-se que na estação de Castelo Branco os ventos do quadrante oeste (média anual de 23,4%) registam maior frequência, predominando ao longo dos diversos meses do ano. Enquanto, os ventos menos frequentes ao longo de todos os meses do ano são os ventos do quadrante sudeste.

As calmas são mais frequentes nos meses de dezembro (14,3%), de novembro (13,2%) e de janeiro (13,2%), e menos frequentes nos meses de abril (6,2%), junho (6,4%), julho (6,6%) e setembro (7,0%).

Tabela 3| Velocidade média do Vento (km/h)

MÊS	VENTO																
	FREQUÊNCIA F (%) E VELOCIDADE MÉDIA V (KM/ H) PARA CADA RUMO																
	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		CALMA
%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	
Janeiro	18,8	13	12,3	10,6	16	12,3	4	10,3	8,9	15,6	10,4	14,9	13,1	14,2	3,6	12,7	13,2
Fevereiro	15	14,4	11,6	11,1	16,4	12,3	3,7	9	8	12,8	10,6	16,8	18,5	16,4	3,7	13,7	12,5
Março	21,4	15,5	9,5	11,2	15,2	14,2	3,5	10,6	5,6	11,3	7,3	14,1	21,3	14,7	6,1	13,2	10,3
Abril	16,5	15,8	6,4	12,3	9,2	13,7	3,3	10	7,6	14	12,3	16,3	29,9	17,1	8,8	16,1	6,2
Mai	13,8	15,2	7,5	11,9	9,9	12,6	4,1	11,2	10,9	13,9	14,4	14	25,5	15,1	6	13,4	7,9
Junho	14,2	14,4	6,6	12	6,2	11,7	3,6	9,2	9,1	12,5	12,3	14,3	34,2	15,5	7,5	14,8	6,4
Julho	15,3	14,1	6,3	12,4	7,2	11,4	3,7	10,4	7,8	12,1	11,9	14,2	32,6	14,4	8,6	14,1	6,6
Agosto	13,4	13,5	4,7	11,6	6,7	10,9	5,1	8,8	10	11,6	12,9	13,4	33,4	14,3	6,8	12,6	7
Setembro	15,6	13,4	7,5	10,4	8,9	11	4,3	9,3	8,7	12,8	11	12,9	26,9	14	7,4	14,4	9,6
Outubro	13,3	13,3	10,4	10,9	16,3	12,1	5,2	12	9,9	14,9	11	14,9	18,4	13,3	5,2	12,9	10,4
Novembro	14,3	12,7	11,9	9,7	16,8	12,7	4,3	10,8	8,1	13,9	9,8	14,7	16,5	13,7	5,1	12,5	13,2
Dezembro	14,7	12,8	15,4	9,5	19,7	11,8	3,7	10,6	8,5	15,1	8,2	18,2	10,9	15,3	4,5	13,4	14,3
<b>Ano</b>	15,5	14	9,2	10,9	12,3	12,3	4	10,2	8,6	13,5	11	14,8	23,4	14,9	6,1	13,8	9,8

Fonte: Normais Climatológicas para a estação de Castelo Branco (1971-200), Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

### **13.3.5. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

A caracterização climática do município de Belmonte aponta, entre outras alterações, para uma potencial diminuição da precipitação total anual e para um potencial aumento das temperaturas, em particular das máximas entre o verão e o outono, intensificando a ocorrência de Verões mais quentes e secos.

Estas alterações, num futuro não muito longe, podem provocar um conjunto de impactos sobre o território municipal, bem como sobre os sistemas naturais e humanos que o compõem. Mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação planeada aos cenários climáticos futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar o município em múltiplos aspetos ambientais, sociais e económicos.

É por isso fundamental a análise, desenvolvimento e implementação de um conjunto coerente e flexível de opções de adaptação que permitam ao município estar mais bem equipado para lidar com os potenciais impactos das alterações climáticas, bem como tomar partido de possíveis oportunidades, através de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Essa Estratégia deverá ter em conta e refletir os objetivos operacionais que constam na medida 1.7 – “Prevenir risco e adaptar o território e adaptar o território às alterações climáticas” do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)<sup>9</sup>, nomeadamente:

1. Fomentar uma maior coordenação e articulação entre as entidades envolvidas e as políticas e planos setoriais, territoriais, e de financiamento;
2. Produzir e atualizar cartografia para a prevenção e redução de riscos, em função das vulnerabilidades dos territórios, considerando, quando pertinente, a cenarização climática;
3. Elaborar e disseminar orientações técnicas em matéria de riscos e de alterações climáticas para os programas e planos territoriais, com vista à convergência de princípios, de entendimentos e de soluções, aproveitando a experiência dos projetos financiados pelo programa AdaPT, como o Portal do Clima e o ClimAdaPT.Local, entre outros;
4. Implementar uma cultura de sensibilização para o risco, potenciando o acesso à informação, a troca de experiências e a difusão de boas práticas de prevenção e redução do risco e de adaptação às alterações climáticas;

---

<sup>9</sup> Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) publicada pela Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05.

5. Potenciar uma cultura resiliência territorial, através da colaboração das entidades públicas e privadas e do envolvimento das comunidades;
6. Promover ações de prevenção e redução de riscos e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, privilegiando as soluções participadas e de base natural como as mais adequadas.
7. Implementar a Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas na sua vertente territorial.

Importa salientar que ao nível intermunicipal, em junho de 2019 foi desenvolvido o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) promovido pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que tem com principais objetivos:

- Informação e conhecimento: constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;
- Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta: constitui o fulcro deste plano e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;
- Participar, sensibilizar e divulgar: identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;
- Cooperar a nível internacional – abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.

De acordo com este plano, a região das Beiras e Serra da Estrela será inequivocamente condicionado pelos novos padrões climáticos que se projetam, e por isso devem prosseguir o seu esforço de integração e implementação de iniciativas que contribuam para responder às necessidades atuais e futuras, como:

- Integrar a adaptação às alterações climáticas em processos de planeamento e decisão de agentes locais e regionais;
- Sensibilizar os agentes locais;
- Aumentar a capacidade de incorporação de medidas de adaptação e mitigação nos seus instrumentos de planeamento locais;
- Assegurar que estratégias se adequam às especificidades territoriais;
- Garantir a participação ativa de diversos agentes nas diversas fases do desenvolvimento do plano.



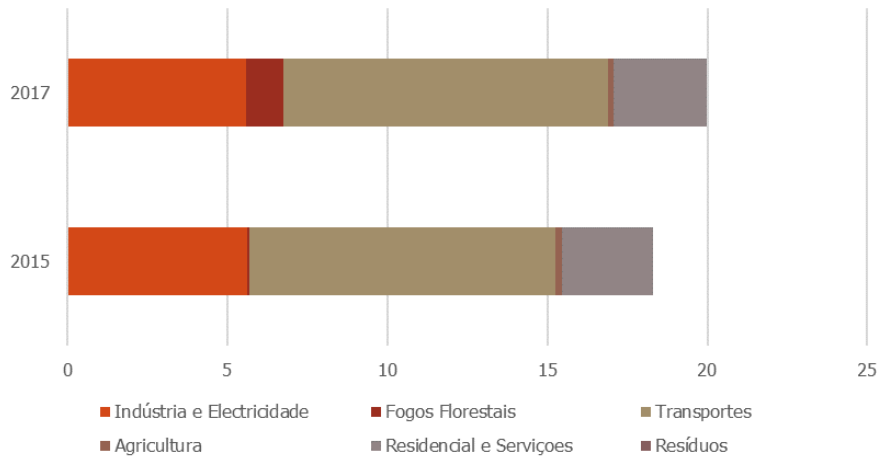
Reforça a importância da monitorização da implementação de medidas por forma a avaliar os impactos e quantificar eventuais danos evitados relacionados com fenómenos climáticos extremos. No que respeita à agricultura e à biodiversidade, destacam-se como fatores críticos, a diminuição da disponibilidade e consequente baixa na qualidade da água, o aumento dos fenómenos de erosão dos solos com consequências ao nível da fertilidade dos mesmos, o aumento da ocorrência de pragas e doenças e os problemas no funcionamento dos ecossistemas. Nesse sentido é extremamente importante desenvolver medidas de controlo e mitigação dos efeitos. Ao nível florestal e ao nível da produção é necessário desenvolver ações específicas que permitam ajustar os sistemas de produção às novas realidades climáticas. Este plano tem como suporte à sua implementação, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) que pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, particularmente na prioridade de crescimento sustentável através de três pilares estratégicos:

- Transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
- Adaptação às alterações climáticas e a gestão e prevenção de riscos;
- Proteção do ambiente.

As alterações climáticas são um desafio acrescido em territórios que apresentam uma maior densidade populacional, devido à concentração de pessoas e bens. Esta concentração traduz-se em elevadas quantidades de emissões de gases com efeitos de estufa, devido às necessidades energéticas e de recursos e bens dos transportes, indústria, comércio e setor residencial.

No caso de Belmonte, os valores de emissão apresentados no gráfico seguinte, referentes aos setores: doméstico, industrial, agrícola, serviços e transportes, é possível observar que as emissões aumentaram de 2015 para 2017, em parte pelos fogos florestais que afetaram não só este concelho, como grande parte do território nacional. E a previsão é que continuem a aumentar caso não sejam tomadas medidas para a sua mitigação.

Gráfico 5| Emissões (kton) de Dióxido de Carbono (CO2) por setor de atividade



Fonte: Sistema Nacional de Informação de Ambiente

Apesar, do PIAAC definir um conjunto de objetivos e medidas de integração e implementação de iniciativas de combate às alterações climáticas e de transição para uma economia com baixas emissões de carbono, não invalida a elaboração de um plano de âmbito municipal, pelo contrário, visa, assim, auxiliá-lo através da definição de “medidas de mitigação e adaptação para os diferentes setores identificados como prioritários.”<sup>10</sup>.

A exposição aos diferentes fatores climáticos aumenta o impacto em vários setores como, na biodiversidade, energia, turismo, ordenamento do território, saúde, segurança de pessoas e bens, sendo de destacar, como particularmente relevante, a gestão dos eventos climáticos mais severos na segurança de pessoas e bens e no turismo

De acordo com o Plano intermunicipal, ao nível dos impactos potenciais das alterações climáticas sobre as áreas florestais e espaços verdes destacam-se, essencialmente, as alterações à produtividade e serviços ambientais e distribuição geográfica das espécies florestais – incluindo aumento da desertificação –, o aumento dos riscos de incêndios florestais e da suscetibilidade a agentes bióticos (espécies invasoras, pragas e doenças). No caso particular do pinheiro-manso, a produção de pinha poderá ser afetada pela diminuição da precipitação primaveril, sobretudo nos meses em que ocorre a polinização. No que concerne à agricultura e a biodiversidade, é de salientar a diminuição da disponibilidade e consequente baixa na qualidade da água, o aumento dos fenómenos

<sup>10</sup> Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Relatório final. CIM das Beiras e Serra da Estrela, 2019.

de erosão dos solos com consequências ao nível da fertilidade dos mesmos, o aumento da ocorrência de pragas e doenças e os problemas no funcionamento dos ecossistemas.

#### **13.4. CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA**

As Cartas Geológicas, dando uma visão global das potencialidades de uma região no que concerne aos minerais, têm um papel primordial nos projetos de instalação de indústrias baseadas na exploração e aproveitamento das matérias-primas, com possibilidades de virem a constituir futuros polos de desenvolvimento regional. De facto, o conhecimento dos locais onde se encontram as matérias-primas, onde é possível obter água necessária para as populações e empreendimentos, onde se pode ou não construir em segurança ou sem delapidar os recursos naturais, onde situar aterros sanitários, etc., é fundamental para o estabelecimento de qualquer plano de ordenamento do território.

Belmonte insere-se litológica e estruturalmente no Maciço Antigo ou Maciço Hespérico, ao qual pertence 70% da superfície de Portugal. É um conjunto constituído por rochas sedimentares, ígneas e metamórficas ante-mesozóicas, consolidadas sobretudo aquando dos movimentos hercínios. Estes são responsáveis pelas orientações de conjunto e pela promoção de extensos fenómenos de granitização com o decorrente metamorfismo.

O Maciço Hespérico ocupa a parte Ocidental e central da Península Ibérica e constitui o núcleo primitivo e fundamental do território, que o mar só tornou a invadir na periferia. Por isso, é à volta do Maciço Hespérico que se dispõem as restantes unidades constituintes da Península Ibérica. Devido ao facto de ter sido dobrado e metamorfizado (muitas vezes com granitização) durante a orogenia hercínica, o Maciço Hespérico tornou-se no núcleo resistente ao dobramento alpino. O carácter maciço da Península Ibérica e a importância que os planaltos assumem devem-se, justamente, à existência do soco hercínico que constitui a microplaca Ibérica.

O Maciço Hespérico não tem um carácter homogéneo, apresenta um zonamento bem marcado perpendicular às principais direções estruturais NW-SE da cadeia hercínica. É possível a distinção de várias zonas com características geológicas diferentes, caracterizadas pela sua paleografia, tectónica metamórfica e evolução magmática.

Figura 51| Carta Geológica de Portugal



Zonas externas: ZC – Zona Cantábrica; ZSP – Zona sul Portuguesa;

Zonas internas: ZCI – Zona Centro Ibérica; ZOM – Zona Ossa Morena; ZAL – Zona Oeste Astúrico-Leonesa.

Estas diferentes zonas do Maciço Hespérico estão separadas por grandes acidentes profundos, que se manifestaram várias vezes durante o ciclo hercínico.

A área do Concelho de Belmonte situa-se na Zona Centro-Ibérica (a zona mais interna da Cadeia Varisca). Esta zona é genericamente caracterizada pela existência de rochas muito deformadas e afetadas por elevado grau de metamorfismo e ainda pela predominância de rochas graníticas.

### 13.4.1. GEOMORFOLOGIA

O território correspondente ao Concelho de Belmonte está contido, essencialmente, numa região de natureza granítica, gerando diferentes tipos de paisagem. Na formação granítica a erosão provocada pelas inúmeras ribeiras originou vales, primeiro muito encaixados, mas que alargam ao aproximarem-se do Zêzere.

Entre os vales destacam-se alguns acidentes como a serra da Pena, Senhora do Castelo, a serra do Espírito Santo, a Sortelha, a Esperança, etc. A altitude destes testemunhos da antiga superfície da meseta situa-se entre 700 e 800 metros.

A Noroeste de Belmonte, o Zêzere corre num vale largo, meandroso, com depósitos aluviais ricos em estanho. A altitude do leito é cerca de 450 metros. A parte terminal da ribeira de Caria, com seus afluentes, é caracterizada igualmente por vales abertos em que se depositam aluviões.

A partir da junção dos afluentes da ribeira da Gaia o vale alarga e forma, na zona de confluência com o Zêzere, uma pequena bacia cujo fundo é ocupado por depósitos aluviais de certa importância, pois possibilitaram a exploração mineira, principalmente de cassiterite (óxido de estanho). Alguns dos vales fluviais anteriormente citados podem ter sido orientados por acidentes tectónicos.

### **13.4.2. LITOSTRATIGRAFIA**

A área abrangida pelo Concelho de Belmonte caracteriza-se pela predominância de rochas do soco antigo (granito) com rochas filonianas (filões) intercaladas, e depósitos aluviais (Anexo SB.6). Seguidamente será apresentada uma descrição das diferentes unidades geológicas.

**ALUVIÕES ATUAIS** - Classificam-se como terrenos modernos de cobertura. A maior parte dos sedimentos dos rios e ribeiras é periodicamente depositada sobre o fundo do canal e na adjacente planura aluvionar. O material detrítico depositado pela água corresponde a argila, silte, areia, cascalho, seixo. Contudo, os aluviões do rio Zêzere, ribeira da Gaia e ribeira de Maçainhas deram origem a explorações mineiras, uma vez que alguns destes depósitos aluvionares contêm cassiterite e tautalite. Devido à sua natureza, os terrenos aluvionares são normalmente muito férteis, o que lhes confere aptidão para a prática agrícola.

**GRANITO MONZONÍTICO E PORFIRÓIDE** - Pertence às rochas de soco antigo. Este granito é, relativamente à composição mineralógica, monzonítico, ou seja, de duas micas, com predomínio da biotite. Como elementos essenciais contém, habitualmente, quartzo, oligoclase ou oligoclase-andesina, microclina, microclina-perite, microperite, albite ou albite-oligoclase, biotite e moscovite. Os minerais acessórios compreendem apatite, zircão, magnetite, turmalina, rútilo, etc. Entre os minerais secundários assinalam-se caulinite, sericite, clorite, rútilo acicular, esfena, etc. O granito monzonítico apresenta, todavia, variedades diferentes quanto à textura (abundância e tamanho dos cristais e granularidade da restante massa), dominando claramente no Concelho o granito porfiróide de grão grosseiro. A sul da ribeira das Amoreiras, na área de Caria, existe uma mancha de granito porfiróide de grão médio e médio a fino conhecida como Mancha de Saraiva.

**ROCHAS FILONIANAS** - As fraturas nas rochas ígneas podem ser local de circulação e instalação de magmas e soluções aquosas quentes, com consequente cristalização/precipitação de minerais de composição química variada. O preenchimento das fraturas gera corpos mais ou menos tabulares, com espessuras que poderão ser da ordem de milímetros ou centímetros (formando filonetes) até muitos metros (filões). Na área onde incide o presente estudo existem numerosos filões

predominando os quartzosos, seguidos dos de rochas básicas e os alpito-pegmatíticos. Relativamente aos filões de quartzo, embora de maneira geral aflorem por toda a área, constituem muitas vezes grupos paralelos ou juntam-se em certas regiões, evidenciando zonas de maior fraturação. Na generalidade estão quase verticais, possuindo alguns mais de 10 m de espessura e quilómetros de comprimento. É comum formarem, por erosão diferencial, relevos de certa importância, cristas ou lombas.

No conjunto, podem distinguir-se dois tipos de filões quartzosos; uns de quartzo branco leitoso, por vezes hialino, maciço, outros de quartzo calcedónico e quartzo jaspóide, de estrutura zonada ou brechóide, acompanhados quase sempre de óxidos de ferro. (Os filões encontram-se, por vezes, a preencher zonas de falha. O movimento ao longo desta provoca esmagamento do material silicioso, dando-lhe, dessa forma, um aspeto de brecha).

Os primeiros, embora se encontrem também nas áreas graníticas, predominam nas regiões xistentas. Relacionam-se, no geral, com estes filões as mineralizações de volfrâmio e estanho. Os filões jaspóides característicos de modelados graníticos formam, habitualmente estruturas com mineralizações uraníferas.

Os filões e massas de aplitos e pegmatitos representam a porção mais hidratada e de cristalização mais tardia de um magma. Nos últimos estádios da cristalização magmática os magmas residuais são enriquecidos em voláteis tais como água, flúor e boro. Podem ainda conter outros elementos químicos que não entraram na estrutura dos minerais já formados e que, por isso, se concentraram neste magma residual, tais como Berílio e Estanho entre muitos outros. Como resultado disso, a partir do magma residual podem cristalizar minerais raros em que estes elementos são constituintes essenciais, tais como berilo (silicato de alumínio e berílio), cassiterite (óxido de estanho), topázio (silicato de alumínio e flúor) e turmalina (silicato complexo com boro, ferro e sódio). Num mesmo filão pode coexistir preenchimento aplítico e pegmatítico, com a porção pegmatítica na zona central e uma zona aplítica na periferia ou vice-versa. Estes filões, para além dos elementos referidos, têm obviamente uma constituição granítica, onde predominam os feldspatos e o quartzo, vindo de seguida a moscovite.

A posição dos filões pegmatíticos e alpito-pegmatíticos é quase sempre horizontal ou sub-horizontal. As trincheiras da estrada da Guarda a Belmonte permitem observar diversos filões nestas condições.

No Concelho de Belmonte estas rochas filonianas têm maior expressão em determinadas áreas, nomeadamente Olas – Trigais e Colmeal – Maçainhas. Com as rochas referidas devem relacionar-se as aluviões da ribeira da Gaia, onde a cassiterite tem sido explorada.

Magmas de composição básica também preenchem, frequentemente, fraturas nas rochas graníticas, originando filões com uma coloração escura que é devida à abundância de minerais ferromagnesianos (como piroxena, anfíbola, biotite, etc.). A sua textura é claramente mais fina do que a de rochas ígneas plutónicas, como os granitos. Tal deve-se ao facto da sua cristalização, embora tendo lugar em profundidade, ser mais rápida do que nos granitos. Na verdade, os magmas de natureza básica, ao arrefecerem, iniciam a sua cristalização a temperaturas mais elevadas do que os magmas graníticos e, além disso, se instruírem fraturas da parte superior da crosta tendem a arrefecer mais rapidamente devido ao contraste térmico com as rochas encaixantes. Devido à sua composição rica em minerais ferromagnesianos, estas rochas são facilmente meteorizadas, pois tais minerais são mais suscetíveis à alteração do que o quartzo e o feldspato potássico.

Por essa razão, os filões de rochas básicas apresentam-se, frequentemente, mais alterados do que a rocha granítica envolvente. Em muitos casos observa-se disjunção esferoidal que consiste na fragmentação e separação de camadas curvas de um bloco geralmente esférico. O seu mecanismo permanece desconhecido, mas pode resultar de fendas paralelas à superfície do afloramento causadas por alteração química ou da distribuição diferencial de meteorização química e mudanças de temperatura.

### 13.4.3. RECURSOS GEOLÓGICOS

Verifica-se no concelho a prevalência de rochas graníticas, cujos comportamentos erosivos variados originam diferentes tipos de paisagens. Para além disso, refere-se a importância da existência de áreas mineralizadas passíveis de exploração. A grande riqueza de recursos minerais sobretudo na zona norte e nascente do concelho originou atividades de exploração durante bastantes anos, embora atualmente já não sejam tão significativas.

No concelho de Belmonte, existem pedreiras com concessão de exploração, assim como possui diversas ocorrências e recursos minerais (Anexo SB.7).

Tabela 4| Massas minerais no concelho de Belmonte

N.º PEDREIRA	DENOMINAÇÃO	ENTIDADE REGISTRADA	SUBSTÂNCIA	ESTADO	LOCALIZAÇÃO
6626	Quinta do Conde	BRITABLOCO-FABRICA DE BRITAS E BLOCOS LDA	Granito ornamental	encerrada	Freguesia: Colmeal da Torre Concelho: Belmonte Distrito: Castelo Branco NUT II: Centro

Esta concessão está atualmente desativada.

Tabela 5| concessões de depósitos minerais existentes no concelho de Belmonte

CONCESSIONÁRIO	PROCESSO	SUBSTÂNCIA	DATA ASSINATURA/APROVAÇÃO	TIPOLOGIA	TIPO DE PUBLICITAÇÃO
----------------	----------	------------	---------------------------	-----------	----------------------

Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/067 Serrado (integração de concessões)	Quartzo e Feldspato	15/06/2020	Concessão de Exploração	ativa
Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/040 Quinta Cimeira	Quartzo e Feldspato	15/06/2020	Concessão de Exploração	ativa
Sopred - Soc. de Protecção, Recuperação e Desenvolvimento Mineiro do Vale do Gaia, S.A.	MN/C/155 Tapada dos Mortuórios	Estanho, Quartzo e Feldspato	08/05/2019	Concessão de Exploração	Contrato de concessão em vigor
Felmica - Minerais Industriais, S.A.	MN/C/040 Quinta Cimeira	Quartzo e Feldspato	24/11/1994	Concessão de Exploração	Contrato

Fonte: DGEG, 2021 (confirmado em agosto 2022)

Estas pedreiras estão atualmente sem atividade.

No PDM96 existia a classificação de “espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral”, referindo-se a 2 áreas definidas no concelho. As propostas elaboradas tiveram como objetivo principal a salvaguarda do recurso mineral existente, para que não ocorra o seu comprometimento a longo prazo.

Figura 52| Localização dos espaços a salvaguardar para eventual atividade de prospeção mineral no PDM96- Planta de condicionantes; localização das áreas de prospeção, proposta de ordenamento (Fonte: SNIG, 2014).



Durante a vigência do plano não houve qualquer ação neste sentido.

O concelho de Belmonte é ainda abrangido pelo recente Programa de prospeção e pesquisa de Lítio em Portugal, integrando a área Guarda-Mangualde C e a área Guarda-Mangualde E, perfazendo um total de 102.183km<sup>2</sup> (86% da área do município), numa primeira fase do plano. Após consulta pública a área foi bastante reduzida, onde foram excluídas zonas de maior densidade urbana, funcional e demográfica, tendo ocorrido uma redução de 49% da área total inicialmente sujeita a Avaliação Ambiental.



Figura 53| Programa de prospeção e pesquisa de Lítio (extrato da planta lançada a concurso, fev21)



#### 13.4.4. Gás radão

O concelho de Belmonte insere-se numa zona de exposição elevada ao gás radão (chegando a atingir os 130Bq/m<sup>3</sup>) por se situar numa zona granítica.

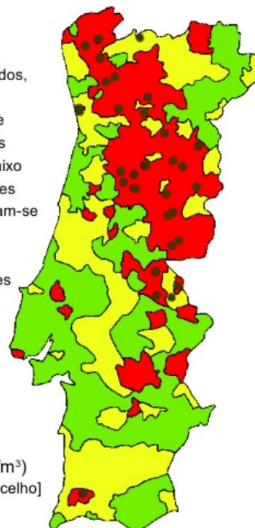
Figura 54| – Radão em Portugal (orientada a Norte, sem escala) (Fonte: Instituto tecnológico e Nuclear<sup>11</sup>).

### Cartografia do radão em Portugal

Dos estudos já efectuados, em 4200 habitações, verifica-se que cerca de 60% das concentrações de radão se situam abaixo dos 50 Bq/m<sup>3</sup>. Os valores mais elevados encontram-se em casas situadas em regiões graníticas. Em 2,6% das habitações controladas, os níveis médios anuais de radão são superiores a 400 Bq/m<sup>3</sup>.

Legenda: Radão (Bq/m<sup>3</sup>)  
[médias anuais por concelho]

- < 25
- 25 - 50
- 50 - 200
- Locais com concentrações superiores a 400 Bq/m<sup>3</sup>.



<sup>11</sup> <https://pt.slideshare.net/esrm14/afinal-o-que-o-rado>

De acordo com consulta feita à APA (site, julho 2021), encontra-se em elaboração o Plano Nacional para o Radão (PNR), dando resposta ao disposto no regime jurídico de proteção radiológica, baseando-se no princípio da proteção radiológica da otimização da exposição. "PNR pretende estabelecer um conjunto de ações para minimizar a exposição ao gás radão e reduzir o mais possível a incidência de cancro do pulmão daí decorrentes. As áreas de intervenção do PNR são:

- Definição de orientações metodológicas na medição, remediação e prevenção do radão;
- Promoção da investigação e desenvolvimento;
- Definição de obrigações e compromissos na gestão da exposição ao radão nos locais de trabalho;
- Promoção da qualidade de serviços e da qualificação profissional;
- Divulgação e gestão da informação;
- Comunicação e interação com o público.

### **13.5. RECURSOS HIDRICOS**

A água é um dos recursos fundamentais à existência de vida na superfície terrestre, e no âmbito do ordenamento do território importa conhecer a distribuição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no espaço e no tempo, as suas características, disponibilidade e qualidade.

A caracterização hidrográfica assenta essencialmente nas formações hidrogeológicas como fontes de informação acerca da profundidade e disponibilidade dos mantos freáticos, da potencialidade e qualidade das águas subterrâneas, do funcionamento hidráulico dos sistemas aquíferos (recarga, armazenagem, circulação e descarga) e fatores de degradação.

O conhecimento dos recursos hídricos prende-se com os aspetos de abastecimento de águas para fins diversos, as disponibilidades hídricas para a irrigação e produção de energia e a sua utilização para fins recreativos. A caracterização dos recursos hídricos tem em conta a inventariação da disponibilidade, da localização e da classificação das fontes de recursos (superficiais – rios e albufeiras; subterrâneas – poços, furos e nascentes) e de vários usos.

#### **13.5.1. ÁGUAS SUPERFICIAIS**

Entende-se como águas superficiais aquelas águas que, ao se acumularem na superfície, são escoadas formando rios, riachos, lagos, lagoas, etc. Ao não penetrarem no solo, as águas superficiais acabam por formar as principais fontes de abastecimento de água potável.

No caso das águas superficiais, estas abrangem as águas superficiais interiores (rios e albufeiras), as águas de transição e as águas costeiras.

De acordo com o Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal, as linhas de água relevantes no concelho são:

Tabela 6 - Classificação decimal dos cursos de água do concelho do Belmonte

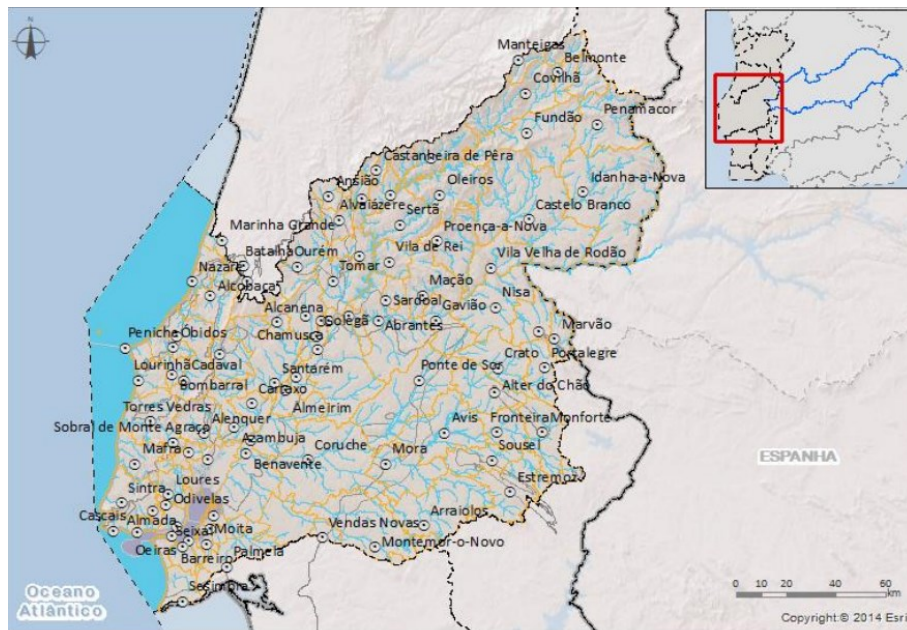
Classificação Decimal	Curso de Água	Área da Bacia Hidrográfica em Km <sup>2</sup>	Comprimento do Curso de Água em Km
301 54	Rio Zêzere	4995,7	242,0
301 54 71	Ribeira de Inguias	240,1	29,1
301 54 71 03	Ribeira de Valverde	74,8	22,2
301 54 71 03 01	Ribeira de Sto. Antão	27,2	8,2
301 54 71 03 01 02	Ribeira da Lagoa	6,0	5,9
301 54 71 03 01 04	Ribeira de Castelhana	7,4	3,2
301 54 71 03 01 04 02	Ribeira do Monte	4,8	2,9
301 54 71 03 03	Ribeira das Amoreiras	9,7	6,3
301 54 71 04	Ribeira das Maçainhas	28,7	11,2
301 54 71 05	Ribeira do Carvalhal	8,3	5,8
301 54 71 06	Ribeira das Olas	6,2	6,1
301 54 73	Ribeira da Serra da Esperança	8,5	6,4
301 54 75	Ribeira de Gaia	104,7	26,5
301 54 75 01	Ribeira do Colmeal	5,9	4,8

### 13.5.1.1. PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E DAS RIBEIRAS DO OESTE (RH5)

O Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo é constituído pela bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, as bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste, as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho.

A bacia do Tejo é internacional com uma área total em território nacional de 25.015,51km<sup>2</sup>, que engloba total ou parcialmente, 103 concelhos, sendo que sendo que 73 estão totalmente englobados nesta RH e 30 estão apenas parcialmente abrangidos. Os concelhos totalmente abrangidos são: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alcochete, Alenquer, Almada, Almeirim, Alpiarça, Alter do Chão, Alvaiázere, Amadora, Arruda dos Vinhos, Avis, Azambuja, Barreiro, **Belmonte**, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Castanheira de Pera Castelo Branco, Castelo de Vide, Chamusca, Constância, Coruche, Covilhã, Crato, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Fronteira, Fundão, Gavião, Golegã, Idanha-a-Nova, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mação, Mafra, Marvão, Moita, Mora, Nazaré, Nisa, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Oleiros, Pedrógão o Grande, Penamacor, Peniche, Ponte de Sôr, Proença-a-Nova, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém,

Sardoal, Seixal, Sertã, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Sousel, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila de Rei, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão. Os concelhos parcialmente abrangidos são: Ansião, Arraiolos, Arronches, Batalha, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Góis, Guarda, Leiria, Lousã, Manteigas, Marinha Grande, Monforte, Montemor-o-Novo, Montijo, Ourém, Palmela, Pampilhosa da Serra, Penela, Pombal, Portalegre, Porto de Mós, Redondo, Sabugal, Seia, Sesimbra, Setúbal e Vendas Novas.



**LEGENDA:**









- |  |  |   |
|--|--|---|
|  Sede de Concelho                   |  Massas de Água Rios              |  Massas de Água de Transição |
|  Limite de Concelho                 |  Massas de Água Rios (Albufeiras) |  Massas de Água Subterrâneas |
|  Delimitação da Região Hidrográfica |  Massas de Água Costeiras         |   |

Figura 55| Delimitação geográfica da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)  
Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

Com a nascente na Serra de Albarracín (Espanha) a cerca de 1600 m de altitude, o Rio Tejo apresenta um comprimento de 1100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço internacional. Os grandes afluentes do rio Tejo na vertente direita são o Erges, o Aravil, o Pônsul, o Ocreza e o Zêzere, ao qual pertence a rede hidrográfica do Concelho de Belmonte. A sub-bacia Rio Zêzere representa cerca de 90% da capacidade total de regularização na região hidrográfica do Tejo e Oeste.



Figura 56| Rio Zêzere

Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

É de salientar que o PGRH apresenta uma recomendação direta para a gestão florestal, a medida SUP\_E466\_AT2 relativa à valorização ambiental dos espaços florestais. Esta refere que procura, para os concelhos de Loures, Ourém, Castelo Branco, Torres Novas, Covilhã, Alenquer, Idanha-a-Nova, Abrantes, Alvaiázere, Marvão, Penamacor, Sabugal, Ferreira do Zêzere, Chamusca, Ansião, Guarda, Batalha, Salvaterra de Magos, Fundão, Coruche, Pedrógão Grande, Rio Maior, Sertã, Borba, Sesimbra, Benavente, Castanheira de Pera, Vendas Novas, Mora, Montemor-o-Novo, Almeirim, Ponte de Sôr, Avis, Montijo, Portalegre, Lisboa, Azambuja, Góis, **Belmonte** e Constância:

“(...)aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações, contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos, reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.”

Relativamente à qualidade da água, as massas de água da categoria «Rios» apenas 48 % apresentam «Estado Bom e Superior», estando 50 % das massas de água com «Estado Inferior a Bom» e 2 % com «Estado Desconhecido». No que concerne às 20 massas de água subterrâneas, 18 apresentam «Bom Estado» e duas «Estado Inferior a Bom».

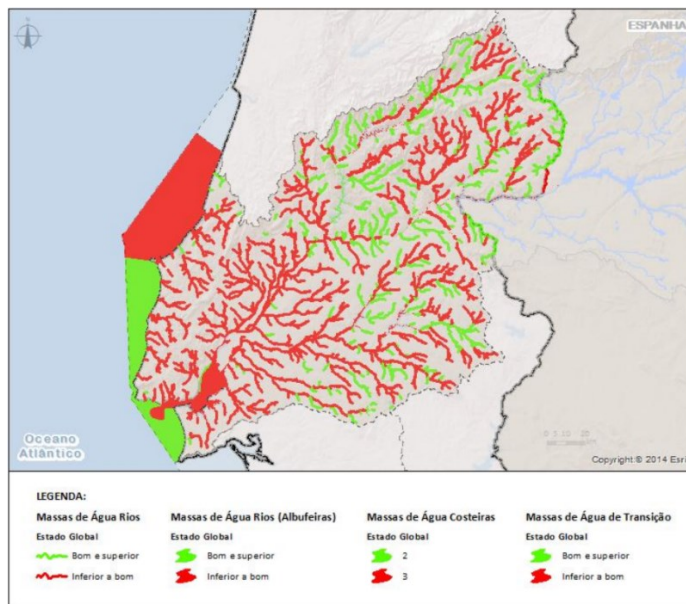


Figura 57| Classificação do Estado Global das Massa de água da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)  
Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

### 13.5.1.2. REDE HIDROGRÁFICA

A rede hidrográfica do Concelho de Belmonte (Anexo SB.8) pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, pertencendo dentro desta à sub-bacia Hidrográfica do Zêzere. Os cursos de água do concelho encontram-se na vertente esquerda do Rio Zêzere abrangendo uma área de aproximadamente 119.04 Km<sup>2</sup>, distribuída pelas sub-bacias hidrográficas das Ribeiras de Gaia, Inguias e de Caria.

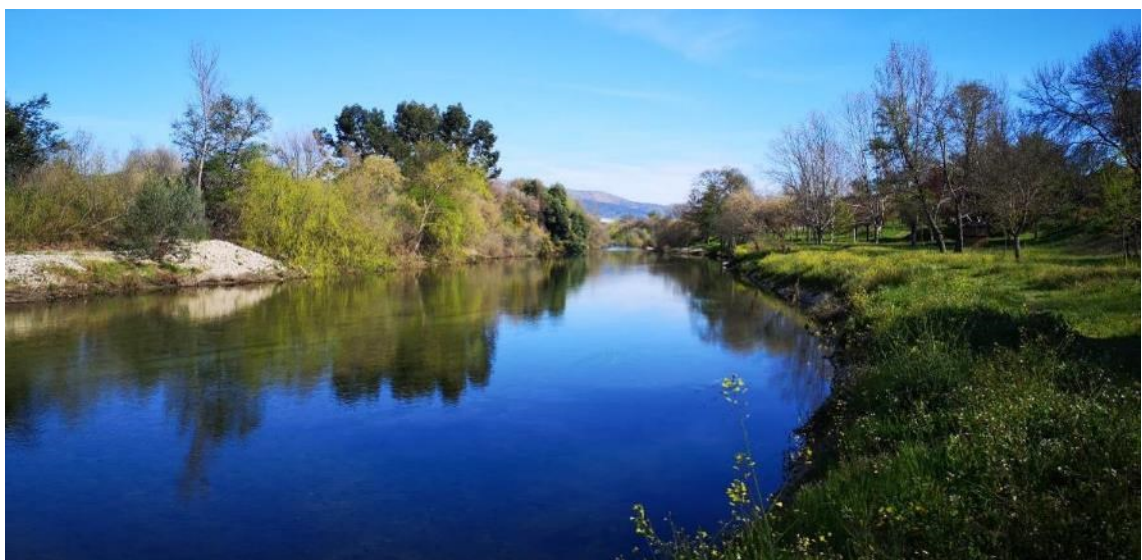


Figura 58 | Rio Zêzere

Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

O Rio Zêzere delimita o concelho a Noroeste em cerca de 4.5 km tendo uma área do Concelho a drenar diretamente para este com cerca de 3.50 Km<sup>2</sup>. Este é o curso de água mais importante, uma vez que todas as linhas de água do concelho são suas tributárias. Para além do Rio Zêzere existem outros cursos de água que delimitam o concelho nomeadamente a Ribeira do Valverde a Sudeste numa extensão de 3.60 Km e a Ribeira de Gaia a Sudeste numa extensão de 7.1 Km.

As linhas de água do concelho desenvolvem-se preferencialmente de Nordeste para sudoeste, excetuando a Ribeira de Caria e de Sto. Antão que se desenvolvem de poente para nascente.

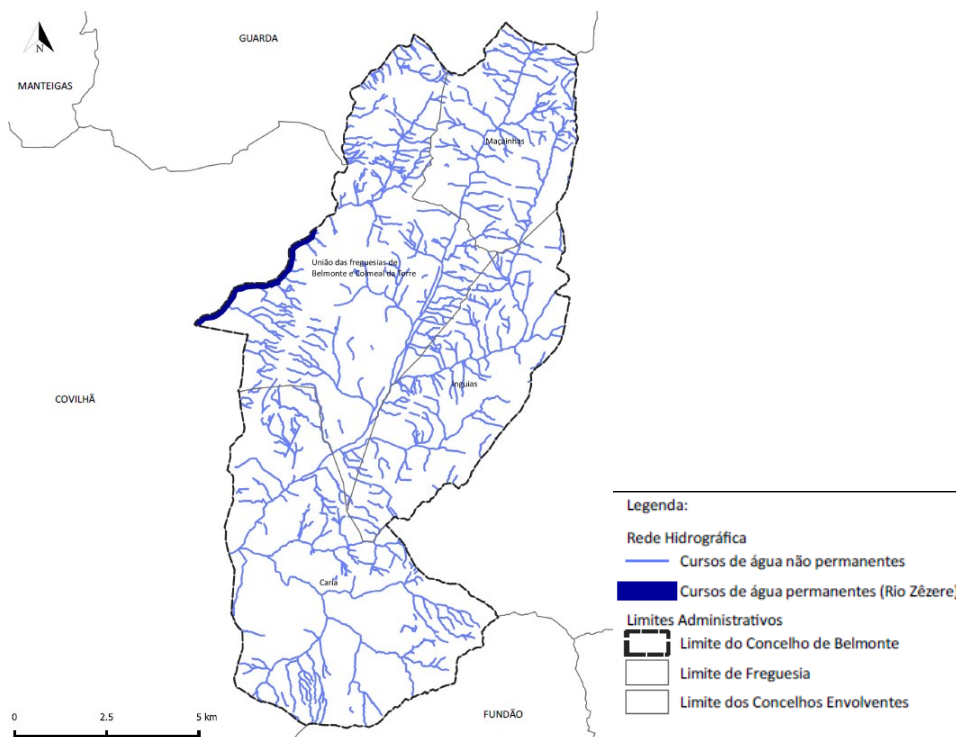


Figura 1 | Rede Hidrográfica de Belmonte  
Fonte: PMDFCI

Pode-se definir três principais linhas de águas presentes no Concelho, tributárias diretas do Rio Zêzere:

- Ribeira de Gaia - faz fronteira com o Concelho a Noroeste, que para ela drena uma área de cerca de 12.35 Km<sup>2</sup>. Os seus afluentes no Concelho são de pequena importância, realçando apenas a Ribeira do Colmeal com uma bacia de pequena dimensão, praticamente toda dentro da área do concelho com cerca de 6.75 Km<sup>2</sup>;
- Ribeira da Serra da Esperança - este curso de água nasce na encosta Oeste da serra com o mesmo nome, um tributário direto do Zêzere (bacia hidrográfica no concelho de 1.05 Km<sup>2</sup>) sem grande relevância enquanto recurso hídrico do Concelho;

- Ribeira das Inguias - linha de água com grande importância no Concelho, embora não nasça no mesmo atravessa-o de Este para sudoeste. Quase toda área em estudo pertence à bacia hidrográfica desta linha de água (102.5 Km<sup>2</sup>). Referem-se como talvegues principais tributários da Ribeira de Inguias, a Ribeira de Valverde, a Ribeira do Carvalhal, a Ribeira das Maçainhas e a Ribeira de Olas.

### 13.5.2. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Os recursos hídricos subterrâneos constituem um importante recurso natural, indispensável para a vida e para a integridade dos ecossistemas. É reconhecido o importante papel que estes recursos têm no abastecimento das populações e atividades económicas.

O concelho do Belmonte, como já foi anteriormente referido, está inserido na Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, e do ponto de vista hidrogeológico na unidade hidrogeológica – Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo.

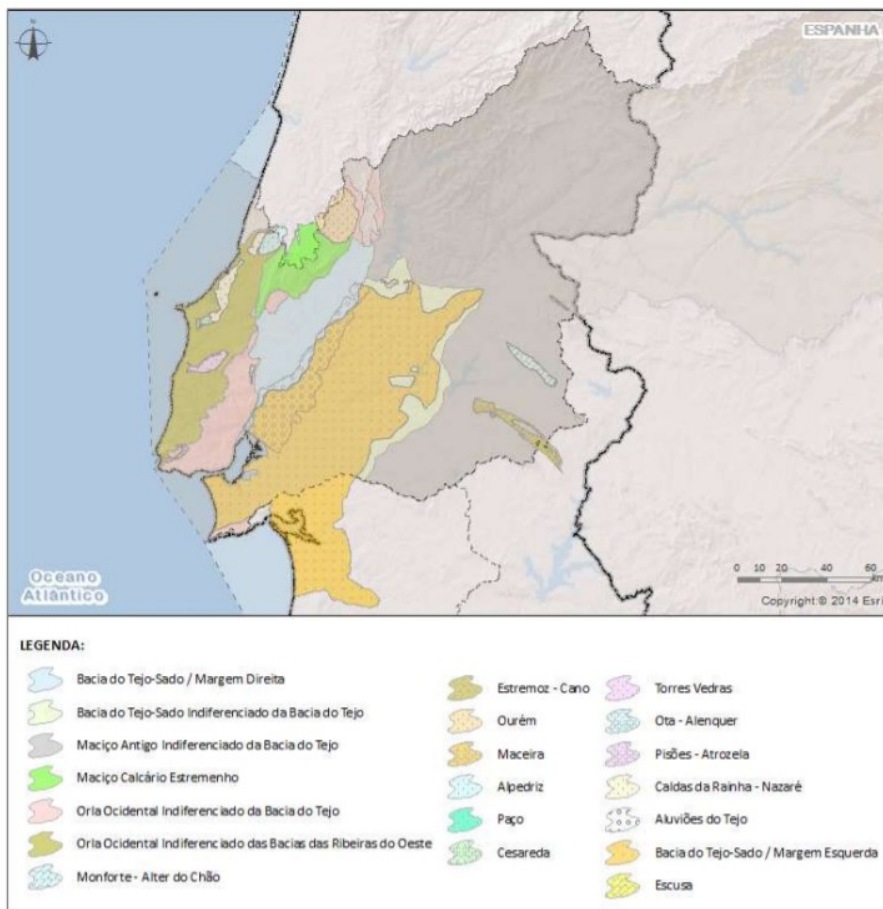


Figura 2 – Delimitação das Massa de água Subterrânea da Região Hidrográfica Tejo e das Ribeiras do Oeste (RH5)  
Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021



Na RH5 existem captações de água subterrânea destinadas à produção de água para consumo humano, que abrangem 19 massas de água. No concelho do Belmonte existem quatro furos de captação para abastecimento de água público.

A massa de água subterrânea do Maciço Indiferenciado da Bacia do Tejo, tem uma área de 14268,15Km<sup>2</sup>, apresenta uma recarga média anual a longo prazo de 1006,48hm<sup>3</sup>/ano, e abrange todo o concelho de Belmonte.

Relativamente à classificação do estado da massa de água no 2º ciclo (2016-2021) apresenta um estado químico e um estado quantitativo Bom.



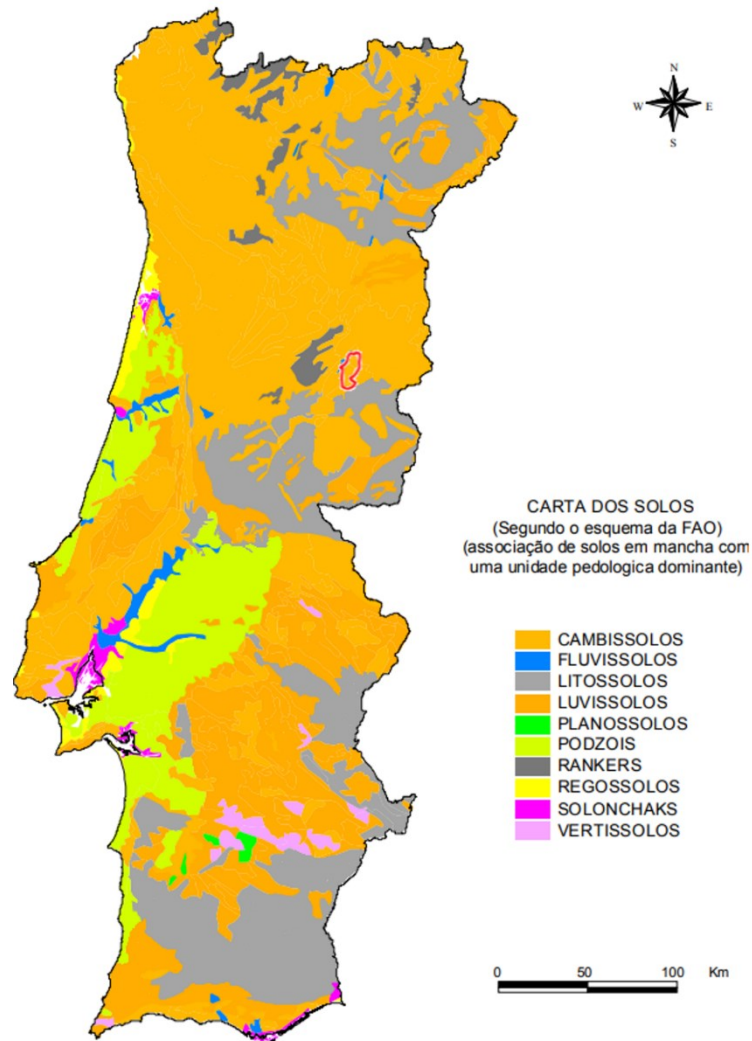
Figura 3 – Enquadramento Territorial da Massa de água Subterrânea da Maciço Indiferenciado da Bacia do Tejo  
Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021

### 13.5.3. SOLOS

De forma a identificar áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e áreas de risco de erosão hídrica do solo, e de forma a promover a salvaguarda de recursos, deve ser feita uma análise e

classificação do tipo de solo, nomeadamente em termos de classes de solos presentes na área de intervenção do plano.

Figura 59| Carta de Solos de Portugal (Adaptado do Atlas do Ambiente Digital)

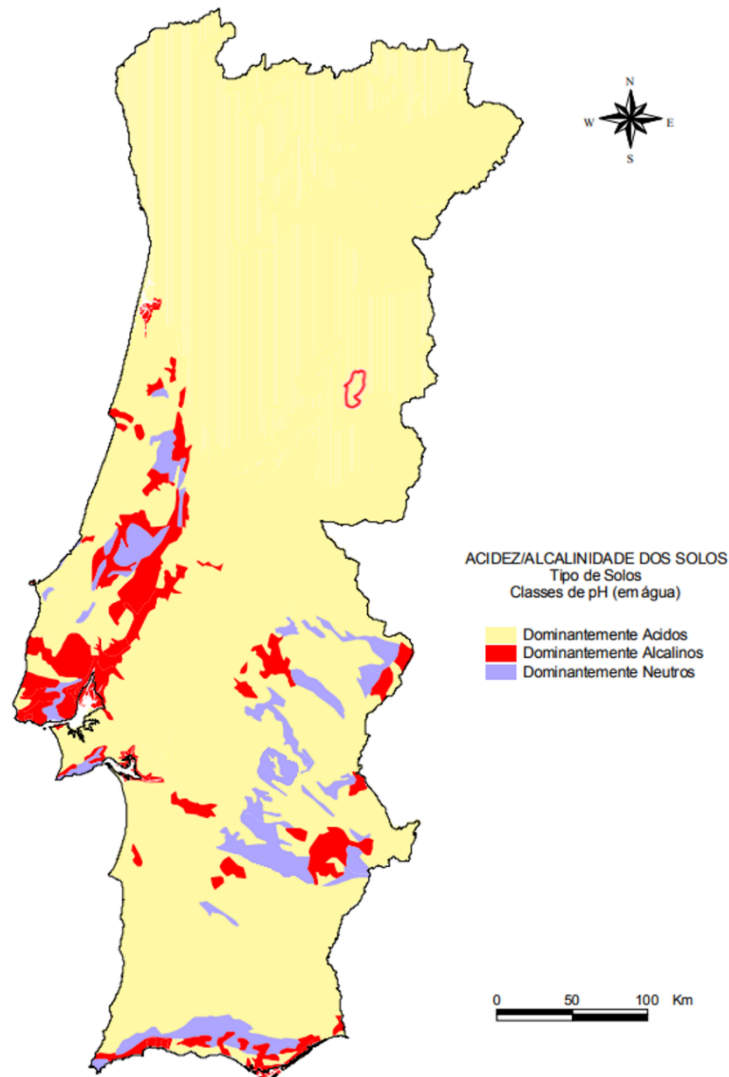


De acordo com o extrato da Carta de Solos de Portugal, figura 54, o concelho de Belmonte é constituído na sua grande maioria por Cambissolos, e uma pequena mancha a noroeste de Fluvissois.

Um pouco por todo o país, os Cambissolos são mais frequentes na região do Alto Douro e Beira Alta e em parte da Estremadura e Alto Alentejo. São solos pouco desenvolvidos, com tempo de formação incipiente ou por rejuvenescimento/alteração do material do solo. A sua textura é normalmente franco-arenosa ou mais fina. O seu horizonte tem alterações face ao material originário (horizonte câmbico) e pode apresentar um horizonte A rico em matéria orgânica.

Os Fluvisolos são comuns em áreas alagadas, e desenvolveram-se a partir de sedimentos aluvionares, ou seja, material transportado pela água e depositado nas margens, deltas e vales dos rios.

Figura 60| Mapa do tipo de Solos em Portugal, quanto ao pH (Adaptado do Atlas do Ambiente Digital)

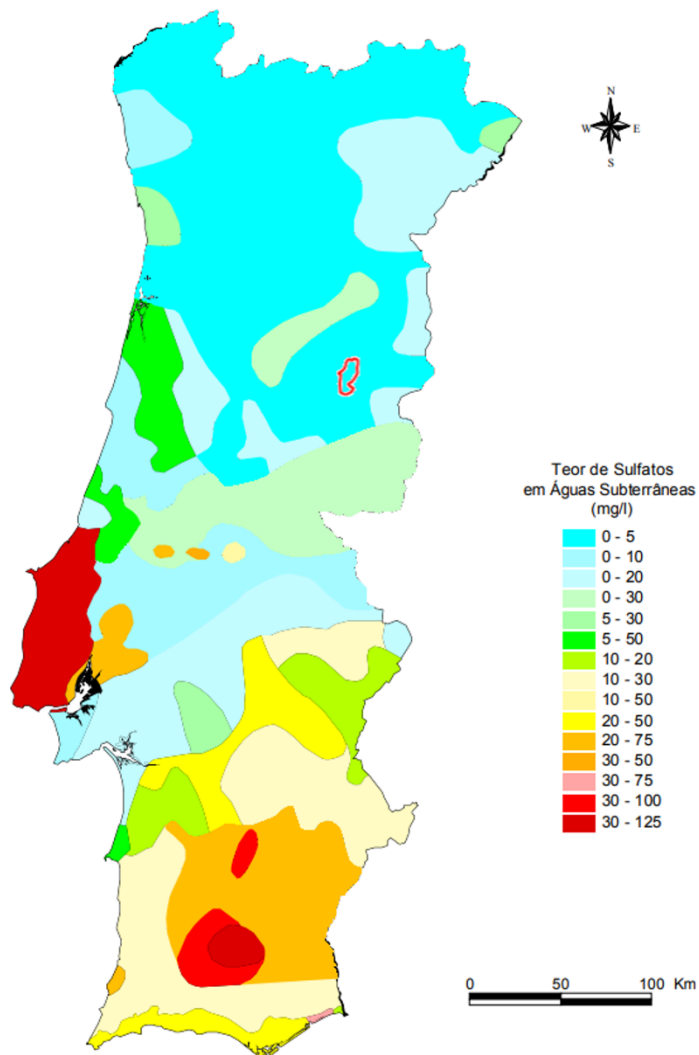


Em Portugal, os solos são na sua maioria ácidos, o mesmo acontece no concelho de Belmonte. Este tipo de solo associado é baixo em cálcio e magnésio, com baixa decomposição de matéria orgânica, presença de algumas substâncias tóxicas, como alumínio, entre outros aspetos. Pode estar associado ao fraco desenvolvimento das plantas, uma vez que a falta de matéria orgânica reduz a baixa fixação do nitrogénio.

Os recursos de água subterrânea variam consoante a região, tanto em volume como em qualidade, sendo que são um reflexo direto das características dos solos, das formações rochosas, assim como das condições climáticas.

O sulfato está presente nas águas subterrâneas através da dissolução de solos e rochas, provocando alterações às suas propriedades. Na figura seguinte, é possível observar que o teor de sulfatos aumenta genericamente de Norte para Sul. O concelho de Belmonte está entre os municípios que apresenta os valores mais baixos.

Figura 61 | Teor de sulfatos em águas subterrâneas (Adaptado do Atlas do Ambiente Digital)



## **13.5.4. PERIGOS E RISCOS**

### **13.5.4.1. CHEIAS E ZONA INUNDÁVEIS**

Provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade, as cheias são fenómenos naturais extremos e temporários. O escoamento dos caudais originados por este excesso de precipitação provoca aumento da velocidade das águas e a subida do nível originando o extravase do leito normal e a inundação das margens e terrenos vizinhos. Os prejuízos resultantes das cheias são muitas vezes elevados, podendo provocar a perda de bens e vidas humanas.

As cheias provocam inundações, mas nem todas as inundações resultam das cheias. As inundações são fenómenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana, que consistem na submersão de uma área usualmente emersa.

No caso do concelho do Belmonte, este não foi afetado por cheias históricas e não apresenta riscos significativos de inundações. No entanto, o seu território é abrangido pela Zona Adjacente (ZA) do Zêzere, pelo que o risco de cheias e inundações deverá ser moderado a acentuado.

As zonas ameaçadas por cheias incidem muito pontualmente em zonas urbanas, quase sem expressão.

### **13.5.4.2. POLUIÇÃO**

A poluição sobre as massas de água estão muitas vezes relacionadas com a rejeição de águas residuais provenientes de diversas atividades, nomeadamente de origem urbana, industrial e pecuária. As pressões qualitativas responsáveis pela poluição difusa resultam do arrastamento de poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais ou por lixiviação até às massas de água subterrâneas.

Neste contexto, a poluição pode resultar de:

- Excesso de fertilizantes aplicados em terrenos agrícolas;
- Produtos fitofarmacêuticos aplicados em explorações agrícolas;
- Óleos, gorduras e substâncias tóxicas do escoamento superficial de zonas urbanas;
- Sedimentos de áreas em construção;
- Sais resultantes das práticas de rega e escorrências ácidas de minas abandonadas;

- Microrganismos e nutrientes provenientes da valorização agrícola de efluentes pecuários, de sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais e de sistemas individuais de tratamento;
- Aterros e lixeiras.

De acordo com PGBH a determinação do risco de poluição accidental numa massa de água é definida pela probabilidade de ocorrência de um acidente, num determinado período de tempo e atendendo à severidade das suas consequências. São de destacar as seguintes instalações com risco particularmente elevado de poluição accidental da água:

- Instalações PCIP (REI) - instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que transpõe a Diretiva 2010/75/EU, de 24 de novembro;
- Instalações Seveso - instalações abrangidas pelo regime da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (instalações Seveso), de acordo com o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho de 2007, que transpõe para direito interno a Diretiva n.º 2003/105/CE, de 16 de Dezembro de 2003 que altera a Diretiva n.º 96/82/CE (Seveso II);
- Unidades de Gestão de Resíduos (aterros);
- Minas;
- Unidades Fitofarmacêuticas;
- Bombas de Gasolina;
- Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas, servindo uma população igual ou superior a 2 000 habitantes equivalentes;
- Emissários submarinos;
- Instalações portuárias;
- Transporte de matérias perigosas (gasodutos, rodovias).

No concelho, as massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes accidentais, sem prejuízo de outras massas de água adjacentes também serem afetadas, são as da Ribeira de Gaia e da Ribeira de Inguias.

Quadro 17 – Massas de água diretamente afetadas por descargas poluentes acidentais no concelho de Belmonte

Tipo de Instalação	Massa de água	
	Código	Designação
Instalações Seveso	PT05TEJO0743	Ribeira de Gaia
Minas	PT05TEJO0745	Ribeira de Inguias

### 13.6. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

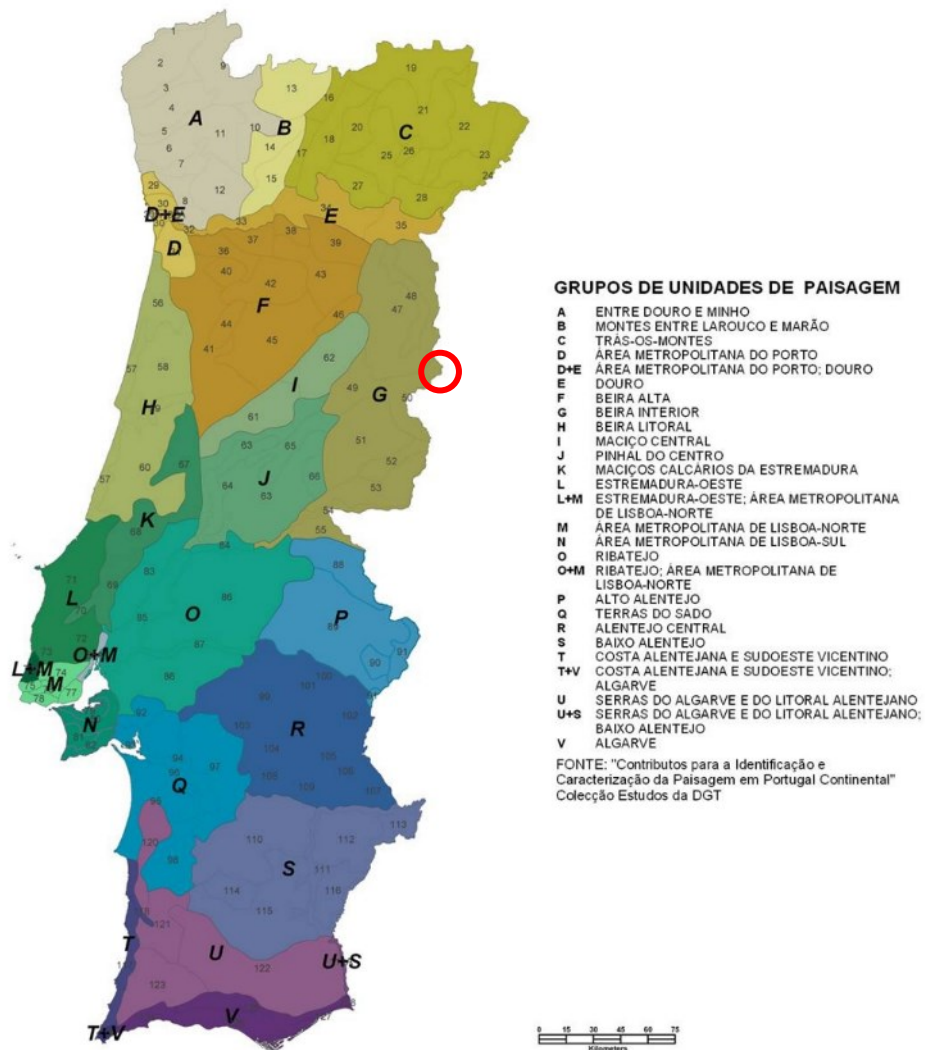
Nos termos da Convenção Europeia das Paisagens (Conselho da Europa 2000) é reconhecido que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, contribuindo de uma forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações. Dados as dinâmicas históricas e os gradientes de humanização crescentes, conclui-se que as paisagens estão em elevado estado de transformação, que urge analisar e monitorizar, sendo essencial para o efeito a sua aprofundada caracterização.

A paisagem passa a ser juridicamente reconhecida, como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural e, portanto, como parte importante da sua identidade. Para a sua gestão devem então ser implementadas medidas e ações que envolvam a generalidade dos agentes, integrando a Paisagem nas políticas alargadas de ordenamento e de planeamento. Para atingir graus de assertividade na gestão e monitorização da paisagem, é fundamental proceder à sua caracterização, encontrando na forma final da diversidade dos aspetos que as definem e distinguem enquanto Unidades de Paisagem.

As Unidades de Paisagem são áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter. Possuem características relativamente homogéneas, não por serem exatamente iguais, tomando em consideração a multiplicidade de fatores que condicionam a paisagem, tanto aqueles que dizem respeito à componente mais objetiva, ou material, como à componente mais subjetiva. Caracterizam-se como uma propriedade distinta de cada paisagem que inter-relaciona todas as suas componentes, naturais e culturais, e que lhe confere uma determinada identidade. De acordo com o estudo desenvolvido para a DGOTDU, no âmbito da caracterização de Unidades de Paisagem pela Universidade de Évora: "Contributos para a Identificação e Caracterização

da Paisagem em Portugal Continental<sup>12</sup>, foram identificadas de 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos.

Figura 62| Grupo de Unidades de Paisagem



Fonte: DGT

O concelho de Belmonte enquadra-se no Grupo de Unidades de Paisagem – G – Beira Interior, que integra uma Unidade de Paisagem, designadamente a UP 49 – Cova da Beira que ocupa a totalidade do concelho.

<sup>12</sup> DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*: Vol. II. Grupos de Unidade de Paisagem Grupos de Unidades de Paisagem A-E (Entre Douro e Minho a Douro) (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.



*"Entre as duas grandes montanhas, aparece a Cova da Beira, revestida de enfeites por diversas culturas. Pinheiros viçosos, opulentos carvalhos, matas de castanheiros bravos que orgulhosamente esperam o seu ano de corte, alternam com talhões de vinha e pomar, com extensas várzeas de milho por onde circulam ribeiros claros, como veias abertas no solo, para gosto e prosperidade da gente. (...) as águas das montanhas, a olhos e a alma em permanente sortilégio de cores. Pelas mimosas quintas onde toda a terra é semeada, menos a eira, todos os anos amadurecem os frutos em desafio aos mais exigentes paladares, as cerejas enrubescem e cintilam como jóias."* (Guia de Portugal, Vol III, Tomo II, 1985).<sup>13</sup>

Figura 63| Unidade de Paisagem Cova da Beira



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Extremamente rica e diversificada, a paisagem da Cova da Beira espelha a fertilidade do solo através de uma divisão de parcelas pequenas, mas com uma intensidade de exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros ou carvalhos, até olivais, pomares, vinha, cereais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc, em parte pela abundância de água em todo o padrão da paisagem. Apesar de contribuírem para a diversidade da paisagem, as sebes de compartimentação dos campos não são muito frequentes.

A Cova da Beira corresponde a uma bacia de abatimento com aproximadamente 30 km de comprimento e 12 km de largura máxima, apresenta-se como uma zona predominantemente plana, localizada entre as serras da Estrela e da Gardunha, sendo atravessada no sentido longitudinal pelo rio Zêzere. Os maciços das serras da Estrela e da Gardunha, oferecem uma proteção, que influencia

<sup>13</sup> In Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.

o clima desta zona, proporcionando um inverno frio e seco, e um verão quente, apresentando características continentais.

Esta paisagem é também caracterizada pela densidade e dispersão do povoamento, acompanhado também por uma densa rede de vias de comunicação, para além da diversidade dos usos agrícolas e de algumas manchas florestais.

Tabela 7 | Caracterização da Unidade de Paisagem da Cova da Beira

UNIDADE DE PAISAGEM 49 - Cova da Beira	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Beira Interior
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Parte dos concelhos de Guarda, Covilhã, Belmonte, Sabugal, Fundão e Penamacor
PRINCIPAIS CENTROS URBANOS	Fundão, Belmonte e Covilhã (na transição)
ÁREA APROXIMADA	590 km <sup>2</sup>
CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR	
ELEMENTOS SINGULARES	Albufeira da Meimoa
PONTOS E LINHAS PANORÂMICAS	- Miradouro e outros pontos panorâmicos na estrada Covilhã - Penhas da Saúde. - Algumas vistas a partir da Covilhã. - Castelo de Belmonte.
OUTRAS PARTICULARIDADES	Produtos classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura e direta ou diretamente relacionados com a paisagem: Azeite da Beira Alta, Azeite da Beira Baixa, Cabrito da Beira, Borrego da Beira, Cereja da Cova da Beira, Pêssego da Cova da Beira e Maçã da Cova da Beira, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo Picante da Beira Baixa e Queijo de Castelo Branco. Vinho com indicação de Proveniência Regulamentada da Cova da Beira.
ORDENAMENTO, DIAGNÓSTICO E GESTÃO DA PAISAGEM	
FIGURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	PDM dos concelhos de Guarda, Covilhã, Belmonte, Sabugal, Fundão e Penamacor.
DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM	Esta paisagem tem uma clara identidade, associada ao mosaico diversificado e especificidade da atividade agrícola, numa situação de "cova" dominada pela presença fortíssima dos maciços envolventes da Estrela e Gardunha. No geral, verifica-se uma coerência dos usos com características biofísicas. No entanto, existem exceções com algum significado, particularmente junto aos principais centros urbanos (Covilhã e Fundão) e ao longo das estradas, em que se assiste a uma ocupação, desordenada de zonas baixas com construção dos mais variados tipos (armazéns, instalações industriais, habitações, equipamentos). Outra exceção é construção do IP2, com um traçado que se afastou da localização mais correta do ponto de vista paisagístico (que seria na base da encosta da serra da Estrela, por onde passa a EN 18); a maior facilidade de construção desta via, bem no interior da Cova da Beira veio, no entanto, introduzir um elemento perturbador dos usos e funções desta zona. Esta unidade de paisagem terá uma "riqueza biológica" baixa a média, resultante da intensidade dos sistemas agrícolas dominantes, da densa rede viária e de outros fatores de artificialismo do maio (edificação dispersa, intervenções no rio Zêzere, etc.). Não se encontram referências à presença de espécies vegetais ou animais com elevado interesse para a conservação.

#### ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Nesta unidade justifica-se um esforço de ordenamento acrescido no sentido de explorar de forma equilibrada as enormes aptidões agrícolas presentes. Assim, há que encontrar os meios para:

- Manter a diversidade no mosaico de usos, em simultâneo com a tendência para o aumento das áreas das parcelas e das explorações agrícolas;
- Minimizar os impactes ambientais negativos, principalmente através da aplicação de boas práticas agrícolas que preservem os recursos fundamentais para esta atividade - o solo e a água;
- Compensar aqueles impactes, nomeadamente através da concretização de uma rede de proteção e valorização ambiental (sebes, galerias ripícolas, maciços arbóreos em situações marginais para a agricultura, qualificação da rede de drenagem natural, etc.);
- Impedir a dispersão edificada, principalmente ao longo das estrada e caminhos.

Fonte: Adaptado: Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. (Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora). Lisboa: DGOTDU, 2004.

### **13.7. FLORA E FAUNA**

A conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum.

#### **13.7.1. FLORA E VEGETAÇÃO**

A vegetação, enquanto coberto estruturado de um conjunto de espécies que se associam de acordo com as condições do meio e as relações entre eles, foi abordada sob 3 diferentes formas: ecológica, fitogeográfica e sinfitossociológica. Estas três abordagens têm como base a vegetação potencial, isto é, a comunidade vegetal estável que existiria no concelho, como consequência de uma sucessão vegetal progressiva, se o Homem deixasse de interferir e alterar os ecossistemas.

No estudo da flora são elencadas as espécies que se encontram no concelho. Como seria de esperar muitas das espécies identificadas na área de estudo encontram-se referidas nas diversas abordagens efetuadas para a vegetação.

A identificação e estudo da flora e da vegetação apresenta especial interesse não só em termos de biodiversidade e conservação da natureza, mas também para utilização como espécies com interesse para a floresta de proteção ou mesmo de produção, e como espécies ornamentais a utilizar em espaços verdes do concelho que requeiram um baixo nível de manutenção.

### 13.7.1.1. DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAÇÕES VEGETAIS

Na distribuição das associações vegetais naturais são preponderantes as características ecológicas dos locais, quer ao nível das características do clima (temperatura média anual e a temperatura mínima, a pluviosidade e a sua distribuição ao longo do ano e a humidade relativa), quer ao nível das características do relevo e subsolo.

A abordagem ecológica baseia-se na silva climática onde são consideradas espécies arbóreas indicadoras do clima e também em índices de caracterização termo-pluviométricos. O Concelho de Belmonte insere-se na “Zona de Predominância do Carvalho da Zona Continental Seca e Fria<sup>14</sup>”. Este zonamento tem por base as características climáticas da região descritas por temperaturas baixas de inverno (ventos frios e secos e eventualidade de neve) e um Verão com temperaturas elevadas, humidade relativa baixa e um largo período de seca estival.

Segundo os autores, baseados em trabalhos do Prof. João Carvalho e Vasconcelos e do Mapa de Distribuição dos Carvalhos em Portugal deste Prof. e do Prof. João Amaral Franco, as espécies presentes nesta zona são o carvalho negral, carvalho roble, sobreiro, azinheira, pinheiro manso, medronheiro, videeiro, tramazeira, catapereira, cerejeira-brava, azevinho, pilriteiro, abrunheiro bravo, teixo, giesteira das vassouras, giesteira branca, amieiro-negra, arando, roseira-brava e o zimbro. Ainda segundo estes autores, esta é a zona limite do Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) devido à neve e à secura atmosférica.

De acordo com a classificação da Planta de Zonas Fitogeográficas do “Atlas do Ambiente Digital – Instituto do Ambiente”, da responsabilidade do Prof. João Manuel Paes do Amaral Franco, o território Português está dividido em várias zonas fitogeográficas, separadas entre si pela linha da queda pluviométrica anual dos 1250-1500 mm e por diferenças geológicas. Estas grandes zonas subdividem-se em zonas mais específicas de acordo com o índice de aridez, altitude e natureza das características geológicas.

Na referida planta a área de intervenção encontra-se na denominada “Zona norte” e “Zona Centro”. O norte do Concelho de Belmonte pertence à “Zona norte”, subdivisão Nordeste, (índice de aridez superior a 30%), à denominada Terra fria, com cotas acima dos 500 m e predominância do Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*).

Para esta zona são descritas as seguintes espécies:

---

<sup>14</sup>A Árvore em Portugal”, de Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, Assírio e Alvim, Lisboa, 1999.

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Quercus pyrenaica</i>	Carvalho Negral
<i>Rumex papillaris</i>	
<i>Aconitum napellus subsp. lusitanicum</i>	
<i>Holosteum umbellatum</i>	
<i>Ranunculus nodiflorus</i>	
<i>Arabis glabra</i>	
<i>Saxifraga carpetana subsp. carpetana</i>	
<i>Saxifraga dichotoma</i>	
<i>Sorbus latifolia</i>	Mostajeiro
<i>Cytisus multiflorus</i>	Giesteira branca
<i>Echinospartum ibericum</i>	Caldoneira
<i>Genista micrantha</i>	
<i>Vicia onobrychioides</i>	
<i>Trifolium medium subsp. medium</i>	
<i>Euonymus europaeus</i>	
<i>Armeria transmontana subsp. transmontana</i>	
<i>Galium rivulare</i>	
<i>Lithospermum officinale</i>	
<i>Echium vulgare</i>	Viperina
<i>Lavandula pedunculata subsp. pedunculata</i>	
<i>Veronica triphyllos</i>	
<i>Rhinanthus minor</i>	Galocrista
<i>Knautia arvensis</i>	
<i>Filago lutescens subsp. lutescens</i>	
<i>Scorzonera hispanica</i>	
<i>Crepis pulchra</i>	
<i>Avenula bromoides subsp. bromoides</i>	
<i>Phleum pratense subsp. pratense</i>	
<i>Alopecurus aequalis</i>	
<i>Alopecurus rendlei</i>	
<i>Stipa lagascae</i>	

O restante território em estudo pertence à grande “Zona Centro”, Subdivisão Leste, que compreende os territórios a Leste e sul da Bacia do Zêzere, até à área da Serra de São Mamede.

No Centro-Leste distinguem-se duas divisões: o Centro-Leste de Campina, que engloba uma pequena porção de território a Oeste do Concelho, junto ao Rio Zêzere, correspondendo à zona de planalto (próximo da cota 400 m), em que predomina a Azinheira (*Quercus rotundifolia*); e o Centro-Leste Montanhoso que abrange a maior parte do Concelho, em que predomina o Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*).

Dependendo da subdivisão em que se encontra são descritas pelo Prof. João Manuel Paes do Amaral Franco como plantas típicas da região:

- **Centro-Leste de Campina**

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Juniperus oxycedrus</i>	Junípero
<i>Quercus rotundifolia</i>	Azinheira
<i>Quercus faginea</i>	Carvalho cerquinho
<i>Celtis australis</i>	Lodão
<i>Ulmus procera</i>	Ulmeiro
<i>Viscum cruciatum</i>	
<i>Rumex roseus</i>	
<i>Rumex pappularis</i>	
<i>Retama sphaerocarpa</i>	Piorno amarelo
<i>Flueggea tinctoria</i>	
<i>Euphorbia welwitschii</i>	
<i>Euphorbia matritensis</i>	
<i>Euphorbia nicaeensis</i>	
<i>Daucus setifolius</i>	
<i>Armeria transmontana subsp. aristulata</i>	
<i>Lamium bifidum subsp. bifidum</i>	
<i>Phlomis herba-venti</i>	
<i>Centrathus calcitrapae subsp. trichocarpus</i>	Calcitrapa
<i>Centaurea aristata subsp. exillis</i>	
<i>Centaurea. alba subsp. strepens</i>	
<i>Avenula bromoides subsp. pauneroi</i>	

- **Centro-Leste montanhoso** (a maior parte da área sul de algumas espécies do Noroeste Montanhoso):

NOME BOTÂNICO	NOME COMUM
<i>Quercus pyrenaica</i>	Carvalho Negral
<i>Rumex acetosa subsp. planellae</i>	
<i>Papaver argemone</i>	Papoila longa peluda
<i>Sedum pruinaum</i>	
<i>Geum urbanum</i>	Erva-benta
<i>Pyrus cordata</i>	Escalheiro
<i>Cytisus multiflorus</i>	Giesteira branca
<i>Echinopartum ibericum</i>	
<i>Genista micrantha</i>	
<i>Lathyrus niger</i>	
<i>Acer pseudoplatanus</i>	Bordo
<i>Selinum carvifolia</i>	
<i>Pulmonaria longifolia</i>	
<i>Knautia arvensis</i>	
<i>Laucanthemopsis flaveola subsp. alpestris</i>	
<b>São próprias desta área:</b>	
<i>Verlotiorum lamotte</i>	
<i>Jurinea humilis</i>	
<i>Centaurea rothmalerana</i>	

---

*Asphodelus bento-rainhae*

---

As formações naturais características do nosso país foram profundamente alteradas, a que Belmonte não é exceção. No início da Monarquia foram desbastadas muitas das nossas florestas, mas as transformações mais profundas ocorrem sobretudo a partir do século XIX/XX devido sobretudo à agricultura e introdução maciça de espécies florestais, nomeadamente o pinheiro bravo e o eucalipto, com interesse económico.

A estas atividades junta-se o pastoreio descontrolado nas serras e a introdução de espécies arbóreas exóticas pelos Serviços Florestais, o que conduziu a uma acentuada destruição da flora natural herbácea e arbustiva.

Em termos de **Sinfitossociologia**, ciência baseada na fitossociologia que estuda o conjunto das comunidades vegetais relacionadas entre si pelo mesmo processo de sucessão, interessa primeiro identificar a unidade biogeográfica em que se insere e de seguida as séries de vegetação presentes nessas unidades.

Em termos biogeográficos, o concelho de Belmonte situa-se no Reino Holoártico, Região Mediterrânea Ocidental, Super-Província Mediterrâneo-iberoatlântica, Província Carpetano-Iberico-Leonesa e abrange dois sectores (Rivas-Martinez, 1987):

- Sector Estrelense
- Superdistrito Zezerense
- Sector Salmantino
- Superdistrito Altibeirense

Em cada unidade biogeográfica podem ocorrer uma ou mais séries de vegetação, comunidades vegetais que se podem encontrar num espaço homogéneo do ponto de vista ecológico como resultado do processo de sucessão, que inclui todos os tipos de vegetação representativos do ecossistema vegetal desde as comunidades iniciais (prados), passando pelas etapas de substituição até à etapa madura (Clímax).

Na unidade biogeográfica Superdistrito Altibeirense em termos de vegetação potencial surge a série supramesomediterrânea salmantina e orensana-sabriense subhúmida siliciosa do carvalho de negral *Genisto falcatae-Querceto pyrenaicae sigmetum*. Para esta série são bioindicadores:

- Bosque – *Quercus pyrenaica*, *Genista falcata*, *Luzula forsteri*, *Teucrium scorodonia*;
- Matorral denso – *Cytisus scoparius*, *Cytisus multiflorus*, *Genista hystrix*, *Pteridium aquilinum*;
- Matorral degradado – *Echinopartum ibericum*, *Cistus laurifolius*, *Calluna vulgaris*, *Santolina semidentata*;
- Pastagens - *Agrostis castellana*, *Dactylis hispânica*, *Aira praecox*.

Na unidade biogeográfica Superdistrito Zezerense surgem 2 séries de vegetação potencial: a Série mesomediterrânea luso-estremadurenses sub-húmida e húmida do sobreiro *Sanguisorba agrimonoidis-Querceto suberis sigmetum* e a Série mesomediterrânea luso-estremadurenses húmida do carvalho negral *Arbuto unedonis-Querceto pyrenaicae sigmetum*.

Cada série de vegetação apresenta nas diferentes etapas sucessionais (bosque, matorral denso, matorral degradado e pastagens) espécies vegetais utilizadas para destacar propriedades do meio a que se chama bioindicadores. Para a primeira série destacam-se os seguintes bioindicadores:

- Bosque - *Quercus suber*, *Sanguisorba agrimonoides*, *Paeonia broteroi*, *Luzula forsteri*;
- Matorral denso – *Arbutus unedo*, *Erica arborea*, *Phillyrea angustifolia*, *Adenocarpus telonensis*;
- Matorral degradado – *Erica umbellata*, *Halimium ocymoides*, *Calluna vulgaris*, *Lavandula luisieri*;
- Pastagens - *Agrostis castellana*, *Festuca ampla*, *Airopsis tenella*.

No caso da série mesomediterrânea luso-estremadurenses húmida do carvalho negral *Arbuto unedonis-Querceto pyrenaicae sigmetum* os bioindicadores são:

- Bosque – *Quercus pyrenaica*, *Arbutus unedo*, *Daphne gnidium*, *Teucrium scorodonia*;
- Matorral denso - *Arbutus unedo*, *Viburnum tinus*, *Erica arborea*, *Rubus ulmifolius*;
- Matorral degradado – *Erica umbellata*, *Halimium ocymoides*, *Polygala microphylla*, *Cistus psilosepalus*;
- Pastagens – *Avenula sulcata*, *Stipa gigantea*, *Agrostis castellana*.

Com base nas séries de vegetação, Rivas-Martínez (1987) identifica nos planos de repovoamento florestal as espécies que melhor se enquadram nas comunidades locais e restantes componentes biofísicas do território. Nas séries indicadas para o concelho as espécies com interesse são a *Castanea sativa*, *Quercus rotundifolia*, *Quercus faginea ssp. broteroi* (*Quercus broteroi* segundo Rivas-Martínez).



### 13.7.1.2. ANÁLISE FISIONÓMICA

A vegetação natural/semi-natural no concelho de Belmonte tem a sua maior expressão nas galerias ripícolas (vegetação ribeirinha), nos matos e nas áreas agrícolas. Com menor expressão surgem os carvalhais e espaços florestais de pinhal.

O estrato arbóreo é dominado pelo pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) com fins de exploração e nas galerias ripícolas. Nas manchas florestais surgem ocasionalmente, como espontâneos, o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e o sobreiro (*Quercus suber*). Estas espécies podem ainda ocorrer nos redutos de flora climática. Nos terrenos mais declivosos, em pequenas manchas, surge ainda o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*).

Na galeria ripícola destacam-se os amieiros, (*Alnus glutinosa*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e salgueiros (*Salix spp.*).

O estrato arbustivo domina nos matos, sob a forma de giestais e com menos frequência em urgeirais. Nos giestais dominam a giesta (*Cytisus multiflorus* e *Cytisus striatus*), o rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), a urze-branca (*Erica arborea*) entre outras.

Quanto ao estrato herbáceo, toma expressão nas charnecas, limites das áreas agrícolas (searas, pomares e hortas sem tratamentos), bermas das estradas e áreas percorridas por incêndios. No estrato herbáceo encontramos a *Briza maxima*, *Digitalis purpurea subsp. purpurea*, *Prunella vulgaris subsp. vulgaris*, entre outras e os fetos *Blechnum spicatum*, *Osmunda regalis* e *Pteridium aquilinum*.

A compilação das espécies que se encontram no concelho foi efetuada com base em informação disponível em bibliografia, complementada com os dados recolhidos em saídas de campo, com vista a confirmação de alguns exemplares. A informação apresenta-se dividida pelos diversos estratos, árvores, arbustos e herbáceas e dentro destas por famílias (Listagem das Espécies vegetais).

## 13.7.2. FAUNA

### 13.7.2.1. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a caracterização das comunidades faunísticas foi desenvolvida segundo uma abordagem a nível regional e local. Os dados apresentados foram recolhidos em bibliografia disponível e com base em estudos já existentes para a região, complementada pela observação direta em saídas de campo. A metodologia baseou-se principalmente em dois aspetos: reconhecimento e tratamento dos dados.

O reconhecimento correspondeu à fase de pesquisa de elementos, perceção e caracterização da área de estudo através de visitas ao campo. A análise da carta de ocupação do solo e das bases

bibliográficas disponíveis e visitas de campo permitiu a elaboração de uma lista de espécies presentes no Concelho. Foi igualmente realizada uma pesquisa da legislação de maior relevo ao nível dos recursos faunísticos.

No que respeita às observações de campo levantaram-se algumas dificuldades uma vez que muitos dos animais apresentam hábitos noturnos ou crepusculares tornando-se de difícil observação. No caso da avifauna, a complexidade do seu ciclo anual e a ocorrência de um grande número de espécies migradoras, faz variar fortemente a composição das comunidades, ao longo do ano, sendo difícil a sua observação. Assim algumas das espécies incluídas na listagem não puderam ser confirmadas em visitas, mas surgem em bibliografia da região.

O tratamento dos resultados teve como base as espécies referenciadas para a área de estudo. A presença de uma espécie foi considerada provável quando, não estando confirmada, ocorre em biótopos semelhantes aos existentes na área de estudo e em zonas relativamente próximas. Toda a informação recolhida foi organizada por classes e famílias referindo-se o seu estatuto de conservação a nível nacional e ainda pela legislação específica, referindo-se os seguintes aspetos da ecologia das espécies.

Em consequência da sua raridade, do seu carácter endémico entre outros, muitas espécies estão abrangidas por disposições legais sobre a sua conservação, quer enquanto indivíduos, quer pelo seu "habitat". Sempre que se justifique indica-se a legislação, nacional e comunitária, que abrange as espécies referenciadas.

São de destacar as Diretivas das Aves sobre a conservação de aves selvagens, estabelecendo a conservação das aves, ovos, ninhos e habitats, para os quais foram criadas, para as espécies listadas como ameaçadas, Zonas de Proteção Especial (ZPE) ao nível dos Estados membros (79/409/CEE de 2 Abril de 1979), a Diretiva de Habitats cujo objetivo principal é o estabelecimento de uma rede de Áreas Classificadas em toda a União Europeia, denominada NATURA 2000 (92/43/CEE de 21 Maio de 92), e a Convenção de Berna (Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos "Habitats" Naturais da Europa, adotada em 1979 entrando em vigor em 1982.". A sua regulamentação em Portugal decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 316/89 de 22 de setembro,<sup>15</sup> e da Convenção de Bona<sup>16</sup> (Conservação sobre Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (terrestres e

---

<sup>15</sup> Revogado pelo DL 38/2021, de 31 de maio.

<sup>16</sup> Regulamentado pelo DL 38/2021, de 31 de maio

marinhas)), que entrou em vigor em 1983. Portugal aprovou para retificação a referida convenção através do Decreto-Lei n.º 103/80 de 11 de outubro.).

Salienta-se ainda a legislação relativa as espécies com valor cinegético existentes no Concelho, de acordo com Decreto-Lei 43/90 de 8 de fevereiro.

1) Estatuto de Conservação – Com base nos critérios da União Europeia para a Conservação da Natureza, e de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal as espécies inventariadas foram classificadas de acordo com o seu estatuto de conservação. As classes utilizadas foram as seguintes:

- **Em perigo (E)** – Considera-se em perigo quando a sua sobrevivência seja improvável se as condicionantes limitantes continuarem a atuar. Inclui a taxa que se julga em perigo iminente de extinção devido a se verificar uma diminuição populacional a um nível crítico ou pelo seu habitat ter sido drasticamente reduzido.

- **Vulnerável (V)** – Entram na categoria de provável extinção num futuro próximo as taxas cujos fatores limitantes que sobre estes atuam persistirem. Encontram-se nesta classe as populações que sofrem regressão acentuada devido a sobre-exploração, ampla destruição do habitat ou outro fator que determine regressão, bem como as que estão gravemente reduzidas e cuja sua sobrevivência não está garantida ou ainda populações atualmente abundantes, mas que se encontram sobre ameaça de sérios fatores de regressão a nível nacional.

- **Raro (R)** – Grupos taxonómicos com populações nacionais de efetivos reduzidos, e que não se englobam nas categorias anteriores. Engloba principalmente populações com distribuições geográficas restritas ou esparsas em áreas extensas.

- **Indeterminado (I)** – Grupo taxonómico sobre o qual existe pouca informação disponível, sabendo-se que estes pertencem às categorias descritas anteriormente, mas não se consegue decidir com base nas informações disponíveis em que classes se integram.

- **Insuficientemente conhecido (K)** – Taxa que se suspeita pertencerem às categorias anteriores, mas não se tem a certeza devido à falta de informação.

- **Não ameaçado (NT)** – Grupo taxonómico que não se inclui em nenhuma das categorias anteriores. Devido à grande mobilidade da maioria destas espécies, listaram-se aquelas sobre as quais obtivemos referências bibliográficas ou outras, o que não implica que estas existam permanentemente no concelho ou pelo contrário, que pela sua raridade existam e não foram detetadas.

Alguma da informação pode estar de algum modo desatualizada, nomeadamente os dados retirados do Livro Vermelho dos Vertebrados (com dados referentes a 1990-1993), visto ser uma obra em constante atualização, e encontrando-se neste momento este documento em revisão não estando ainda disponível para consulta.

2) De acordo com as informações recolhidas foi igualmente possível distribuir as espécies inventariadas de acordo com a sua abundância na área de estudo, de acordo com as seguintes classes:

- - MC – Muito comum;
- - C – Comum;
- - ESC – Escassa;
- - R – Rara;
- - MR – Muito rara;
- - X – Dada como existente não havendo dados sobre a sua abundância.

No caso dos mamíferos, Anfíbios e Repteis, visto não existirem estimativas de populações regionais é indicado sempre que possível a abundância em Portugal

3) Fenologia - devido à complexidade do ciclo anual de muitas espécies, principalmente as aves, houve necessidade de classificar a avifauna de acordo com o tipo de permanência no Concelho/região ao longo do ano. As classes adotadas são as aconselhadas por Matos (1984).

- - Rn – Sedentários ou Residentes cuja nidificação no Concelho está comprovada ou é fortemente suspeitada;
- - R – Sedentários ou Residentes cuja nidificação na área de intervenção é improvável;
- - MN – Migrador nidificante;
- - I – Invernante;
- - MP – Migrador de passagem.

O termo de residente e sedentário referem-se as espécies presentes durante todo o ano, enquanto os três termos seguintes referem-se a espécies migradoras, presentes respetivamente durante a época de reprodução, Inverno, e Primavera ou Outono.

### **13.7.2.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

A análise da área em estudo foi efetuada com base nos trabalhos realizados para elaboração da Carta de Ocupação do Solo de Belmonte. O que permitiu confirmar que predomina uma paisagem marcada pela agricultura e pomares e com uma floresta com pouca expressão e muito fragmentada, principalmente pela ação do fogo.

As áreas ribeirinhas são zonas de Elevada Sensibilidade Ecológica, pois possuem uma maior diversidade ecológica. As principais linhas de água apresentam uma densidade de vegetação marginal variável, que acompanham a microestrutura do leito, a oxigenação das águas, a temperatura e profundidade das mesmas pela posição e espaço que ocupam.

Estes fatores criam nuances ecológicas, a que são sensíveis diferentes seres vivos. Nestes locais existem sempre dois grupos de espécies: umas de forte ligação ao meio aquático (ex. rã, sapo, cágado, lontra) e outras do meio adjacente, que ocupam as galerias ripícolas como o pisco-de-peito-ruivo, a toutinegra de barrete preto, o chapim e o tentilhão comum ou aproveitam a textura fina dos solos das suas margens para fazerem as suas tocas (raposa, coelho).

As zonas de Média Sensibilidade Ecológica, incluem um grupo de biótopos (pinhais, zonas agrícolas e pomares) que considerados de forma isolada têm um valor conservacionista variado e muito inferior ao que acontece quando analisado numa visão integrada. Enquanto mosaico diversificado apresenta um acréscimo de variabilidade e diversidade ecológica, permitindo a existência de comunidades florísticas e faunísticas ubíquistas e de grande capacidade de adaptação à presença humana.

Nas zonas de transição entre o pinhal e as zonas agrícolas, ou em áreas pedregosas dominam os matos. Em muitas situações estas zonas apresentam um solo muito pobre em que apenas certos arbustos sobrevivem (na maioria espécies pioneiras) e desempenham um papel importante no combate à erosão. Das várias espécies faunísticas associadas aos matos, as mais características são talvez o pintarroxo-comum, a toutinegra-de-cabeça-preta, a cobra-de-ferradura e o coelho bravo.

Nos pomares, olivais e vinhas encontram-se diversas espécies, nomeadamente o melro, a toutinegra-de-barrete-preto, o papa-figos, espécies mais comuns nestes habitats.

A redução das áreas cerealíferas deu origem a uma redução da perdiz comum, da codorniz e da lebre.

Aos sistemas policulturais encontram-se associados animais abundantes da família dos roedores, a raposa, a cotovia-de-poupa e várias espécies da Família *Fringilidae* (ex. chamariz, pintassilgo, verdilhão, tentilhão).

As zonas de Baixa Sensibilidade Ecológica são constituídas por áreas áridas, pedregosas, em que a pobreza orgânica dos solos associada aos fogos florestais frequentes, proporciona a implementação de um sub-bosque geralmente baixo, ralo, floristicamente pobre, onde predominam as estevas, tojo, rosmaninho. Nestes habitats encontram-se aves como a Cegonha branca (*Ciconia ciconia*) e a Cotovia pequena (*Lullula arborea*) e répteis e anfíbios como o Sapo de unha negra (*Pelobates cultripes*) e o Sapo corredor (*Bufo calamita*).

### 13.7.2.3. FAUNA TERRESTRE

A fauna terrestre foi caracterizada e analisada de acordo com a metodologia anteriormente descrita. A mobilidade associada à fauna permite assumir que algumas espécies, apesar de não terem sido identificadas na área de estudo nem surgirem na bibliografia consultada, possam ocorrer, uma vez que são características dos biótopos presentes no Concelho. As espécies listadas em bibliografia ou identificadas em visitas de campo são apresentadas em anexo no final do relatório.

Ao longo do trabalho foram referenciadas 46 espécies de aves que ocorrem no concelho com base na bibliografia disponível e em visitas de campo, representando cerca de 17% das espécies que ocorrem regularmente no território continental. Contudo, verificou-se que em áreas limítrofes, em que ocorrem biótopos semelhantes aos existentes no Concelho foram inventariadas mais 28 espécies, que não estão referenciadas como existindo no Concelho no entanto é Provável a sua ocorrência, nomeadamente: Andorinha das chaminés (*Hirundo rustica*), Petinha dos prados (*Anthus pratensis*), Toutinegra de cabeça (*Sylvia melanocephala*), Carricha do mato (*Sylvia undata*), Estrelinha de poupa (*Regulus ignicapillus*), Felosa comum (*Phylloscopus collybita*), Felosa musical (*Phylloscopus trochilus*), Papa-moscas-cinzento (*Muscicapa striata*), Papa-moscas-preto (*Ficedula hypoleuca*), Rabirruivo preto (*Phoenicurus ochrurus*), Cartaxo comum (*Saxicola torquata*), Tordo músico (*Turdus philomelos*), Fuinha dos juncos (*Cisticola juncidis*), Estorninho preto (*Sturnus unicolor*), Estorninho malhado (*Sturnus vulgaris*), Chapim azul (*Parus caeruleus*), Chapim preto (*Parus ater*), Picanço real (*Lanius excubitor*), Pardal montanês (*Passer montanus*), Pintaroxo (*Acanthis cannabina*), Gaio (*Garrulus glandarius*), Gralha preta (*Corvus corone*), Pega rabuda (*Pica pica*) e Trigueirão (*Miliaria calandra*).

Existe ainda um conjunto de espécies de presa que surgem em alguns pontos das áreas envolventes ao Concelho e embora muito sensíveis à perturbação humana, estas espécies são características de biótopos presentes e dominantes no concelho de Belmonte. São característicos destes meios florestais e mosaicos agrícolas: o Gavião (*Accipiter nisus*), Falcão-tagarote (*Falco subbuteo*) e a coruja do mato (*Strix aluco*), bem como a Águia de asa redonda (*Buteo buteo*, excepto zonas urbanas). Por estas razões é provável que ocorram no concelho mesmo não vindo referenciadas em bibliografia ou observadas em visitas de campo. Ao nível da conservação verifica-se que são espécies muito sensíveis à perturbação direta pelo que se considera necessária a diminuição dos atuais níveis de perturbação.

Em relação aos anfíbios e répteis verifica-se que nas saídas de campo ou na bibliografia consultada foram detetadas várias espécies, verificando-se, contudo, um conjunto mínimo de algumas espécies que embora não existam dados sobre as mesmas para o Concelho surgem em biótopos semelhantes em áreas geográficas muito próximas.

Identificaram-se 17 espécies na área de intervenção e 6 de Provável ocorrência, tais como: Lagarto de água (*Lacerta schreiberi*), Lagartixa do mato (*Psammodromus algirus*), Cobra austríaca (*Coronella austriaca*), Cobra rateira (*Malpolon monspensulanus*), Cobra de água Viperina (*Natrix maura*), Cobra de água de colar (*Natrix natrix*). As espécies confirmadas para a área em estudo encontram-se listadas no Anexo SB.22.

Verifica-se a nível destes grupos taxonómicos, a presença da salamandra das costelas salientes (*Pleurodeles waltii*). Esta espécie apresenta a nível regional e nacional um elevado valor do índice de raridade.

Apresentam-se seguidamente as espécies que apresentam maior valor para a conservação: o Tritão de ventre laranja (*Triturus bosca*) é uma espécie a nível local e regional comum, no entanto rara a nível nacional. O Tritão marmorado (*Triturus marmoratus*), o Sapo de unha negra (*Pelobates cultripes*) são espécies que apresentam elevados valores de raridade tanto a nível local, regional e nacional. Já o Sapo corredor (*Bufo calamita*), a Rã ibérica (*Rana iberica*) e o Lagarto de água (*Lacerta schreiberi*) possuem valores médios /altos para os índices de raridade local e regional, apresentando-se a nível nacional com um índice de raridade muito elevado. A Cobra de ferradura (*Coluber hippocrepis*) é uma espécie que apresentando valores muito elevados para os índices de raridade local e regional possui valores elevados a nível nacional.

Em relação à Salamandra (*Salamandra salamandra*) e ao Sapo comum (*Bufo bufo*) não se obtiveram dados de raridade a nível do índice regional e local sabendo-se que apresentam menor valor no índice de conservação. No entanto, a nível nacional o sapo comum é bastante abundante, ocupando uma grande variedade de biótopos, quer zonas secas ou húmidas, abertas ou com vegetação densa, cultivadas ou em áreas próximas a habitações; a salamandra encontra-se de norte a sul do país sendo bastante abundante a norte, preferindo habitats de árvores de folha caduca, mas podem ocupar inclusivamente os matagais mediterrâneos.

Como a área de estudo sofre influência das áreas ecológicas contíguas, a migração dos indivíduos contribui para a alteração dos índices, pelo que embora não tenham sido detetadas na bibliografia, nem nas saídas de campo, estão referenciadas para áreas contíguas à área de intervenção. Apresentam biótopos semelhantes e é provável que ocorram a Cobra austríaca (*Coronella austriaca*) e a Cobra de água viperina (*Natrix maura*), bem como as espécies com índices de raridade a nível

local, regional e nacional, muito elevados como a Lagartixa do mato (*Psammodromus algirus*), Cobra rasteira (*Malpolon monspessulanus*) e Cobra de água de colar (*Natrix natrix*).

Como foi referido anteriormente são os biótopos aquáticos e ribeirinhos os que apresentam valores mais elevados de riqueza ecológica, pelo que se deverão tomar medidas de preservação e implementação dos habitats a eles associados, como sejam o cágado (*Mauremys leprosa*) e as diversas espécies de sapos. No entanto existem espécies que embora dependentes da água para a sua reprodução preferem a vegetação marginal dos sistemas aquáticos – matos, carvalhos pomares, zonas cobertas pedregosas, tais como o *Bufo calamita* e a *A. Obstetricans*.

Existem ainda espécies que são quase independentes da água preferindo zonas de matos, bosque, carvalhal e áreas rochosas ou de calhau.

Ao nível das espécies de mamíferos encontram-se listadas em anexo as espécies cuja ocorrência foi possível comprovar ao nível da bibliografia existente ou de visitas de campo. Contudo, e como foi referido anteriormente para os anfíbios e reptéis, existem um conjunto de espécies cuja existência é dada como provável por ocorrerem em áreas contíguas ou em biótopos semelhantes aos existentes no Concelho, nomeadamente: Musaranho comum (*Crossidura russula*), Fuinha (*Martes foina*, ocupa habitats constituídos por zonas rochosas, montados de carvalhos, mas também em zonas humanizadas), texugo (*Meles meles*, ocupa habitats que disponibilizem na sua proximidade alimento, tais como montados, hortas, pomares e olivais), Geneta (*Genetta genetta*), prefere habitats com cobertura vegetal densa, zonas rochosas e próximas de pontos de água).

Neste âmbito é ainda de salientar a presença da Lontra (*Lutra lutra*), pois encontra-se em regressão, quer em número de indivíduos, quer em área de distribuição ao nível das populações europeias. Em Portugal esta espécie é ainda frequente e de larga escala de distribuição.

### **13.8. HABITATS**

A conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de carateres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum.

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, visa contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagem num estado de conservação favorável da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. Os objetivos previstos anteriormente são aplicados



tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades regionais e locais.

No que respeita a Áreas Classificadas da Rede Natura 2000, constata-se que o concelho de Belmonte não é abrangido por nenhuma das áreas definidas no território continental como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Proteção Especial (ZP) No entanto, é abrangido por um conjunto de espécies animais e vegetais de interesse comunitário (Anexo 23). Das espécies vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação apenas foi identificada no concelho de Belmonte a *Centaurea micrantha ssp. herminii*.

Tabela 8| Espécie vegetais ocorrente no Concelho de Belmonte

Classe	Família	Espécie	DL n.º 156-A/2013, de 08 de novembro
Planta	<i>Compositae</i>	<i>Centaurea micrantha ssp. herminii</i>	Anexo B - II

Fonte: ICNF

Relativamente às espécies animais foram identificadas, espécies de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação que constam no anexo B-II, assim como espécies animais de interesse da comunidade que exigem uma proteção rigorosa que constam no anexo B-IV, do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.

Tabela 9| Espécies animais ocorrentes no Concelho de Belmonte

Classe	Família	Espécie	DL n.º 156-A/2013, de 08 de novembro
Anfíbio	<i>Hylidae</i>	<i>Hyla arborea</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Hylidae</i>	<i>Hyla meridionalis</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Salamandridae</i>	<i>Chioglossa lusitanica</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Bufo</i>	<i>Bufo calamita</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Pleurodactylidae</i>	<i>Pleurodactylus cultripes</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Alytes obstetricans</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Discoglossidae</i>	<i>Alytes cisternasii</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Salamandridae</i>	<i>Triturus marmoratus</i>	Anexo B - IV
Anfíbio	<i>Ranidae</i>	<i>Rana iberica</i>	Anexo B - IV
Mamífero	<i>Mustelidae</i>	<i>Lutra lutra</i>	Anexo B - IV
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis daubentonii</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus euryale</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Rhinolophidae</i>	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis emarginatus</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Barbastella barbastellus</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Vespertilionidae</i>	<i>Myotis myotis</i>	Anexo B - II
Mamífero	<i>Microtidae</i>	<i>Microtus cabrerai</i>	Anexo B - IV
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Barbus bocagei</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus lemmingii</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus alburnoides</i>	Anexo B - II
Peixe	<i>Cyprinidae</i>	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	Anexo B - II
Réptil	<i>Emydidae</i>	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo B - II
Réptil	<i>Colubridae</i>	<i>Coluber hippocrepis</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Scincidae</i>	<i>Chalcides bedriagai</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Colubridae</i>	<i>Coronella austriaca</i>	Anexo B - IV
Réptil	<i>Lacertidae</i>	<i>Lacerta schreiberi</i>	Anexo B - IV

Fonte: ICNF

## 13.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

### 13.9.1. ABORDAGEM GERAL

Muitas vezes o solo é entendido como mero suporte da ocupação humana artificializada e nem sempre adequadamente valorizado enquanto recurso natural essencial, escasso e potencialmente finito, no PNPT, este recurso é reconhecido como sendo da maior relevância nas suas valências quer pedológicas e de potencial produtivo primário quer ecológicas e de suporte da biodiversidade e dos ciclos biogeoquímicos, como os da água, carbono, azoto e matéria orgânica, através da representação espacial dos solos de elevado e muito elevado valor nestas valências.

Assim, o conhecimento do uso do solo existente no território, a sua evolução e o seu potencial assumem uma elevada importância no ordenamento do território. O uso e ocupação do solo é

determinado pelas variáveis já analisadas, como a hipsometria, os declives, as vertentes, o clima, a geologia e a hidrografia, assim como a ação humana.

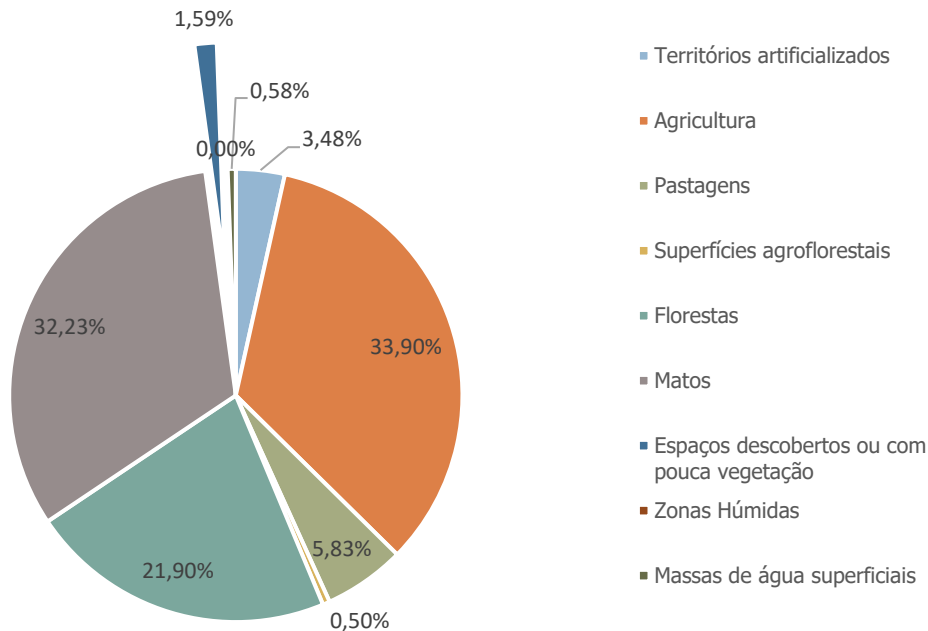
A base utilizada para a ponderação do uso e ocupação do solo no concelho de Belmonte foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para o ano de 2018 (COS 2018), da Direção Geral do Território, DGT, representada no Anexo SB.9.

A nomenclatura da COS 2018 foi reformulada para a produção da COS2018, incluindo agora 83 classes, i.e. mais 35 classes do que a COS2015, com níveis de desagregação reajustados. A representação e dimensão das classes de ocupação/uso do solo ao nível 1, na seguinte tabela e gráfico.

Tabela 10| Classes de ocupação/uso do solo ao nível 1 existentes no concelho de Belmonte  
Fonte: COS 2018

N.º	CLASSE	ÁREA	
		ha	%
1	Territórios artificializados	692,39	3,48%
2	Agricultura	6738,92	33,90%
3	Pastagens	1157,90	5,83%
4	Superfícies agroflorestais	100,20	0,50%
5	Florestas	4352,50	21,90%
6	Matos	6406,05	32,23%
7	Espaços descobertos ou com pouca vegetação	315,38	1,59%
8	Zonas Húmidas	0,00	0,00%
9	Massas de água superficiais	114,31	0,58%
<b>TOTAL</b>		<b>19877,65</b>	<b>100%</b>

Gráfico 6 | Classes de ocupação/uso do solo ao nível 1 existentes no concelho de Belmonte



Fonte: COS 2018

Relativamente ao uso e ocupação do solo, o concelho de Belmonte é maioritariamente ocupado por agricultura, cerca de 34%, seguem-se os matos a apresentar uma elevada expressão no concelho surgindo, assim, em todo o território com extensões consideráveis, 32%. Os matos cumprem funções de regulação, proteção, valorização paisagística ao introduzir diferentes espécies mediterrânicas e autóctones.

As áreas com menor expressão são as pastagens, os espaços descobertos ou com vegetação esparsa e os corpos de água. Os territórios artificializados correspondem a 3,48% do território.

### 13.9.2. AGRICULTURA

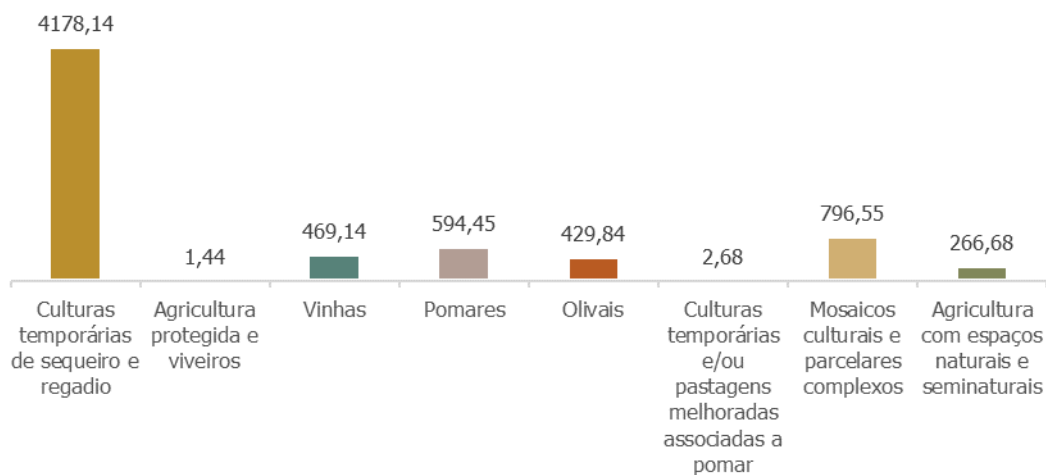
No que concerne à ocupação agrícola (Anexo SB.10), esta abrange 6.738,92 ha, destacam-se as "Culturas temporárias de sequeiro e regadio", que se estendem por 4.178 ha, cerca de 62%, seguindo-se, com uma área bem menor, os "Mosaicos culturais e parcelares complexos", que abrangem cerca de 796 ha.

Tabela 11| Ocupação Agrícola

CLASSE nível 4	ÁREA	
	ha	%
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	4178,14	21,02%
2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	1,44	0,01%
2.2.1.1 Vinhas	469,14	2,36%
2.2.2.1 Pomares	594,45	2,99%
2.2.3.1 Olivais	429,84	2,16%
2.3.1.2 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar	2,68	0,01%
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	796,55	4,01%
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	266,68	1,34%
<b>TOTAL</b>	<b>6738,92</b>	<b>33,90%</b>

Fonte: COS 2018

Gráfico 7| Área utilizada (%) para agricultura, constituída por culturas anuais, culturas permanentes e agricultura protegida e viveiros.



Fonte: COS 2018

#### Pomares e Vinhas

A sua distribuição verifica-se nas zonas de proximidade das áreas agrícolas e principalmente dos aglomerados urbanos, ocupando áreas de vale e zonas de transição para as áreas mais declivosas, desempenhando funções de produção.

Os pomares apresentam uma distribuição que ocorre por todo o Concelho, em grandes áreas, ocupando 2,9%. São constituídos por pomares de citrinos, frutas frescas, frutos secos, entre outros.

As vinhas ocupam áreas menores, com aproximadamente 2,4% e localizando-se principalmente na proximidade dos aglomerados de Colmeal da Torre, Monte do Bispo e Maçainhas, surgindo nesta última implantados em socalcos delimitados por muros de pedra solta.

Figura 64| Exemplo de uma pequena vinha em Tapada do Carrete



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

#### Olival

O Olival ocupa pequenas áreas isoladas (2,16%) na proximidade das populações. A função principal é a de produção tendo também a função de regulação e de valorização paisagista pela geometria e tonalidade diferente que confere à paisagem.

Associadas surgem normalmente sebes de compartimentação nos limites das parcelas, de pequena expressão compostas principalmente por carvalho negral e por árvores e arbustos ligados às matas ribeirinhas.

Figura 65| Exemplo de um Olival em Olas



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

## Culturas de Regadio

São áreas constituídas por culturas anuais, principalmente de hortícolas em regime intensivo, com pouca expressão no concelho, em que a função de produção é predominantemente explorada. As culturas de regadio ocupam as áreas planas com melhores solos, em áreas de grande disponibilidade de água.

Figura 66| Corte esquemático dos vales na zona norte do Concelho.

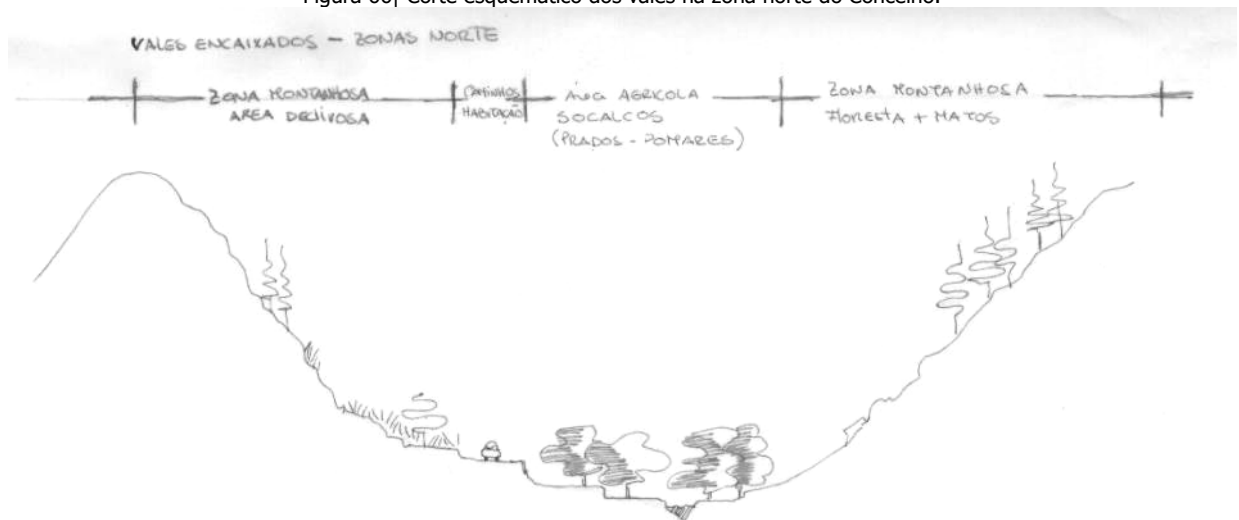


Figura 67| Corte esquemático do terreno na zona sul do Concelho.



## Culturas de Sequeiro

Ocupam em geral, áreas de maior dimensão no concelho, em zonas com fisiografia mais planas e de melhores solos, na proximidade das principais linhas de água. Englobam a produção de anuais de sequeiro, culturas forrageiras, prados e pastagens, pousios e outras culturas com menor expressão no Concelho.

A sua função principal é a produção, desempenhando igualmente funções de proteção do solo no caso de pastagens permanentes.

No concelho, de acordo com a tabela do tipo de utilização verifica-se que grande parte das explorações têm SAU, assim como grande parte das explorações são ocupadas por matas e florestas sem aproveitamento agrícola simultâneo e que apenas 143 têm Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU), entendida como a área com potencial agrícola, mas sem utilização.

Tabela 12. Explorações agrícolas (ha) e Tipo de utilização das terras

Localização	Total	Superfície agrícola utilizada (SAU)	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície agrícola não utilizada (SANU)	Outras superfícies
Continente	4987658	3838708	960040	90171	98739
Centro	979093	633297	298616	24566	22614
Beiras e Serra da Estrela	304176	220914	67498	11827	3936
Belmonte	6491	5164	1052	143	131

Fonte: INE 2019

### Culturas Temporárias

No concelho de Belmonte são as explorações de Cereais para grão as que representam o maior número de culturas temporárias, seguidas pelas Culturas forrageiras e de Batata. Com menos representatividade, integrando, também, as culturas temporárias do concelho, estão as culturas de Flores e Plantas Ornamentais.

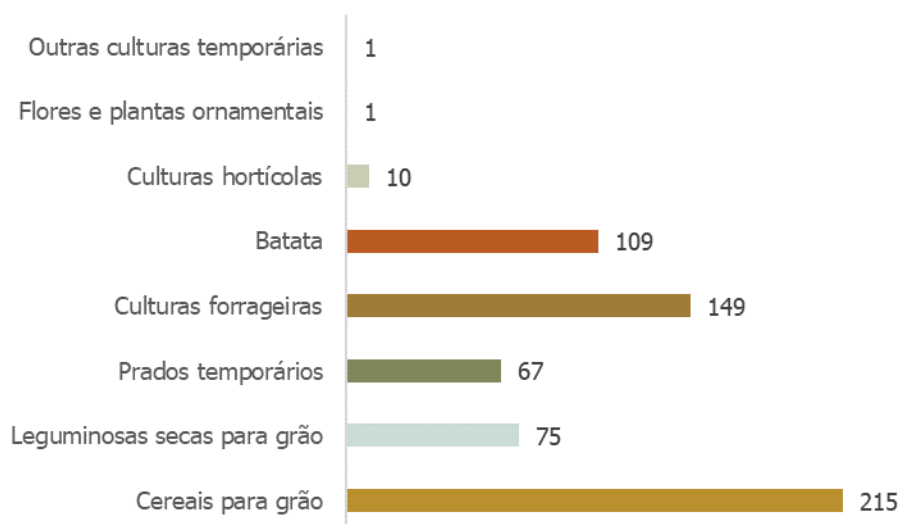


Gráfico 8. Tipo de Explorações agrícolas com culturas temporárias

Fonte: INE 2019

### Culturas Permanentes

Relativamente às culturas permanentes encontram-se organizadas em frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rija, olival e vinha. A vinha ocupa uma grande fatia da superfície de culturas permanentes, à semelhança da realidade presente nas explorações agrícolas Nacionais. No entanto os



olivais são as culturas permanentes com maior representatividade. Os frutos sub-tropicais não têm quase expressão no concelho.

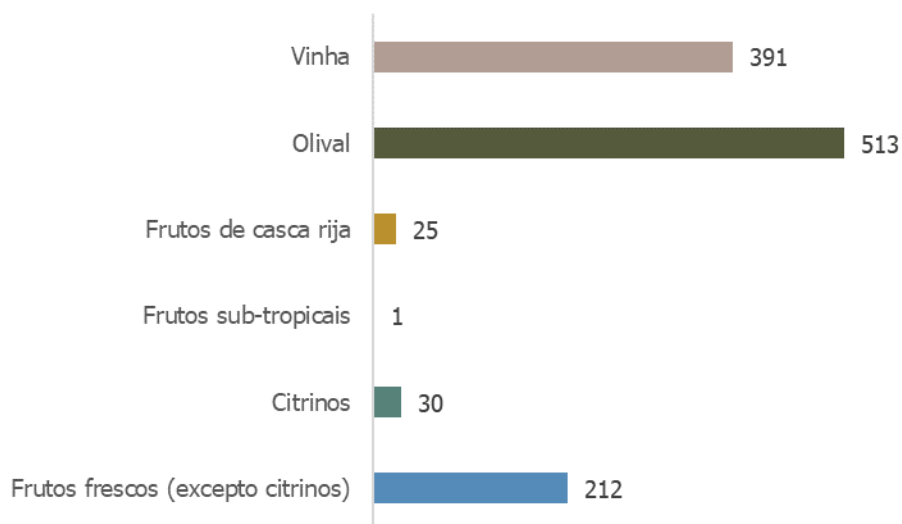


Gráfico 9. Tipo de Explorações agrícolas com culturas permanentes  
Fonte: INE 2019

## Efetivo Animal

De acordo com o Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária são consideradas atividades pecuárias, todas as instalações de reprodução, produção, detenção, comercialização, exposição e outras relativas a animais das espécies pecuárias; assim estão neste conceito não só as explorações pecuárias, mas também os centros de agrupamento de animais ou os entrepostos de animais.

Em termos de dinâmicas ocorridas na última década no concelho de Belmonte no que se refere ao efetivo animal e às explorações, verificando-se uma tendência de decréscimo generalizado. As explorações com equídeos e coelhos foram as que sofreram maior redução, enquanto que, se avaliarmos o efetivo animal da exploração, os coelhos registaram o maior decréscimo, seguido das aves.

Tabela 13. Explorações agrícolas com efetivo animal (N.º)

Espécie Animal	Exploração agrícolas com efetivo animal			Efetivo animal da exploração		
	2009	2019	Variação	2009	2019	Variação
Bovinos	23	17	-26%	436	800	83%
Suínos	88	66	-25%	207	161	-22%
Ovinos	126	121	-4%	9211	7569	-18%
Caprinos	66	41	-38%	577	1392	141%
Equídeos	48	12	-75%	57	40	-30%
Aves	316	200	-37%	4424	2120	-52%
Coelhos	107	32	-70%	1039	305	-71%
Colmeias e cortiços povoados	11	14	27%	336	1200	257%

Fonte: INE 2009 e 2019

No gráfico seguinte é possível observar a proporção das explorações com os diferentes efetivos animais, onde é evidente o destaque das aves com 40% em relação aos outros efetivos. Seguem-se os ovinos com 24% e os suínos com 13%. As explorações com equídeos, coelhos e colmeias e cortiços povoados são as que tem menos expressão no concelho.

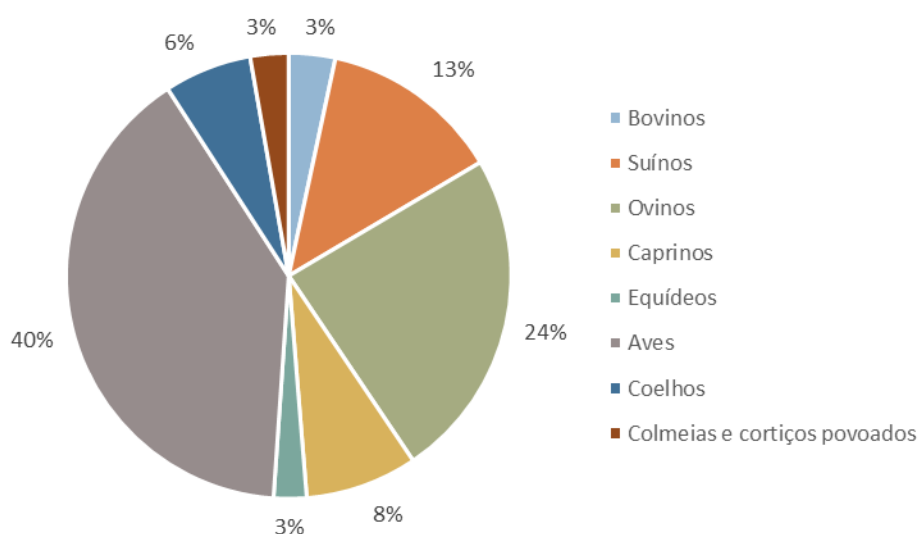


Figura 4. Explorações agrícolas com efetivo animal no concelho  
Fonte: INE 2019

Ao nível da freguesia, é a freguesia de Caria a que concentra um maior número de explorações agrícolas com efetivo animal do concelho, seguida pela União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre.

As explorações com aves, sendo a mais representativa do concelho, são também a que apresenta maior expressão nas diferentes freguesias, destacando-se mais uma vez a freguesia de Caria com 89, seguida da União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre com 74. Por outro lado, é na freguesia de Maçainhas que se regista o menor nº de explorações com aves.

Seguem-se as explorações com ovinos e suínos, também com alguma expressão no concelho, onde mais uma vez a freguesia de Caria, acolhe um maior número.

Apesar das Colmeias e Cortiços terem pouca expressão no concelho, são uma atividade complementar com grande importância nos espaços florestais que tem vindo a ganhar alguma relevância.

Tabela 14. Explorações agrícolas com efetivo animal por freguesia

Freguesia	Espécie animal							
	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e cortiços povoados
Caria	6	29	51	15	5	89	9	7
Inguias	5	14	20	6	5	31	8	1
Maçainhas	2	-	7	5	1	6	1	1

União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	4	23	43	15	1	74	14	5
---	---	----	----	----	---	----	----	---

Fonte: INE 2019

### Produtor

O produtor agrícola envelheceu, verificando-se uma maior concentração dos mesmos nas faixas etárias mais idosas. De acordo com o recenseamento agrícola de 2019, são pessoas que apresentam um baixo grau de escolaridade, tendo apenas completado o 1º ciclo do ensino básico.

O concelho de Belmonte é íntegra a área de dois produtos agrícolas cujas denominações se encontram registadas como Denominações de Origem Protegida (DOP), designadamente os Azeites da Beira Interior e a Maça Bravo de Esmolfe.



Figura 5. Azeite da Beira Interior e Maça Bravo de Esmolfe

Fonte: DGADR

Os Azeites da Beira Interior DOP são de baixa a muito baixa acidez, produzidos na maior parte a partir da azeitona da variedade Galega, responsável pela tonalidade amarela-esverdeada a amarela levemente esverdeada. E ainda pelo aroma característico e sabor frutado.

A maça Bravo de Esmolfe é uma variedade regional, conhecida desde o séc. XVIII, e é originária da aldeia de Esmolfe (Penalva do Castelo). A sua disseminação por várias zonas de produção frutícola, especialmente na Região da Beira Alta e em parte da Cova da Beira, terá ocorrido através de enxertos.

### 13.9.3. FLORESTA

A floresta abrange uma área de 4.352,50 ha (Anexo SB.11), compreendendo cerca de 21% do território de Belmonte, e desempenha um papel importante em termos de proteção, regulação e suporte biofísico, assim como pela capacidade para suportar atividades de recreio e lazer, bem como de valorização paisagística (especialmente os povoamentos mistos de folhosas e folhosas e resinosas).

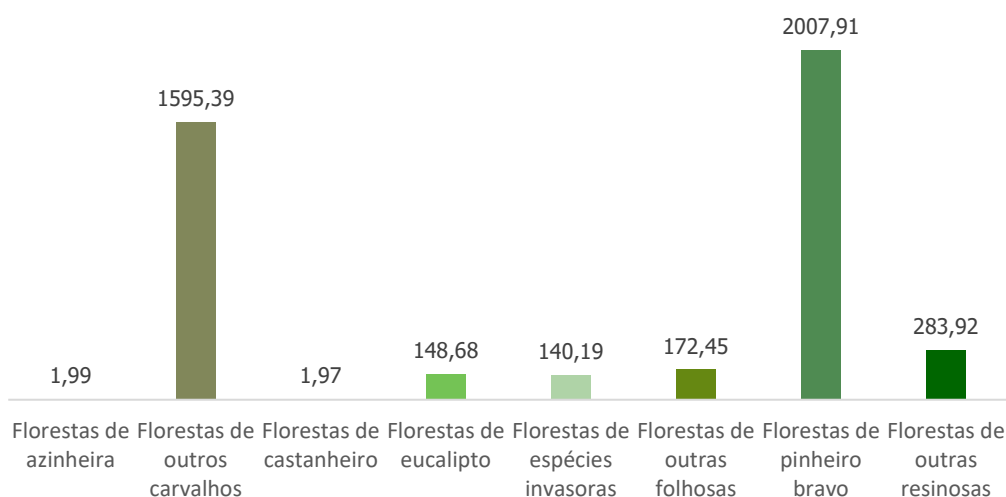
Tabela 15| Ocupação Florestal

Fonte: COS 2018

CLASSE nível 4	ÁREA	
	ha	%

5.1.1.2	Florestas de azinheira	1,99	0,01%
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	1595,39	8,03%
5.1.1.4	Florestas de castanheiro	1,97	0,01%
5.1.1.5	Florestas de eucalipto	148,68	0,75%
5.1.1.6	Florestas de espécies invasoras	140,19	0,71%
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	172,45	0,87%
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	2007,91	10,10%
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	283,92	1,43%
<b>TOTAL</b>		<b>4352,50</b>	<b>21,90%</b>

Gráfico 10| Áreas (ha) de terrenos com uso florestal, ocupados por árvores florestais.



Fonte: COS 2018

No Concelho de Belmonte predominam os povoamentos mistos de folhosas e resinosas, compostas principalmente por regeneração natural de carvalhos e por manchas de resinosas (principalmente pinheiro bravo), ocupando uma área de sensivelmente de 4.000 ha.

Verifica-se igualmente a existência de áreas, mais ou menos contínuas, de carvalhos, que ocupam 8,04% do território, compostas principalmente por árvores de pequeno porte e de regeneração natural.

O pinheiro bravo apresenta-se como a resinosa com maior expressão no concelho (10,10%), quer em povoamentos mistos como isolados. Ocorrem ainda áreas pontuais de eucalipto e de outras resinosas, sem grande expressão.

Ao longo das principais linhas de água, surgem áreas bem desenvolvidas de folhosas, nomeadamente freixos e salgueiros.

As áreas florestais desempenham funções de grande relevo na produção (material lenhoso – madeira, apicultura, pastorícia, produção de resinas), proteção do solo (evitando/reduzindo a erosão), regulação do ciclo hidrológico (microclimas, solo, potenciando a infiltração), suporte biofísico (incrementando a fauna e flora), regeneração, valorização paisagística, de recreio e turismo (atividades cinegéticas, percursos pedonais, etc.). Ocupam áreas mais declivosas de maior altitude, marcadas pela presença de afloramentos rochosos, onde as práticas agrícolas não são compatíveis com as características do terreno.

Apresentam-se em manchas bastante fragmentadas, de pequena dimensão que têm sido afetadas pela ação do fogo ou por práticas agrícolas não adequadas, tendo como consequência o seu abandono e a sua degradação. São espaços atualmente ocupados por vegetação arbustiva, principalmente giestais.

Com maior expressão na zona norte do concelho devido às características do relevo, encontram-se em geral povoamentos mistos de pinheiro bravo e de carvalho negral, muito jovens, verificando-se uma percentagem diminuta de exemplares arbóreos de grandes dimensões, à exceção de alguns pinheiros. Atualmente, verifica-se a proliferação das acácias<sup>17</sup>, espécie infestante e de difícil controlo que importa erradicar dadas as suas características.

#### **13.9.4. TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS**

A classe de Territórios Artificializados (Anexo SB.12) que inclui áreas de indústria, comércio e equipamentos gerais, representa apenas 3,48% da área do concelho, que corresponde a 692,39 ha. Os aglomerados populacionais estão dispersos por todo o município de Belmonte.

Tabela 16| Territórios Artificializados

CLASSE nível 4	ÁREA	
	ha	%
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	76,69	0,39%
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	169,85	0,85%
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esparso	29,82	0,15%
1.2.1.1 Indústria	6,43	0,03%
1.2.2.1 Comércio	2,93	0,01%
1.2.3.1 Instalações agrícolas	8,59	0,04%
1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	4,43	0,02%
1.4.1.1 Rede viária e espaços associados	357,86	1,80%
1.5.1.2 Pedreiras	10,55	0,05%
1.5.2.2 Lixeiras e Sucatas	1,24	0,01%
1.5.3.1 Áreas em construção	12,77	0,06%

<sup>17</sup> As espécies do género Acacia encontram-se incluídas no Anexo II (Lista Nacional de Espécies Invasoras, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º) do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho.

1.6.4.1	Cemitérios	1,26	0,01%
1.6.1.1	Campos de golfe	4,11	0,02%
1.6.1.2	Instalações desportivas	3,07	0,02%
1.6.3.1	Equipamentos culturais	2,79	0,01%
<b>TOTAL</b>		<b>692,39</b>	<b>3,48%</b>

Fonte: COS 2018

No concelho, os aglomerados desenvolveram-se quase sempre associados às linhas de água, com exposição solar das vertentes a sul e solos com aptidão para culturas de sequeiro e regadio. Os aglomerados apresentam poucas áreas verdes públicas, no entanto, a nível de áreas privadas, estas surgem com muita representatividade. Os aglomerados são concentrados, mas nem sempre de uma forma compacta, o que é justificado, em parte, pela morfologia do terreno. Encontram-se poucas áreas de recreio no concelho, sendo algumas delas pequenos parques de piquenique e miradouros ao longo da rede viária. É de destacar que a maior área de recreio no concelho localiza-se na sede de município.

### **13.9.5. ZONA DE CAÇA (ASSOCIATIVA, TURÍSTICA, MUNICIPAL E NACIONAL) E PESCA**

As Zonas de Caça Associativa (ZCA) são áreas constituídas de forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes, assim, a possibilidade de exercerem a gestão cinegética. As Zonas de Caça Municipal (ZCM) são áreas constituídas para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis. As Zonas de Caça Turística (ZCT), são geridas por empresas tendo por objeto a exploração económica dos recursos cinegéticos. As ZCT, como entidades vendedoras do "serviço cinegético" são, em princípio, as mais vocacionadas para processos de certificação dirigidos ao consumidor. No entanto, o envolvimento das ZCA e ZCM no processo de certificação é essencial.

No que diz respeito às Zonas de Caça, no concelho de Belmonte existem cinco Zonas de Caça Associativa (ZCA) e uma Zona de Caça Municipal (ZCM), que abrangem quase totalidade do território concelhio (Anexo SB.13):

- **ZCA de Caria (ZCA 965):** Ocupa uma área total de 2.375 ha totalmente inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade o Clube de Caça e Pesca de Caria;
- **ZCA de Belmonte I (ZCA 1639):** Ocupa uma área total de 2.378 ha totalmente inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade a Associação de Caça e Pesca de Belmonte;
- **ZCA de Belmonte II (ZCA 1642):** Ocupa uma área total de 2.246 ha totalmente inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade a Associação de Caça e Pesca de Belmonte; ZCA de

Peraboa (ZCA 2003): Ocupa uma área total de 1.764 ha, sendo que apenas 159 ha encontram-se inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade o Clube de Caça e Pesca de Peraboa;

- **ZCA de Centum Cellas (ZCA 6325):** Ocupa uma área total de 835 ha, sendo que apenas 789ha encontram-se inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade a Associação de Caça e Pesca Centum Cellas do Colmeal da Torre;
- **ZCM de Belmonte (ZCM 3063):** Ocupa uma área total de 1.808 ha totalmente inseridos no concelho de Belmonte, e tem como entidade a Associação de Caça e Pesca de Belmonte.

Relativamente à atividade piscatória o concelho de Belmonte não possui nenhuma zona de pesca definida.

### **13.10. APTIDÃO DO TERRITÓRIO**

A análise biofísica constitui uma etapa fundamental em qualquer instrumento de gestão territorial, uma vez que contribui para uma avaliação da aptidão do território para diferentes usos, bem como para a avaliação do seu funcionamento em termos de circulação hídrica e do ar e do ponto de vista microclimático.

A promoção de uma adaptação entre as diferentes ocupações do território e as respetivas aptidões deve ser ainda maior em áreas com grandes potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas.

#### **13.10.1. APTIDÃO AGRÍCOLA**

Existem diferentes características e qualidades da terra, nomeadamente o regime das temperaturas, as condições de enraizamento, a fertilidade, a toxicidade do solo, a drenagem, a disponibilidade de água no solo, os riscos de erosão e a presença de obstáculos no solo, que definem a aptidão agrícola de um território.

Através da informação disponibilizada pela EPIC WebGIS<sup>18</sup>, foi possível sobrepor as Culturas temporárias de sequeiro e regadio da COS2018 do concelho de Belmonte com a Carta de Aptidão Edafo-Morfológica à Agricultura de Regadio (Anexo SB.14) e a Carta de Aptidão Edafo-Morfológica à Agricultura de Sequeiro (Anexo SB.15).

---

<sup>18</sup> O EPIC WebGIS é uma infraestrutura interativa de dados espaciais, que fornece cartografia georreferenciada em escala nacional, usando ferramentas de visualização de dados. Pode ser visto como um instrumento de planeamento da paisagem, oferecendo acesso imediato a vários temas disponíveis sobre ecossistemas, rede ecológica e adequação ecológica da terra. Disponível através do seguinte link: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>

A grande diferença entre a agricultura de sequeiro e agricultura de regadio é a rega. As culturas de sequeiro são decididas pela natureza, enquanto as de regadio têm intervenção de ambos: do homem e da natureza.

Em grande parte da área do concelho, as culturas de sequeiro e regadio distribuem-se com uma significativa adequação às aptidões do território, muito condicionadas pela morfologia territorial e pela qualidade dos solos.

Importa destacar que na esmagadora maioria, o território de Belmonte tem uma aptidão muito elevada à agricultura de regadio, e talvez por isso tenha sido integrado Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira ("Regadio da Cova da Beira").

Este empreendimento de fins múltiplos beneficiou através do regadio cerca de 14.440 ha pertencentes a cinco concelhos dos distritos da Guarda e Castelo Branco (Sabugal, Penamacor, Belmonte, Covilhã e Fundão), permitir o abastecimento público de água aos concelhos de Almeida, Pinhel, Penamacor, Fundão, Sabugal, regularização fluvial, defesa contra cheias dos cursos de água e ainda a produção de energia elétrica.

O Concelho é abrangido pelo Bloco de Belmonte e Caria, que integra em termos de abastecimento 3 tomadas de água. O bloco encontra-se dividido em Sub-bloco de Belmonte, tomadas T5 e T6 e no sub-bloco de Caria, tomada T7.

O projeto no Concelho é composto por:

- Canal Condutor Geral;
- Redes Secundárias de Rega do Bloco de Belmonte e Caria;
- Reservatório de Monte do Bispo.

Complementarmente, no projeto do regadio está prevista a regularização da rede de drenagem associada e melhorias ao nível da rede viária, de forma a melhorar as condições de exploração e as acessibilidades.

No geral, dadas as características da estrutura agrícola (predomínio a pequena e muito pequena exploração, acentuada pela dispersão parcelar), o tipo de empresa dominante ser a familiar e a idade dos agricultores, será necessário encontrar mecanismos que permitam agilizar e potenciar o uso do regadio no Concelho.



### 13.10.2. APTIDÃO FLORESTAL

A aptidão florestal pode ser definida na combinação de diversos fatores (climáticos, morfológicos e físicos) característicos de uma determinada zona, que poderão facilitar ou dificultar o crescimento e desenvolvimento de algumas espécies.

A distribuição geográfica das espécies florestais é resultado de uma ação humana prolongada em conjunto com processos naturais, com maior expressão na união das freguesias Belmonte e Colmeal da Torre e na freguesia de Maçainhas. De todos os fatores que influenciam a sua distribuição, o clima é um dos mais importantes.

A floresta em Belmonte apresenta funções de proteção, de conservação de habitats, de produção, de silvo-pastorícia, de caça, de turismo e de recreio, pelo que qualquer desequilíbrio do ecossistema florestal poderá ter graves consequências ao nível económico da perda de solo, da diminuição da qualidade da água e das consequências ao nível dos habitats, entre outros.

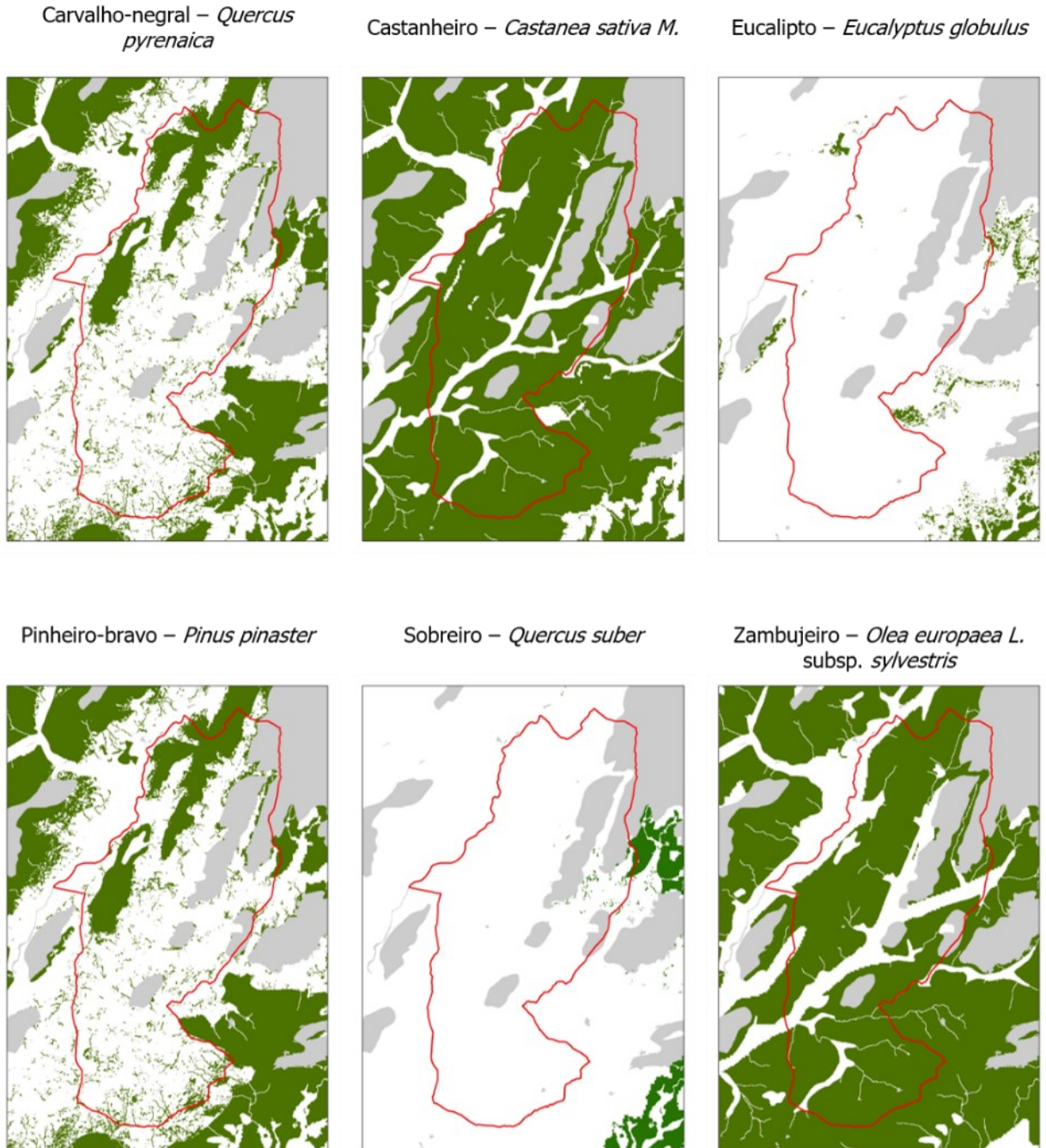
As principais espécies arbóreas consideradas para a aptidão florestal do território foram o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o Castanheiro (*Castanea sativa*), o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), o Pinheiro-Bravo (*Pinus Pinaster*), o Sobreiro (*Quercus suber*) e o Zambujeiro (*Olea europaea L. Subsp. sylvestris*), informação base disponibilizada pela EPIC WebGIS<sup>19</sup>.

No entanto, foi feito um pequeno estudo, através da Aptidão Integrada destas espécies arbóreas, de modo a verificar qual a com maior aptidão, resultando nas seguintes imagens.

---

<sup>19</sup>O EPIC WebGIS é uma infraestrutura interativa de dados espaciais, que fornece cartografia georreferenciada em escala nacional, usando ferramentas de visualização de dados. Pode ser visto como um instrumento de planeamento da paisagem, oferecendo acesso imediato a vários temas disponíveis sobre ecossistemas, rede ecológica e adequação ecológica da terra. Disponível através do seguinte link: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>

Figura 68| Aptidão integradas de espécies arbóreas



Com base nas imagens, constata-se que as espécies com maior aptidão florestal no território de Belmonte são o Castanheiro e o Zambujeiro, as quais foram sobrepostas às manchas de ocupação florestal do COS2018 (Anexo SB.16 e SB.17). De acordo com o COS 2018, estas espécies representam cerca 9% da ocupação do solo, apesar de serem as mais aptas não são as mais representativas do concelho.

### **13.10.1. APTIDÃO À EDIFICAÇÃO**

A aptidão edafo-topo-climática à edificação acomoda as áreas em que não existem contraindicações de natureza ecológica à implantação de edificação e que, paralelamente, são mais adequadas à edificação, do ponto de vista bioclimático, geotécnico, da salvaguarda de riscos naturais e dos custos de construção.

As condicionantes à implementação de edificação incluem o sistema húmido, os solos de elevado valor ecológico, as áreas declivosas (> 25%), o litoral, as terras altas (> 700m), os cabeços em sistema húmido antigo, as áreas de máxima infiltração e a vegetação com interesse para conservação.

São também considerados outros fatores que influenciam a edificabilidade e o conforto bioclimático, como o declive, a hipsometria e a quantidade de radiação solar recebida pelas superfícies.

Através da informação disponibilizada pela EPIC WebGIS<sup>20</sup>, foi possível sobrepor as áreas edificadas do concelho de Belmonte com a Carta de Aptidão Edafo-Topo-Climática à Edificação (Anexo SB.18). A realidade observada que parte do edificado não se localiza em áreas com aptidão, pelo contrário, foi possível constatar que este se encontra muitas vezes em áreas sem aptidão ou com aptidão condicionada.

## **13.11. ESTRUTURA ECOLÓGICA**

### **13.11.1. ENQUADRAMENTO NO PNPOT – SISTEMA NATURAL**

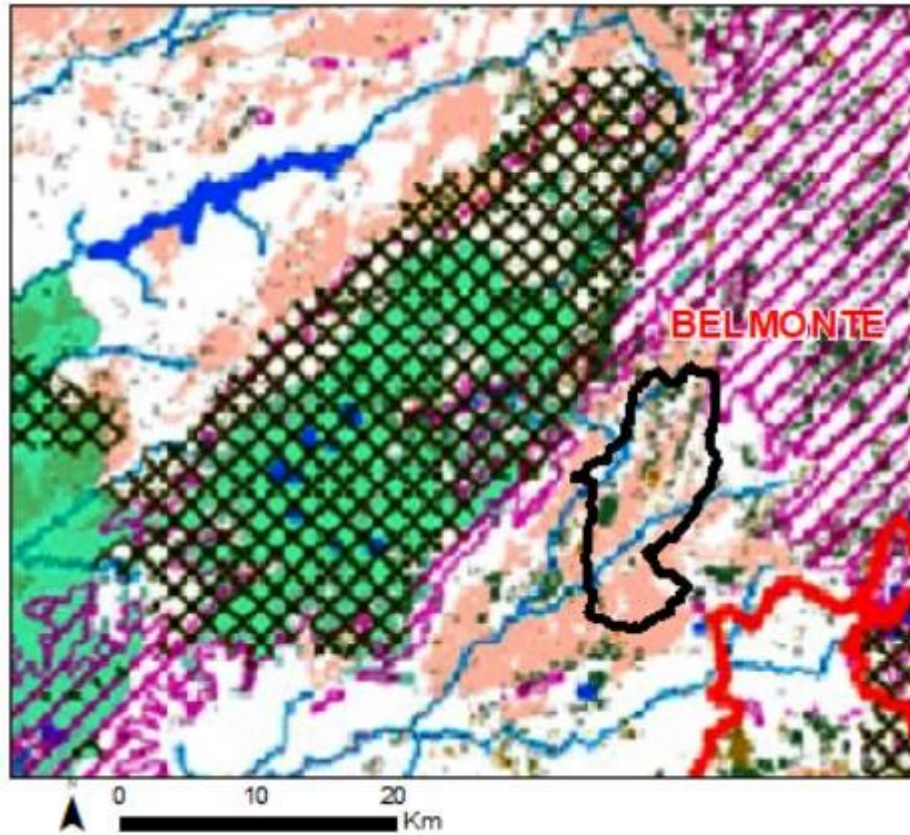
Na sequência do que foi referido no capítulo 9.2, e numa abordagem mais setorial, relativamente ao sistema natural tem-se:

- Cursos de água;
- Solo de elevado valor pedológico e ecológico;
- Vegetação arbórea com interesse para a conservação.

---

<sup>20</sup> O EPIC WebGIS é uma infraestrutura interativa de dados espaciais, que fornece cartografia georreferenciada em escala nacional, usando ferramentas de visualização de dados. Pode ser visto como um instrumento de planeamento da paisagem, oferecendo acesso imediato a vários temas disponíveis sobre ecossistemas, rede ecológica e adequação ecológica da terra. Disponível através do seguinte link: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>

Figura 69] Enquadramento do Município no sistema natural do PNPOT



Estes de acordo com as diretivas do PNPOT integram o capital natural do concelho que importa reconhecer a sua importância considerando como:

- Fonte de matérias-primas;
- Ecossistemas que prestam serviços;
- Geração de riqueza;

Tendo em conta que o capital natural vem da água, solo e biodiversidade importa determinar a aptidão do território e condicionar os modelos de usos e ocupação do solo, considerando a especificidade de cada território.

No ordenamento a preconizar para o município deverá ter-se em conta as medidas de ação que concorrem para o sistema natural (pág. 202 e seguintes da Lei n.º 99/2019, 5/9).

### **13.11.2. ENQUADRAMENTO NA PROPOSTA DO PROT C**

A estrutura ecológica regional, prevista na proposta de PROT Centro<sup>21</sup>, denomina-se “Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental” (ERPVA) e faz parte integrante do Modelo Territorial, consistindo no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas. A ERPVA é constituída por áreas nucleares (áreas de mais valia) e corredores ecológicos:

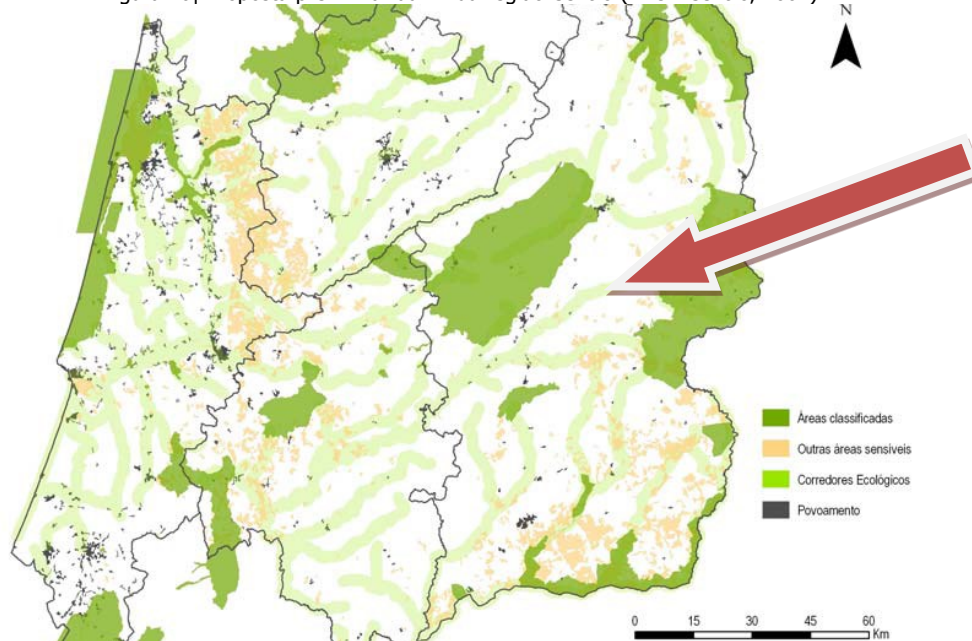
- **Áreas de mais-valia – Áreas classificadas**
  - o Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas;
  - o Sítios da lista nacional de sítios e zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000;
  - o As demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, nomeadamente:
    - ☒ Programa Man and Biosphere, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), lançado em 1970;
    - ☒ Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar), adotada em Ramsar em 2 de fevereiro de 1971;
    - ☒ Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada em Paris em 16 de novembro de 1972, na parte relativa aos valores naturais;
    - ☒ Resoluções do Comité de Ministros n.os (76) 17 — Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa — e (98) 29 — Áreas Diplomadas do Conselho da Europa;

---

<sup>21</sup>In PROT Centro, Sumário Executivo da Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C), versão de 28 de setembro de 2010, pág. 14.

- ☒ Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR), adotada em Paris em 22 de setembro de 1992;
- ☒ Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), adotada em Paris em 2001, relativa aos geossítios e geoparques.
- Áreas de mais-valia - outras áreas sensíveis
  - o Povoamentos de folhosas autóctones
  - o Matos esclerofíticos
  - o Zonas húmidas (estuários, lagunas litorais, pauis, salinas e sapais)
  - o Sistemas dunares e arribas costeiras
- Corredores ecológicos (estruturantes e secundários).

Figura 70| Proposta preliminar da EE da região Centro (PROT Centro, 2007)



### 13.11.3. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é um instrumento de ordenamento do território que tem por objetivo fundamental a preservação e salvaguarda de áreas essenciais para a manutenção dos serviços ecológicos. A par da proteção dos recursos naturais – indispensáveis à sustentabilidade ambiental, a EEM define os usos possíveis em espaço natural e constitui o suporte de atividades complementares em espaço rural e urbano.

Em termos legais, o conceito é definido como o conjunto de “áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica” (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

No âmbito da revisão do PDM, torna-se indispensável a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (Anexo SB.19). Esta deverá ter subjacente o conceito de “*Continuum Naturale*”, sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território, com vista a estabelecer uma rede de proteção e valorização ambiental que permita por um lado incentivar as potencialidades e por outro estabelecer restrições de usos em locais sensíveis do território concelhio, através da definição de estruturas permanentes que assegurem a ligação e articulação entre o normal funcionamento dos ecossistemas naturais e o espaço construído. Constitui o suporte físico necessário ao correto funcionamento dos processos naturais e da sustentabilidade da paisagem concelhia, nomeadamente no que diz respeito à circulação da água, ar, fauna terrestre e aquática, flora, entre outros aspetos, bem como, servir de suporte a uma rede de percursos pedonais, bicicletas, equipamento, zonas de estadia e recreio, etc.

A EEM deverá, em síntese, constituir o suporte físico necessário ao correto funcionamento dos processos naturais e da sustentabilidade da paisagem concelhia, nomeadamente no que diz respeito à circulação da água, ar, fauna terrestre e aquática, flora, bem como, servir de suporte a uma rede de percursos pedonais, bicicletas, equipamento, zonas de estadia e recreio, etc.

A EEM deve integrar os seguintes espaços e sistemas:

- Áreas classificadas com interesse para a conservação da natureza;
- Áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente linhas de água e faixas de proteção, zonam ameaçadas pelas cheias, cabeceiras de linha de água, áreas de máxima infiltração, zonas de risco de erosão, albufeiras e faixas de proteção;
- Áreas afetas à Reserva Agrícola Nacional, solos de grande qualidade neste caso ligados a depósitos aluvionares;
- Cortinas arbóreas e sebes de compartimentação, dispostas ao longo das vias de circulação e na separação dos campos agrícolas;
- Áreas afetas ao Regime Florestal;
- Corredores Ecológicos delimitados no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI);

- *Habitats* naturais de interesse comunitário elencados nos anexo B-I, fora das áreas classificadas;
- Áreas a afetarem o espaço florestal ou silvo-pastoril com funções predominantemente de proteção e recuperação, quer sejam solos delgados ainda afetos à agricultura, quer sejam incultos que não possuem aptidão agrícola ou florestal intensivo;
- Áreas degradadas e de enquadramento de estruturas e infraestruturas, nomeadamente saibreiras desativadas, zonas erosionadas ou solos esqueléticos e solos degradados que ocorrem em situações de declives acentuados, faixas ao longo das principais vias de comunicação;
- Espaços verdes urbanos.

A Estrutura Ecológica Municipal deve garantir as seguintes funções:

- A proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica e de maior valor para a conservação da fauna, da flora e dos habitats;
- A proteção dos solos e do regime hidrológico através da preservação dos corredores ecológicos e das respetivas linhas de água;
- Assegurar que na EEM seja dada preferência aos usos ou ações de restabelecimento do equilíbrio ecológico que favoreçam a funcionalidade dos corredores ribeirinhos, prevenção do risco de cheias e valorização paisagística no caso de áreas degradadas;
- Garantir um modelo territorial de desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das populações.

Nas áreas da EEM deve-se atender o seguinte:

- Preservação dos elementos da paisagem, designadamente: estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola (como eiras, poços, tanques, picotas, noras, moinhos ou muros de pedra), sebes de compartimentação da paisagem, preservação da galeria ripícola dos cursos de água, que em caso de degradação deve ser recuperada com elenco da flora autóctone;
- As atividades pastoris e florestais devem desenvolver-se de forma sustentável, evitando a destruição das estruturas de compartimentação da paisagem, assegurando a continuidade dos processos ecológicos;
- Nas áreas integradas no Corredor Ecológico definido no Programa Regional de Ordenamento Florestal, aplicam-se as normas consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica e a subfunção da conservação de recursos genéticos, de acordo com o disposto no diploma legal que regulamenta o referido Plano.



Em Belmonte, em que a matriz da paisagem é um mosaico agrícola de uso intensivo, as estruturas lineares e manchas naturais que a interrompem assumem um papel fundamental ao nível da conservação da biodiversidade.

Estas estruturas lineares e manchas concretizam-se na paisagem nas galerias ripícolas, sebes de compartimentação, alinhamentos arbóreos, manchas de floresta e matos. Quando estas manchas e estruturas se ligam entre si formam corredores ecológicos que permitem a circulação da vida silvestre. Simultaneamente, estes corredores permitem minimizar e compensar os efeitos da excessiva simplificação da paisagem (áreas agrícolas contínuas).

No concelho de Belmonte os corredores existentes devem ser mantidos e colmatadas as falhas existentes. Na rede de corredores ecológicos deve ser dada especial atenção aos que permitam uma continuidade a nível regional entre o Parque Natural da Serra da Estrela e a Reserva Natural da Serra da Malcata de modo a permitir a circulação entre estas duas áreas protegidas.

#### **13.11.4. COMPONENTES**

##### **13.11.4.1. PRINCIPAIS LINHAS DE ÁGUA E ECOSISTEMAS RIPÍCOLAS**

As linhas de água são habitats de grande importância para diversas comunidades biológicas aquáticas, anfíbias e terrestres. As comunidades ripícolas vegetais desempenham importantes funções ecológicas: fixação e manutenção das margens, regularização e retenção de águas em picos de cheia, constituem habitats de alimento, abrigo e reprodução para muitas espécies animais. Apresentam ainda, uma importância a nível da filtração da poluição difusa, regularização climática, valorização da paisagem e na produtividade dos cursos de água com interesse piscatório.

No concelho de Belmonte destacam-se o Rio Zêzere, a Ribeira da Gaia, Ribeira de Caria entre outras, em que as galerias ripícolas são desenvolvidas e sobressaem na paisagem agrícola que a envolve.

Figura 71| Exemplo de galerias ripícolas



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

No concelho estas comunidades apresentam um desenvolvimento arbóreo considerável e são constituídos predominantemente por espécies como amieiro (*Alnus glutinosa*), freixo (*Fraxinus angustifolia*) e salgueiro (*Salix spp.*). Ao nível arbustivo surge o sabugueiro (*Sambucus nigra*), alguns sanguinhos-de-água (*Frangula alnus*) e pilriteiros (*Crataegus monogyna*). Em termos de trepadeiras sobressaem as silvas (*Rubus spp.*) e as heras (*Smilax sp.* e *Hedera sp.*). Estes arbustos para além do papel de fixação das margens, oferecem abrigo e alimento para uma diversidade de animais com particular incidência para a avifauna.

#### **13.11.4.2. MATOS E BOSQUES**

Os matos e bosques (carvalhais de *Quercus pyrenaica*, giestais) correspondem, regra geral, a situações condicionadas em termos de relevo (encostas muito inclinadas) e solos degradados - solos esqueléticos ou muito erosionados. Em muitas destas situações ecológicas o solo encontra-se desprovido de vegetação devendo ser promovida a florestação de proteção promovendo as funções relativas à conservação da biodiversidade, recuperação do solo e de conservação da água.

Nestes habitats é importante a prevenção e combate a incêndios para que se possa retirar deste tipo de habitat uma série de mais-valias como caça ordenada, colheita de produtos naturais (cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais), para além de atividades de educação ambiental, recreio e turismo ecológico. Surgem ainda, maciços arbóreos e arbustivos que interessa considerar em situações marginais à exploração agrícola.

No que respeita aos afloramentos rochosos existentes, deverão ser tidos em conta com vista à conservação das comunidades que nele se desenvolvem (vegetação casmofítica de vertentes rochosas e prados pioneiros em superfícies rochosas). Nestes habitats a conservação da natureza concretiza-se facilmente pois não existe competição por este espaço, permitindo constituir um importante polo para a biodiversidade. Estes espaços ganham outra importância se estiverem ligados a outras estruturas relevantes para a conservação da natureza.

#### **13.11.4.3. CORTINAS ARBÓREAS E SEBES DE COMPARTIMENTAÇÃO**

Outro dos componentes dos corredores ecológicos são as sebes ao longo das estradas, caminhos e demarcação dos campos agrícolas e alinhamentos de árvores bordejando as parcelas agrícolas e estradas. Estes elementos visam assegurar a rede de corredores ecológicos intimamente ligada às galerias ripícolas e maciços arbustivos e/ou arbóreos de espécies autóctones.

No concelho surgem muitas vezes alinhamentos arbóreos adjacentes às estradas, regra geral de espécies como o plátano (*Platanus sp.*), o bordo (*Acer pseudoplatanus*), choupos (*Populus sp.*) entre outras.

Figura 72| Exemplo de alinhamento Arbóreo



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Quanto às sebes de compartimentação estas não são muito representativas no concelho devendo ser promovida a sua plantação. Estas sebes têm um papel importante a vários níveis: proteção contra o vento e geadas, defesa da água (infiltração e transpiração), conservação do solo, equilíbrio da biocenose (habitat para aves de bico mole, caça e insetos predadores) e na produção de madeira e lenhas.

Estas sebes devem ser constituídas por espécies autóctones e apresentar irregularidade da crista da sebe e grande transparência para permitir a drenagem atmosférica.

#### **13.11.4.4. ESPAÇOS VERDES URBANOS**

A rede de proteção e valorização ambiental deverá igualmente ter expressão nas áreas urbanas, sob a forma de espaços verdes, garantindo a conectividade entre os diferentes espaços abertos da estrutura urbana e desta com o espaço envolvente.

A estrutura verde urbana integra os espaços livres da malha urbana que podem surgir sob a forma de espaços permeáveis predominantemente verdes ou de espaços impermeáveis arborizados. Desempenham diversas funções de que se destacam a manutenção dos sistemas ecológicos, promoção da qualidade do ambiente, incremento da biodiversidade, conforto humano e produção de biomassa. Para além destas a nível estético cumprem um papel importante na integração paisagística, enquadramento e valorização das zonas edificadas.

No concelho de Belmonte estes espaços surgem sob a forma de jardins públicos, logradouros particulares ou públicos, praças e largos ou como espaços de enquadramento e parques infantis. Ainda ao mesmo nível desta estrutura, encontram-se os alinhamentos arbóreos que surgem na maioria das situações associados a loteamentos urbanos recentes.

De um modo geral, os espaços verdes públicos do concelho apresentam-se bastante fragmentados. No que respeita a Parques Infantis, estes surgem muitas vezes associados ao espaço semipúblico de equipamentos, quer seja a escolas, quer a equipamentos culturais (ex. Centro Cultural e Recreativo de Carvalhal Formoso).

Os espaços verdes públicos do concelho identificados são os seguintes:

#### **Belmonte**

- Jardim Público – Rua Pedro Álvares Cabral
- Envolvente ao Castelo, Miradouro – Largo do Brasil
- Enquadramento dos Taludes do Castelo
- Largo Catarina Eufémia (antigo Largo do Mercado)
- Miradouro/ Adro da Igreja Matriz - Largo 5 de Outubro
- Largo Afonso Costa
- Largo do Pelourinho

- Largo Dr. António José de Almeida
- Miradouro - Largo Movimento das Forças Armadas
- Parque Infantil de Sto. Antão - Bairro de Sto. Antão
- Largo/ Praça no Bairro de Sto. Antão

#### **Belmonte Gare**

- Parque Infantil – Rua de Habitação Multifamiliar paralela à CM345-1
- Parque Infantil

#### **Zona de lazer associada a plano de água,**

- Vulgo Praia Fluvial do Rio Zêzere

#### **Gaia**

- Campo de Golf – EN 18

#### **Parque de Merendas – Próximo da Ponte de Belmonte**

#### **Caria**

- Jardim Público – Largo de S. Marcos
- Capela de Sto Antão e Parque de Merendas, Campo de jogos – EM 345
- 

#### **Monte do Bispo**

- Largo - Largo do Chafariz na EM570

#### **Quinta Cimeira**

- Largo – Largo principal junto à EM1050

#### **Colmeal da Torre**

- Jardim – Largo dos Lameirinhos
- Largo Prof. Maria José Dias

#### **Gaia**

- Jardim Público – EN18

#### **Carvalhal Formoso**

- Largo da Capela de S. José

- Largo da Igreja Matriz

### **13.12. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi criada em 1983 (Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho), com o intuito de “salvaguardar, em determinadas áreas, a estrutura biofísica necessária para que se possa realizar a exploração dos recursos e a utilização do território sem que sejam degradadas determinadas circunstâncias e capacidades de que dependem a estabilidade e fertilidade das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais”. Com o decorrer dos anos existiu a necessidade de reformular alguns aspetos do regime jurídico até então vigente, sendo de destacar o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que incorporou alterações mais significativas, nomeadamente em matéria de objetivação de conceitos, de agilização e simplificação dos procedimentos administrativos, assim como de partilha de competências e de responsabilidades entre intervenientes. Mais recentemente, foi publicada nova alteração ao Regime Jurídico da REN (RJREN), através do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, com o objetivo de incorporar atualizações decorrentes de sucessivas alterações legislativas no ordenamento jurídico nacional.

No concelho de Belmonte a delimitação da REN foi publicada por RCM n.º77/96, de 27 de maio e alterada pela RCM n.º116/2003, de 13 de agosto, e em 2018 teve a sua 1ª correção material publicada por RCM n.º6663/2018, de 9 de julho. A Reserva Ecológica Nacional delimitada para o Município de Belmonte integra os seguintes ecossistemas:

- Leitões dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;
- Cabeceiras dos cursos de água;
- Áreas de infiltração máxima;
- Escarpas;
- Áreas de risco de erosão.

A REN em vigor representa cerca de 40.92% (4872.17 ha) da área concelhia. Importa salientar que a Carta da REN apresentada traduz a REN vigente transposta para a base de trabalho utilizada neste estudo. A transposição da REN para a base de trabalho utilizada revela alguns desajustes naturais do processo de transposição cartográfica.

No âmbito da revisão do PDM de Belmonte está a ser elaborada uma nova proposta de delimitação de REN, de modo a cumprir os objetivos estipulados no Regime Jurídico da REN. (Anexo SB.20)

### **13.13. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) foi instituída pelo Decreto-lei n.º 196/89 de 14 de junho, que mais tarde, em 2009, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprovou o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RJLAN). Este foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro e procede à sua republicação. A RAN corresponde ao conjunto de terras que, em virtude das suas características, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

A carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN) do Concelho de Belmonte foi publicada em Portaria n.º 429/92, 26 de maio. A RAN representa cerca de 16.42% (1955.36 ha) da área concelhia, correspondendo às formações aluviais que ocorrem ao longo das principais ribeiras (Maçainhas, Inguias, Caria, ...) e da margem esquerda do Rio Zêzere, junto a Belmonte. (Anexo SB.21)

Importa salientar que a Carta da RAN apresentada traduz a RAN vigente transposta de acordo com os elementos fornecidos pela DRABI. Na carta são identificadas manchas devido à classificação dos solos e capacidade de uso do solo e por integração específica.

Com o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira a área de RAN vai sofrer um incremento uma vez que a área beneficiada pelo regadio passará a ser classificada como tal.

### **13.14. PROF DO CENTRO INTERIOR**

O concelho de Belmonte encontra-se abrangido pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI), aprovado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril, e alterada pela Portaria n.º 18/2022, de 05 de janeiro e corresponde aos anteriores PROF da Beira Interior norte e da Beira Interior sul.

O PROF CI define para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

O território do concelho de Belmonte encontra-se abrangido por duas Sub-regiões Homogéneas (Anexo SB.22). Sub-região homogénea Raia norte, abrange, praticamente todo o concelho, e a Sub-região homogénea Estrela, correspondente à zona noroeste.

As sub-regiões homogéneas são estabelecidas com base nas diversas funções identificadas para os espaços florestais, as quais são agora descritas, através análise dos usos e ocupação do solo e a caracterização dos povoamentos florestais.

### Sub-região homogénea Raia norte<sup>22</sup>

As três principais desta SRH funções são a Produção, a Proteção e Silvopastorícia, da Caça e da Pesca nas águas interiores. Assim como, tem a aptidão de regular a boa para a produção de eucalipto em 79% e para o pinheiro-bravo em 80 % da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 67%, 13%, 24% e 29% da superfície da região. A fração da área ocupada por ZIF's é de 8,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média, já o risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 2% do território. A fração do território desta região com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 66,7%.

### Sub-região homogénea Estrela

Tem como três principais funções a Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, Recreio e Valorização da paisagem, e de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. A Rede Natura 2000 está presente em 68,2% % do território da SRH (PTCON0014 – Serra da Estrela/Parque Natural da Serra da Estrela e PTCON0051– Complexo do Açor). Esta sub-região tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 90% e 74% da sua superfície, contudo apenas 0,3% e 0,2%, respetivamente, da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de eucalipto e sobreiro, pelo que não se considera adequada a atribuição da função "Produção" com base nestas espécies. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 82%, 22%, 49% e 11% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 14,8%. O risco de erosão hídrica médio e elevado é de 29% no território, e a fração com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 82,2%.

O Programa Regional de Ordenamento Florestal, PROF, estabelece normas específicas de utilização e exploração florestal dos espaços florestais, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados.

Neste contexto, foram identificadas as disposições dos planos territoriais preexistentes incompatíveis com o PROF-CI, evidenciando-se na tabela seguinte o artigo analisado neste âmbito relativamente ao PDM de Belmonte.

Tabela 17| Compatibilização do PDM de Belmonte com o PROF CI

Artigo	Conteúdo	Tipo	Alteração Mínima
--------	----------	------	------------------

<sup>22</sup> Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior – PROF CI- Capítulo C – Documento Estratégico



12.º	<p>Título II - Do condicionamento da Construção</p> <p>Artigo 12.º - Manchas florestais e terrenos percorridos por incêndios</p> <p>1- Os terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndio devem, nos termos e com as exceções do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril, ser rearborizados no prazo de dois anos a contar da ocorrência do incêndio, e, nos termos e com as exceções do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, nele ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos (...)</p> <p>2- Os terrenos sujeitos ao regime florestal e, em particular, aqueles que se integrem em manchas florestais estão sujeitos às regras e restrições de uso estabelecidas na legislação do regime florestal.</p> <p>3- Até à distância de 1km do perímetro de qualquer mata sujeita ao regime florestal, total ou parcial, é interdito o estabelecimento de fornos de cal, gesso e barro.</p> <p>4- As manchas a proteger no âmbito deste artigo são, presentemente, no concelho de Belmonte, as seguintes: serra da Esperança, Santa Maria/Maçainhas e Colmeal da Torre, Pena da Águia, Ferrolho, Caria e Sesmarias.</p>	Omisso/ Alterar	<p>Acrescentar as servidões associadas a recursos florestais; proteção do sobreiro e da azinheira; árvores e povoamentos de interesse público.</p> <p>Atualização para a legislação em vigor.</p>
------	--	--------------------	---

Em suma, verifica-se, que existe apenas uma situação a ser acautelada no PDM, nomeadamente a necessidade de integrar as orientações do PROF-CI no artigo 10.º do Capítulo II, de modo a acrescentar as servidões associadas aos recursos florestais e proteção dos sobreiros e azinheiras.

### 13.15. SÍNTESE

A fisiografia do concelho de Belmonte caracteriza-se por três zonas distintas, correspondentes as sub-bacias hidrográficas das Ribeiras de Gaia, Inguias e de Caria. A zona norte é mais declivosa e rochosa, com uma ocupação essencialmente florestal, enquanto a sul, a zona é mais plana, onde domina a agricultura.

No concelho predominam os usos agrícolas, destacando-se as culturas temporárias de sequeiro. Existem áreas florestais e ocupações arbustivas e herbáceas por todo o concelho, embora com maior ênfase na zona norte.

Como potenciais biofísicos podem referir-se as características morfológicas do terreno, a rede hidrográfica abrangente e abundante em todo o município, acompanhada de expressivas galerias ripícolas com riqueza de fauna inerente a estas zonas. Também a presença de espécies cinegéticas é relevante para a caracterização do município, que já tem uma área significativa delimitada como zona de caça municipal, com um do campo de treino de caça.

Como principais problemas e potencialidades das componentes biofísicas, que estarão na base do desenvolvimento de um modelo estratégico e territorial da proposta de revisão do PDM, importa destacar:

- A inexistência de estações meteorológicas que permitam uma caracterização mais fidedigna das variáveis climáticas que afetam o Concelho
- Necessidade de maior gestão e valorização dos valores naturais
- Os núcleos urbanos do município localizam-se na sua maioria em áreas sem aptidão ou com aptidão condicionada, isto é, estão em áreas menos adequadas à edificação, do ponto de vista bioclimático, geotécnico, da salvaguarda de riscos naturais e dos custos de construção.
- O Concelho apresenta uma aptidão muito elevada à agricultura de regadio, estando integrado no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira;
- Existe uma crescente procura de produtos e atividades de lazer associados ao ambiente e paisagens naturais.

### **13.16. ORIENTAÇÕES PARA O ORDENAMENTO**

Um novo modelo de desenvolvimento, territorialmente mais equilibrado e justo, num contexto de perda demográfica, não poderá deixar de relevar o capital natural dos territórios rurais e de o valorizar em prol da sua atratividade e da promoção da riqueza, bem-estar e qualidade de vida do concelho de Belmonte.

Na sequência da caracterização biofísica do concelho, importa desde já enumerar um conjunto de situações que devem ser objeto de reflexão e integração nas opções estratégicas da revisão do PDM de Belmonte:

- A atualização da base cartográfica e conceção de um PDM eficaz e operativo, que esteja devidamente integrado no Sistema de Informação Geográfica Municipal;
- A adequação do modelo de desenvolvimento territorial à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais;
- A emergência de novos enquadramentos legislativos e orientações estratégicas, nomeadamente as decorrentes das revisões do PNPOT, e do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior e da alteração do RJREN;
- A gradual sensibilização para a relevância, no âmbito do ordenamento do território, da qualidade de vida da população, no quadro do desenvolvimento sustentável;

- A promoção da proteção e valorização dos recursos naturais e culturais (sustentabilidade e qualidade de vida, multifuncionalidade da paisagem rural, património cultural edificado e não edificado);
- A compatibilização e articulação do PDM com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Adaptação da delimitação da REN conforme as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos (em aprovação).

## **14. SISTEMA URBANO**

### **14.1. INTRODUÇÃO**

Este capítulo pretende caracterizar, analisar e diagnosticar a rede urbana do município de Belmonte no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte. Esta revisão constitui também uma oportunidade de introduzir conceitos e estratégias atuais, que se desenvolveram e aferiram com a experiência dos PDM de primeira geração. Uma vez passados dez anos de vigência do PDM, a sua revisão deve contemplar "(...) os grandes conceitos, uma visão política para o futuro e uma programação esquemática, assim como a proposta de composição estrutura para o curto, médio e muito longo prazo (...)". O PDM deve constituir um instrumento de planeamento que estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento do local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção.

A caracterização da rede urbana concelhia tem como objetivo a identificação e a futura definição do sistema urbano municipal. Este é composto pelos aglomerados urbanos e pelos lugares/aglomerados rurais existentes no concelho. Os aglomerados urbanos têm a qualificação de solo urbano e englobam os solos urbanos e a estrutura ecológica urbana. Os aglomerados rurais têm a qualificação de solo rústico apesar de formarem conjuntos de edifícios, com arruamentos. Assim, pretende-se fazer uma análise dos aglomerados e lugares do Concelho ao nível do uso e ocupação do solo, estrutura urbana, perímetros e das suas dependências com os espaços de utilização pública. Através da cartografia disponível, do levantamento de campo e da informação estatística dos Censos foi possível estudar esses espaços. Em paralelo desenvolveu-se um estudo comparativo com o disposto no PDM vigente, e com o que atualmente existe de modo a compreender qual a evolução sofrida e os desvios das suas expectativas com o intuito de a partir daí poder construir um modelo territorial adequado para o concelho.

Por fim, foi desenvolvida uma síntese, procurando sistematizar as principais ideias e questões a ter em conta no âmbito da revisão deste PDM.

A acompanhar o presente documento anexa-se no volume II, o relatório de identificação das áreas urbanas consolidadas, que serviu acompanhando também o processo de delimitação da REN. Este relatório apresenta um conjunto de cartogramas e fichas de síntese para cada lugar urbano. Foram analisados todos os lugares que têm perímetro urbano no PDM em vigor.

## **14.2. DINÂMICA TERRITORIAL**

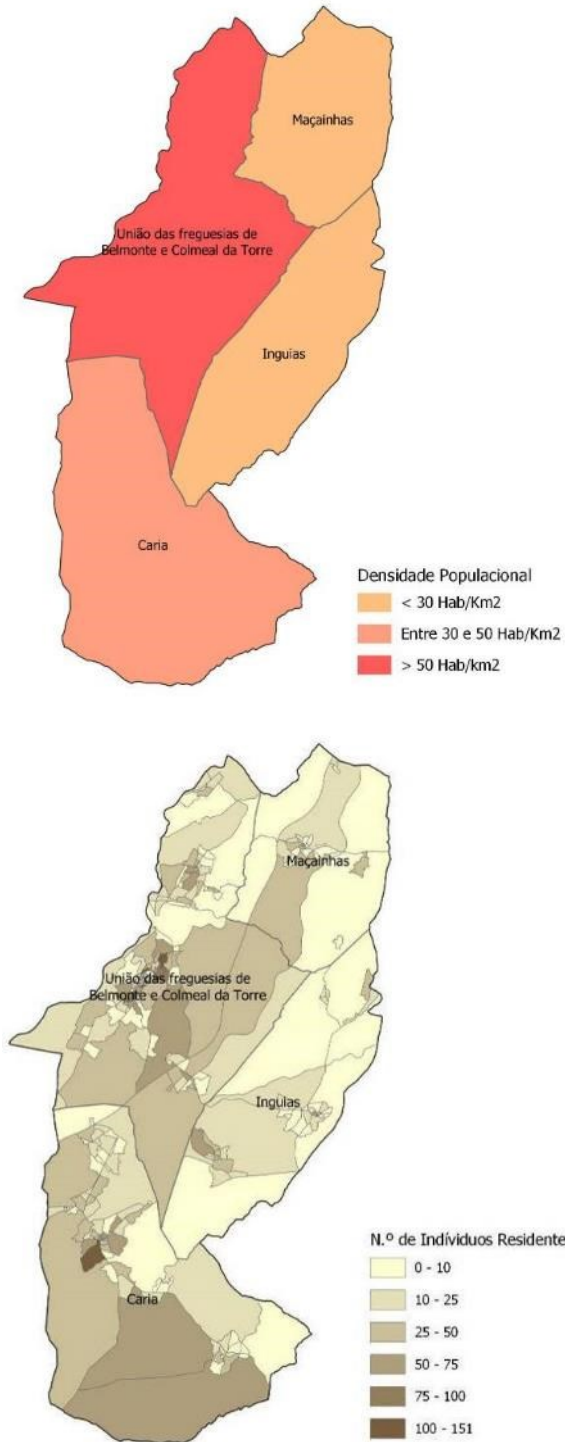
A distribuição territorial do povoamento está diretamente relacionada com as aptidões biofísicas do território e também o seu nível de infraestruturização, nomeadamente os núcleos urbanos e as acessibilidades.

O concelho de Belmonte ocupa uma área equivalente a 119 km<sup>2</sup> e apresentava uma densidade populacional de 63,93 hab/km<sup>2</sup> em 2001, 57,7 em 2011 e estima-se que em 2019 seja de 53,9. A maior densidade populacional, resulta do fenómeno de concentração populacional na vila de Belmonte, a partir desta, ao longo dos principais eixos viários que a servem, nomeadamente: EN18 no sentido de Guarda, a EN345 no sentido de Capinha e Vale dos Prazeres.

Tabela 18| Densidade Populacional 2001 e 2011 (Pré RA)

Freguesia	Área km <sup>2</sup>	Densidade Populacional	
		2001	2011
Belmonte	28,4	104,41	103,0
Caria	39	57,39	49,2
Colmeal da Torre	7,4	120,57	98,3
Inguias	23,2	36,46	28,9
Maçainhas	18,2	21,15	19,6

Figura 73| Distribuição da densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>) por freguesia e distribuição de indivíduos residentes (N.º) por subsecção estatística em 2011

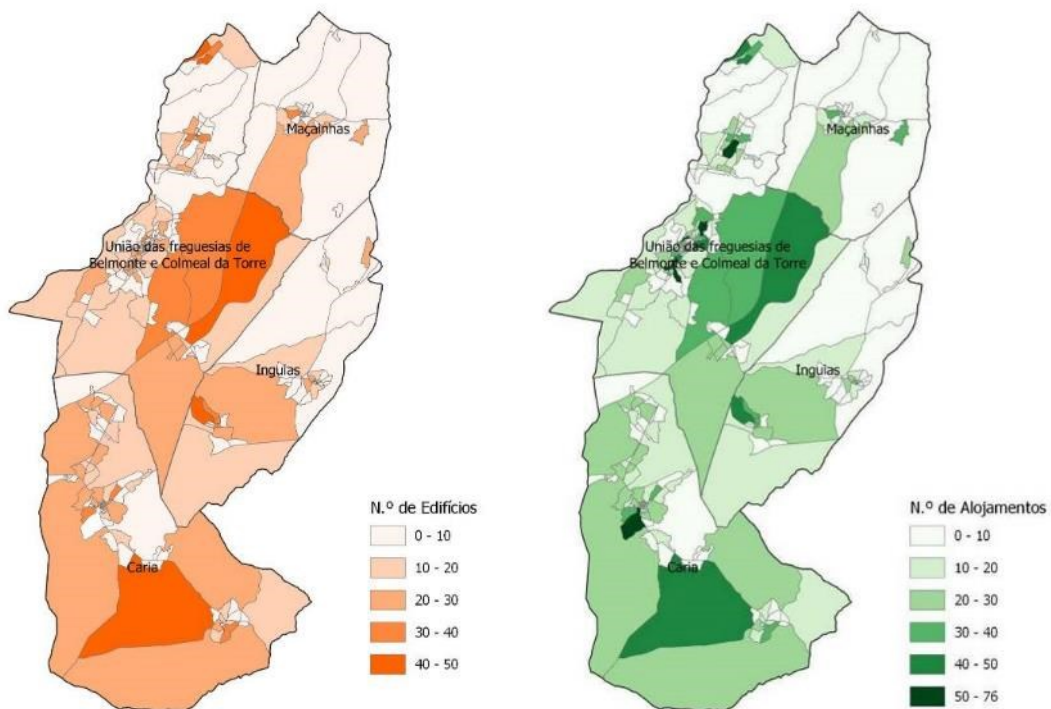


Fonte: INE

A dinâmica demográfica do concelho de Belmonte revela uma baixa capacidade de fixação de residentes, decorrente da baixa do crescimento natural com quebra acentuada na natalidade, mas também dos movimentos migratórios (para outras regiões ou para fora do país). Cumulativamente, o envelhecimento populacional bastante expressivo compõe um cenário bastante preocupante para os próximos anos.

Relativamente à habitação, este é um elemento essencial da ocupação do território e do desenvolvimento dos aglomerados populacionais, assumindo um papel central na definição e na implementação de políticas sociais e marcando profundamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Figura 74| Distribuição do N.º de Edifícios e Alojamentos por subsecção estatística em 2011



Fonte: INE

Como se pode observar, quer o maior número de edifícios e de alojamentos concentram-se na união das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre e na freguesia de Caria, o que seria de esperar uma vez que são as apresentam um maior número de residentes.

Por último, seguindo a tendência observada ao longo do território nacional, o concelho tende a concentrar-se nos aglomerados urbanos e a despovoar os espaços rurais, aspeto que é acompanhado com o abandono das práticas agrícolas.

### **14.3. CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS**

Tendo como base a vetorização dos perímetros urbanos do PDM em vigor, foram delimitadas as áreas urbanas consolidadas, através da definição de um "buffer" de 10 a 15 m às edificações existentes na cartografia homologada 1/10.000. A esta delimitação juntou-se ainda as áreas contíguas até uma distância máxima de 25 a 50 metros, optando por excluir área residuais. Esta distância por vezes foi ultrapassada por outras reduzidas, tendo sido resolvido caso a caso. Considerou-se quando estava em situação de limite, o limite dos prédios com base na base fundiária do concelho. Algumas construções que estavam isoladas, que não cumpriam a distância dos 25/50 m mas que estavam inseridas no perímetro urbano em vigor foram também consideradas, uma vez que estavam legalmente edificadas.

A caracterização de todo o edificado permitiu uma interpretação do nível de desenvolvimento urbano de cada núcleo. Estabeleceu-se um conjunto de critérios gerais para a delimitação das áreas urbanas consolidadas que foram complementados e confirmados no terreno.

Os critérios gerais são de dois níveis dentro de contexto urbano – físico e paisagísticos. O critério físico considera os elementos físicos existentes no território aplicando o princípio da colmatação urbana ao longo de via existente e infraestruturada, de forma a estimular a continuidade das frentes urbanas e o alinhamento ao longo das vias, sendo que em propostas uma característica a contrariar. A profundidade a considerar pode variar, dependendo do existente e do reconhecimento do cadastro, sendo que é considerada de partida uma base de 35 a 50 m, relativa à frente urbana medida a partir da via, considerada como a profundidade que melhor corresponde, atendendo à estrutura da propriedade e às formas de utilização do espaço e modos de vida, seja como espaço de cultivo/lazer, seja como espaço de apoio à residência, contribuindo para o reforço do equilíbrio da ocupação humana / ruralidade / paisagem.

Relativamente aos critérios paisagísticos a principal preocupação é a da preservação e valorização da relação entre os aglomerados e os valores paisagísticos de carácter construído e/ou naturais.

Através da fotointerpretação, com recurso a ortofotomapas do ano de 2015 propriedade da CMB, à escala 1/10.000, procedeu-se à limpeza dos polígonos, dando-lhes maior coerência e significado, eliminando as ilhas de pequena dimensão, em especial aquelas relativas aos pequenos espaços intersticiais entre a rede viária e as áreas concretizadas por edificações e afinando-se os limites que, resultantes de uma abordagem genérica, colidiam com habitações ou logradouros, tentando alinhar com limites de propriedade cadastral ou outros limites físicos de referência (vias, linhas de água, muros, etc.)

Foram também considerados os critérios estabelecidos nos Diplomas da REN e conceitos técnicos., nomeadamente:

Portaria n.º 336/2019, de 26/09 (Secção II – Diretrizes para a delimitação):

(ponto 6):

“Nas áreas urbanas consolidadas (AUC), que correspondam à definição constante do diploma que aprova os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento e do urbanismo, a delimitação das áreas integradas em REN a nível municipal incide, somente, nas áreas com escala e relevância que ainda desempenhem funções que lhes confirmam valor e sensibilidade ecológicos, ou que se perspetive que as possam vir a desempenhar, e ou que contribuam para a conectividade e coerência ecológica”

(ponto 7):

“Em áreas urbanas consolidadas, a ponderação de áreas a excluir da REN, prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, deve considerar a afetação da área REN a outros regimes ou planos em vigor, vocacionados para a gestão de risco, como sejam os planos de gestão de riscos de inundações, bem como a respetiva regulamentação adotada em sede de PMOT ou PEOT”.

Decreto-Regulamentar n.º 5/2019, de 27/09 (conceitos técnicos: Ficha I-15)

“uma área de solo urbano que se encontra estabilizada em termos de morfologia urbana e de infraestruturção e está edificada em, pelo menos, dois terços da área total do solo destinado a edificação”.

#### **14.4. ESTRUTURA URBANA**

Optou-se por caracterizar e analisar neste capítulo todos os aglomerados/lugares que têm algum significado em termos de edifícios ou de população, independentemente de terem ou não perímetro urbano definido. Procurou-se analisar todos os lugares que poderão ter significado/influência no



sistema urbano municipal. Através deste estudo concluiu-se que algumas situações não foram contempladas no PDM vigente ora pelo desenvolvimento urbano que decorreu desde a sua publicação, ora pelas alterações que os próprios conceitos de planeamento urbano sofreram nos últimos anos.

Apresenta-se em anexo as fichas de caracterização de cada lugar, que servirão de base para a proposta de ordenamento assim como respetivos cartogramas à escala 1/10.000. estes elementos sintetizam a análise da estrutura urbana do concelho e compara com o PDM atual e os dados estatísticos.

Como metodologia analisaram-se os lugares por freguesias da seguinte forma:

- 1- Localização/enquadramento geográfico;
- 2- Morfologia;
- 3- Usos e Funções predominantes - Tipologias predominantes;
- 4- Estudo comparativo com os perímetros e classificações do solo definidos no PDM vigente e a situação atual.

Tabela 19| Freguesias e lugares do Concelho de Belmonte

Freguesia	ID nº	Lugar:
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>1</b>	Belmonte e Ginjal
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>2</b>	Quinta das Pereiras I e II
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>3</b>	Belmonte Gare
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>4</b>	Gaia
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>5</b>	Quinta do Rio
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>6</b>	Quinta Branca
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>7</b>	Colmeal da Torre e Catraia da Torre
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>8</b>	Quinta da Jardina
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>9</b>	Quinta da Lajinha
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>10</b>	Galhisteiro 1 e 2
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>11</b>	Lage do Tostão
<b>UF de Belmonte e Colmeal da Torre</b>	<b>12</b>	Qta da Chandeirinha
<b>Caria</b>	<b>13</b>	Caria

<b>Caria</b>	<b>14</b>	Caria Gare/ Catria Caria/Bo Sto António
<b>Caria</b>	<b>15</b>	Pinho Manso
<b>Caria</b>	<b>16</b>	Malpique
<b>Caria</b>	<b>17</b>	Monte do Bispo
<b>Caria</b>	<b>18</b>	Santo Antão (Entregadouro)
<b>Caria</b>	<b>19</b>	Bairro de São Vicente
<b>Maçainhas</b>	<b>20</b>	Maçainhas
<b>Maçainhas</b>	<b>21</b>	Horta do Pimenta
<b>Maçainhas</b>	<b>22</b>	Apeadeiro 1,2 e 3
<b>Maçainhas</b>	<b>23</b>	Quinta Cimeira
<b>Maçainhas</b>	<b>24</b>	Quinta do Monte
<b>Maçainhas</b>	<b>25</b>	Quinta do Meio
<b>Inguias</b>	<b>26</b>	Inguias
<b>Inguias</b>	<b>27</b>	Carvalhal Formoso
<b>Inguias</b>	<b>28</b>	Tapada da Estrada/ Qta do cabeça do Milho
<b>Inguias</b>	<b>29</b>	Olas
<b>Inguias</b>	<b>30</b>	Trigais
<b>Total</b>		

#### **14.4.1. UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BELMONTE E COLMEAL DA TORRE**

Na união das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, o PDM vigente define perímetros urbanos para os seguintes aglomerados/lugares: Belmonte (Vila e inclui o Bairro do Carrola e o Ginjal), Zona a sul do perímetro urbano de Belmonte - Capela de Santo Antão, Belmonte Gare, Gaia, Quinta do Rio, Quinta das Pereiras, Quinta Branca e Colmeal da Torre (que inclui Catraia da Torre), Quinta da Jardina e Quinta das Laginhas.

##### **14.4.1.1. BELMONTE E GINJAL**

Belmonte, sede de concelho, localiza-se na linha de cumeada do Monte/Serra da Esperança. Usufrui de uma posição estratégica de vigilância e de vistas panorâmicas para o vale do Zêzere e para o Vale da Ribeira das Inguias. Com um passado histórico muito rico e um desenvolvimento urbano secular em que a ocupação urbana é um marco da história, importa compreender qual a sua situação atual e a sua evolução face ao PDM96.

Figura 75| Limite do perímetro urbano de Belmonte definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A estrutura urbana de Belmonte relaciona-se claramente com o terreno em que se implantou, sendo o ponto mais alto a zona do castelo. O núcleo central, a sudoeste do Castelo, coincidente com o núcleo histórico, caracteriza-se por uma estrutura orgânica, em que os eixos principais têm o mesmo alinhamento da cumeada (Sudoeste-Nordeste), sendo longas e estreitas. Neste núcleo identifica-se ainda uma zona distinta à frente da entrada do castelo muito mais regular que as restantes e com orientação predominante de Noroeste-Sudeste. Os quarteirões formados nesta zona são bastante estreitos, sendo totalmente preenchidos com construções. No restante núcleo, os quarteirões são atravessados por pequenas ruas/becos ou travessas, proporcionando, por vezes, a abertura de pátios ou logradouros interiores.

Começando a descer a encosta (em todos os sentidos, com exceção do sentido Este) e tendo como principal charneira o CM1051/Rua Pedro Álvares Cabral, a estrutura torna-se muito mais regular, algumas mesmo ortogonais, sobretudo nas zonas de menor cota. São estes os novos bairros, construídos de raiz, planeados e intencionais como o Bairro do Pinhal do Carrola e o Bairro Santo Antão que constituem a expansão da zona mais central da Vila de Belmonte. Na periferia do aglomerado existe já uma estrutura semirrural, cujos edifícios se distribuem de forma mais dispersa, relacionados com caminhos ou estradas secundárias.

Figura 76| Estrutura urbana do núcleo central da Vila de Belmonte - cheios e vazios.



As tipologias edificatórias são bastante distintas quer se trate da zona do núcleo central quer se trate das zonas de expansão ou ainda das zonas mais periféricas do aglomerado. Ou seja, o núcleo central caracteriza-se pelas tipologias tradicionais da zona (edifícios de um a dois pisos, unifamiliares com pequeno logradouro a tardoz), as zonas de expansão por edifícios de 3 a 4 pisos, multifamiliares e as zonas periféricas, semirrurais, com moradias unifamiliares com grandes logradouros que chegam a constituir hortas/pomares/terrenos de agricultura.

Figura 77| Exemplos de edificado de Belmonte



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Em termos de usos e funções verifica-se que no núcleo central existe grande variedade de atividades. Há que recordar sempre que esta é a sede de concelho. Ao longo do eixo que constitui o CM1051/Rua Pedro Álvares Cabral distribuem-se mais intensamente as atividades comerciais e de serviços.

O restante aglomerado, mais monofuncional, predomina o uso habitacional. Na zona Nordeste, próxima do Bairro do Pinhal do Carrola, predominam as pequenas indústrias ou armazéns ligados à construção.

O PDM vigente define um perímetro urbano de grande dimensão para a Vila de Belmonte, com cerca de 320 ha. Nele engloba uma zona de espaço urbanizável que expande o aglomerado em todos os sentidos, com uma profundidade de cerca de 300 m. No extremo mais a norte delimita ainda um espaço industrial.

Tabela 20| Perímetro Urbano de Belmonte

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	104,1
Espaço Urbanizável	176,1
Área de Equipamentos	22,1
Área Industrial	19,6
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>321,9</b>

\*Inclui o lugar denominado Ginjal

Belmonte, como sede de concelho que é, apresenta-se como o grande centro cívico do concelho, atraindo cada vez mais a população das outras freguesias. Por esta razão verificou-se na última década um grande desenvolvimento. A melhoria de acessibilidades consequente da construção da A23 também teve influência. Para além disso, existem em torno de Belmonte diversas indústrias, geradoras de emprego, atraindo a população. Por todos estes fatores, é compreensível a atração que este aglomerado exerce sobre a população local. Os Censos de 2011 demonstram que os alojamentos familiares têm vindo a aumentar, no entanto a população residente tem vindo a diminuir, assim como o número de famílias clássicas. Não poderá ser alheio a este fenómeno a crise das indústrias têxteis existentes no concelho.

Com o levantamento de campo e os restantes dados cartográficos, pode-se afirmar que a maior parte do perímetro permanece por preencher. O espaço urbano tem vindo a consolidar-se e o espaço urbanizável que tem sido preenchido prende-se apenas com duas áreas específicas: a norte do aglomerado e a sul (a caminho do antigo Convento de Belmonte). A zona industrial, por sua vez tem vindo a desenvolver-se, conforme as expectativas do PDM96. Por tudo isto conclui-se que as expectativas para a Vila de Belmonte não correspondem ao perímetro urbano delimitado em 1996, pelo que este deverá ser reformulado no sentido de:

- Reduzir/Reestruturar o seu espaço urbanizável;
- Não promover o crescimento para Nascente uma vez que a tendência da estrutura urbana do aglomerado não é essa, pois quer o relevo quer as exposições solares não são favoráveis à ocupação humana;
- Deverá ser promovida a consolidação da zona norte adjacente à EM345, uma vez que esta tem vindo a desenvolver-se, com grande variedade de atividades económicas, tendo, portanto, um grande potencial de se tornar uma zona dinâmica, caso as infraestruturas e equipamentos o permitam;
- Promover a consolidação da zona urbanizável adjacente ao caminho de acesso ao antigo Convento de Belmonte, com equipamentos coletivos e infraestruturas adequadas.

Refira-se ainda que o PDM vigente previa a execução das seguintes unidades operativas de planeamento e gestão dentro do perímetro urbano de Belmonte, designadamente o Plano de Urbanização de Belmonte e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Belmonte, no entanto até à data de hoje nenhum se encontra elaborado.

O Ginjal localiza-se a norte da Vila de Belmonte e a sul de Catraia da Torre, muito próximo do limite Oeste do Concelho e do entroncamento da EN18 com a EM345. Optou-se por analisar este lugar de forma independente do restante perímetro de Belmonte, uma vez que atualmente ele existe de forma mais ou menos independente da Vila de Belmonte, não existindo continuidade física entre ele e Belmonte.

Este lugar estrutura-se de forma dependente dos eixos viários, acompanhando-os. Os espaços públicos são inexistentes, e os quarteirões caracterizam-se por conjuntos de moradias com pequenos logradouros. Os usos e funções predominantes são a habitação e o comércio/equipamento (com duas bombas de gasolina, por exemplo). De facto, o Ginjal aparenta ser totalmente dependente da Vila de Belmonte, que lhe é muito próxima.

A noção de rua é praticamente inexistente neste lugar, uma vez que as estradas que o servem têm tráfego muito intenso, não permitindo usufruir de um espaço de ligação característico de vida de bairro.

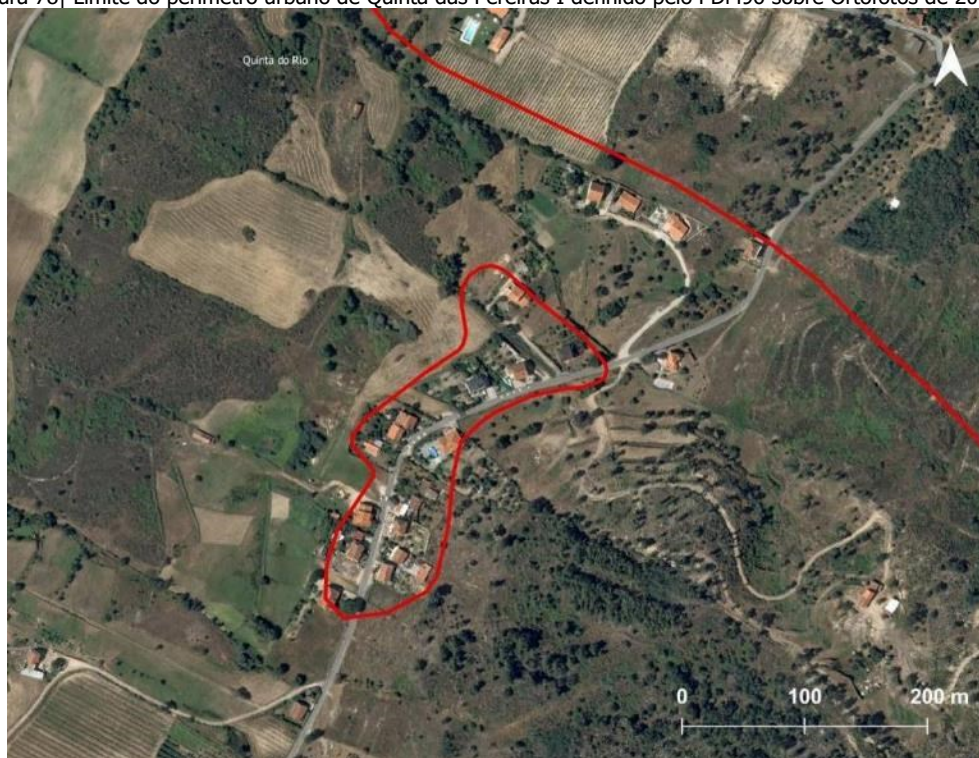
O PDM vigente inclui este aglomerado no perímetro urbano de Belmonte, definindo o espaço como urbano com cerca de 3,3 ha. Não se verifica necessidade de o alterar uma vez que a sua evolução

tem sido escassa. No entanto deveria ser promovida a existência de mais espaços públicos e de convívio, assim como equipamentos coletivos.

#### 14.4.1.2. QUINTA DAS PEREIRAS I E II

Este bairro localiza-se a sul de Belmonte, na continuação da sede de concelho, adjacente ao CM1051 e à Capela de Sto. Antão. A sua estrutura urbana é bastante desagregada, caracterizando-se por um eixo principal (CM1051) ao longo do qual se distribuem diversos edifícios.

Figura 78| Limite do perímetro urbano de Quinta das Pereiras I definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



As tipologias de edifícios caracterizam-se por moradias unifamiliares de um a dois pisos. Esta é uma zona recente, cujos usos e funções se relacionam com a habitação e a agricultura. O PDM vigente define um perímetro urbano com a única classificação de espaço urbanizável, com a área de 2,5 ha. Há que repensar este tipo de crescimento, enquadrado numa nova estratégia concelhia, definido se deverá ou não ser considerado núcleo rural.

Quinta das Pereiras II localiza-se no sopé da Serra da Esperança, na encosta voltada a Oeste. A sua implantação é próxima da Vila de Belmonte, para sudoeste desta e para Noroeste de Malpique. Este lugar, marginal ao CM1051, caracteriza-se por uma ausência de estrutura urbana, em que os edifícios, dispersos, correspondem a habitações unifamiliares por vezes associadas à atividade agrícola, sendo, assim, um aglomerado disperso de baixa densidade.

Figura 79| Limite do perímetro urbano da Quinta das Pereiras II definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



Acrescente-se que a área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira se sobrepõe numa pequena área ao perímetro urbano deste aglomerado. O perímetro urbano definido tem cerca de 4,9 ha, com classificação única de espaço urbanizável. No entanto, tendo em consideração os conceitos atuais utilizados nesta matéria, e atendendo à sua vocação agrícola, este lugar deverá ser classificado como núcleo rural. Deste modo poderá ser regulamentado ao nível da sua edificação sem que, no entanto, tenha que ter o caráter ou as infraestruturas necessárias a um aglomerado urbano, mantendo desta forma maior ligação ao contexto rural em que se insere.

#### **14.4.1.3. BELMONTE GARE**

Belmonte Gare localiza-se, tal como a toponímia indica, na zona adjacente à estação de comboios da linha da Beira Baixa (no desenho, simbolizado a tracejado) Belmonte-Manteigas.



Figura 80| Limite do perímetro urbano de Belmonte Gare definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



O desenvolvimento deste aglomerado está relacionado com a estação de comboios implantada no início do século XX. Este aglomerado desenvolve-se através de dois eixos principais, perpendiculares entre si que formam grandes quarteirões de malha ortogonal. Estes quarteirões têm vindo a densificar-se através de novas construções. O aglomerado tem como limite Nordeste a EM563, a Noroeste a A23 e a Sudeste a linha férrea. Tem vindo a expandir-se no sentido sudoeste, ao longo das vias de acesso. O espaço público mais significativo é o Largo da Estação de comboio e um novo espaço verde e de lazer que foi recentemente construído no interior do quarteirão adjacente à EM563.

Pela caracterização socioeconómica verificou-se na última década um significativo aumento de residentes e alojamentos, tendo aumentado quase 50% da população que ali residia em 1991. Belmonte Gare tem vindo a ser bastante pretendido para novas construções, estando previstos 4 novos loteamentos para este aglomerado.

Figura 81| Exemplo das antigas construções (A) e novas construções (B)



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Um deles, o único que será empresarial/industrial encontra-se já em execução, tendo as suas infraestruturas construídas. Este loteamento representa uma alteração muito importante no ordenamento do território municipal, uma vez que se destina a concentrar aí todas as indústrias dispersas pelo concelho.

Assim, é natural que a sua execução venha a atrair ainda mais população seja pendular seja residente. Refira-se que, pela procura sentida segundo a CMB, a área da zona industrial deveria ser ampliada, devendo prever-se nesta revisão uma área de expansão.

Tabela 21| Perímetro Urbano de Belmonte Gare

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	6
Espaço Urbanizável	14,7
Área Industrial	7,7
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>28,4</b>

Assim sendo e perante o perímetro urbano delimitado pelo PDM vigente, verifica-se atualmente que o espaço urbano localizado na zona Noroeste do aglomerado ainda se encontra por preencher. O restante perímetro urbano vigente embora atualmente esteja disponível, encontra-se já comprometido com loteamentos previstos, na sua maioria residenciais. Diga-se ainda, que os loteamentos previstos virão a alterar esta realidade significativamente, densificando o aglomerado, uma vez que preenchem vazios internos e zonas periféricas de Belmonte Gare. Caso estes compromissos se venham a concretizar o perímetro ficará muito próximo do seu preenchimento. Neste sentido deverá ser equacionada a sua redefinição, devendo, no entanto, ter-se em atenção uma maior diversidade de usos, sobretudo no que se refere a equipamentos coletivos.

#### 14.4.1.4. GAIA

Gaia é o aglomerado urbano que se localiza mais a Noroeste do concelho, a norte de Colmeal da Torre e a Noroeste de Maçainhas. Muito próximo da delimitação de concelho e também da Ribeira de Gaia, este aglomerado é adjacente à Estrada Nacional (EN) 18.

Figura 82| Limite do perímetro urbano de Gaia definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



A estrutura urbana deste aglomerado desenvolve-se através de dois eixos principais, sendo um deles de sentido Sudeste-Noroeste e o outro perpendicular. A EN18 corta esta estrutura principal, sendo “rematada/cozida” através de um espaço público estruturado. Os quarteirões são densos e totalmente construídos. Como espaços públicos apenas há a assinalar o ponto de intersecção entre a EN18 e o eixo principal de direção Sudeste-Noroeste. Os usos e funções predominantes relacionam-se com a habitação.

Todo o aglomerado é envolvido por terrenos agrícolas. As zonas mais recentes do aglomerado localizam-se uma entre a Igreja e o Cemitério ao longo da principal, com moradias unifamiliares de dois pisos com pequenos pomares/vinhas/hortas. A outra, no extremo Nordeste do aglomerado, ao longo de um caminho perpendicular à EN18, ao longo do qual se distribuem moradias unifamiliares com pequenos logradouros.

O PDM vigente definiu um perímetro urbano com duas partes, uma que engloba o aglomerado mais central e outra que abrange a zona mais recente a Noroeste deste.

Tabela 22| Perímetro Urbano de Gaia  
Planta de Ordenamento\* PDM 96 - Área(ha)

Espaço Urbano	7,8
Espaço Urbanizável	5,7
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>13,5</b>

Com o levantamento da situação atual, verifica-se que o espaço urbano na zona mais a Nordeste ainda se encontra por preencher, sem que tenha existido grande evolução nos últimos anos.

Figura 83| Gaia



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Por outro lado, nos espaços urbanizáveis definidos verificaram-se dois tipos de situações diferentes: no do extremo sudoeste o espaço tem vindo a ser ocupado com as referidas moradias com pomares/hortas/vinhas, enquanto no do extremo Nordeste o crescimento tem-se verificado ao longo do caminho perpendicular à EN18 e não na área definida.

Deverá ainda ser considerado que a implementação de um grande campo de golfe e respetiva exploração numa área próxima deste aglomerado poderá vir a provocar uma alteração significativa no seu desenvolvimento, podendo começar a existir maior necessidade de alojamentos para segunda habitação. Este fator deverá também ser equacionado nesta revisão.

Neste sentido deverá ser privilegiada a consolidação do núcleo central, com propostas de requalificação do edificado tradicional. A área urbanizável definida para Nordeste deverá ser revista, no sentido de realoizá-la e, caso necessário, de a reduzir.

#### 14.4.1.5. QUINTA DO RIO

Este lugar localiza-se a sudoeste do Ginjal e a Noroeste da Vila de Belmonte, no sopé da encosta da serra ali existente. A sua localização beneficia ainda da proximidade da Ribeira de Gaia e do Rio Zêzere, para além da Estrada Nacional 18.

Figura 84| Limite do perímetro urbano da Quinta do Rio definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A sua estrutura urbana desenvolve-se a partir das vias de acesso existentes, não tendo grande expressão ao nível da sua ocupação e apresentando-se um pouco desagregada de uma organização específica. Os usos e funções relacionam-se com a habitação e a agricultura.

O PDM vigente define um perímetro urbano para este lugar, com a classificação de espaço urbano com cerca de 2 ha, no entanto, o lugar não teve qualquer desenvolvimento significativo. Neste sentido e tendo em conta a sua vocação relacionada com a agricultura, este deverá ser reclassificado em sede desta revisão como lugar rural.

#### 14.4.1.6. QUINTA BRANCA

Quinta Branca localiza-se a sul de Belmonte Gare e a Noroeste de Carvalhal Formoso, numa zona de quintas. A sua localização usufrui da proximidade de diversas linhas de água.

Figura 85| Limite do perímetro urbano da Quinta Branca definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



O PDM vigente definiu um perímetro para este lugar, com espaço urbano de cerca de 1,2 ha. No entanto considera-se que, uma vez que este lugar se integra no contexto rural pelas atividades da qual depende a sua população, pela escassez de edifícios e estruturas, este lugar deverá ser reclassificado em sede desta revisão.

#### 14.4.1.7. LAJE DO TOSTÃO

Laje do Tostão localiza-se a norte de Belmonte Gare, próximo do cabeço de Santiago, numa zona de quintas, na freguesia de Belmonte. A sua estrutura é bastante linear, desenvolvendo-se ao longo de um eixo viário único, perpendicular ao CM345-1, onde predominam as moradias habitacionais unifamiliares de um a dois pisos. A grande maioria das construções é bastante recente.

Refira-se ainda que a construção da A23 veio trazer algumas alterações nas relações com o aglomerado de Belmonte Gare (muito próximo), e com todo o concelho em geral.

Figura 86| Aglomerado da Lage do Tostão sobre Ortofotos de 2018.



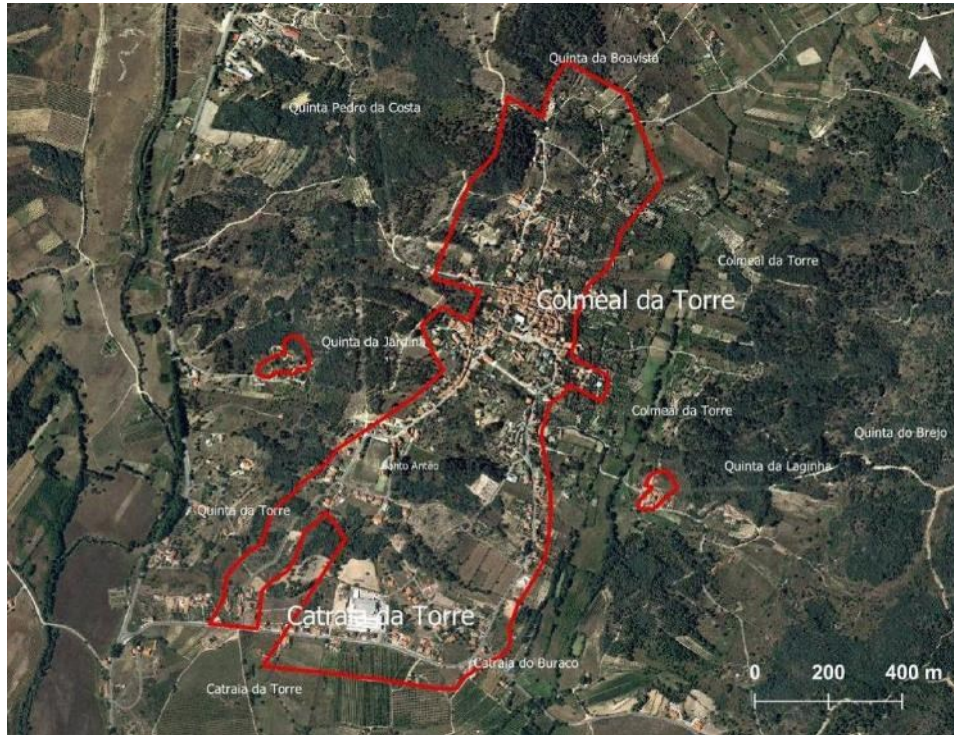
Na perspetiva das definições atuais de ordenamento do território, este aglomerado integra-se naquilo que é considerado núcleo rural, podendo desta forma ter regras próprias para as construções existentes e para as suas infraestruturas de modo a garantir o equilíbrio do seu desenvolvimento. Importa referir que todo este conjunto de edificações se encontra inserido em Reserva Ecológica Nacional (REN), na classe de cabeceiras de linhas de água e parcialmente em Reserva Agrícola Nacional (RAN).

#### **14.4.1.8. COLMEAL DA TORRE + CATRAIA DA TORRE**

Colmeal da Torre localiza-se próximo do limite Oeste do Concelho de Belmonte, a norte da Vila de Belmonte e a sul de Gaia. Com a construção da A23, as suas acessibilidades tiveram uma importante melhoria. Este lugar implantou-se na encosta de uma elevação com bastante significado, próxima de diversas linhas de água.

A sua estrutura urbana desenvolve-se com um núcleo central regular, com ruas quase retilíneas que organizam os quarteirões totalmente construídos. Os 4 eixos principais, perpendiculares entre si, organizam a expansão desse núcleo central, em todos os seus sentidos, mas destacando-se o sentido de Santo Antão e o do CM1048. Ao longo destes dois eixos (em cotas bastante diferentes, sendo o primeiro mais elevado do que o segundo), expandiu-se o aglomerado com edificado disposto ao longo dessas ruas. O crescimento urbano acabou por unir Colmeal da Torre a Catraia da Torre.

Figura 87| Limite do perímetro urbano de Colmeal da Torre e Catraia da Torre definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



De referir que Catraia da Torre tem importante património, sendo aqui que se localiza a mais emblemática peça do concelho – Torre Romana Centum Cellas. Para além disso tem uma importante indústria, geradora de muitos postos de trabalho.

Figura 88| *Centum Cellas*, em Catraia da Torre



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

No núcleo central, as edificações de construção tradicional, residenciais têm 1 ou 3 pisos. O eixo do núcleo central - Santo Antão revela-se como eixo multifuncional - comércio, restauração e serviços - predominantemente, existindo ainda alguns serviços e equipamentos.



Figura 89| Colmeal da Torre



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Em geral existem alguns espaços públicos sem tratamento específico, constituindo quase sempre pequenos largos intersticiais. Destaca-se o Largo dos Lameirinhos com caráter de espaço público e tratamento específico. A restante parte do aglomerado tem edificações mais recentes do tipo de moradias unifamiliares com quintal e garagem, destinadas à habitação e os espaços públicos são inexistentes. A proximidade a Belmonte é muito significativa, o que pode responder à inexistência de mais equipamentos ou usos diversos neste aglomerado.

O PDM vigente definiu um perímetro urbano bastante considerável, prevendo a consolidação da zona central e da estrutura ao longo das vias (em forma de “Y” invertido). Para além deste previa duas áreas urbanizáveis, uma que permitia a expansão do núcleo central, mais central e outra que permitia a ocupação do espaço intersticial das novas zonas de crescimento linear, tentando contrariar essa tendência. Para além destes espaços, incluía uma área industrial localizada de forma a aproveitar as acessibilidades locais e as preexistências.

Tabela 23| Perímetro Urbano de Colmeal da Torre e Catraia da Torre

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	47,4
Espaço urbanizável	32,6
Área Industrial	3,6
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>83,6</b>

A partir do levantamento de campo constata-se que o crescimento previsto no PDM vigente não se concretizou totalmente, isto é, que o crescimento de Colmeal da Torre e de Catraia da Torre de facto ocorreu, mas de forma muito menor do que a prevista, deixando as bolsas urbanizáveis ainda por preencher. O perímetro do PDM vigente encontra-se grande parte desocupado, apresentando assim uma densidade baixa. Esta justifica-se provavelmente pelas tipologias existentes, que apesar de concentradas são predominantemente unifamiliares.

Pelo exposto, deverá ser revista a delimitação do perímetro, no sentido de este aferir com as construções existentes, sobretudo na zona de Catraia da Torre. Deverá também ser verificada a existência ou não de pretensões para a bolsa urbanizável localizada mais a sul, uma vez que esta poderá ter uma parte com topografia mais difícil, que poderá ter que ser reequacionada.

Refira-se ainda que o PDM vigente previa uma unidade operativa de planeamento e gestão – neste caso, um plano de urbanização - para Colmeal da Torre. Até hoje não foi concretizado, mantendo-se, no entanto, a sua necessidade.

#### 14.4.1.9. QUINTA DA JARDINA

Quinta da Jardina é um lugar que se localiza bastante próximo de Colmeal da Torre, para Oeste deste. Beneficia da proximidade da EN18 e da Ribeira da Gaia, e desenvolve-se numa encosta voltada a Oeste-Este. A sua estrutura urbana caracteriza-se por um conjunto de edificações distribuídas ao longo de um eixo viário perpendicular à EN18 que culmina num pequeno largo (ou beco) em redor do qual se distribuem as restantes edificações. Os edifícios habitacionais e unifamiliares são recentes e têm dois a três pisos.

Figura 90| Limite do perímetro urbano da Quinta da Jardina definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



Pelo PDM vigente, este lugar tem um perímetro urbano com cerca de 0,8 ha e a única classe de espaço é de espaço urbano. Sendo este lugar recente, considera-se necessário melhorar a qualidade de vida da população que ali habita, sem, contudo, promover mais o seu crescimento. Uma vez que se encontra na proximidade de outros lugares com infraestruturas e qualidade melhores, os seus

usos e funções não acrescentam nada em relação aos outros lugares vizinhos e ainda a sua qualidade não o justificam por si só. Ou seja, o seu perímetro urbano deverá ser ajustado às construções existentes atualmente, prevendo-se ainda algum espaço destinado a equipamentos e espaços públicos que são totalmente inexistentes.

#### 14.4.1.10. QUINTA DA LAJINHA

Este lugar localiza-se muito próximo de Colmeal da Torre, à semelhança do anterior, mas para Este da sede de freguesia. Próximo de uma linha de água, e usufruindo desse benefício, insere-se num contexto agrícola-florestal. A sua estrutura urbana define-se por um conjunto de edifícios organizados através de pequenas travessas, limitado a Oeste e a sul por um caminho municipal. As edificações têm, na sua generalidade, um piso e são habitacionais ou de apoio à agricultura.

Figura 91| Limite do perímetro urbano da Quinta da Jardina definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



O PDM vigente delimitava um perímetro urbano para este lugar, contendo apenas a classe de espaço urbano com cerca de 0,6 ha. A sua mancha apresenta-se apenas metade ocupada por edificado, estando a restante desocupada.

Pela dimensão que este lugar tem hoje e pelas expectativas verifica-se que não existe necessidade de delimitar perímetro, devendo ser revista a classificação como espaço urbano. Neste sentido este lugar deverá passar a núcleo rural.

## 14.4.2. FREGUESIA DE CARIA

A freguesia de Caria é composta pelos seguintes aglomerados com perímetro urbano: Caria (que inclui Estrelado, Pinho Manso e Bairro de Santo António), Caria Gare (que inclui Catraia de Caria), Vale das Casinhas, Malpique, Monte do Bispo e Santo Antão. Para além disso, foi estudado o Bairro de São Vicente, uma vez que poderá ter significado para a rede urbana. Esta freguesia é a que se encontra mais a sul do concelho e também com a maior área.

### 14.4.2.1. CARIA (ESTRELADO + PINHO MANSO + BAIRRO DE SANTO ANTÓNIO)

Caria localiza-se no cruzamento de duas estradas - EM345 e ER18-3-, a sul de Malpique e a Noroeste de Monte do Bispo. A norte e a sul é limitada por linhas de água – respetivamente Ribeira de Inguias e Ribeira de Caria, e implanta-se numa pequena elevação.

Figura 92 | Limite do perímetro urbano de Caria definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A sua estrutura urbana reflete essa ocupação do terreno, existindo um núcleo mais denso e concêntrico na zona mais elevada. Nesse núcleo os quarteirões têm grandes dimensões e são ocupados no seu interior por logradouros que nalgumas situações são utilizados para hortas/apoios aos animais. Na zona mais elevada, o núcleo culmina num largo rodeado por importantes/significativos edifícios (Igreja, Capela, cemitério, palácio/convento...).

Na parte inferior é limitado pela ER18-3, e a Oeste é limitado pela EM345. A partir destes eixos viários, a estrutura urbana passa a ser mais linear, acompanhando o desenvolvimento dos principais eixos viários. A estrutura é aí mais regular, com quarteirões menos formais.

As edificações do núcleo central correspondem de um modo geral a Habitações unifamiliares de um a dois pisos. Pontualmente encontram-se construções mais eruditas, tipo solares, que se relacionam com a evolução histórica local. A parte mais periférica caracteriza-se por edificações unifamiliares com logradouros e/ou jardins (tipo moradias), de dois a três pisos.

Figura 93| Exemplos da tipologia do edificado em Caria



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Em termos de usos e funções, o núcleo central é predominantemente habitacional tendo, no entanto, diversos equipamentos. No limite da zona de transição predomina o comércio e a restauração. Nas zonas mais periféricas o uso predominante é o habitacional. Diga-se ainda, que aparentemente existe um número importante de edifícios devolutos no núcleo central. Pelo PDM vigente tem-se:

Tabela 24| Perímetro Urbano de Caria

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	62,7
Espaço urbanizável	48
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>110,9</b>

Diga-se que o perímetro urbano vigente de Caria engloba também os lugares de Estrelado, Pinho Manso e o Bairro de Santo António. A análise da carta de ordenamento do PDM vigente permite verificar que a delimitação da área classificada como espaço urbano tem ainda uma grande parte por preencher. Para além disso, verifica-se que se propunha para Caria uma área urbanizável bastante extensa, que se encontra ainda livre.

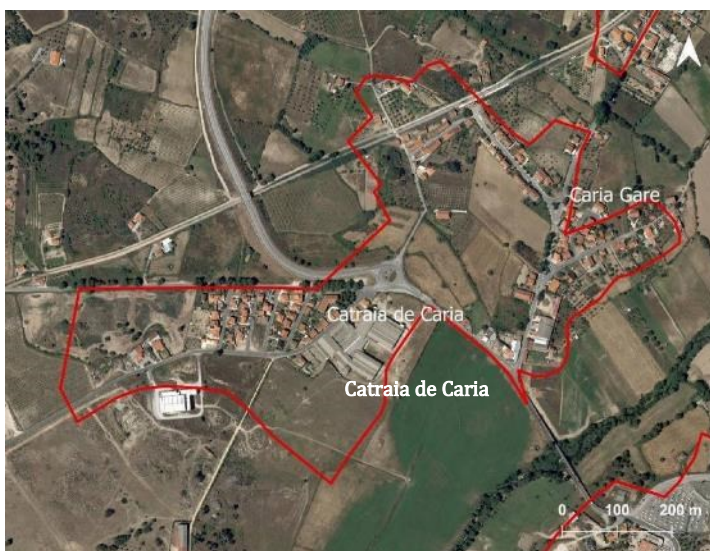
A densidade habitacional de Caria, tendo em conta o perímetro vigente, em que grande parte deste perímetro se encontra desocupado, não é muito densa, no entanto na área que está realmente ocupada, tipo de ocupação é concentrada e densa que o caracteriza.

Sabe-se que estão previstos 3 loteamentos para o aglomerado, que poderão começar a preencher gradualmente o perímetro definido. Sem prejuízo deste fator, deverá ser repensada a dimensão do perímetro de modo a manter o equilíbrio do aglomerado e a estimular a densificação/reocupação do núcleo antigo. Refira-se ainda que o PDM vigente previa para Caria duas UOPG's: o Plano de Urbanização e o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico. Nenhum destes foi concretizado, mantendo-se a sua necessidade. Para além destes, e ainda anterior a estas propostas, existia o Plano Geral de Urbanização de Caria que nunca chegou a ser publicado, fornecendo, no entanto, algum apoio às decisões municipais.

#### 14.4.2.2. CARIA GARE E CATRAIA DE CARIA

Caria Gare e Catraia de Caria são dois aglomerados adjacentes que se localizam a Noroeste de Caria e a sul de Malpique. Ambos estão implantados numa zona mais ou menos plana, com diversas linhas de água que advêm da Ribeira de Inguias e a sul da linha-férrea da Beira Baixa. Com a construção da A23 e dos seus acessos, a relação entre os dois aglomerados alterou-se um pouco, uma vez que passou a existir uma via com alguma afluência entre eles.

Figura 94| Limite do perímetro urbano de Caria definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



Catraia de Caria é o aglomerado que se localiza mais a Oeste, e é adjacente à ER18-3. A sua estrutura urbana organiza-se de forma bastante regular, com quarteirões retangulares, que se distribuem entre a ER18-3 (limite norte) e o CM1204 (que se localiza num ponto mais elevado).

Este núcleo é predominantemente habitacional com alguns apontamentos de comércio/restauração, enquanto para sul do CM1204 se localizam as indústrias e os armazéns. As tipologias habitacionais caracterizam-se por ser predominantemente moradias unifamiliares com 1 a dois pisos.

Caria Gare, por sua vez, tem outras características. A sua estrutura urbana relaciona-se com dois eixos principais perpendiculares entre si, que se encontram no local da estação de comboios que confere o nome ao aglomerado. Ao longo desses eixos distribui-se aquilo que pode ser considerado o núcleo de Caria Gare, em torno do qual existem terrenos agrícolas/hortas e pomares.

O restante aglomerado distribui-se ao longo da EM345, numa estrutura menos consolidada, sem espaços públicos significativos e com quarteirões formados por conjuntos de edifícios com logradouros. Diga-se ainda, que para além da linha-férrea (para norte desta) existe um pequeno conjunto de edifícios ligados à habitação e apoio agrícola que ainda pertencem a Caria Gare.

No referido núcleo os edifícios utilizam tipologias e materiais tradicionais, com volumetrias entre um a dois pisos. As restantes edificações caracterizam-se por tipologias de moradias unifamiliares, de 1 a dois pisos. Os usos e funções variam consoante se trate do núcleo, o qual tem habitação e comércio e restauração, e os restantes que se destinam predominantemente a habitação ou indústria.

Figura 95| Exemplo do tipo de construção de Catraia de Caria e Caria Gare



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Acrescente-se que a área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira se sobrepõe numa pequena área ao perímetro urbano deste aglomerado.

O PDM vigente define um perímetro urbano que engloba Catraia de Caria e Caria Gare, propondo para tal um espaço urbanizável no interstício destes dois aglomerados (espaço este que permanece desocupado).

Tabela 25| Perímetro Urbano de Caria Gare

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	16,9
Espaço urbanizável	10,3
Área Industrial	5,8
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>33</b>

As novas acessibilidades promoveram o desenvolvimento dos aglomerados ao mesmo tempo que quebraram as relações diretas entre elas com os novos eixos viários. Neste sentido deverá ser revisto o perímetro definido em 1996. A bolsa de espaço urbanizável que viria a unir os dois aglomerados não fará sentido, uma vez que existe uma via com alguma afluência que corta definitivamente essa possível relação.

Por outro lado, a outra bolsa de espaço urbanizável proposta para Sudeste de Caria Gare tem vindo a ser ocupada, devendo repensar-se este espaço com o objetivo de lhe conferir maior qualidade de espaço urbano, com espaços públicos e de convívio e equipamentos coletivos.

Em relação à área industrial definida no PDM vigente, esta encontra-se parcialmente ocupada. No entanto existem diversas pequenas indústrias e armazéns localizados ao longo da EM345, o que poderá ser considerado nesta revisão, com o objetivo de prever a sua reorganização e distinção das zonas habitacionais.

#### **14.4.2.3. VALE DAS CASINHAS**

Vale das Casinhas localiza-se a Nordeste de Caria Gare e a sudoeste de Malpique, adjacente à EM345 e à linha férrea da Beira Baixa. A sua estrutura urbana organiza-se ao longo do eixo viário principal (EM345), de forma mais ou menos contínua, sem espaços públicos significativos.



Figura 96| Limite do perímetro urbano de Caria definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. ·



A tipologia predominante é a de moradia unifamiliar com logradouro em torno do edifício. Os usos e funções predominantes variam entre a habitação e o comércio, podendo surgir pontualmente algumas oficinas/pequenas indústrias relacionadas com materiais de construção. Pelas suas características, este lugar parece ser dependente dos aglomerados mais próximos como Caria ou Belmonte.

O PDM vigente define um perímetro urbano para este lugar, com uma área aproximada de 2,7 ha de espaço urbano. Esta área tem tido algum crescimento nos últimos anos, embora seja de desaconselhar este tipo de crescimento ao longo das vias. Neste sentido, deverá ser revista a sua classificação como aglomerado urbano, no sentido de compreender a sua verdadeira expressão em termos de população e atividades atuais, uma vez que não se pretende, pelos conceitos de planeamento urbano aplicados na nossa década, a sua expansão ou a promoção de “cidades” lineares.

#### **14.4.2.4. MALPIQUE**

Malpique localiza-se entre a recente autoestrada A23 e a linha férrea, a sul da Vila de Belmonte e a norte de Caria. Este aglomerado desenvolve-se através de dois eixos perpendiculares entre si (o eixo de sentido Sudeste-Noroeste coincide com o Caminho Municipal 1051), que se encontram num espaço público amplo. Em redor deste largo existe o núcleo mais antigo de Malpique, que se caracteriza por

pequenos quarteirões com edifícios à face das ruas e logradouros utilizados para cultivo. Para Nordeste, a estrutura torna-se linear, a acompanhar a via.

Figura 97| Limite do perímetro urbano de Malpique definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



Nas zonas mais periféricas a densidade diminui e desagrega-se, constituindo pequenas quintas. A volumetria no núcleo mais antigo varia entre um a dois pisos, enquanto na restante área os dois pisos são predominantes.

Os usos e funções do núcleo são habitacionais e de equipamentos coletivos, enquanto nas zonas mais periféricas as edificações para além da habitação relacionam-se também com o uso agrícola.

Na zona mais a Nordeste do aglomerado, adjacente ao CM1051, próximo do cemitério, onde anteriormente terminava Malpique, iniciou-se a ocupação do espaço com o Loteamento da Portelinha, tendo já sido efetuadas as infraestruturas gerais.

Figura 98| Volumetria de Malpique



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Acrescente-se que a área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira se sobrepõe numa pequena área ao perímetro urbano deste aglomerado.

A proposta do PDM vigente consistia em completar os vazios intersticiais deste aglomerado, de forma a contrariar o seu crescimento linear. Esta preocupação reflete-se de forma evidente na Carta de Ordenamento, pela delimitação do seu perímetro. No entanto, até hoje, não teve resultado, uma vez que essas bolsas permanecem praticamente vazias. Apenas o espaço urbano tem vindo a ser consolidado, não se tendo iniciado ainda a ocupação do espaço urbanizável. Neste sentido, o perímetro urbano de Malpique deverá ser revisto.

Tabela 26| Perímetro Urbano de Malpique

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	25,2
Espaço urbanizável	15
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>39,9</b>

#### 14.4.2.5. MONTE DO BISPO

Monte do Bispo localiza-se a Sudeste de Caria, e a sul de Carvalhal Formoso e da Estrada Municipal 570. Este aglomerado urbano situa-se no extremo sul do concelho.

Figura 99| Limite do perímetro urbano de Monte do Bispo definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A sua estrutura urbana relaciona-se com a topografia do local, sendo que o seu núcleo central se localiza na cota mais baixa. Este desenvolve-se de forma radial, tendo como centro o Largo da Igreja Matriz. A norte do centro a estrutura afirma-se através de dois eixos principais confluentes num novo largo. Nesta zona os quarteirões têm no seu interior hortas, enquanto na zona central os quarteirões são extremamente densos. Como limites de desenvolvimento existe a norte a Estrada Municipal e a sul uma linha de água.

Figura 100| Edificado Monte do Bispo



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Monte do Bispo tem uma ocupação multifuncional, desde a habitação e o pequeno comércio até à restauração, sendo, no entanto, a habitação o uso predominante.

Tabela 27| Perímetro Urbano de Monte do Bispo

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	13,4
Espaço urbanizável	20
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>32,9</b>

O PDM vigente definiu uma bolsa de espaço urbanizável com uma “franja” para poente. Este tem uma área excessiva, sendo quase o dobro do espaço urbano. No entanto, esta permanece desocupada, com exceção para a recente ocupação das frentes da EM570, para Noroeste, não sendo este, no entanto, suficiente para justificar a dimensão do espaço urbanizável. Assim, deverá ser reequacionada a dimensão da bolsa urbanizável, verificando as pretensões para essa área, procurando contrariar o crescimento linear ao longo das estradas municipais, e consolidando o que já se efetuou.

Refira-se ainda que o PDM vigente previa uma unidade operativa de planeamento e gestão (neste caso Plano de Pormenor) para Monte do Bispo. No entanto o regulamento refere-a no artigo 54.º

como "(...) área definida na planta de ordenamento, existente na estrada municipal 570 para Monte do Bispo.", embora na Carta de Ordenamento não venha assinalada. De qualquer forma, não foi concretizado qualquer Plano de Pormenor para Monte do Bispo ou zona próxima.

#### 14.4.2.6. SANTO ANTÃO

Santo Antão localiza-se a sul de Caria, perto do cruzamento da EM345 com a EM570. Limitada a norte e a sul por linhas de água com algum significado (Ribeira de Caria e Ribeira de Santo Antão), implanta-se numa área praticamente plana.

A zona de Santo Antão tem uma estrutura urbana que vive da relação com os eixos viários. Acompanha e desenvolve-se ao longo das estradas municipais que ali existem, em que a zona mais edificada se localiza ao longo da EM570.

As tipologias edificatórias predominantes são as moradias de dois pisos com pequenos logradouros à frente e grandes para tardoz. Em termos de usos e funções, é predominantemente habitacional, e o comércio existente está associado aos edifícios habitacionais. É de assinalar a existência de equipamentos religiosos e desportivos com algum impacto e algumas pequenas indústrias. Ao longo da EM345 a predominância é de edifícios de apoio agrícola.

Figura 101| Limite do perímetro urbano de Santo Antão definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



O PDM vigente definiu um perímetro urbano bastante considerável para esta zona. No entanto este não abrange a área que é mais significativa em termos de construções, ou seja, aquela que acompanha a EM570, mas sim a área da Capela e do Campo de Jogos e toda uma grande bolsa de espaço que se encontra vazio a Oeste destes equipamentos.

Desconhece-se a população afeta a este bairro, uma vez que não é considerado como lugar (nos censos de 2001) estando integrado nos valores residuais.

Tabela 28| Perímetro Urbano de Santo Antão

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	3,5
Espaço Urbanizável	12
Área Industrial	12,5
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>28,2</b>

Neste sentido deverá ser revista a delimitação do perímetro, procurando incluir as construções ao longo da EM570. O novo perímetro urbano deverá servir de elemento de contenção, contrariando o crescimento linear, e incentivar o preenchimento dos vazios intersticiais entre as duas estradas municipais.

Por outro lado, o PDM vigente prevê uma zona industrial adjacente ao perímetro urbano a Poente, o que parece fazer todo o sentido uma vez que se têm implementado ali diversas indústrias. Existe já um loteamento industrial (municipal) aprovado e em execução.

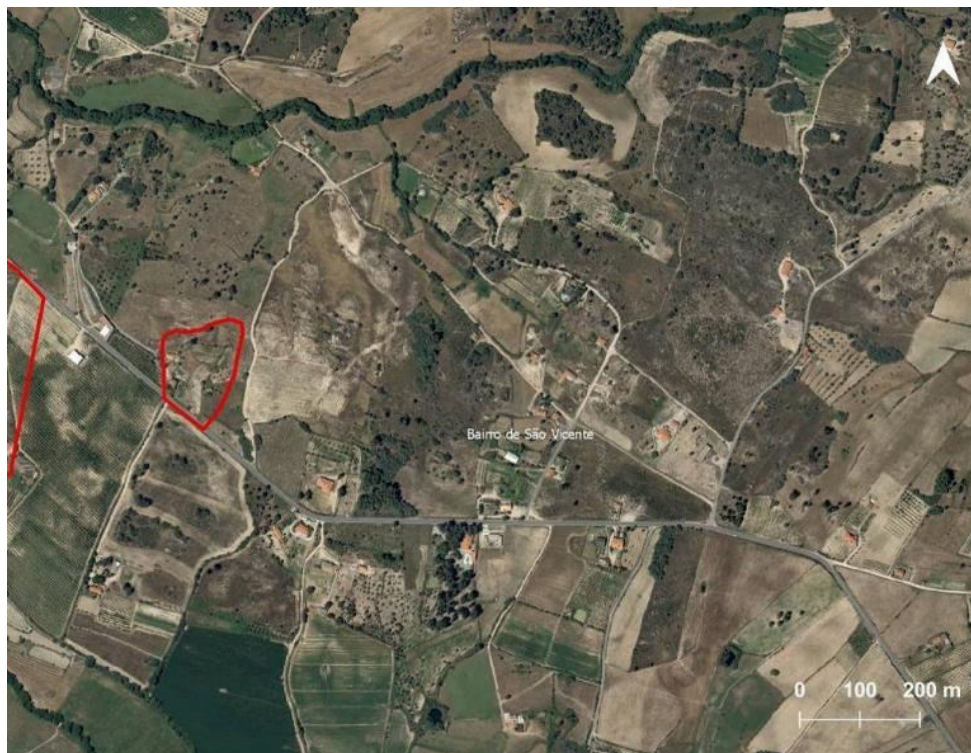
Para além deste perímetro urbano, foi ainda definido no PDM96 uma área urbanizável para uma pequena área mais a Sudeste adjacente à EM570 com 1,7ha. Refira-se que esta área se caracteriza da mesma forma que a restante ao longo desse eixo, devendo em sede desta revisão ser integrada num único perímetro urbano para Santo Antão.

O PDM vigente previa um Plano de Pormenor da área envolvente de Santo Antão a qual não se concretiza. Pelo exposto, entende-se que permanece a sua necessidade, apesar da sua delimitação não estar muito correta face ao disposto no DL n.º 310/03 de 10 de dezembro.

#### **14.4.2.7. BAIRRO DE SÃO VICENTE**

O Bairro de São Vicente localiza-se entre o Bairro de Sto. Antão (a Sudeste) e Monte do Bispo (a Noroeste), com uma malha ortogonal e regular.

Figura 102| Aglomerado do Bairro de São Vicente sobre Ortofotos de 2018. •



Caracteriza-se por grandes quarteirões de moradias. Embora já infraestruturado as poucas construções existentes são recentes e de carácter residencial. Sabe-se que algumas destas construções se encontram já legalizadas, embora outras não.

Com alguma densidade, este espaço, quando concluído, terá algum peso em termos de população, assemelhando-se ao Bairro de Santo Antão (Caria). Diga-se ainda, que não se encontra incluído em RAN ou REN, não tendo, portanto, essas condicionantes.

Neste sentido, deverá ser considerado no âmbito desta revisão, devendo regularizar-se esta situação, equacionado se deverá ter perímetro urbano ou, pelo contrário, se deve ser integrado nos núcleos rurais.

#### **14.4.3. FREGUESIA DE MAÇAINHAS**

A freguesia de Maçainhas contém diversos aglomerados com perímetro urbano, são eles: Maçainhas, um lugar entre Maçainhas e Maçainhas Apeadeiro e a Zona da Quinta da Fontinha. Para além disso, foram estudados os seguintes lugares uma vez que poderão ter significado para a rede urbana: Quinta Cimeira, Quinta do Meio, Quinta do Monte.

#### 14.4.3.1. MAÇAINHAS

O aglomerado de Maçainhas, adjacente à Ribeira de Maçainhas, é atravessado pela EM571. Com a construção da autoestrada da Beira Interior, Maçainhas ficou numa situação bastante favorável, uma vez que existe uma saída que liga a este aglomerado.

Maçainhas, com um núcleo central mais antigo a norte da EM, é composto por duas ruas principais perpendiculares entre si, que constituem os eixos estruturantes de todo o espaço. O eixo de sentido Sudeste-Noroeste coincide com a linha de cumeeada daquela zona. Os espaços públicos existentes são: o largo da Igreja e o largo que constitui a charneira para a zona que desce ao longo do terreno até à Ribeira de Maçainhas. Os quarteirões são totalmente fechados e densos.

A zona a sul da Estrada Municipal desenvolve-se de forma mais irregular, acompanhando o declive do terreno (que desce até à linha de água).

Figura 103| Limite do perímetro urbano de Maçainhas definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



O aglomerado vocaciona-se sobretudo para a habitação e nas zonas mais periféricas para apoios agrícolas, apresenta-se quase numa estrutura monofuncional. Como sede de freguesia, tem alguns equipamentos, localizados essencialmente na zona mais periférica. Verifica-se que a Maçainhas apresenta um tipo de ocupação concentrada.



Figura 104| Aglomerado de Maçainhas



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Em termos de ordenamento tem-se:

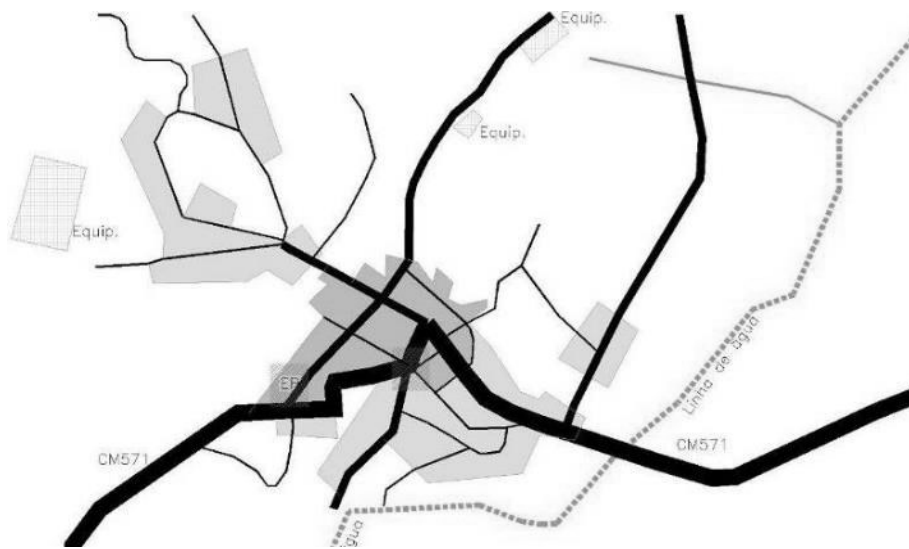
Tabela 29| Perímetro Urbano de Maçainhas

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	13,5
Espaço Urbanizável	20,3
Espaço Industrial	8
<b>Total =perímetro urbano</b>	<b>41,8</b>

\*Inclui a zona da Quinta da Fontinha (Pessegueiro).

Pela informação da carta militar e o levantamento efetuado, em espaço urbano verifica-se que a sua área está quase completa, tendo também em conta o loteamento municipal previsto para a zona mais a norte do aglomerado. Em relação ao espaço urbanizável, este encontra-se quase totalmente livre.

Figura 105| Esquema de Maçainhas, a partir da carta militar e levantamentos



Cruzando esta informação, com a socioeconómica que nos demonstra que a população residente e os alojamentos têm vindo a diminuir, conclui-se que o seu perímetro urbano deve ser revisto, com vista ao seu reajustamento em consonância com a realidade prevista.

#### **14.4.3.2. ZONA DA QUINTA DA FONTINHA (PESSEGUEIRO)**

Ao longo do CM571 existe uma área localizada entre a recente A23 e a Ribeira de Maçainhas, adjacente ao aglomerado de Maçainhas.

Esta área que se desenvolve linearmente ao longo da CM571, agrega diversos lugares (Quinta da Fontinha, Quinta do Reboleiro). Caracteriza-se por um conjunto de pequenas quintas e, mais próximo de Maçainhas, de moradias com pequenas hortas.

A sua proximidade à sede de freguesia resultou num espaço predominantemente habitacional e de apoio à agricultura. A recente inauguração da Autoestrada A23 fomentou ainda mais este lugar, uma vez que a A23 tem uma saída direta para este lugar.

Figura 106| Limite do perímetro urbano da Quinta da Fontinha definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.-



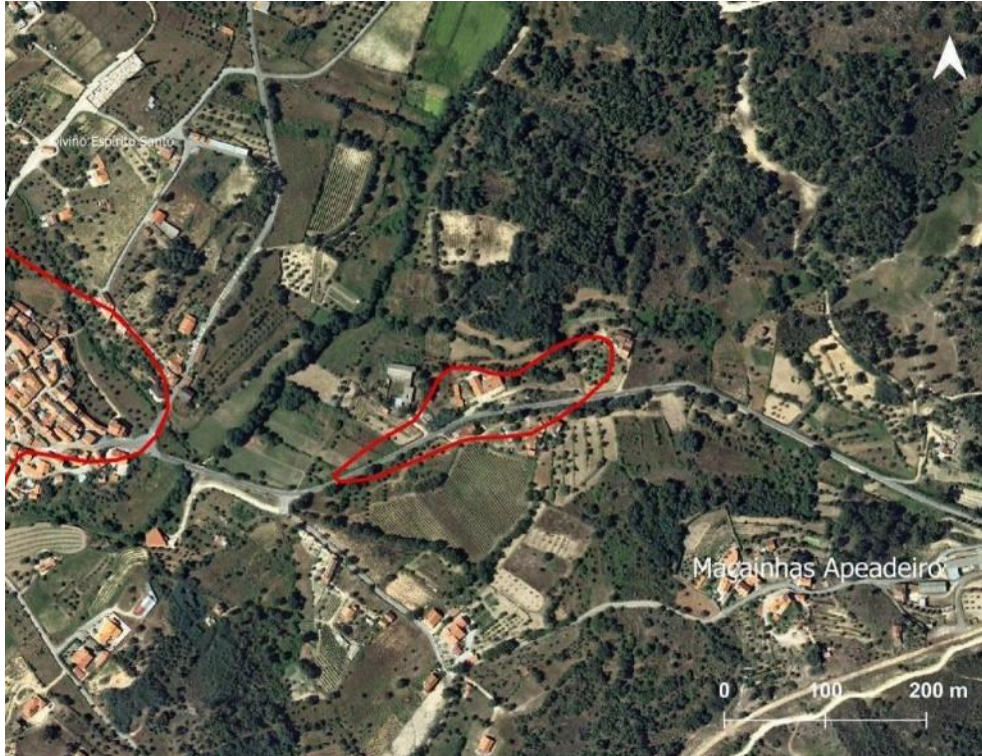
Esta área, pelo PDM vigente tem perímetro urbano e encontra-se classificada como espaço urbanizável e espaço industrial.

A área industrial prevista permanece vazia, tendo sido bastante comprometida com a construção da A23, uma vez que esta atravessa o espaço diagonalmente. A área que lhe está agregada como espaço urbanizável tem vindo a desenvolver-se, sempre relacionada com a agricultura de subsistência, embora não esteja ainda saturada. Ou seja, deverá ser revista a área industrial e verificada a área urbanizável no sentido de perceber se é necessário ou não a ampliar.

#### **14.4.3.3. LUGAR ENTRE MAÇAINHAS E MAÇAINHAS APEADEIRO**

Este lugar localiza-se entre o aglomerado de Maçainhas e o Apeadeiro, adjacente ao Caminho Municipal 571, entre este e uma linha de água que desagua na Ribeira de Maçainhas.

Figura 107| Limite do perímetro urbano do lugar entre Maçainhas e Maçainhas apeadeiro definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



Desenvolve-se de forma ortogonal, em que o seu principal eixo é paralelo ao Caminho Municipal, mas numa cota mais elevada. Encontra-se ainda em desenvolvimento, estando os edifícios a ser construídos pelo que não é possível avaliar com exatidão a sua composição. Até agora os espaços públicos, para além das ruas, são inexistentes. Os edifícios são do tipo de moradias unifamiliares de dois a três pisos.

É um lugar monofuncional, sendo habitacional, estando, portanto, dependente de Maçainhas em quase todas as funções do quotidiano.

O PDM vigente define um perímetro urbano para este lugar, classificado unicamente como espaço urbanizável com uma área de cerca de 1,5 ha. No entanto, em desenho, esta mancha parece um pouco deslocada, uma vez que dificilmente se conseguirá um espaço urbano coerente para ambos os lados do CM571, em que a própria topografia quebra com a relação que aparentemente poderia ser direta.

Atualmente o perímetro do lado norte da EM571 está praticamente completo, enquanto do outro lado da estrada não.

No âmbito desta revisão deverá ser revisto este perímetro, no sentido de corrigir esse desfasamento e de proporcionar mais espaços públicos e/ou equipamentos coletivos ou ainda outros usos que proporcionem maior qualidade de vida a quem ali habita.

#### 14.4.3.4. MAÇAINHAS APEADEIRO

Maçainhas Apeadeiro localiza-se a Este de Maçainhas e a Oeste de Quinta Cimeira. Implanta-se numa encosta bastante inclinada pertencente à Serra da Penha de Água (nome do marco geodésico que a encima), junto ao apeadeiro do comboio da linha da Beira Baixa denominado Maçainhas.

Figura 108| Maçainhas Apeadeiro Ortofotos de 2018. •



Adjacentes ao apeadeiro, apenas existem armazéns e uma habitação. Ainda na proximidade, mas numa cota inferior, encontra-se um conjunto de edifícios habitacionais com alguma expressão.

Por outro lado, não existe perímetro urbano para o conjunto de edificações que abrange a zona do apeadeiro e que desce pela encosta em direção ao referido CM.

Figura 109| Apeadeiro de Maçainhas em obras de requalificação



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Não se conhecem pretensões para esta zona, no entanto importa considerar que este espaço tem evoluído nos últimos anos. Assim importa, em sede desta revisão, repensar o papel deste conjunto de edificações e o seu peso na estrutura do concelho/freguesia, de modo a equacionar se Maçainhas Apeadeiro deverá ter ou não perímetro urbano ou se deverá ser considerado núcleo rural ou ainda se deverá ser agregado ao perímetro urbano delimitado no PDM vigente para o espaço adjacente ao CM507.

#### **14.4.3.5. QUINTA CIMEIRA**

Quinta Cimeira localiza-se a Este de Maçainhas Gare e a norte de Olas, muito próximo do limite Este do concelho. Adjacente a este lugar existe o Caminho Municipal 1050, paralelo à Ribeira de Olas que fica a Este deste, num ponto de cota inferior.

A estrutura urbana de Quinta Cimeira é bastante clara, definindo-se por um Largo de onde se origina a rua principal. Esta rua principal vai acompanhando o terreno, subindo até ao ponto de cota mais elevada na direção Noroeste. Ao longo deste eixo principal organizam-se os quarteirões rasgados por pequenas ruas transversais. Paralelo a este eixo principal existe outro, de menor importância e de origem mais recente.

As edificações caracterizam-se por tipologias tradicionais de habitação e apoios agrícolas com um a dois pisos, unifamiliares. As edificações mais recentes têm tipologias de moradias unifamiliares.

Figura 110| Quinta Cimeira - Ortofotos de 2018.



O PDM vigente não define perímetro urbano para Quinta Cimeira, e neste contexto, será de considerar Quinta Cimeira como um núcleo rural de modo a estabelecer regras que garantam o devido enquadramento no território.

Figura 111| Quinta de Cimeira



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

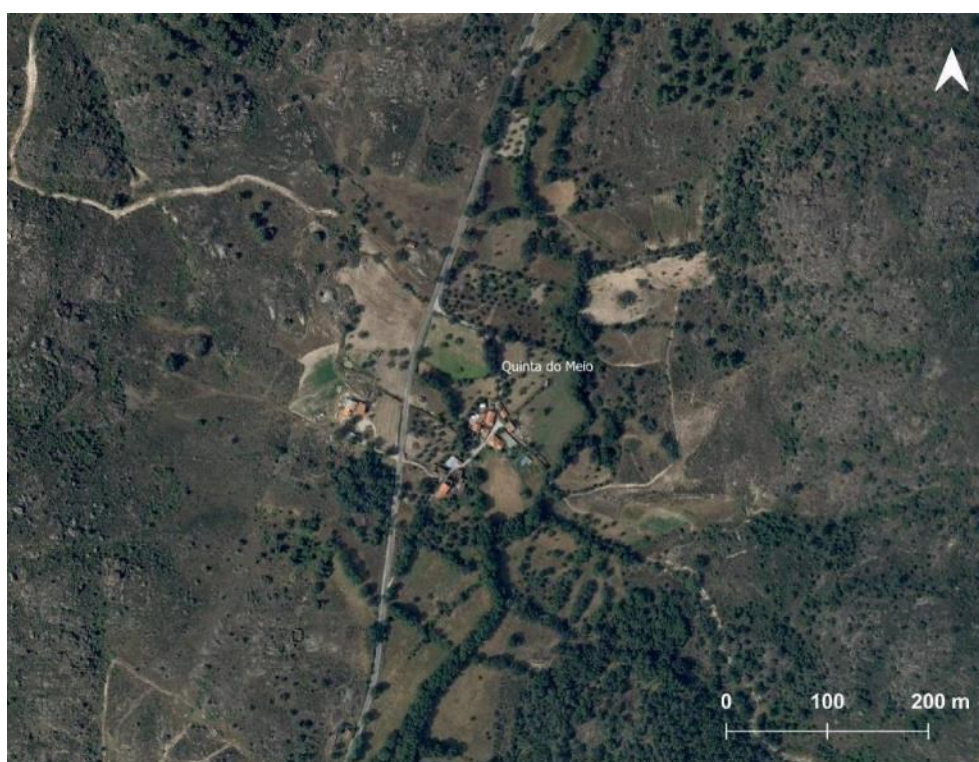
Este aglomerado, de tipologias arquitetónicas tipicamente beirãs, encontra-se totalmente inserido em Reserva Ecológica Nacional e parcialmente em Reserva Agrícola Nacional, o que não se compreende pelo seu nível de edificação e infraestruturação. Uma vez que o aglomerado é já bastante antigo,

pode-se concluir que aquando da elaboração das cartas da RAN e REN, este lugar deveria ter sido excluído.

#### 14.4.3.6. QUINTA DO MEIO

Quinta do Meio localiza-se a sul de Quinta Cimeira e a norte de Olas. É um lugar que surge dependente do CM1050, sob a influência da Ribeira de Olas. O lugar é bastante pequeno, estruturando-se ao longo de um eixo que deriva do CM1050, formando uma bolsa de edificado.

Figura 112| Quinta do Meio - Ortofotos de 2018.



Caracteriza-se pelos seus dois eixos perpendiculares entre si que organizam o núcleo inicial, em que no ponto de intersecção surge um pequeno largo. Este núcleo encontra-se atualmente desocupado. O eixo norte-sul (paralelo à Ribeira de Olas) é o que se tem densificado mais.

Os edifícios do núcleo inicial são de pedra, construídos de forma integrada nos rochedos que ali existem. Esta característica constituiu uma forte imagem do lugar. Os novos edifícios são moradias unifamiliares com pequenos edifícios de apoio agrícola.

Este lugar não foi referido no PDM vigente, no entanto as suas características constituem um potencial significativo para o turismo, tendo também em conta o enquadramento paisagístico do espaço em que se insere. Neste sentido, este lugar deverá vir a ser considerado em sede desta revisão como aptidão turística, no intuito de recuperar o antigo casario e transformá-lo numa figura de TER

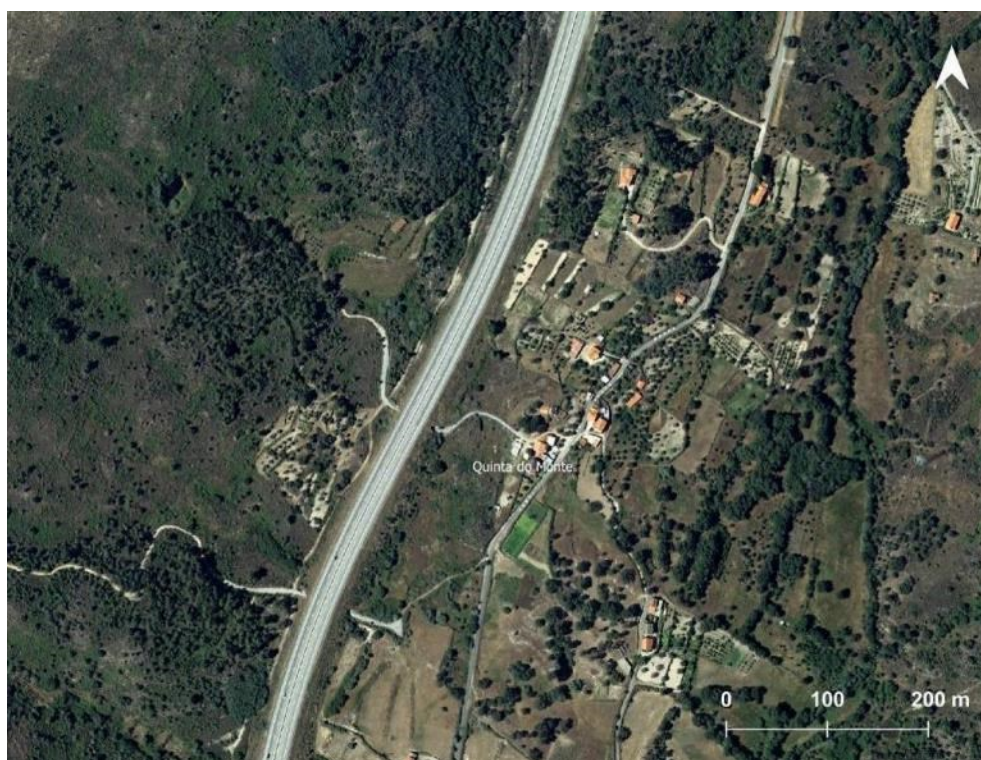


(Turismo em espaço rural). À semelhança de Quinta Cimeira, Quinta do Meio está totalmente inserido em REN e parcialmente em RAN. Esta situação terá de ser equacionada nas revisões da RAN e REN, dependendo do uso pretendido para o local.

#### 14.4.3.7. QUINTA DO MONTE

Quinta do Monte localiza-se no extremo norte do concelho, muito próximo do seu limite e do lugar Escoladas (concelho da Guarda, freguesia de Benespera).

Figura 113| Quinta do Monte - Ortofotos de 2018. •



Este lugar de dimensão bastante pequena, estrutura-se a partir de um largo em torno do qual se dispõem os edifícios. Este será o núcleo inicial. Atualmente este espaço é cortado pelo CM1055, ao longo do qual se dispõem os edifícios mais recentes. Do referido largo deriva um eixo que acompanha a topografia em direção à Ribeira de Maçainhas. No seu final encontra-se um outro conjunto de edifícios dispostos ao longo do eixo e que remata num pequeno largo.

Os usos e funções predominantes relacionam-se com as atividades agrícola, pecuária, pastoreio e a habitação. Também aqui, o núcleo inicial se caracteriza por ter edificado de pedra, construído de forma integrada nos rochedos.

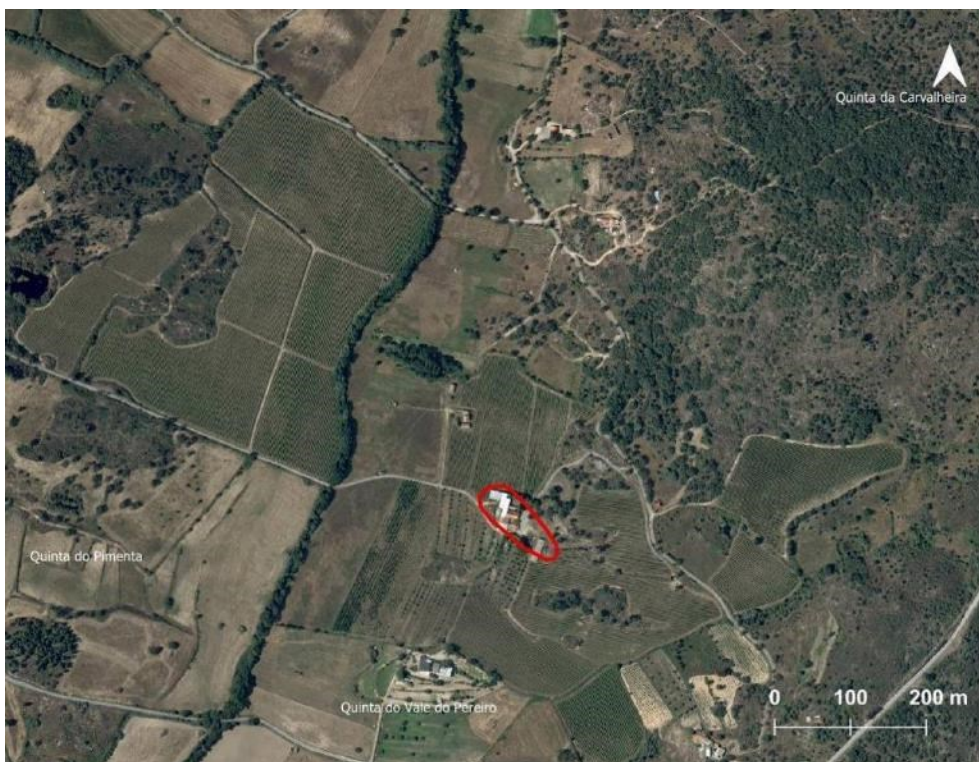
O PDM vigente não define um perímetro urbano para este lugar. Uma vez que, apesar de não se ter verificado um significativo desenvolvimento, o lugar necessita de regras próprias para que as

edificações e/ou ampliações se integrem de forma correta no território, deverá ser considerado como núcleo rural apesar da sua inserção em solos de REN (cabeceiras das linhas de água).

#### 14.4.3.8. HORTA DA PIMENTA

Localizado a Oeste da Vila de Belmonte e a Este da linha-férrea, este lugar apenas é alcançável percorrendo caminhos rurais, Próximo da Ribeira de Maçainhas, caracteriza-se por um pequeno conjunto de edificações, relacionadas com a habitação e agricultura.

Figura 114| Limite do perímetro urbano da Horta da Pimenta definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018. •



Totalmente inserido num contexto rural, este lugar tem definida uma área urbana, pelo PDM vigente. No entanto, pelas suas características e potencial, não se prevê que este espaço venha a evoluir em termos urbanos. Neste contexto e, à semelhança da situação exposta anteriormente para a Quinta do Monte, este lugar deverá ser revisto e classificado como lugar rural.

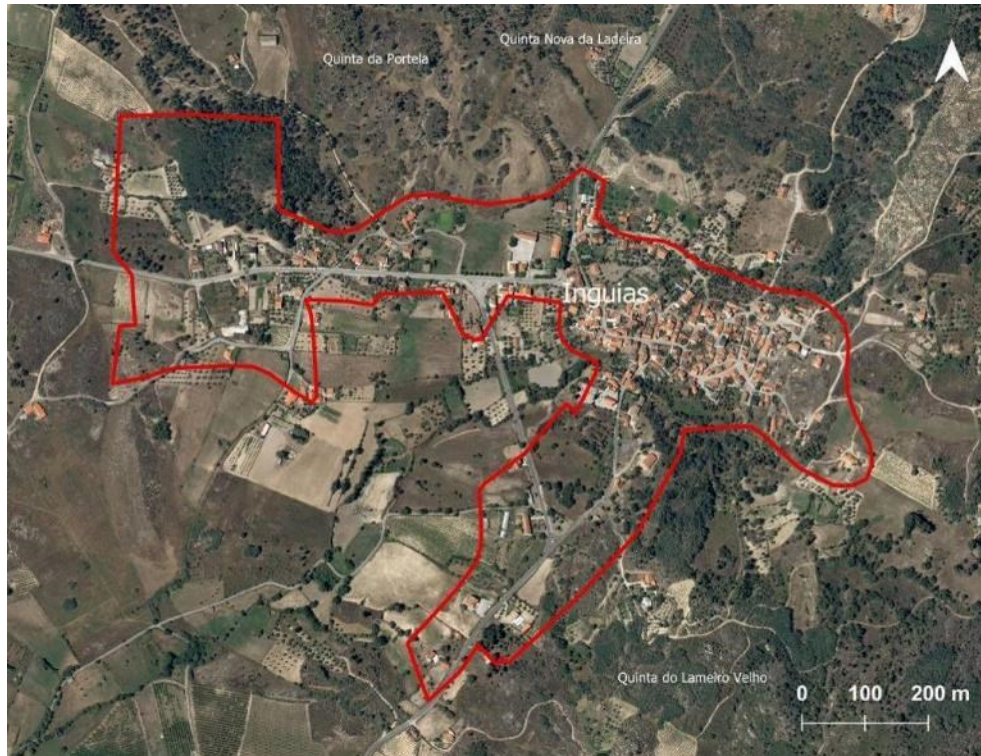
#### 14.4.4. FREGUESIA DE INGUIAS

A freguesia de Inguias é composta pelos seguintes aglomerados com perímetro urbano vigente: Inguias, Carvalhal Formoso, Olas, Trigais e Quinta do Chão da Ribeira.

#### 14.4.4.1. INGUIAS

Inguias localiza-se a sul da Ribeira homónima e a Nordeste de Carvalhal Formoso, coincidindo com o cruzamento do CM345-1 com a EM563.

Figura 115| Limite do perímetro urbano de Inguias definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A sua estrutura urbana é composta por duas zonas distintas, uma que acompanha a topografia mais acidentada e outra que se localiza numa área plana. O núcleo mais antigo instalou-se na parte mais acidentada enquanto o mais recente na outra.

Estruturalmente o núcleo antigo tem um eixo principal (ver desenho). A partir deste, para Este encontram-se grandes quarteirões quase retangulares. Para Oeste deste eixo a estrutura é bastante diferente, acompanhando uma via perpendicular ao referido eixo principal.

Na zona Este os espaços públicos constituem os vazios intersticiais dos quarteirões, enquanto na zona Oeste constituem espaços um pouco mais formais. Na zona plana, a estrutura é menos densa e mais ortogonal.

As tipologias edificatórias caracterizam-se por edifícios de um a dois pisos, unifamiliares. Os usos predominantes são a habitação e o comércio/restauração. Existem ainda diversos equipamentos localizados na zona mais plana. Na periferia do aglomerado existem diversas quintas.

Pelo PDM vigente estava previsto o seguinte:

Tabela 30| Perímetro Urbano de Inguias

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	24,5
Espaço Urbanizável	15
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>39,6</b>

Relativamente à densidade habitacional, verifica-se que grande parte deste perímetro se encontra desocupado, caracterizando-se por uma baixa densidade habitacional. Pela carta militar e o levantamento efetuado verifica-se que o espaço urbano se encontra ainda por completar (como foi referido anteriormente), embora se esteja a desenvolver.

Figura 116| Núcleo de Inguias



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

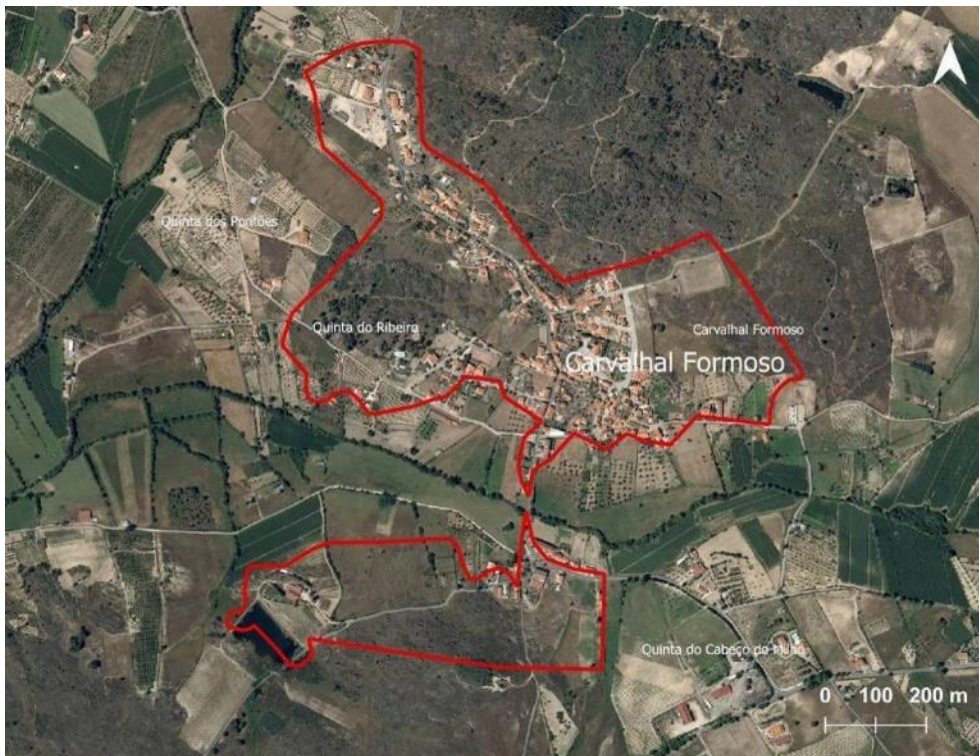
O espaço urbanizável abrange quatro áreas. A que se encontra mais a Oeste, ou seja, mais próxima da Quinta da Portela apresenta-se vazia, devendo ser revista em sede deste estudo. Isto porque a sua localização não aparenta proporcionar o equilíbrio do aglomerado, da sua estrutura e infraestruturas).

Em relação à outra parte urbanizável, a sul desta também não se verificou nenhuma evolução, permanecendo esta praticamente vazia. O espaço urbanizável localizado mais a sul, adjacente à EM563 tem-se desenvolvido, embora deva ser verificada a necessidade de tal dimensão. Neste sentido deverá ser revisto o perímetro urbano, com o objetivo de redimensionar e realocar as áreas urbanizáveis.

#### 14.4.4.2. CARVALHAL FORMOSO

Carvalho Formoso localiza-se a sudoeste de Inguias e a Nordeste de Caria, próximo da ER18-3. Enquadrado num terreno quase plano (com exceção da zona norte), este lugar implanta-se numa pequena elevação, limitada a sul pela Ribeira do Carvalho.

Figura 117 | Limite do perímetro urbano de Carvalho Formoso definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



A sua estrutura urbana desenvolve-se a partir de um núcleo cuja malha é mais irregular e concêntrica, localizado no extremo Sudeste do lugar. Nesta área destacam-se duas ruas principais, perpendiculares entre si (Rua Direita que liga ao Cemitério, e outra que lhe é perpendicular e que atravessa esta parte) que organizam esse núcleo e constituem os seus eixos de expansão.

Os espaços públicos surgem na sequência de espaços intersticiais ou de largos relacionados com edifícios religiosos ou fontanários. Entre o Caminho Municipal 1052 e o referido núcleo surge uma área de transição com grandes quarteirões semirrurais, isto é, quarteirões de edifícios relacionados

com a agricultura e pecuária, cujos interiores constituem hortas. Para Oeste e norte do CM1052 o espaço estrutura-se de forma mais linear, acompanhando essa via e as ruas que daí derivam. Esta área organiza-se então de uma forma mais regular e retilínea, com tipologias de edificado também distintas das anteriores. Os espaços públicos nesta área são praticamente inexistentes, encontrando-se apenas os espaços semipúblicos relacionados com equipamentos coletivos.

Atualmente este aglomerado tem bastante dinâmica e importância no concelho. Com usos diversificados entre habitação, comércio e serviços, dotado de diversos equipamentos (escolas, campos de jogos, etc.), tem evoluído nos últimos anos, o que se verifica pelos loteamentos em execução (alguns com as infraestruturas já construídas).

Figura 118| Aglomerado de Carvalhal Formoso



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Acrescente-se que a área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira se sobrepõe numa pequena área ao perímetro urbano deste aglomerado.

O PDM vigente procurava a consolidação do existente (definindo o existente de uma forma muito lata, o que se pode ver pela dimensão da área vigente) e duas áreas de expansão. Relativamente a estas últimas verifica-se que apenas a área urbanizável que se localiza a Este apresenta alguma evolução, existindo um loteamento previsto cujas infraestruturas estão já executadas.

Tabela 31| Perímetro Urbano de Carvalhal Formoso

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	23,8
Espaço Urbanizável	15
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>38,8</b>

\*Inclui a Tapada da Estrada.

Numa área próxima e ainda sob a influência deste aglomerado, foi delimitado um perímetro urbano na Tapada da Estrada. Esta área atualmente constitui apenas uma quinta com uma pequena represa adjacente a uma indústria. De facto, o plano de água gerado por essa represa apresenta a classificação de espaço urbano pelo PDM vigente, o que revela algum desfasamento que deverá ser corrigido nesta revisão.

Relativamente à densidade habitacional, tendo em conta o perímetro vigente, esta não é muito elevada, uma vez que uma grande parte do perímetro urbano se encontra desocupado. Neste contexto, deverá ser revista a necessidade de perímetro urbano para a zona da Tapada da Estrada e também a dimensão tanto do espaço urbano do aglomerado de Carvalhal Formoso como a necessidade de uma área urbanizável na zona Oeste deste.

#### 14.4.4.3. OLAS

Olas localiza-se a sul de Quinta Cimeira e a norte de Inguias, adjacente à EM563 e a uma linha de água com algum significado.

Figura 119| Limite do perímetro urbano de Olas definido pelo PDM96 sobre Ortofotos\* de 2018. •



\* Informação geográfica cedida pela Direção-Geral do Território

A estrutura urbana deste aglomerado caracteriza-se por conter duas bolsas cortadas pela EM563, ligadas por um largo. A parte mais a Nordeste da estrada constitui o núcleo inicial. A sua estrutura forma um quarteirão, em que os edifícios formam o plano marginal. Para dentro desse quarteirão estão voltados os logradouros que se organizam com um largo no centro. Deste largo derivam os caminhos de ligação aos terrenos de cultivo em torno do aglomerado.

A outra bolsa localizada a sudoeste tem uma leitura bastante distinta, implantando-se num terreno mais declivoso em que os edifícios acompanham a topografia. Menos densa, esta zona relacionando-se com os grandes terrenos cultivados que lhe ficam imediatamente adjacentes, e representa a zona consolidada do aglomerado. As construções de um a dois pisos, encontram-se de um modo geral em bom estado de conservação.

Figura 120| Exemplos do tipo de construção em Olas



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Os usos e funções associadas a este aglomerado são sobretudo a habitação, o comércio e a agricultura. No extremo mais a sudeste localiza-se o campo de jogos, equipamento cuja dimensão tem algum impacto no aglomerado. O PDM vigente previa a consolidação do espaço urbano e uma nova área urbanizável a Este do CM1050 com as seguintes áreas:

Tabela 32| Perímetro Urbano

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	3,1
Espaço urbanizável	3,5
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>6,6</b>



Com o levantamento de campo verifica-se que a perspetiva de crescimento pensada no PDM vigente não teve resultados. Isto é, o espaço urbano tem vindo a consolidar-se gradualmente, enquanto que a restante área permanece praticamente vazia, com exceção do campo de jogos que aí se instalou. Neste sentido, as propostas do PDM deverão ajustar o perímetro à realidade e às perspetivas de crescimento.

#### 14.4.4.4. TRIGAIS

Trigais localizado no limite Este do concelho, a Oeste de Olas e adjacente à EM563 implantou-se num patamar de uma elevação com algum significado.

A estrutura urbana de Trigais é predominantemente linear com um núcleo central que se organiza em torno de um pequeno largo adjacente à EM563.

Figura 121| Limite do perímetro urbano de Trigais definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



À semelhança de outros aglomerados desta freguesia, predomina a habitação e as atividades agrícolas e de pecuária. Na zona periférica do aglomerado têm vindo a surgir indústrias relacionadas com o granito e sucateiros.

Em termos tipológicos, na zona periférica têm surgido mais recentemente moradias unifamiliares e mais distantes do núcleo central as pequenas quintas. O PDM vigente definiu, para além da consolidação da área urbana existente, dois novos espaços urbanizáveis.

Tabela 33| Perímetro Urbano de Trigais

Planta de Ordenamento*	PDM 96 - Área(ha)
Espaço Urbano	7,9
Espaço urbanizável	2,5
<b>Total = Perímetro Urbano</b>	<b>10,4</b>

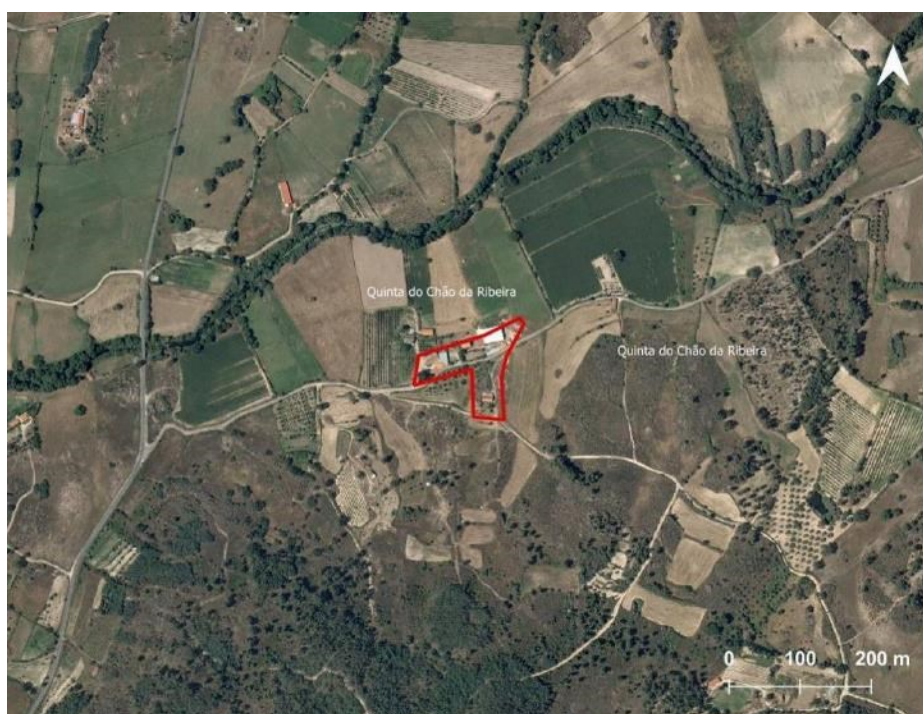
Importa referir que atualmente parte do perímetro definido em 1996 pertence agora ao concelho do Sabugal, no entanto, parte deste perímetro encontra-se desocupado, essencialmente nas zonas de expansão previstas.

De facto, o espaço urbano, na sua parte mais a sul, tem vindo a desenvolver-se, contrariamente à zona norte. Por outro lado, os espaços classificados como urbanizáveis não têm tido o desenvolvimento esperado, permanecendo sem construções, mantendo o seu uso mais rural, com pastagens e terrenos de cultivo. Neste sentido, será de rever o espaço urbano, na sua zona norte e os espaços urbanizáveis

#### 14.4.4.5. QUINTA DO CHÃO DA RIBEIRA

Quinta do Chão da Ribeira localiza-se entre a EM563/Ribeira de Inguias e o limite de concelho, a norte de Inguias.

Figura 122| Limite do perímetro urbano da Quinta do Chão da Ribeira definido pelo PDM96 sobre Ortofotos de 2018.



Este lugar apresenta uma situação singular uma vez que a leitura que se faz do espaço é que o seu núcleo inicial se localiza mais a Oeste (Sarnadinha) do que o atual, aparentando ter sido abandonado. De facto, atualmente existe um conjunto de casas/pequenas quintas que acompanham a via de acesso ao lugar.

O PDM vigente define um perímetro urbano com cerca de 0,93ha que contém apenas área urbanizável. Este lugar tem vindo a expandir-se através da construção das referidas moradias/quintas. No entanto esta expansão não correspondeu exatamente à área definida no PDM96, tendo-se efetuado ao longo da via principal e não no seu “miolo”, como era suposto. Outra questão a debater será a necessidade de um lugar tão pequeno, totalmente ligado à atividade agrícola-pecuária ter perímetro urbano. Com os novos conceitos utilizados atualmente no ordenamento do território, Quinta do Chão da Ribeira deverá deixar de ser classificado como espaço urbanizável, passando a construções integradas em espaço rural.

Como metodologia analisaram-se os lugares por freguesias da seguinte forma:

- 1- Localização/enquadramento geográfico;
- 2- Estrutura urbana;
- 3- Usos e Funções predominantes/Tipologias predominantes;
- 4- Estudo comparativo com os perímetros e classificações do solo definidos no PDM vigente e a situação atual – zona consolidada

Apresenta-se em anexo os cartogramas respetivos de cada freguesia, assim como a tabela síntese da ocupação urbana, apresentando as áreas efetivamente ocupadas, densidade populacional e habitacional.

#### **14.5. HIERARQUIA URBANA**

A hierarquização da rede urbana é um pressuposto do ordenamento do território para a definição do sistema urbano municipal, definindo graus de dependência entre os vários aglomerados urbanos. A hierarquização dos lugares urbanos e/ou rurais justifica-se quando o sistema urbano é constituído por diversos lugares com complexidade e dependências territoriais diferenciadas, como é o caso de Belmonte.

Assim, verifica-se que o centro administrativo é claramente a Vila de Belmonte, agregando os principais equipamentos coletivos, os serviços centrais e as redes de transportes mais privilegiadas. As restantes sedes de freguesia (Caria, Inguias, Maçainhas e Colmeal da Torre) dependem da Vila de

Belmonte mais esporadicamente, e não tanto no seu quotidiano. No entanto, os referidos aglomerados têm significados diferentes nas suas dependências como Inguias por exemplo, que é muito menos autónomo do que Caria.

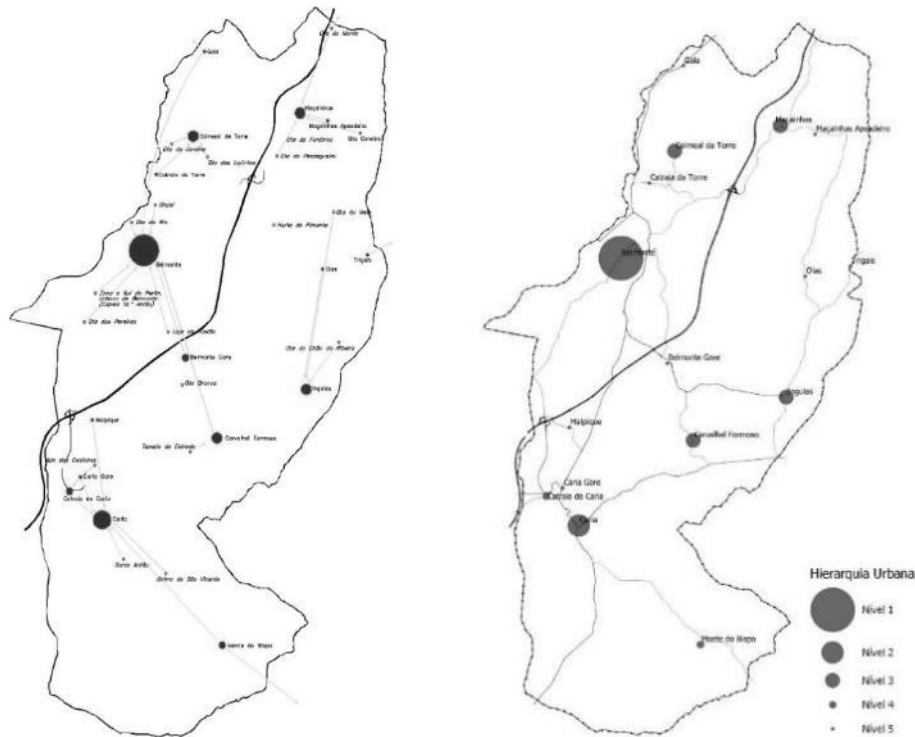
O aglomerado com maior importância depois de Belmonte é Caria, resultado provável do seu passado histórico mais autónomo do concelho.

Neste contexto, estabelecem-se nesta fase de análise 6 níveis, correspondendo o nível 1 ao aglomerado de maior importância e independência e o 6 ao de maior dependência e tendencialmente rural:

- **Nível 1** – Belmonte;
- **Nível 2** – Caria;
- **Nível 3** – Carvalhal Formoso, Inguias, Maçainhas e Colmeal da Torre;
- **Nível 4** – Catraia de Caria e Monte do Bispo;
- **Nível 5** – Belmonte Gare, Catraia da Torre, Gaia, Maçainhas Apeadeiro, Olas, Trigais, Caria Gare e Malpique;
- **Nível 6** (núcleos rurais) – Quinta do Rio, Ginjal, Zona a sul do Perímetro Urbano de Belmonte – Capela de Santo Antão, Quinta das Pereiras, Quinta da Jardina, Quinta das Laginhas, Quinta do Monte, Quinta Cimeira, Quinta do Meio, Quinta do Chão da Ribeira, Bairro de São Vicente e Santo Antão (de Caria), Horta da Pimenta, Laje do Tostão, Quinta Branca, Pinho Manso, , Zona da Quinta da Fontinha (Pessegueiro) e Tapada da Estrada.

Como hierarquia urbana o PDM vigente apenas referia os dois principais núcleos: Belmonte era considerado o núcleo principal e Caria o secundário. Esta situação permanece inalterada.

Figura 123| Análise da hierarquia urbana dos diversos aglomerados.



## 14.6. EVOLUÇÃO DA GESTÃO URBANÍSTICA

A avaliação da evolução da construção e dos compromissos de nível urbano referentes ao concelho de Belmonte é fundamental para entender a dinâmica urbanística e económica do município ao longo dos anos de vigência do Plano. As licenças de obra concedidas pela câmara municipal são um indicador fundamental da dinâmica existente no concelho.

A dinâmica das operações urbanísticas no concelho de Belmonte é muito baixa, apresentando no entanto em 2018 o segundo maior índice de edifícios licenciados/mil habitantes, considerando a classe de indivíduos 25-75anos), no valor de 1.92, comparativamente com os concelhos vizinhos analisados.

Tabela 34| Edifícios licenciados: total e por tipo de obra

Construções novas	2014		2016		2018		2021	
	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.
Belmonte	5	2	2	1	5	5	6	-
Covilhã	35	19	26	20	40	39	27	-
Guarda	28	17	17	12	8	5	6	
Sabugal	19	3	22	15	17	13	13	
Ampliações, alterações e reconstruções	2014		2016		2018		2021	
	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.	Todos	Hab. Fam.
Belmonte	4	2	0	0	3	2	3	
Covilhã	57	37	2	2	8	7	0	
Guarda	27	19	6	3	4	4	3	
Sabugal	18	13	11	7	17	11	9	

Fonte: PorData, março2020, dez 2022)

Tabela 35| Índice de operações urbanísticas/ mil habitantes

	2018			
	Edif licen,	Pop resi 25-75	Mil hab	Índice de Edif Lic../ mil habitantes
Belmonte	8	4170	4,17	1,92
Covilhã	48	31097	31,097	1,54
Guarda	12	26040	26,04	0,46
Sabugal	34	6541	6,541	5,20

#### 14.7. CAPACIDADE DE CARGA DOS PERÍMETROS URBANOS

Uma das maiores preocupações da revisão de um PDM é a redefinição dos perímetros urbanos e a reavaliação dos parâmetros urbanísticos. Atendendo quer às alterações da classificação do solo que foram sendo realizadas (desafetações, licenciamentos em solo agrícola ou florestal, zonas industriais, entre outros), quer à própria aferição da capacidade construtiva do espaço urbano, a análise das aptidões dos perímetros urbanos torna-se essencial. Também as acessibilidades, a dinâmica populacional, a dinâmica económico-social e as características atrativas do mercado, permitem esclarecer as reais necessidades. Desta forma é possível avaliar a necessidade ou não do alargamento ou redefinição dos atuais perímetros urbanos.

Dos estudos socioeconómicos concluiu-se que a população do concelho tem vindo a diminuir e que existem mais alojamentos do que o número de famílias, ou seja, que aparentemente não existem carências habitacionais.

O concelho de Belmonte caracteriza-se pela existência de 26 perímetros urbanos definidos no PDM vigente. Alguns aglomerados não têm perímetro urbano. As áreas destinadas a espaços verdes são muito diminutas, cerca de 22 ha

Para a avaliação da capacidade dos perímetros urbanos segundo os parâmetros do PDM vigente e a informação do INE, consideraram-se os seguintes elementos:

Tabela 36  capacidade dos perímetros urbanos	
Solo urbano (ha) ( todos os perímetros do PDM96)	855
Áreas destinadas a Equipamentos, Infraestruturas Urbanas, Espaços Verdes e Outros (estimativa)	40%
Área a considerar (ha) (para capac. de carga)	513
Índice médio	0.26
Área bruta de construção (abc) (m <sup>2</sup> )	1 333 800
Área a considerar por fogo (estimativa) (m <sup>2</sup> )	153
N.º de pessoas por família (segundo o INE- 2011)	2.4
N.º de Fogos (segundo os índices)	8892
População Urbana (segundo os índices)	21 341
Densidade Populacional (DP) (segundo os índices) (hab/ha)	24.96
Densidade Habitacional (DH) (segundo os índices) (fog/ha)	10.4

[1] Índice médio = abc prevista em PDM /Área total dos perímetros urbanos.

[2] Abc = área a considerar x índice médio.

[3] Densidade Habitacional Líquida = n.º fogos/ Área total dos perimeters urbanos.

[4] Densidade Habitacional Líquida = n.º fogos/ Área total dos perímetros urbanos.

Da leitura do quadro conclui-se que as atuais áreas urbanas do Concelho têm capacidade para quase o triplo da população atual – 6.621 habitantes em 2011 versus 21 341 habitantes para capacidade de carga dos atuais perímetros. Há a considerar, todavia, que os cálculos apresentados possam ter uma margem de erro “majorada”. Os índices de utilização aplicados foram determinados com base nos índices definidos para cada perímetro urbano, conforme o regulamento do PDM. Nesta primeira abordagem foram consideradas para os espaços urbanizáveis as regras dos espaços rurais, uma vez que não existem planos de pormenor/urbanização para esses locais. Todavia se utilizarmos o índice referente aos espaços urbanos aplicados aos urbanizáveis (supondo que seria uma operação planeada e não de caso a caso), os valores seriam maiores.

Neste sentido e tendo também em consideração a caracterização desenvolvida neste relatório, conclui-se que existe demasiado espaço urbano e urbanizável disponível no concelho. Esta estratégia veio expandir os aglomerados, sem que os seus núcleos se estejam a consolidar como aliás se

intencionava nas perspectivas do instrumento vigente. Para além disso, a possibilidade definida em regulamento de construir moradias individuais em espaço agrícola (embora com algumas condicionantes edificatórias e não em todo esse espaço) resultou na proliferação identificada atualmente de aglomerados semiurbanos, monofuncionais e totalmente dependentes de outros.

Conclui-se, então, que deverá ser determinada uma nova estratégia para a definição dos perímetros urbanos, tendo em consideração a hierarquia dos diversos núcleos do concelho.

#### **14.8. ZONAS URBANAS CONSOLIDADAS**

A delimitação das zonas urbanas consolidadas é fundamental para se compreender a ocupação urbana efetiva dos aglomerados urbanos e rurais e comparar com a proposta patente no PDM em vigor. Só assim será possível delinear uma estratégia de ordenamento com base nos critérios do desenvolvimento sustentável e na compacidade da ocupação territorial. (Anexo SU.1,2,3,4,5)

Com base na vetorização dos perímetros urbanos do PDM em vigor, foram delimitadas as áreas urbanas consolidadas, através da definição de um "buffer" de 10 a 15 m às edificações existentes na cartografia homologada 1/10.000. A esta delimitação juntou-se ainda as áreas contíguas até uma distância máxima de 25 a 50 metros, optando por excluir área residuais. Esta distância por vezes foi ultrapassada por outras reduzidas, tendo sido resolvido caso a caso com interpretação local. Considerou – se quando estava em situação de limite, o limite dos prédios com base na estrutura fundiária do concelho. Algumas construções que estavam isoladas, que não cumpriam a distância dos 25/50 m mas que estavam inseridas no perímetro urbano em vigor foram também consideradas,

Através da fotointerpretação, com recurso a ortofotomapas do ano de 2018, à escala 1/10.000, procedeu-se à limpeza dos polígonos, dando-lhes maior coerência e significado, eliminando as ilhas de pequena dimensão, em especial aquelas relativas aos pequenos espaços intersticiais entre a rede viária e as áreas concretizadas por edificações.

Da análise efetuada aos vários aglomerados urbanos e comparando com os perímetros urbanos vigentes conclui-se que grande parte não chega a 50% da sua ocupação. Sabe-se que os perímetros eram delimitados sobre uma grande expectativa de crescimento da população e da ocupação urbana. Dinâmica essa que nem sempre se verificou, sobretudo em meios mais rurais. A densidade habitacional e populacional efetiva é também baixa na maioria do concelho variando na sede de concelho que é um pouco mais alta e em algumas aldeias em que a ocupação urbana é muito compacta. Conclui-se que de um modo geral a ocupação é muito dispersa, e a estender-se ao longo das vias. No Anexo SU.6 apresenta-se a comparação das áreas urbanas com os perímetros urbanos e a ocupação populacional.



## 14.9. PRESSÃO URBANÍSTICA

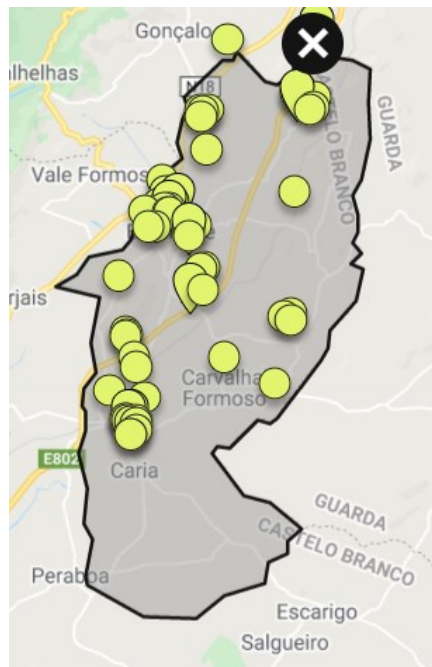
### 14.9.1. INTENÇÕES E COMPROMISSOS

A pressão urbanística sendo uma matéria dinâmica e decisora para as propostas do PDM está tratada em documento próprio, relatório de compromissos. Este elemento na sua forma final é parte integrante do Plano. Conclui-se na leitura dos quadros e planta de trabalho, que a grande pressão urbanística é no eixo Caria Belmonte. A procura para a instalação das atividades económicas é significativa quer para instalação em solo urbano como em solo rústico.

### 14.9.2. MERCADO IMOBILIÁRIO

Quanto ao valor de mercado da habitação, e de acordo com pesquisa feita aos imóveis colocados no mercado, em 2021 o m<sup>2</sup> rondava os 788€ para habitações, baixando os valores de 2011 e contrariando a expectativa face ao *boom* do mercado imobiliário ao nível nacional. No entanto, a seguir a uma crise é normal que os bancos sejam mais conservadores nas suas avaliações e estes sejam os valores de referência para a definição dos empréstimos bancários para a habitação.

Figura 124| Oferta de imóveis para habitação, para lojas e armazéns, e terrenos. (fonte: idealista, março2021)



Da breve análise efetuada à oferta no mercado verifica-se que em Belmonte é menos valorizado que o concelho da Covilhã e da Guarda, e mais valorizado que o Sabugal. Os valores por m<sup>2</sup> em 2021 mantiveram-se relativamente ao mesmo período o ano de 2020, sendo que em 2017, foi o ano em que se verificaram os valores mais altos.

Tabela 37| Valores de mercado por m<sup>2</sup> (fonte: idealista, março 2021)

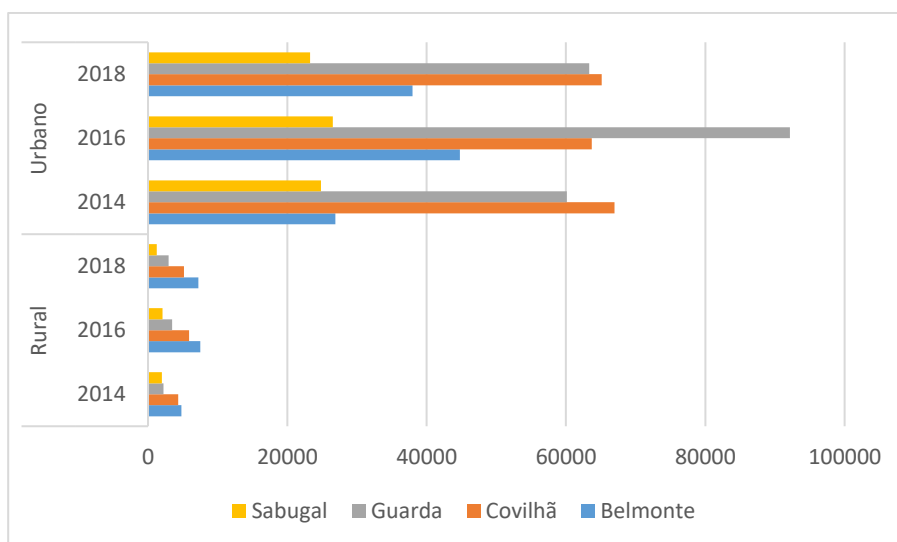
	Habitação	Escritórios	Lojas e armazéns	Terreno
Belmonte	788 €/m <sup>2</sup>	264€/m <sup>2</sup>	89€/m <sup>2</sup>	27 €/m <sup>2</sup>
Covilhã	871 €/m <sup>2</sup>	662 €/m <sup>2</sup>	612€/m <sup>2</sup>	162 €/m <sup>2</sup>
Sabugal	737 €/m <sup>2</sup>	---	71 €/m <sup>2</sup>	91 €/m <sup>2</sup>
Guarda	758 €/m <sup>2</sup>	625 €/m <sup>2</sup>	546€/m <sup>2</sup>	134 €/m <sup>2</sup>

Já no que se refere aos valores transacionados para imóveis rústicos e urbanos, o comportamento apresenta alguma variação desde 2014. Em todos os concelhos observados, com exceção da Covilhã, verifica-se que o valor aumentou em 2016 e volta a baixar em 2018, sendo que se destaca o aumento significativo em Belmonte.

Tabela 38| Valor médio (€) dos prédios transacionados: urbanos e rústicos

	2014		2016		2018	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Belmonte	4798	26913	7510	44762	7227	37955
Covilhã	4352	66960	5908	63696	5172	65113
Guarda	2198	60129	3439	92159	2937	63351
Sabugal	2010	24823	2070	26543	1273	23276

Fonte: PorData, março2021



#### 14.10. HABITAÇÃO

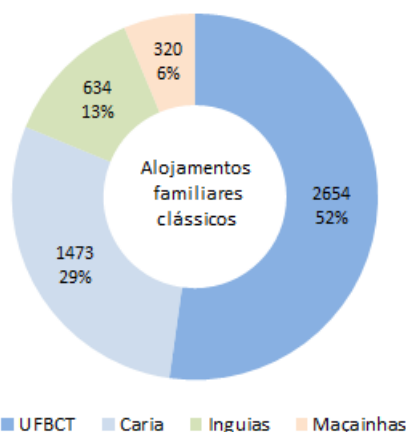
A importância do diagnóstico da habitação centra-se no facto de as informações recolhidas, poderem transmitir indicações sobre o parque habitacional, bem como a sua correta adequação à população

residente. O estudo é feito com base nos censos de 2011 e anteriores para comparação, bem com as estimativas de 2018.

### 14.10.1. ALOJAMENTOS

De acordo com os censos de 2021, existem no Concelho 5 086 alojamentos, dos quais 5 081 são alojamentos familiares clássicos e 5 são alojamentos coletivos. Aproximadamente metade dos alojamentos familiares clássicos (52%) estão localizados na União de freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, distribuindo-se a outra metade pelas freguesias de Caria (29 %), Inguias (13 %) e Maçainhas (6%).

Tabela 39| Tipo de Alojamento no Concelho e por freguesia, em 2011 e 2021



Unidade territorial	Tipo de Alojamento									
	Total (nº)		Alojamentos familiares (nº)						Alojamentos coletivos (nº)	
			Total		Clássicos		Não clássicos			
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
UFBC	2581	2656	2575	2654	2574	2654	1	0	6	2
Caria	1427	1474	1424	1473	1423	1473	1	0	3	1
Inguias	618	635	618	634	618	634	0	0	0	1
Maçainhas	311	321	311	320	311	320	0	0	0	1
Belmonte	4937	5086	4928	5081	4926	5081	2	0	9	5

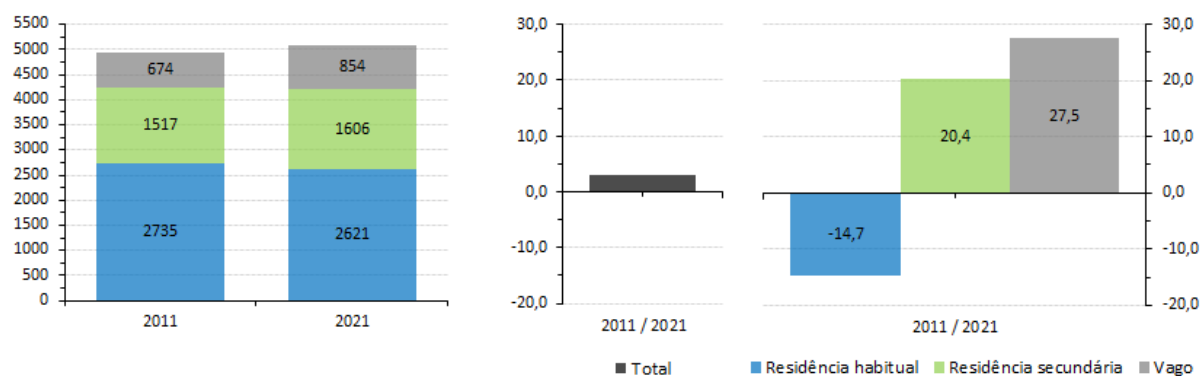
Fonte: INE. Recenseamento da População e da Habitação. 2011 e 2021.

Dos 5 081 alojamentos familiares clássicos, 2 621 estão ocupados como residência habitual, 1 606 correspondem a residências secundárias e 854 estão vagos.

No último período intercensitário, o número total de alojamentos aumentou 2,9 % no território municipal, verificando-se sendo a variação positiva em todas as freguesias (entre 2,6 % e 3,5 %) (Fig. 4.8.2). Este aumento não correspondeu ao crescimento do número de residências habituais, já que este tipo de alojamentos teve um expressivo decréscimo de 15 %, no Concelho, sendo negativo em todas as freguesias. A explicação para os valores positivos está no significativo aumento das residências secundárias, que cresceram 20,4 % neste período.

Os alojamentos vagos aumentaram também de forma muito expressiva, crescendo em mais de um quarto (28 %) relativamente a 2011.

Tabela 40| – Tipo de alojamento no Concelho e por freguesia e evolução em 2011 e 2021

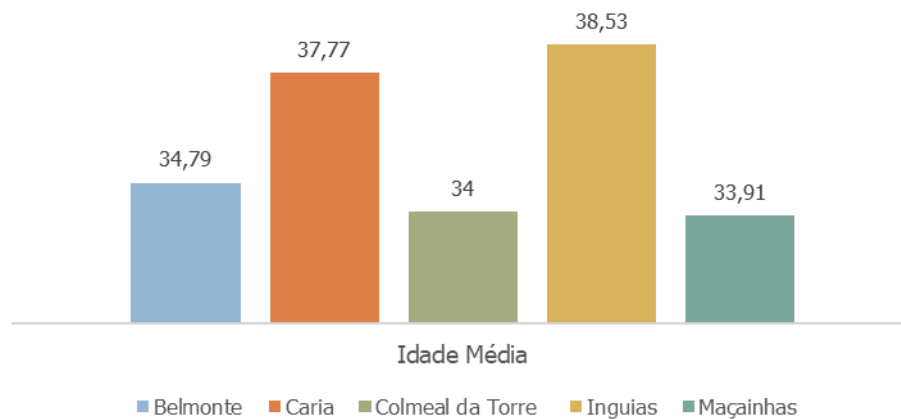


Unidade Territorial	Forma de ocupação											
	Total			Residência habitual			Residência secundária			Vago		
	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %	2011	2021	Variação %
UFBCT	2574	2654	3,1	1477	1447	-2,0	691	810	17,2	406	397	-2,2
Caria	1423	1473	3,5	799	763	-4,5	453	424	-6,4	171	286	67,3
Inguias	618	634	2,6	296	272	-8,1	265	242	-8,7	57	120	110,5
Maçainhas	311	320	2,9	163	139	-14,7	108	130	20,4	40	51	27,5
Belmonte	4926	5081	2,9	2735	2621	-14,7	1517	1606	20,4	674	854	27,5

Fonte: INE. Recenseamento da População e da Habitação. 2011 e 2021

Relativamente à idade média dos edifícios, no concelho de Belmonte, esta é de 36,09, mas de acordo com o gráfico seguinte é possível verificar que a freguesia de Inguias possui os edifícios mais velhos com uma idade média de 38.53, enquanto Colmeal da Torre apresenta como a freguesia com edifícios mais novos.

Gráfico 11| Idade média dos edifícios (Ano), por freguesia



Fonte: INE,2011

Relativamente à construção de novos fogos desde a vigência do PDM, de acordo com o INE, a dinâmica nos últimos anos tem sido baixa, estando, no entanto, em consonância com o cenário da região.

Tabela 41| Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar U.F. de Belmonte e Colmeal da Torre

	<b>Belmonte</b>	U.F. de Belmonte e Colmeal da Torre	Caria	Inguias	Maçainhas
1996	<b>36</b>	27	8	0	1
1997	<b>35</b>	21	7	4	3
1998	<b>47</b>	33	11	1	2
1999	<b>26</b>	19	4	2	1
2000	<b>49</b>	36	11	2	0
2001	<b>17</b>	8	5	1	3
2002	<b>57</b>	43	11	3	0
2003	<b>40</b>	33	4	0	3
2004	<b>26</b>	20	4	1	1
2005	<b>44</b>	23	20	1	0
2006	<b>19</b>	6	7	4	2
2007	<b>27</b>	16	9	2	0
2008	<b>13</b>	4	2	4	3
2009	<b>11</b>	1	6	1	3
2010	<b>33</b>	13	16	3	1
2011	<b>12</b>	7	5	0	0
2012	<b>17</b>	11	6	0	0
2013	<b>9</b>	-	-	-	-
2014	<b>2</b>	-	-	-	-
2015	<b>4</b>	-	-	-	-
2016	<b>1</b>	-	-	-	-
2017	<b>4</b>	-	-	-	-
2018	<b>1</b>	-	-	-	-
2019	<b>2</b>	-	-	-	-
2020	<b>4</b>	-	-	-	-

Relativamente à conservação do parque habitacional verifica-se até há poucos anos, uma degradação de muitos imóveis de épocas mais antigas, sobretudo os anteriores a 1945, afetando a sua solidez, segurança e salubridade, motivadas pelo seu abandono, mas também pelos custos associados à sua manutenção e reabilitação serem difíceis de comportar por parte dos proprietários. Mais recentemente e com a aposta na reabilitação urbana essa realidade começa a inverter-se, sendo notório em muitos aglomerados urbanos/rurais.

De acordo com os dados do INE, em 2011, eram as freguesias de Belmonte e Caria as que apresentavam um parque habitacional mais degradado.

Gráfico 12| Edifícios (n.º) por freguesia e estado de conservação.

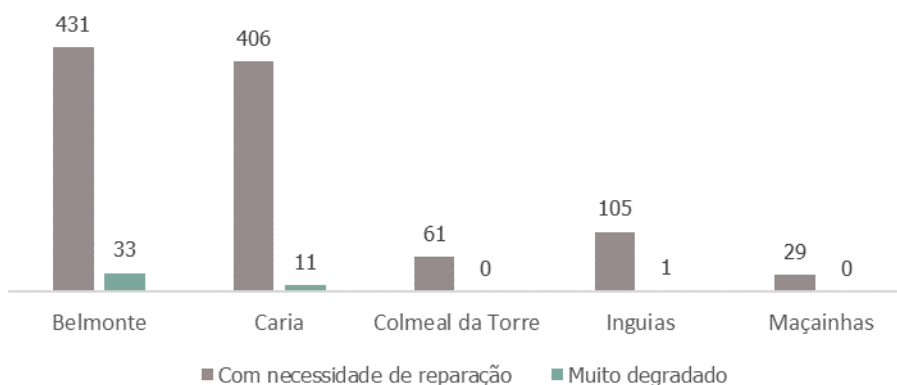


Figura 125| Belmonte Gare, Colmeal da Torre e Gaia



As novas políticas da habitação, da reabilitação urbana, a reforma do arrendamento urbano têm sido um motor de arranque para a dinâmica do parque habitacional aumentando significativamente o interesse dos particulares e dos municípios por esta temática. O imobiliário a seguir à crise tem tido um crescimento exponencial nos grandes centros urbanos, e começando mais recentemente a dinamizar os mercados do interior. Também aqui as políticas de valorização do interior estão a surtir os seus efeitos.

#### **14.10.2. LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE REALOJAMENTO HABITACIONAL**

O “Levantamento nacional das necessidades de realojamento local” elaborado pelo IHRU com a colaboração das autarquias, em 2018, “identifica o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, constituindo o primeiro levantamento sistemático realizado em matéria de precariedade habitacional, incidindo sobre todo o território nacional. Teve por objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais graves existentes no país e servir de base à preparação e implementação do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação. Enquadra-se também, no âmbito da concretização primeiro objetivo estipulado no documento "Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação" aprovado em Conselho de Ministros a 4 de outubro de 2017 e colocado a consulta pública a 17 de outubro do mesmo ano, bem como, na resposta a Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017. Retificada pela Declaração de Retificação n.º 9/2017, de 3 abril, que recomendou ao Governo que procedesse ao levantamento das necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação, que avaliasse a execução do Programa Especial de Realojamento e que criasse um novo Programa Nacional de Realojamento para garantir o efetivo acesso ao direito à habitação.”

Do estudo realizado foi detetado que cerca de metade dos municípios tem carências habitacionais sinalizadas, e muitos fogos sem as condições mínimas de habitabilidade, sendo as situações mais graves nas áreas da Grande Lisboa e do Grande Porto. Na região da Beiras encontra-se um conjunto significativo de municípios que sinalizam a necessidade de realojamento, no concelho de Belmonte foram apenas identificadas 2 famílias com necessidade de realojamento.

Tabela 42| carências habitacionais, segundo inquérito realizado em 2017

Município	N.º de núcleos	N.º de famílias a realojar
Belmonte	2	2
Covilhã	0	0
Guarda	5	35
Sabugal	1	2
Fundão	16	25

Penamacor	0	0
-----------	---	---

Nos municípios que apresentam carências o número de agregados familiares a realojar acompanha tendencialmente o número de núcleos com presença de necessidade e de realojamento. Os valores para Belmonte e concelhos similares são muito residuais.

Este estudo realizou uma estimativa orçamental e analisou a capacidade de resposta do município para resolver a questão da carência habitacional. Esta questão deverá ser tratada no Estratégia local de habitação que o município venha a elaborar (ver também cap. 10), que deverá estar fortemente ligada com as políticas para a habitação a enquadrar nos objetivos do PDM.

## **15. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA**

Os equipamentos de utilização coletiva (adiante designados como equipamentos) são um dos principais meios de proporcionar igualdade de oportunidades à população. Têm a capacidade de agregar pessoas, para funções específicas, bem como para momentos de recreio e lazer. Permitem e proporcionam muitas vezes o relacionamento mais intenso entre as diferentes faixas etárias e/ou sociais, sendo assim um meio privilegiado de relacionamento entre a população. Nos equipamentos que estão sob a alçada da CMB, o município tem apostado na qualidade, quer ao nível da conceção de projetos quer ao nível de execução de obra e posteriormente na fase de funcionamento, assegurando níveis de serviço exemplares (higiene, segurança, equipamentos e material de apoio, pessoal qualificado, etc.).

A metodologia aplicada no presente estudo teve como base os conceitos, definições e critérios da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) para o tema e na legislação aplicável, considerando-se as seguintes tipologias de equipamentos:

- Saúde;
- Educação;
- Ação Social;
- Desporto;
- Recreio e Lazer;
- Cultura;
- Segurança Pública e Proteção civil;



- Administração.

Com base nestas tipologias, foi efetuado o levantamento de todos os equipamentos coletivos do concelho, analisando as suas diversas características (tipo de equipamento, capacidade e localização). O objetivo é constituir uma base atualizada e fiável, para uma posterior intervenção e programação dos equipamentos consoante as necessidades do concelho e das suas freguesias. Foi também verificado o nível de execução das propostas do PDM vigente relativamente a este tema em específico.

Para a recolha de informação efetuou-se a consulta a diversas entidades de entre as quais se referem a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, algumas coletividades, assim como Escolas, Centro de Saúde e Extensões de Saúde, Agrupamento de Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Belmonte, e as várias IPSS's localizadas no concelho. A informação estatística utilizada refere-se aos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) como por exemplo o "Anuário Estatístico da Região Centro, para 2006". Foram também utilizados os dados apresentados na Carta Educativa para o Concelho, e dados atuais recolhidos perante as várias instituições.

Para este estudo foi importante estabelecer diversos conceitos utilizados na presente abordagem e que são, na sua maioria, definições adaptadas de "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos" da DGOTDU. Importa considerar:



Refira-se ainda que os critérios para a identificação de carências fundamentam-se nas Normas do GEPAT (Ministério do Planeamento e de Administração do Território) e da DGOTDU ("Normas para Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos"), que apresentam as percentagens de cobertura adequadas a cada tipologia de equipamento e se relacionam com a percentagem de população existente e a contabilizar, para cada caso específico.

O Concelho de Belmonte apresenta uma ocupação muito diferenciada do seu território, possui um único centro urbano na sede do concelho, sendo o restante espaço caracterizados por um espaço rural, onde se encontram dispersos os aglomerados de baixa densidade populacional.

### 15.1. SAÚDE

No concelho de Belmonte apenas se verifica a existência de equipamentos de saúde integrados na rede de **Cuidados de Saúde Primários**.

Pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde do Cova da Beira, em que a sua área de influência corresponde aos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão. A UCSP de Belmonte é composta por 2 polos assistenciais, um em Belmonte (sede da UCSP) e um em Caria. O Centro de Saúde de Belmonte funciona de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 20:00, e aos Sábados, Domingos das 08:00 às 13:00, e aos Feriados está encerrado.<sup>23</sup>

Figura 126| BI da UCSP de Belmonte



Fonte: SNS, março 2020

Em março de 2020 a UCSP de Belmonte abrangia 7.274 utentes, sendo que 2.088 possuem mais de 65 anos e apenas 317 possuem menos de 6 anos, concluindo assim que estamos perante uma população bastante envelhecida.

<sup>23</sup>Fonte: <https://cm-belmonte.pt/diretorio/centro-de-saude-de-belmonte/>

Figura 127| Centro de Saúde de Belmonte



Fonte: <https://cm-belmonte.pt/diretorio/centro-de-saude-de-belmonte/>

Em relação aos Cuidados de Saúde Secundários existem os Hospitais do SNS que asseguram, para além dos cuidados de saúde que exigem internamento de longa ou curta duração, a consulta externa de várias especialidades. O concelho em estudo é servido pelo Centro Hospitalar Cova da Beira SA. que integra o Hospital Pêro da Covilhã (na cidade da Covilhã) e o Hospital do Fundão. Este Centro é responsável pelos cuidados hospitalares de cerca de 100 mil habitantes.

Além destes equipamentos de saúde públicos existem ainda os privados, que colmatam muitas vezes as carências verificadas. Nesta categoria englobam-se as Farmácias, os Laboratórios de Análises Clínicas e os Consultórios Médicos. Este tipo de equipamentos tem características que permitem a inserção nas estruturas urbanas de forma mais integrada pois estão agregados às massas edificadas gerais, não exigindo edifícios de carácter especial. Refere-se ainda, que algumas falhas que possam existir na rede de equipamentos de saúde públicos, são colmatadas pelos equipamentos de saúde privados (laboratórios de análises clínicas, consultórios médicos e clínicas médicas). No entanto, estes últimos devem funcionar apenas como um suporte para as exigências, ou seja, como um complemento.

No Concelho, existem atualmente 2 Farmácias, uma em Belmonte e outra em Caria. Verifica-se que, desde o PDM vigente, o número de farmácias manteve-se, não existindo informação sobre os postos de enfermagem nessa época. Além destes, existem atualmente:

- **4 Clínicas Dentárias:** 3 na Vila de Belmonte (“Clináxia – Clínica Médica e Dentária, Lda”, “Clínica Médica Dentária Frederica Benedito” e “Clínica Dentária Colnaghi Lda.”) e outra em Caria (“Clínica Dentária Cariense Lda.”);
- **1 Clínica Fisiátrica** (“Clínica Fisiátrica de Belmonte, Lda.”) na Vila de Belmonte;
- 1 Clínica de Cardiologia na Vila de Belmonte;

- **2 Posto de Colheita e Análises Clínicas** (“Covilabo– Análises Clínicas” e “Affidea – Análises Clínicas” na Vila de Belmonte.

Em termos gerais, os equipamentos de saúde servem todas as freguesias, embora nem sempre de forma permanente.

Atualmente pela necessidade verificada está prevista uma sala para saúde oral no centro de saúde de Belmonte

## 15.2. EDUCAÇÃO

A aguardar a atualização da Carta educativa para listagem de equipamentos escolares, sabendo no entanto que as escolas que estão em funcionamento são as seguintes.

Relativamente ao parque escolar, este dá resposta à população atual, sendo que o centro de escolar de Belmonte está prevista a remodelação dos Edifício que para além de prever a melhoria das condições térmicas do edifício, prevê também a modernização do respetivo mobiliário escolar e do equipamento informático, bem como o espaço exterior e envolvente.

Os dados relativamente ao número de alunos são elencados no capítulo da população.

### Escola C+S

#### Agrupamento Escolas Pedro Alvares Cabral, Belmonte



### Escolas Básicas do 1.º Ciclo

Centro Escolar de Belmonte, Belmonte

Escola de S. Marcos – Caria



Escola Básica 1.º Fonte do Ruivo – Caria



Escola Básica 1.º Colmeal da Torre



Sala de Apoio do 1º Ciclo de Carvalho Formoso



Sala de Apoio do 1º Ciclo de Maçainhas



**Escolas do Pré-Escolar do Concelho de Belmonte**

Pré-Escolar de Belmonte



Pré-Escolar de Caria



Pré-Escolar de Carvalhal Formoso



Pré-Escolar de Colmeal da Torre



### 15.3. AÇÃO SOCIAL

O sistema social pode ser melhorado através da implementação destes equipamentos, proporcionando mais qualidade de vida à população em geral, minorando assim as diferenças económicas e permitindo a equidade social.

A atual política social visa fundamentalmente “a cobertura equitativa do País, eliminando lacunas e assimetrias, prevenindo as sobreposições de apoios e ainda no sentido de promover uma maior harmonização das respostas sociais e valorizar as parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares, para uma atuação integrada junto dos indivíduos e das famílias. Tem, ainda, como objetivo estimular o voluntariado social, com vista a assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na promoção do bem-estar social.” De facto, existe um grande investimento em ações inovadoras, erradicação de problemas inquestionáveis como a pobreza infantil ou jovens em risco, e ainda o crescente apoio à terceira idade, com nova estratégia de reintegração na sociedade atual.

Em relação aos equipamentos de segurança social destinados à população da faixa etária mais jovem, os objetivos prendem-se ainda com a melhoria e equidade das oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança.

Neste contexto identificou-se a existência do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) na sede do concelho. Este é um importante elemento, pois coordena as ações municipais no âmbito das políticas sociais nacionais.

Tabela 43| Rede de Serviços e Equipamentos de resposta social existentes no concelho de Belmonte

RESPOSTA SOCIAL	EQUIPAMENTOS EXISTENTES	
Creche	Nº. Equipamentos	3
	Capacidade Total	135
	Total de utentes	88
Pré-escolar	Nº. Equipamentos	7
	Capacidade Total	202
	Total de utentes	132
ATL	Nº. Equipamentos	3
	Capacidade Total	141
	Total de utentes	123
Centro de Dia	Nº. Equipamentos	5
	Capacidade Total	73
	Total de utentes	43
Lar de Idosos	Nº. Equipamentos	5
	Capacidade Total	188
	Total de utentes	178

### 15.3.1. CRECHE, PRÉ-ESCOLAR E ATIVIDADES DOS TEMPOS LIVRES (ATL)

A Creche destina-se a “acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.<sup>24</sup> Pode estar associada ao Pré-Escolar, e ainda aos ATL’s, uma vez que os objetivos e valências são compatíveis.

O Estabelecimento de Educação Pré-Escolar é uma “resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e

<sup>24</sup>Nomenclatura e Conceitos – Despacho do Senhor Secretário de estado da Segurança Social de 19/01/2006

atividades de apoio à família.”<sup>25</sup> e a melhoria da integração social da criança no período de transição para a escola.

Os Centros de Atividades de Tempos Livres (ATL's) destinam-se “proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.”<sup>26</sup>

No concelho de Belmonte, e de acordo com o Carta Social<sup>27</sup> existiam os seguintes equipamentos de resposta social.

Tabela 44| Rede de Serviços e Equipamentos no Concelho de Belmonte

FREGUESIAS	ENTIDADE	EQUIPAMENTO	RESPOSTA SOCIAL	CAPACIDADE	UTENTES
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	Jardim de Infância "O Cordeirinho"	Creche	35	33
			Pré-Escolar	50	36
	Associação Nossa Senhora da Esperança	Infantário "O Amiguinho"	Creche	50	30
			Pré-Escolar	21	28
			ATL	21	21
Escolas Pedro Álvares Cabral	Jardim de Infância Centro Cultural, Colmeal da Torre	Pré-Escolar	25	4	
		Escola Básica Centro Educativo de Belmonte	Pré-Escolar	47	31
Freguesia de Caria	Centro de Assistência Paroquial de Caria	Jardim de Infância Girassol	Creche	50	25
			Pré-Escolar	25	23
			ATL	40	28
	Escolas Pedro Álvares Cabral	Centro Escolar de Caria	Pré-escolar	25	5
Freguesia de Inguias	Escolas Pedro Álvares Cabral	Jardim de Infância de Carvalhal Formoso	Pré-Escolar	9	5

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos

Diga-se que nos últimos anos, e sobretudo relativamente ao PDM vigente, esta foi uma área educativa com importante evolução, embora esta não estivesse prevista nas propostas do referido instrumento de ordenamento. De facto, evoluiu-se de uma situação de grave carência e mesmo inexistência de creches, o que proporciona uma maior qualidade de vida aos pais das crianças e um maior incentivo à residência de população nestes concelhos, visto oferecer as condições necessárias à vida quotidiana (permite a conjugação da vida familiar e da de trabalhador, por exemplo).

<sup>25</sup>Ibidem

<sup>26</sup>Ibidem

<sup>27</sup>Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos do Gabinete de Estratégia e Planeamento (EP) – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), disponível em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>



De acordo com estes dados, os equipamentos existentes conseguem responder às necessidades do concelho, uma vez que o número total de utentes não ultrapassa a capacidade total dos mesmos. Há que reconhecer a importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), como complemento à rede social existente, sendo que grande parte das crianças e jovens, utentes destes equipamentos, têm protocolos com a Segurança Social.

### 15.3.2. LAR DE IDOSOS E CENTRO DE DIA

O Lar de Idosos, segundo as normas da DGOTDU, "(...) é um estabelecimento onde são desenvolvidas atividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento coletivo de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio e proporcionando animação social e ocupação dos tempos livres dos utentes."

O Centro de Dia, por sua vez, "(...) tem como função a prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar." Um dos objetivos fundamentais é evitar o isolamento deste grupo etário e melhorar as suas relações interpessoais, além de proporcionarem ajudas adequadas às diversas situações que possam surgir.

Tabela 45| Lares e Centros de Dia existentes no Concelho de Belmonte

FREGUESIAS	ENTIDADE	EQUIPAMENTO	RESPOSTA SOCIAL	CAPACIDADE	UTENTES
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	Equipamento Social da Misericórdia de Belmonte	Lar de Idosos	100	100
			Centro de Dia	8	7
Freguesia de Caria	Centro de Assistência Paroquial de Caria	Residência Social de Caria	Lar de Idosos	45	46
		Centro de Dia de Caria	Centro de Dia	30	12
Freguesia de Inguia	Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	SCM Belmonte - ERPI Carvalhal Formoso	Lar de Idosos	11	0
			Centro de Dia	8	8
Freguesia de Maçainhas	Centro de Apoio Social de Maçainhas	Centro de Apoio Social de Maçainhas	Lar de Idosos	12	12
			Centro de Dia	2	0

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos

A este nível as respostas sociais são de abrangência concelhia, e de um modo geral a oferta vai dando para a procura. Este tipo de equipamentos é considerado imprescindível num concelho como o de Belmonte, com tendência para uma população cada vez mais envelhecida. Todo o apoio que os equipamentos de solidariedade e segurança social poderem fornecer à população idosa torna-se crucial.

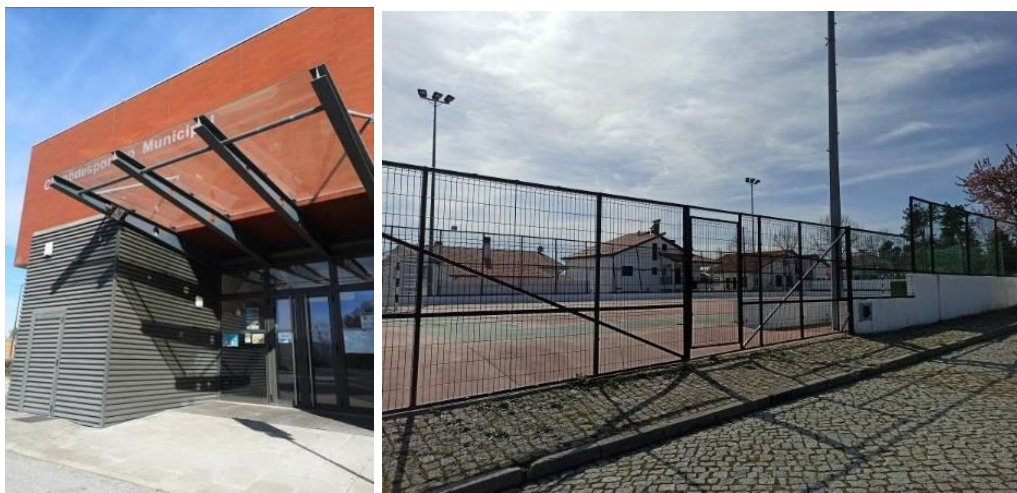
#### 15.4. DESPORTO

Pretende-se efetuar um levantamento dos equipamentos desportivos existentes no concelho, assim como as respetivas áreas e estabelecer uma análise comparativa com os valores recomendados pelas Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, da DGOTDU (2002), com vista a uma previsão das necessidades existentes.

Para esta análise foram utilizadas várias fontes de informação, nomeadamente, levantamentos de campo, informação existente na cartografia e a informação fornecida pela Câmara Municipal de Belmonte.

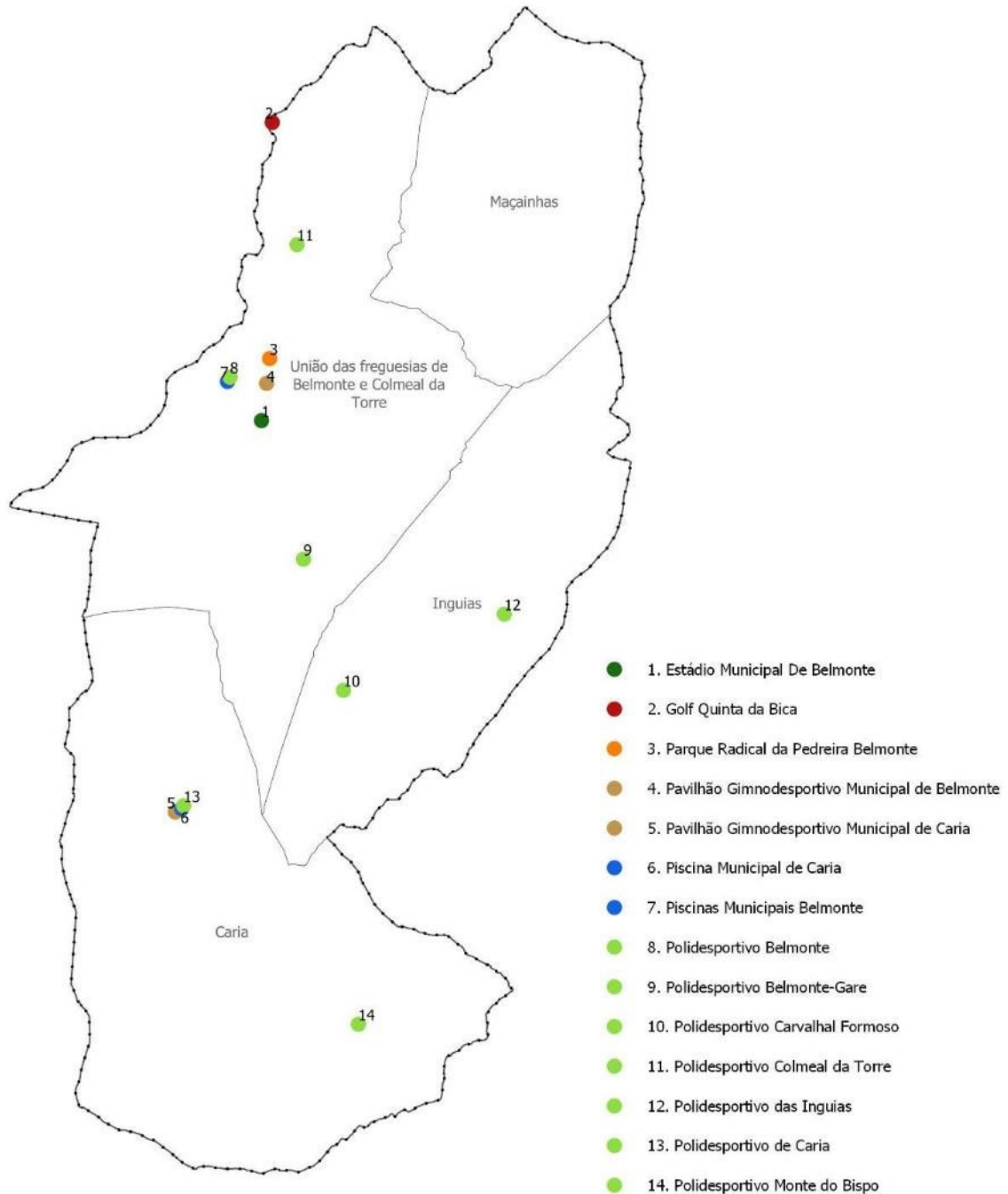
Para a verificação e validação das necessidades de equipamentos desportivos existentes no concelho e programar os necessários recorreu-se, tendo como documento de referência o atrás referido. Estas normas fazem uma relação direta com a população a servir, sendo necessário posteriormente avaliar conjuntamente com outros critérios, nomeadamente: “diferenças de estrutura sócio económica, estrutura demográfica e grau de urbanização das populações, dimensão e carências da população em idade escolar, características do parque escolar, natureza e vocação das sociedades desportivas de importância local.”

Tabela 46| Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Caria e Polidesportivo de Carvalhal Formoso



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Figura 128| Equipamentos Desportivos Existentes no concelho de Belmonte



Assim, e partindo do quadro apresentado, descrevem-se agora as questões/pormenores mais relevantes para o presente estudo. Relativamente ao Gimnodesportivo de Belmonte, que está em funcionamento desde 1993, sendo utilizado das 8h às 18h para as aulas de educação física dos alunos da EB 2,3/S Pedro Álvares Cabral, e entre as 18h e 24h pelas coletividades do concelho. A área do recinto de jogo pode dividir-se em três espaços pedagógicos, pelo que 3 turmas podem ter aula em simultâneo. O Gimnodesportivo contém: sala de musculação; 9 balneários - 3 para

professores/monitores e para alunos/desportistas, 3 masculinos e 3 femininos; WC para deficientes; primeiros socorros, sala de professores; cabine de imprensa; 3 arrecadações e zona para bar. Possui também uma bancada com capacidade para 400 pessoas sentadas e 2 sanitários (M/F). Na zona envolvente existe um parque de estacionamento.

De referir ainda que, de acordo com informações recolhidas no local, ao longo da utilização deste equipamento tem-se vindo a sentir a falta de espaços de arrumos, pois como os equipamentos de jogos muitas vezes têm grandes dimensões, acabam por ter de permanecer no espaço de jogo. Foi ainda sugerido que o espaço exterior tem potencial para ser utilizado para modalidades ao ar livre (saltos em altura e comprimento, desportos radicais, etc.), rentabilizando-se desta forma ainda mais as infraestruturas.

As Piscinas Municipais de Belmonte compreendem uma piscina de adultos e outra para crianças, parque infantil, balneários, bar, sala de máquinas e caldeira. A piscina de adultos pode ser aquecida e coberta mediante uma estrutura própria para o efeito. Estas piscinas e o polidesportivo de Belmonte são geminados. Todos os anos, consoante o número de crianças inscritas, é decidido se a piscina é coberta ou não, existindo situações em que os utentes são transportados para a piscina coberta do concelho vizinho.

Existem também Piscinas em Caria, que embora sejam semelhantes às de Belmonte, não possuem caldeira. Estes complexos precisam já de uma intervenção ao nível da manutenção da melhoria da eficiência energética.

De referir ainda que existe um Campo de Golfe (na Quinta da Bica Golf em Belmonte) que, embora seja de exploração privada, funciona como um importante potencial e mais-valia do concelho, sobretudo numa época em que este desporto está a ganhar crescente importância e reconhecimento, criando simultaneamente sinergias turísticas. Este é o único campo de golfe da região.

Para se poder verificar se existem ou não carências destes equipamentos é necessário ter em conta a população residente atual e a prevista para o ano horizonte (esta última ainda a completar com nova informação).

Pode-se concluir que o Concelho está dotado de equipamentos desportivos, embora necessite de algumas aferições, sobretudo no que diz respeito aos materiais mais atuais que podem ser utilizados e também às necessidades pontuais de balneários ou bancadas. Será também de assinalar o interesse por outro tipo de desportos, que atualmente começam a ser redescobertos e para os quais o concelho em estudo tem muito potencial/condições: desportos radicais como BTT ou Todo-o-Terreno; Caminhadas; Escalada; Rappel; Jogos de Orientação; etc.

Tabela 47| Equipamentos Desportivos Existentes

TIPOLOGIA	EQUIPAMENTO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DO RECINTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Grande Campo de Jogos	Estádio Municipal De Belmonte	Belmonte	8.500 m <sup>2</sup>	Bom
	Polidesportivo Belmonte	Belmonte	40x20 m <sup>2</sup>	Razoável
Pequeno Campo de Jogos	Polidesportivo Belmonte-Gare	Belmonte-Gare	40x20 m <sup>2</sup>	Razoável
	Polidesportivo Colmeal da Torre	Colmeal da Torre	40x20 m <sup>2</sup>	Razoável
	Polidesportivo Caria	Caria	40x20 m <sup>2</sup>	Bom
	Polidesportivo das Inguias	Inguias	40x20 m <sup>2</sup>	Bom
	Polidesportivo Monte do Bispo	Monte do Bispo	40x20 m <sup>2</sup>	Razoável
	Polidesportivo Carvalhal Formoso	Carvalhal Formoso	40x20 m <sup>2</sup>	Razoável
	Parque Radical da Pedreira Belmonte	Belmonte	2.000 m <sup>2</sup>	Mau
	Piscina Descoberta	Piscinas Municipais Belmonte	Belmonte	25x12,5 m <sup>2</sup> + 19,6 m <sup>2</sup>
Piscina Municipal de Caria		Caria	25x12,5 m <sup>2</sup> + 19,6 m <sup>2</sup>	Bom
Pavilhões e Salas de Desporto	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Belmonte	Belmonte	1.500 m <sup>2</sup>	Razoável
	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Caria	Caria	2.200 m <sup>2</sup>	Bom
Outros	Golf Quinta da Bica	Gaia	-	Bom

### 15.5. RECREIO E LAZER

Os equipamentos de recreio e lazer de Belmonte integram-se nas tipologias: parque de merendas, parque infantil e espaço de lazer com curso de água.

Tabela 48| Equipamentos de Recreio e Lazer

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	ÁREA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	Jardim Público de Belmonte	- Zona com bancos e bebedouro.	1.600 m <sup>2</sup>	Bom
	Canto dos Namorados	- Zona com bancos.	300 m <sup>2</sup>	Bom
	Jardim da Alameda	- Zona com mesas e bancos para merendas.	7.000 m <sup>2</sup>	Bom
	Jardim Barroco dos Corvos	- Zona com mesas e bancos para merendas e piqueniques.	1.950 m <sup>2</sup>	Razoável
	Varandas do Zêzere	- Zona com mesas e bancos para merendas.	1.300 m <sup>2</sup>	Bom
	Parque do Chafariz e do Areal	- Zona com mesas e bancos para merendas;	3.000 m <sup>2</sup>	Bom

		- Zona de manutenção; - Parque Infantil.		
	Parque de Santiago	- Zona com mesas e bancos para merendas e piqueniques; - Zona para Autocaravanas; - Zona de manutenção; - Parque Infantil.	6.480 m <sup>2</sup>	Bom
	Parque de Merendas do Santo Antão	- Zona com mesas e bancos para merendas e piqueniques; - Grelhadores; - Sanitários; -Bar.	1.660 m <sup>2</sup>	Razoável
	Parque Urbano do Machorro	- Zona com mesas e bancos para merendas e piqueniques; - Zona de Manutenção.	-	Razoável
	Jardim de São Tiago	- Zona com bancos.	275 m <sup>2</sup>	Razoável
	Praia Fluvial	- Zona banhos; - Zona com mesas e bancos para merendas e piqueniques.	30.000 m <sup>2</sup>	Degradado
Caria	Parque Infantil		1.250 m <sup>2</sup>	Bom
Inguias	Jardim Público	- Zona com bancos; - Parque infantil.	950 m <sup>2</sup>	Razoável

No concelho existem alguns jardins públicos, muitas vezes acompanhados de parques infantis. Estes locais acabam por ser pontos de referência dentro dos aglomerados. As áreas são bastante variáveis, no entanto o mobiliário urbano nem sempre se apresenta nas melhores condições de conservação.

É de referir que alguns dos parques infantis do concelho não são formais, isto é, não respeitam as regras relativas aos materiais e às vedações.

Figura 129| Jardim Público de Belmonte, Cantinho dos Namorados e Parque do Chafariz e do Areal



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Figura 130| Parque Infantil de Caria e Jardim Público de Inguias



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Existe ainda uma zona considerada como uma praia fluvial, mas que não possui as qualidades de água para tal. Este espaço está equipado com parque de merendas, no entanto, todo o espaço necessita de alguma atualização/requalificação, consistindo, no entanto num importante elemento com potencial turístico, que poderá ser mais evidenciado.

Figura 131| Praia Fluvial



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

## 15.6. CULTURA

Os equipamentos culturais não são objeto de normas particulares para a programação de equipamentos pela DGOTDU, mas constituem equipamentos importantes para a qualidade de vida das populações.

Tabela 49| Equipamentos Culturais Existentes

FREGUESIA	EQUIPAMENTO
União de freguesias Belmonte e Colmeal da Torre	Ecomuseu do Zêzere
	Museu Judaico
	Museu dos Descobrimentos
	Associação de Caça e Pesca do Concelho de Belmonte
	Associação Desportiva de Belmonte
	Banda de Música de Belmonte
	Casa do Benfica de Belmonte
	Clube Cultural Desportivo e Recreativo de Colmeal da Torre

	Clube de Caça e Pesca de Colmeal da Torre
	Sede União Desportiva de Belmonte
	Auditório Municipal
	Auditório Santa Casa da Misericórdia de Belmonte
	Biblioteca Municipal
	Igreja de Santiago e Panteão dos Cabrais
	Museu do Azeite
Maçainhas	Associação da Juventude de Maçainhas
	Casa da Roda Caria
	Museu do Território Casa da Torre Caria
	Casa Etnográfica de Caria
	Salão da Junta de Freguesia de Caria
Caria	Banda Filarmónica de Caria
	Centro Cultural Desportivo e Recreativo do Monte do Bispo
	Centro Cultural e Recreativo de Malpique
	Clube de Caça e Pesca de Caria
	Biblioteca Cantadeiras de Caria/Centro Internet
Inguias	Associação Recreativa e Cultural de Inguias
	Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Carvalhal Formoso

Como se pode verificar, existem por quase todas as freguesias equipamentos culturais pertencentes a coletividades locais, que assumem importância fundamental na dinamização da comunidade e na promoção da cultura., sendo que grande parte delas tem afetação física de espaço.

Os equipamentos de cultura sofreram um importante incremento/impulso. Isto ao nível dos museus que passaram a possibilitar a exploração da riqueza cultural e diversificada intrínseca ao concelho em estudo. No entanto, estes equipamentos concentram-se todos na Vila de Belmonte, o que de certa forma não produz tanta dinâmica turística como poderia.

### **15.7. PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA**

Os equipamentos de segurança pública (GNR e Bombeiros) devem situar-se em locais de acessibilidades estratégicas, de modo a poderem servir o concelho eficazmente. Sendo este um concelho bastante rural, os Bombeiros têm um papel de extrema importância. No entanto, apenas foi identificado um posto localizado na Vila de Belmonte. Seria importante a existência de outros apoios a este serviço como por exemplo “pontos de vigilância”, situados de preferência nas áreas de REN, RAN e florestais. A Corporação de Bombeiros existente em Belmonte, destina-se a servir a população de todo o Concelho, e segundo o critério de programação pertence ao Programa tipo A: população abrangida na área de intervenção da população – até 20 000 habitantes. Segundo este critério de



dimensionamento o equipamento deve ter 1328 m<sup>2</sup> de área de construção e 2500 m<sup>2</sup> de área de terreno, e obedecer a normas específicas na sua implantação. Tal situação não acontece no edifício onde se encontram os bombeiros de Belmonte. Neste verifica-se que as suas viaturas têm de ficar estacionadas no exterior, situação desaconselhada. Os postos da Guarda Nacional Republicana (GNR) existem em Belmonte e em Caria.

Tabela 50| Equipamentos de Proteção Civil e Segurança Pública existentes

ENTIDADE	EQUIPAMENTO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CARACTERÍSTICAS MEIOS DISPONÍVEIS
Bombeiros Municipais	Corpo de Bombeiros Voluntários de Belmonte	Concelho de Belmonte e concelhos limítrofes	88 profissionais 18 viaturas
Guarda Nacional Republicana	GNR - Posto Territorial de Belmonte	Belmonte, Maçainhas, Colmeal da Torre, Gaia	15 profissionais 3 viaturas e rádio
	GNR - Posto Territorial de Caria	Caria, Peraboa, Castanheira, Monte do Bispo, Inguias, Trígais, Carvalhal Formoso, Malpique	10 profissionais 2 viaturas e rádio

Figura 132| Quartel dos Bombeiros Voluntários de Belmonte



Fonte: <https://www.bvbelmonte.pt/>

## 15.8. ADMINISTRAÇÃO

Os equipamentos da Administração central, dado o seu caráter central, estão localizados na sede de freguesia, são equipamentos que se revestem de grande importância enquanto geradores de procura. Ao nível das restantes freguesias apenas se verifica a equipamentos da Administração local, nomeadamente as juntas de freguesia. De referir que, nalguns casos, os edifícios onde se localizam as juntas de freguesia não se restringem apenas a essa atividade, apresentando outras valências como seja, sede de coletividades, espaços culturais, jardim-de-infância, etc.

Assim os equipamentos existentes são:

- Câmara Municipal de Belmonte;
- Sedes de junta de freguesia;
- Lojas do Cidadão

As áreas das instalações são variáveis, encontrando-se genericamente em bom estado de conservação.

O PDM vigente previa para o ano de 2000 um Tribunal Judicial na Vila de Belmonte, equipamento este que até hoje ainda não existe. No entanto, foi apresentada a candidatura ao Ministério da Justiça para a existência de um Julgado da Paz no município, o qual tem funcionado melhorando esta carência, embora não seja por si só o suficiente pois este tipo de equipamento apenas acompanha processos de pequeno árbitro.

### **15.9. CULTO**

Os equipamentos de culto têm uma grande importância social, fazendo parte de uma cultura que se encontra enraizada na sociedade, devendo ser valorizados como símbolos dessa cultura e enquadrados no espaço urbano como estruturas associadas a espaços públicos, geralmente alvo de concentrações e dinâmizações populacionais.

O concelho de Belmonte conta com uma importante comunidade cristã, pelo que todas as freguesias têm a sua igreja matriz e/ou diversas capelas. A comunidade Judaica tem também uma forte presença no concelho.

- União de Freguesias Belmonte e Colmeal da Torre: Igreja de São Tiago, Igreja matriz de Belmonte, Igreja da Sagrada Família, Capelas de Santo António e Calvário, Capela de São Bartolomeu, Capela de Sto antão, Igreja Nossa Senhora de Fátima Igreja Matriz de Colmeal da Torre, Sinagoga, Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Maçainhas: Igreja matriz de Maçainhas, Capela do Espírito Santo;
- Inguias: Capela de S. José;
- Caria: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Capela de Santana, Capela São Domingos, Capela de São José, Capelas Nossa Senhora dos Remédios, Capela de Santo António e Capela de Sta Luzia.

Relativamente aos cemitérios, no concelho existem 9, um por cada aldeia ou vila. Alguns cemitérios já foram ampliados, outros precisam de mais espaço.

### **15.10. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Esta tipologia é abordada no capítulo 17.3.

## 15.11. COLETIVIDADES

O concelho de Belmonte, como se pode constatar, detém assim uma grande diversidade associativa, constituindo esta um dos fatores fundamentais na dinamização e desenvolvimento do Concelho. A mesma deverá ser considerada e enquadrada na atual revisão do PDM, ao propor modelos de gestão, planeamento e ordenamento.

Existem ainda outros tipos de equipamentos dispersos pelas freguesias. Podem encontrar-se algumas Sociedades Recreativas e Culturais, Clubes Desportivos, Cooperativas e diversas Associações, indicadas no quadro abaixo.

Tabela 51 - Associações, clubes e cooperativas existentes no concelho de Belmonte (2020)

<b>União de Freguesias Belmonte e Colmeal da Torre</b>
Associação Amigos da Estação de Belmonte
Associação de Caça e Pesca do Concelho de Belmonte
Associação Desportiva de Belmonte
Banda de Musica de Belmonte
Clube Cultural Desportivo e Recreativo de Colmeal da Torre
Clube de Caça e Pesca de Colmeal da Torre
Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral
Grupo Motard Os Ferroviários de Belmonte
União Desportiva de Belmonte
<b>Maçainhas</b>
Associação da Juventude de Maçainhas
<b>Inguias</b>
Associação Cultural e Recreativa das Inguias
Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Carvalhal Formoso
Associação Amigos das Olas
Associação Cultural dos Amigos de Trigais
<b>Caria</b>
Associação Cultural e Recreativa de Caria
Grupo Cultural da Banda Filarmónica de Caria
Clube Caça e Pesca de Caria
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Monte do Bispo
Cantadeiras de Caria
Núcleo Gimnodesportivo e Cultural de Caria
União Desportiva Cariense
Associação iN Monte Cultural
Banda Filarmónica de Caria
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Malpique

## 15.12. CONCLUSÃO

A rede de equipamentos serve todo o concelho, com maior relevância para a sua sede. Tem existido algum investimento sobretudo na área da educação, saúde e, mais recentemente, da cultura, recreio e lazer.

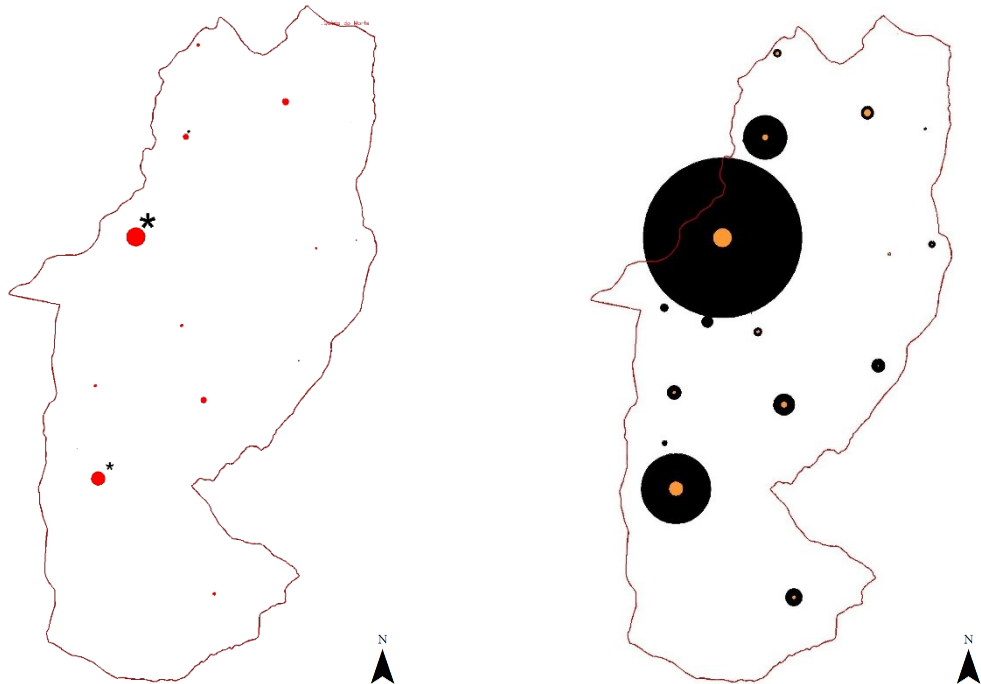


Figura 133| – Densidade e singularidade de equipamentos de utilização coletiva no concelho de Belmonte (Simbologia: asterisco - singularidade; esfera vermelha - densidade). (s/esc).

Figura 134| – Proporção entre equipamentos de utilização coletiva e população no concelho de Belmonte (equipamentos-esferas laranjas; esferas pretas- população Censos2001). (s/esc).

A aposta na área da educação é importante como atrativo para população jovem, que possa vir a contribuir para o aumento da taxa de natalidade do concelho. Relativamente aos equipamentos que servem a população mais idosa, de um modo geral são recentes e distribuem-se por todo o concelho. Analisando a população por lugares e a localização dos equipamentos de utilização coletiva é possível identificar locais muito bem servidos como Belmonte e Caria, o que é expectável face ao seu estatuto político administrativo. Destacam-se ainda outros locais como Maçainhas e Carvalhal Formoso.

Fazendo uma análise comparativa, entre as prioridades assinaladas no PDM96 (com a implementação de novos equipamentos e aumento da capacidade de outros), o desenrolar de toda a situação ao longo do prazo de vigência do mesmo e a própria situação atual, podem assinalar-se uma série de “deficiências”. Em primeiro lugar, se alguns dos equipamentos a implementar e/ou ampliar, referidos no PDM96, já eram imprescindíveis para colmatar as carências verificadas no Concelho, atualmente, uma vez que muitos deles não foram concretizados, torna-se imperativo tomar medidas de rápida

resolução. O maior problema reside nos equipamentos destinados à população mais idosa, dado que este concelho apresenta índices de envelhecimento com tendência para aumentar. No entanto, existem alguns equipamentos, que não foram mencionados no PDM96, tendo sido planeados posteriormente. Estes surgem no sentido de suprir algumas das deficiências, já há muito sentidas. É o caso das novas instalações para o Quartel da GNR em Belmonte, por exemplo.

Através deste quadro e do estudo efetuado é possível avaliar a evolução dos equipamentos coletivos no município de Belmonte, que se apresenta de seguida:

	PDM96		SEM EVOLUÇÃO	EM PROJETO	EXECUTADO	
	Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação					
<b>Equipamentos de Administração</b>	Câmara Municipal	Ampliação dos Paços do Concelho	X			
	Tribunal Judicial	Execução de 1em Belmonte			X (julgado de paz)	
<b>Equipamentos de Educação</b>	Pré-escolar (jardins de Infância)	+ 5 salas – Jardim Infância de Belmonte			x	
		+ 2 salas – Jardim Infância de Caria			x	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Colmeal da Torre			x	
		+ 1 sala – Jardim Infância de Carvalhal Formoso			X	
		+ 1 sala – Jardim Infância da Freg. Maçainhas	X			
	Ensino Básico – 1º Ciclo	- 1 sala - Freg. Belmonte				X
		- 4 sala – Freg. Caria				X
		- 1 sala – Freg. Colmeal da Torre				X
		- 2 salas – Freg. Inguias				X
		- 1 sala – Freg. Maçainhas				X
	Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo/Secundário	+ 6 salas - Belmonte				X
<b>Equipamentos de Saúde</b>	Centros e Extensões de Saúde	Prevista a construção de 1 centro de saúde de raiz em Belmonte			X	
<b>Equipamentos de Segurança Social</b>	Creche, Jardim de Infância e ATL	Não estava nada previsto			X #1	
		+ 1 – na freg. Belmonte	x		X	
	Centro de Dia	+ 1 – freg. Inguias				X
		+ 1 – freg. Maçainhas				X
Lar de Idosos	- 1 na freg. de Belmonte	X				
<b>Equipamentos de Desporto</b>	Campo de Joqos Grande	- 2 na freg. de Caria	X (1 deles)			
		- 1na freg. Colmeal da Torre	X			
		- 2 na freg. de Inguias	X			
		- 1 na freg. de Maçainhas	x			
		+ 2 na freg. de Belmonte				x

	PDM96	SEM EVOLUÇÃO	EM PROJETO	EXECUTADO
	Equipamentos propostos / sujeitos a ampliação			
	Campo de Jogos Pequeno/ Polidesportivo	+ 2 na freg. de Caria		X
		+ 2 na freg. de Colmeal da Torre		X (1 deles)
		+ 2 na freg. de Inguias		X
		+ 1 na freg. de Maçainhas		X
	Piscinas	+ 1 piscina coberta em Belmonte	x	
Equipamentos de Correios e Telecomunicações	Postos de Telef. Público	+ 12 na freg. de Belmonte	X	
		+ 8 na freg. Caria	X	
		+ 4 na freg. Colmeal da Torre	X	
		+ 2 na freg. Inguias	X	
Equipamentos de Cultura e Recreio	Bibliotecas	+ 1 Biblioteca municipal		x
	Museus	+ 3 Museus em Belmonte		X (5)*2
Equipamentos de Seg. Pública	Bombeiros	+ 1 Quartel em Belmonte (novo)		x
Equipamentos de Culto	Cemitérios	Ampliação dos cemitérios de Belmonte, 3 da freg. Caria e 1 de Carvalhal Formoso	X (2 na freg. de Caria)	X
Equipamentos de Espaços Verdes	Espaços de Recreio Infantil	- 1 na freg. Belmonte		x
		- 2 na freg. de Caria		X
		- 1 freg. de Colmeal da Torre	x	
		- 1 na freg. de Inguias	x	
	Espaços de Convívio e Encontro	+ 1 na freg. Belmonte		
		- 1 na freg. de Maçainhas	x	
Equipamentos de Transportes e Comunicações	Central de Camionagem	Implementação de 1 em Belmonte		X
Equipamentos - Outros	Espaços Polivalentes	+ 3 na freg. de Caria	X (2)	X (1)
		+ 1 na freg. de Colmeal da Torre		X
		+ 1 na freg. de Inguias		X
		+ 1 na freg. de Maçainhas		X

## **16. PATRIMÓNIO E TURISMO**

### **16.1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo apresenta-se a caracterização do sistema patrimonial de todo o município, abordando as várias tipologias conforme previsto na Lei de Bases do Património Cultural, no sentido de integrar esta área setorial nas opções de planeamento do território que a proposta de plano irá encerrar. Optou-se por estudar em paralelo o setor do turismo, que em Belmonte está intimamente ligado com o sistema patrimonial.

A valorização da identidade e da memória do lugar reflete-se não só no setor cultural, como também no do turismo e da economia. O conhecimento desta realidade envolve um ordenamento do território que garanta medidas de intervenção e/ou proteção mais coerentes e capazes de conferir novas dinâmicas assim como uma maior projeção do concelho, com base na história local, por isso a necessidade de definir um sistema patrimonial que identifique e salvguarde os valores culturais do concelho. Importa promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património em todas as suas vertentes enquanto elemento agregador da identidade local.

Em matéria de Ordenamento do Território, no que respeita ao Património Arquitetónico e Arqueológico, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial preconiza a necessidade da sua identificação, assim como o estabelecimento de medidas de proteção e valorização, assim o estabelecimento de parâmetros urbanísticos e a delimitação de zonas de proteção, que proporcionem a definição de sistemas de proteção dos valores e recursos culturais.

Assim, o estudo tem como objetivo abordar a temática do património cultural no concelho de Belmonte, elaborando um levantamento do património existente (classificado ou não) e analisando a sua relevância no contexto territorial e social em que se insere e comparando a situação caracterizada com a preconizada no PDM vigente (de forma a compreender a evolução deste descritor no concelho).

A Lei de Bases do Património Cultural considera parte integrante do "património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização."<sup>28</sup> Assim, são considerados o interesse cultural linguístico, histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, entre outros, que reflitam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade e singularidade. É tarefa fundamental do Estado assegurar e promover a salvaguarda do património cultural. Um dos princípios fundamentais é a coordenação,

---

<sup>28</sup> Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, art.º 1º n.º1



articulação e compatibilização do património cultural com outras políticas, com especial relevo para as políticas de ordenamento do território e do ambiente. Sendo que todo o cidadão tem direito à fruição do património cultural, devem precisamente essas políticas criar meios de acesso e de divulgação próprios, seja o património privado ou público. Para além da identificação dos valores, da definição das zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação, determina a Lei elaborar a carta arqueológica de modo a preservar a informação arqueológica contida no solo e no subsolo. Deste modo, e em sede da revisão do PDM, em que o enfoque é o Ordenamento do Território, a abordagem ao património cultural restringir-se-á apenas ao património arquitetónico, arqueológico e natural. Este último, apesar de abordado no Sistema Biofísico com maior detalhe, apresenta-se aqui uma breve abordagem ao património natural, uma vez que este surge grande parte das vezes associado ao património cultural. Apresenta-se ainda uma breve abordagem ao património imaterial, pelo seu importante contributo para os costumes da região.

Belmonte é uma vila medieval, que acolhe a última comunidade criptojudáica da Península Ibérica, apresentando um passado rico, que permite associar o turismo e o património. A sua caracterização deve ser feita em conjunto e desenvolvida como uma estratégia integrada. As bases de trabalho utilizadas foram os elementos e estudos do PDM vigente e outros PMOT's, a base de dados da DGPC e entre outros documentos com informações que enriquecem o presente trabalho.

## **16.2. CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL 2027**

Atualmente o turismo é um dos principais motores da economia nacional, comprovado essencialmente pela evolução registada na última década, onde se confirma a importância do setor e o forte investimento e articulação estratégica que se tem verificado a nível público e privado.

A Estratégia Turismo 2027 (ET27), RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, apresenta-se como um referencial estratégico para a década, com o objetivo de afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.

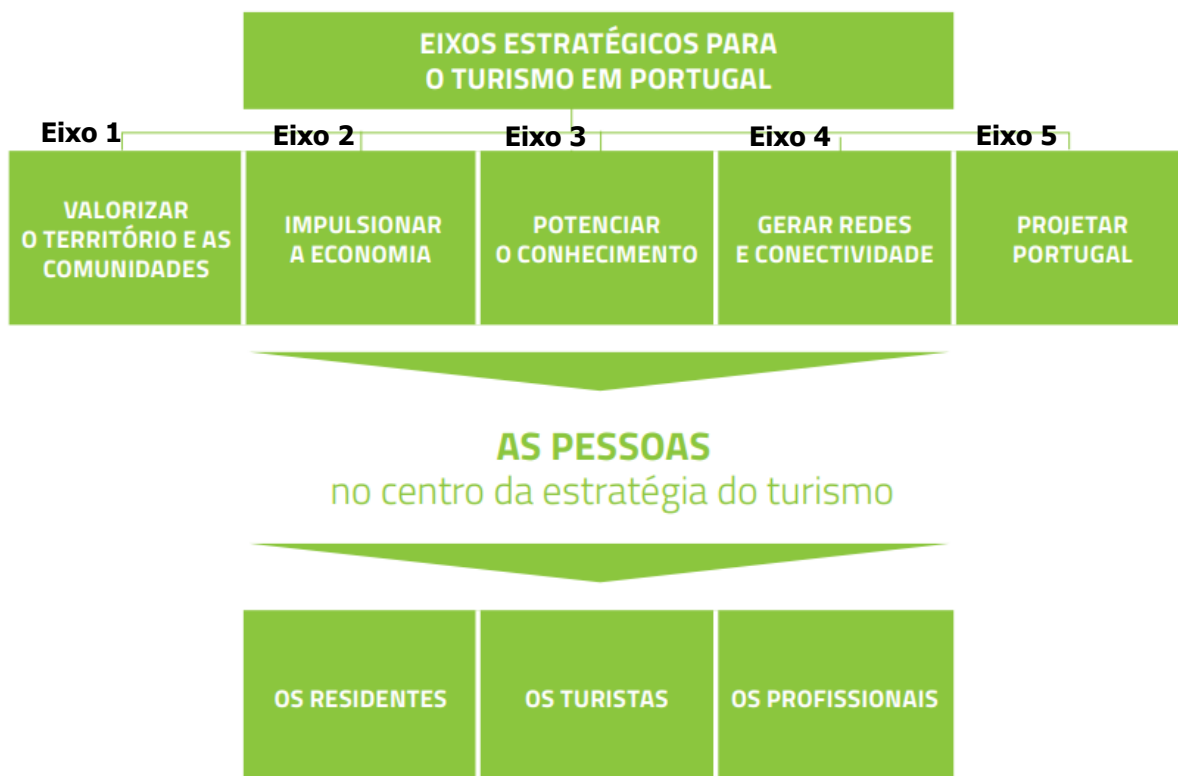
A ET27 apresenta 10 ativos estratégicos que visam a sustentabilidade e a competitividade do destino Portugal, sendo:

- o As pessoas;
- o O clima e a luz;
- o A história, a cultura e a identidade;
- o O mar;

- o A natureza;
- o A água;
- o A gastronomia e os vinhos;
- o Os eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios;
- o O bem-estar;
- o O living - Viver em Portugal.

A execução e materialização da ET27 passa pela implementação de projetos assentes nas linhas de atuação dos seus eixos estratégicos, apresentando projetos prioritários para o desenvolvimento turístico do país e das regiões, articulando-se com os vários planos e programas já implementados, por outros planos e programas nacionais. Para tal define 5 eixos estratégicos, contendo, cada um deles, um conjunto de linhas de atuação, que serão depois operacionalizadas através de ações concretas, orientadas para o curto/médio prazo – horizonte 2020 – contendo tipologias de projetos prioritários, sendo que no âmbito do PDM se destacam os eixos 1, 2 e 4.

Figura 135| Eixos Estratégicos para o Turismo em Portugal (adaptado)



Fonte: Estratégia Turismo 2027

Este setor tem sido o eixo de intervenção mais privilegiado pelas políticas e estratégias de desenvolvimento rural e é um dos critérios de sustentabilidade e desenvolvimento indicados para o concelho de Belmonte. O turismo, em toda a sua vertente de ação, foi o setor que mais beneficiou, nos últimos anos, dos apoios financeiros de programas comunitários, com especial incidência em territórios onde o investimento é menos atraente. No entanto, o investimento no turismo como política rural por si só não é uma medida sustentável, como se tem vindo a verificar por diversos exemplos implementados quer ao nível regional quer ao nível nacional.

Figura 136| Indicadores e metas da ET27, com destaque para o indicador 6.



\* A aferir nos territórios/locais com maior densidade turística.

Fonte: Estratégia Turismo 2027

### 16.3. CONTEXTO NA PROPOSTA DE PROT C

No âmbito da proposta do PROT-C, Belmonte insere-se na unidade territorial de ordenamento da atividade turística de Beira Interior.

Como vetor estratégico, da Beira Interior o PROT-C identifica o “aprofundamento das possibilidades de redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos) nomeadamente o projeto de Rede de Aldeias de Montanha.”

Na visão estratégica da Região Centro, aposta na valorização dos recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação, que aplicados a Belmonte passam por:

- Reforço da incorporação da componente cultural nos produtos de turismo cultural e de natureza, ao serviço da qualificação de Belmonte como destino turístico;
- Preservação e recuperação de elementos patrimoniais rurais e de paisagens culturais, como partes integrantes de estratégias de desenvolvimento rural e de afirmação de marcas território;
- Consagração da articulação património-educação como elemento formativo de excelência e de instrumento privilegiado de diálogo com o meio;
- Valorização do património cultural histórico-arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana.

#### **16.4. CONTEXTO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**

Belmonte integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), comunidade que promove a integração e cooperação intermunicipal da sub-região subjacente, sendo composta pelos Municípios de Almeida, de Belmonte, de Celorico da Beira, da Covilhã, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Fornos de Algodres, do Fundão, da Guarda, de Gouveia, de Manteigas, da Mêda, de Pinhel, do Sabugal, de Seia e de Trancoso. Este plano de ação foi desenvolvido durante o ciclo de programação de Fundos Comunitários 2014-2020, e apesar do novo quadro estar quase a iniciar, as suas orientações mantêm-se pertinentes.

O plano estratégico dos Municípios integrantes da CIM-BSE estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos:

1. Reforçar a atratividade e conectividade do território;
2. Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e conhecimento;
3. Promover Região inclusiva;
4. Consolidar Região sustentável.

Estes eixos estão estruturados de acordo com dois princípios-base, o Envolvimento inclusivo de entidades no Plano e a aposta em projetos de redes/parcerias. Do trabalho desenvolvido e com maior incidência no descritor do turismo e património que abrange Belmonte, com efeito a diferenciação turística, destaca-se o seguinte:

- Produtos do território, resultantes das atividades agroalimentares;

- Marcas territoriais, rede de infraestruturas e equipamentos rurais existentes: Serra da Estrela, Aldeias de xisto, Aldeias históricas, Rede de judiarias, etc.;
- Património e atividades culturais;
- Património paisagístico como base de aposta no turismo natureza.

## **16.5. PATRIMÓNIO**

### **16.5.1. PATRIMÓNIO CULTURAL**

O património cultural integra o património arquitetónico e arqueológico incluindo o património classificado e em vias de classificação.

#### **16.5.1.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO**

O concelho de Belmonte, não sendo um concelho rico em património classificado, distingue-se sobretudo pela variedade do seu património arquitetónico associado ao culto, defesa, arquitetura civil e ao modo de viver do povo.

O PDM96 faz referência a imóveis classificados e em vias de classificação, designadamente:

- Imóveis de interesse público:
  - o Castelo de Belmonte (Decreto-Lei n.º 14 425, de 15 de outubro de 1927), com a Zona especial de proteção (Diário do Governo, 2.a série, n.º 179, de 3 de agosto de 1966);
  - o Igreja de Santiago e Capela dos Cabrais (Belmonte) (Decreto n.º 14 425, de 15 de outubro de 1927; Decreto-Lei n.º 129/77, de 29 de setembro);
  - o Torre de Centum Cellas (Catraias da Torre) (Decreto-Lei n.º 14 425, de 15 de outubro de 1927);
  - o Pelourinho de Belmonte (Decreto-Lei n.º 23 122, de 11 de outubro de 1933);
  - o Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança (Decreto-Lei n.º 1/86, de 3 de janeiro);
- Imóveis em vias de classificação:
  - o Casa antiga em Caria (processo n.º 81/3);
  - o Conjunto arquitetónico da Casa da Torre de Caria (processo n.º 89/3);
  - o Tulha, Casa do Conde (Solar dos Cabrais) e Câmara Municipal (processo n.º 89/3).

De acordo com a base de dados da DGPC, existem atualmente no concelho o seguinte inventário (Anexo P.1):

Tabela 52| Património Classificado e em vias de classificação

FREGUESIA	Nº	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DIPLOMA LEGAL	CATEGORIA	USO ATUAL
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	1	Castelo de Belmonte	Monumento Nacional MN	Decreto n.º 14 425, DG, I Série, n.º 228, de 15-10-1927, Z.E.P., D.G., 2ª Série, n.º 179 de 3-9-1966	Arq. Militar/ Castelo	Equipamento Cultural
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	2	Igreja de Santiago e Capela anexa (Capela dos Cabrais)	Monumento Nacional MN	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977	Arq. Religiosa/ Igreja	Equipamento de Culto
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	3	Torre de <i>Centum-Cellas</i>	Monumento Nacional MN	Decreto n.º 14 425, DG, I Série, n.º 228, de 15-10-1927	Arqueologia/ Villa	Marco histórico-cultural
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	4	Pelourinho de Belmonte	Imóvel de Interesse Público IIP	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	Arq. Civil/ Pelourinho	Marco histórico-cultural
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	5	Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança	Imóvel de Interesse Público IIP	Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986	Arq. Religiosa/ Convento	Equipamento Turístico
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	6	Tulha dos Cabrais	Em vias de Classificação	Despacho de homologação de 28-08-1997 do Ministro da Cultura	Arq. Civil/ Edifício	Equipamento Cultural
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	7	Castro da Chandeirinha	Em vias de Classificação	-	Arqueologia/ Castro	-
Caria	8	Conjunto arquitetónico formado pela Casa da Torre (A), vestígios de fortificações e cisterna existentes na cerca, Capela do Calvário (B), Igreja Paroquial (C) e Solar Quevedo Pessanha(D)	Em vias de Classificação	Despacho de homologação de 9-10-1996 do Ministro da Cultura	Arq. Civil	urbano
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	9	Zona histórica de Belmonte	Em vias de Classificação	Diário da República n.º 129/2022, Série II de 2022-07-06 o Anúncio n.º 130/2022.	Urbano	Urbano

### 16.5.1.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O património arquitetónico do concelho vai para além do património classificado ou em vias de classificação pelo que se apresenta aquele que se considera mais relevante e que poderá ser considerado na base da definição de uma estratégia cultural.

Para além do Património Arquitetónico Classificado, existe um vasto número de imóveis que constituem um património importante para o concelho, quer pelo seu valor arquitetónico quer pelo seu valor cultural e histórico. O levantamento efetuado teve por base consultas efetuadas ao IHRU, completado com deslocações ao terreno. (tabela seguinte) ( Anexo P2)

Importa esclarecer que os imóveis deste inventário não têm qualquer classificação, mas que o facto de estarem listados demonstra que têm potencial, sendo o intuito da sua inventariação averiguar a possibilidade da sua classificação num estudo de maior detalhe. Esta realidade permite concluir que o concelho tem um património para o qual se começa a prestar mais atenção, alargando o campo de definição do património clássico, para abranger a especificidade do concelho. Desta, verifica-se que a maioria dos elementos identificados se relaciona com equipamentos religiosos, na generalidade capelas, ermidas e igrejas.

Verifica-se que em Belmonte existe algumas capelas, para além das igrejas matrizes nas sedes de freguesia, sendo muito interessante, no futuro, criar uma rota associada a este culto da população e também ao facto dos Caminhos de Santiago serem também aqui representados, de seguida é apresentada uma listagem de património inventariado no concelho de Belmonte.

Tabela 53| Património inventariado

FREGUESIA	N.º	IMÓVEL	CATEGORIA
União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	I.1	Antiga Escola Primária de Belmonte / Escola Básica do 1.º Ciclo de Belmonte / Centro Cultural de Belmonte	Arq. Civil
	I.2	Antiga Escola Primária Feminina de Belmonte / Centro Escolar de Belmonte	Arq. Civil
	I.3	Câmara Municipal de Belmonte	Arq. Civil
	I.4	Câmara Municipal de Belmonte / Biblioteca Municipal de Belmonte	Arq. Civil
	I.5	Capela de Nossa Senhora da Graça	Arq. Religiosa
	I.6	Capela de Santo Antão	Arq. Religiosa
	I.7	Capela de Santo Antão	Arq. Religiosa
	I.8	Capela de Santo António	Arq. Religiosa
	I.9	Capela de São Bartolomeu	Arq. Religiosa
	I.10	Capela do Calvário	Arq. Religiosa
	I.11	Casa dos Condes / Biblioteca e Arquivo Municipal de Belmonte / Museu dos Descobrimentos	Arq. Civil
	I.12	Casa no Largo Dr. António de Almeida, n.º 79 a 81	Arq. Civil
	I.13	Chafariz no Largo Dr. António de Almeida	Arq. Civil
	I.14	Escola Primária de Colmeal da Torre / Escola Básica do 1.º Ciclo de Colmeal da Torre	Arq. Civil
	I.15	Estação Ferroviária de Belmonte-Manteigas	Arq. Civil
	I.16	Estátua de Pedro Álvares Cabral	Arq. Civil
	I.17	Fontanário do Meio	Arq. Civil
	I.18	Fonte Grande	Arq. Civil
	I.19	Fonte na Estrada para Belmonte / Chafariz Pequeno	Arq. Civil

FREGUESIA	N.º	IMÓVEL	CATEGORIA
	I.20	Fonte Nova	Arq. Civil
	I.21	Fontinha	Arq. Civil
	I.22	Hospital de Belmonte / Hospital, Lar e Creche de Belmonte	Arq. Civil
	I.23	Igreja Paroquial de Belmonte/Igreja da Sagrada Família	Arq. Religiosa
	I.24	Igreja Paroquial de Colmeal da Torre/Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Arq. Religiosa
	I.25	Passo da Via Sacra	Arq. Religiosa
	I.26	Capela de Malpique / Capela de Nossa Senhora dos Remédios	Arq. Religiosa
	I.27	Capela de Monte do Bispo / Capela de Santa Luzia	Arq. Religiosa
	I.28	Capela de Santa Ana	Arq. Religiosa
	I.29	Capela de Santo Antão	Arq. Religiosa
	I.30	Capela de Santo António/Capela do Calvário	Arq. Religiosa
	I.31	Capela de São Domingos	Arq. Religiosa
	I.32	Casa dos Viscondes de Tinalhas	Arq. Civil
	I.33	Cruzeiro em Caria	Arq. Civil
	I.34	Escola Primária de Caria / Escola Básica do 1.º Ciclo de São Marcos	Arq. Civil
	I.35	Escola Primária de Caria / Escola do 1.º Ciclo da Fonte do Ruivo	Arq. Civil
	I.36	Estação Ferroviária de Caria	Arq. Civil
	I.37	Fontanário no Largo Comandante B. Mendes Almeida	Arq. Civil
	I.38	Fonte de Santa Ana	Arq. Civil
Caria	I.39	Fonte de São Sebastião	Arq. Civil
	I.40	Fonte do Carvalho	Arq. Civil
	I.41	Fonte do Prior	Arq. Civil
	I.42	Fonte do Ruivo	Arq. Civil
	I.43	Fonte em Monte do Bispo	Arq. Civil
	I.44	Fonte em Malpique	Arq. Civil
	I.45	Igreja Paroquial de Caria / Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Arq. Religiosa
	I.46	Núcleo urbano da vila de Caria / Centro histórico de Caria	Arq. Civil
	I.47	Passos da Via Sacra em Caria	Arq. Civil
	I.48	Ponte de Santa Ana	Arq. Civil
	I.49	Ponte de São Sebastião / Ponte de D. Maria II	Arq. Civil
	I.50	Posto da Guarda Nacional Republicana, GNR, de Caria	Arq. Civil
	I.51	Solar dos Condes de Caria	Arq. Civil
	I.52	Solar dos Proença/Casão	Arq. Civil
	I.53	Capela de Nossa Senhora da Estrela	Arq. Religiosa
	I.54	Capela de São José	Arq. Religiosa
	I.55	Chafariz do Cantinho	Arq. Civil
Inguias	I.56	Escola Primária de Inguias / Centro de Dia de Inguias	Arq. Civil
	I.57	Fonte da Mina	Arq. Civil
	I.58	Igreja Nova em Carvalhal Formoso	Arq. Religiosa
	I.59	Igreja Paroquial de Inguias / Igreja de São Silvestre	Arq. Religiosa



FREGUESIA	N.º	IMÓVEL	CATEGORIA
Maçainhas	I.60	Capela do Espírito Santo	Arq. Religiosa
	I.61	Escola Primária de Maçainhas	Arq. Civil
	I.62	Fonte em Maçainhas	Arq. Civil
	I.63	Fonte na Rua do Outeirinho	Arq. Civil
	I.64	Igreja Paroquial de Maçainhas / Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Arq. Religiosa

### 16.5.1.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural, o Património Arqueológico é um recurso cultural finito e não renovável, e que integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental, cuja preservação e estudo permitem traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente.

Os vestígios arqueológicos podem ser variados, desde estruturas facilmente identificáveis no terreno, como antas, menires, sepulturas escavadas na rocha, muros, pontes, entre outros, a vestígios menos evidentes como manchas de dispersão de materiais, depósitos sedimentares ou ainda alterações no terreno que sugiram estruturas enterradas e outros indicadores da presença de fossos ou fossas.

O património arqueológico é património nacional, uma vez que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, ou exemplaridade, competindo ao Estado proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação.<sup>29</sup>

Dada a sua importância torna-se importante inventariar o património arqueológico do concelho, sendo que a sua identificação e localização na cartografia concelhia, permite, também a criação de estruturas de valorização patrimonial capazes de suportar a sua exploração turística, contribuindo para a projeção da imagem cultural do concelho.

No concelho de Belmonte existe um conjunto de vestígios arqueológicos que registam a ocupação humana ao longo dos tempos na região. Em determinadas zonas eles aparecem em maior número. Importa perceber que zonas e qual a importância desses achados (em termos de idades,

<sup>29</sup> Património Arqueológico. Património Cultural – Direção Geral do Património Cultural

características e singularidade) e qual o impacto que poderão ter ao nível do ordenamento do território.

O PDM96 não contempla estudos na área do património arqueológico apesar da sua planta de condicionantes incluir alguns desses elementos. Sabe-se que desde então foram realizadas várias pesquisas por diversas entidades na área de intervenção.

Atualmente, segundo dados do Instituto Português de Arqueologia (IPA), estão referenciados 58 sítios listados como Património Arqueológico (4 são classificados ou em via de classificação e 7 não estão localizados) (Anexo P.3), em vez dos 18 listados em 1996. Desde logo esta evolução demonstra bem a riqueza que se encontrava desconhecida em Belmonte, e que deve ser estudada e analisada de forma a poder ser divulgada e apresentada à população e visitantes, contribuindo de forma relevante para o reforço da identidade deste território.

Belmonte e Caria são as freguesias que apresentam um maior número de achados arqueológicos, logo seguidas de Inguias. Diga-se que a maioria dos achados constitui vestígios romanos. Veja-se tabela em anexo.

Do património arqueológico identificado destacam-se dois que poderão fortemente ligar-se aos recursos turísticos do concelho, Torre de Centum Cellas e a Quinta da Fórnea.

A Torre Centum Cellas antigamente também chamada de Torre de São Cornélio é um curioso e singular monumento lítico situado na freguesia do Colmeal da Torre, concelho de Belmonte. Atualmente as ruínas têm, despertando as atenções de todos, suscitando as mais diversas teorias e gerando-se à sua volta as mais variadas lendas. Uma dessas tradições refere que teria sido uma prisão com cem celas, daí derivando o nome Centum Cellas, onde teria estado cativo São Cornélio, razão porque também é conhecida pelo nome de Torre de São Cornélio.



A Quinta da Fórnea é um conjunto de ruínas romanas que remonta o século II. Localizada entre Belmonte e Caria, foi descoberta recentemente aquando da construção da A23 em 1999. As escavações revelaram várias peças romanas, pelo que se supõe, ter sido uma propriedade habitada por uma família e criados. Esta estava construída com várias divisões, algumas delas ainda bem definidas, lagar de azeite, vinho, transformação de cereais, fundição de ferro, estábulos para animais. Todo o núcleo estava ligado por um sistema de caleiras que permitiria o abastecimento e circulação de água. Foram também colocadas a descoberto umas termas, com os tradicionais tanques, que permitiriam banhos de diferentes temperaturas (frigidarium, tepidarium, caldarium), um deles apresentando paredes com mais de 1,50 metros de altura, com vestígios de escadas e revestido a opus signinum. Além dos tanques, descobriram-se também vestígios do hipocausto e apoditerium que completariam o equipamento de umas termas. Foram também descobertos vários compartimentos, provavelmente relacionados com a habitação dos proprietários e dos seus dependentes. Todas estas estruturas, assim como a zona da entrada da villa e todos os espaços vazios que estariam ocupados com colunas e espaços ajardinados, comprovam a grandeza e riqueza dos seus proprietários.



#### 16.5.1.4. PATRIMÓNIO IMATERIAL

O regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, Dec. Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, surge em desenvolvimento do art. 91º da Lei de bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que compreende as medidas de salvaguarda e o procedimento de inventariação. Considera como domínios do património imaterial:

- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
- Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
- Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

A inventariação do património imaterial é a base para a salvaguarda do património, que consiste no levantamento participado, sistemático atualizado das suas manifestações e realiza-se através de uma base de dados em linha de acesso público. A iniciativa para inventariação pertence ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais. Também poderá ser de entidades ou indivíduos não-governamentais que estejam interessados.

Considera-se património cultural imaterial, tudo o que represente testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas destacando-se as expressões orais de transmissão cultural e as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

No que se refere ao património imaterial do Concelho em estudo, este é muito rico tradições que vão resistindo ao testemunho das várias gerações, e são divulgadas nos 6 espaços museológicos existentes em Belmonte: Museológico do Castelo de Belmonte, Igreja de Santiago, Museu Judaico, Ecomuseu do Zêzere, Museu do Azeite e Museu dos Descobrimentos.

### PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS

Relativamente a práticas sociais, rituais e eventos festivos que acontecem no por todo o concelho, sendo indubitavelmente, um traço típico da cultura popular e tradicional do povo. Estes eventos promovem tradições e memórias de um povo que luta para manter atual a cultura secular que lhe confere uma identidade muito própria, sendo por isso de destacar “Belmonte Medieval”, que atrai muita população residente e de concelhos vizinhos, assim como vários emigrantes, uma vez que decorre durante o mês de agosto.

Figura 139| Belmonte Medieval 2019



Fonte: <https://ointerior.pt/regiao>

Com animação de rua permanente e diversas oficinas, é possível ainda fazer passeios de burro e uma visita guiada ao Castelo de Belmonte. Durante a noite, Belmonte Medieval apresenta espetáculos de teatro no Anfiteatro do Castelo e na Alameda e ainda um espetáculo de fogo.

### PERCURSO PEDESTRES

A fruição, a observação e/ou a interpretação da paisagem em contexto de ar livre pode ser feita a pé, de BTT, no campo, na cidade, seja onde for, dependendo das potencialidade e objetivos dos

interessados. A atividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados permite um contacto com a paisagem e pode sensibilizar os utentes para a importância da proteção dos recursos naturais e culturais, enquanto, promove culturalmente a região.

No município de Belmonte, como percurso pedestre é de destacar o PR1- Percurso de Aldeia Histórica de Belmonte, que tem início na Aldeia Histórica de Belmonte, explorando os cénicos caminhos que percorrem a Serra da Esperança desfrutando das vistas privilegiadas para a Serra da Estrela, o rio Zêzere e a Cova da Beira.

Figura 140| PR1 – Percurso da Aldeia Histórica de Belmonte



Fonte: CMB

Também, dá a conhecer o Castro da Chandeirinha, uma antiga fortificação da Idade do Bronze que vigiava e defendia o território desde o alto da Serra da Esperança, as ruínas romanas da Quinta da Fórnea, villa com cerca de um hectare e o antigo Convento franciscano de Nossa Senhora da Esperança, fundado com D. Jorge Cabral.

O percurso é circular e acessível a quase todos, contando ainda com uma variante que cruza a serra e sobe ao Alto do Talefe, permitindo estender ou encurtar o percurso.

Como percurso de BTT ou pedestre, existe o GR22-Grande Travessia BBT, que tem como primeira etapa Belmonte, e a através de caminhos que percorrem serras, planícies, paisagens agrícolas, zonas ribeirinhas, parques naturais e reservas protegidas, une 12 aldeias.

O trajeto coincide com a vertente walking, no entanto, existem alternativas cicláveis que oferecem novas perspetivas para descobrir a história, o património e a natureza do território. Homologada e classificada como Grande Travessia a nível nacional, a GR22 dispõe ao longo da sua extensão de uma rede de Centros BTT e Bikotels que garantem serviços de apoio exigidos pelos amantes de bicicletas.

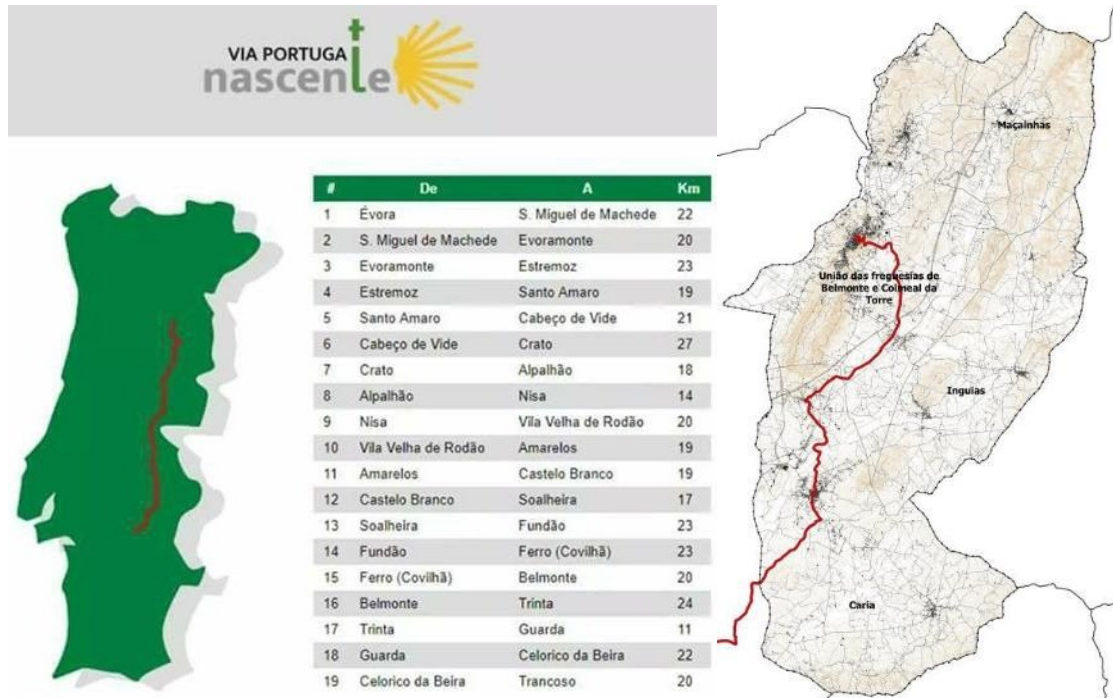
Figura 141| Folheto AHP Belmonte



Fonte: <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/documentacao/>

Importa, também fazer referência à Via Portugal Nascente, realizado pela Associação de Peregrinos Via Lusitana, com o apoio do Turismo de Portugal e de todos os Municípios e Dioceses envolvidas, reconstrói o Caminho de Santiago pelo Interior de Portugal. Marcado essencialmente por caminhos de campos, promovendo o contacto com a natureza e o envolvimento espiritual, é um trajeto respeitador da História.

Figura 142| Via Portugal Nascente – Caminhos de Santiago, Percurso no concelho de Belmonte



## COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE PROCESSOS E TÉCNICAS TRADICIONAIS

Muitas são as artes tradicionais de manufatura existentes no concelho que o se devem manter vivas de modo a perpetuar as memórias e tradições existentes, destacando-se os vinhos, o azeite, pinturas a óleo ou artesanato em madeira. A promover o artesanato existem lojas e associações que permitem manter estes saberes vivos e ajudam na promoção do município.

Figura 143| Lojas de venda de artesanato de Belmonte

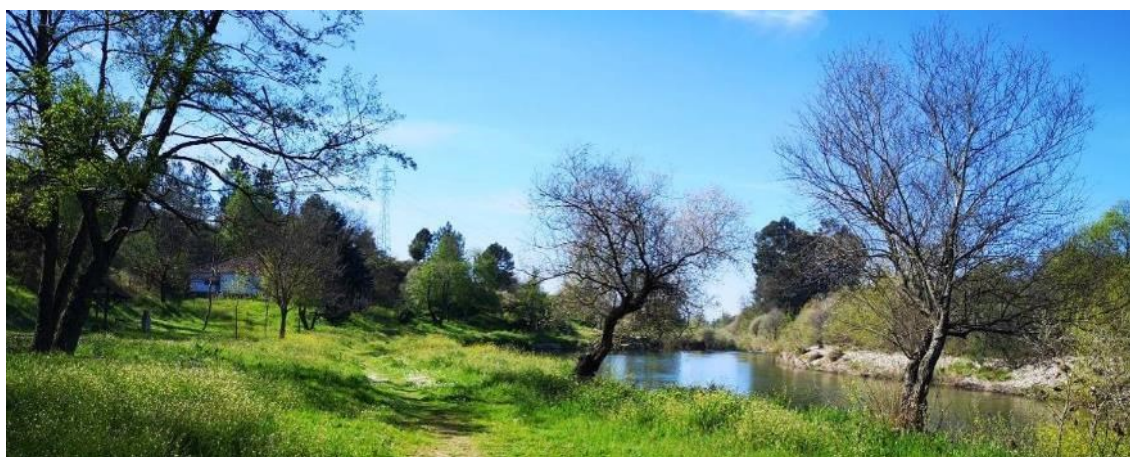


Fonte: CMB

## 16.5.2. PATRIMÓNIO NATURAL

O concelho de Belmonte tem uma localização privilegiada, adjacente ao Parque Natural da Serra da Estrela e limitado a oeste pelo rio Zêzere, atributos que concedem a esta região características ímpares e singulares com magníficas lugares e paisagens.

Figura 144| Exemplos das diferentes paisagens no território de Belmonte



Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

No entanto, é de destacar a Serra da Esperança, como património Natural de Belmonte. Situa-se num Inselberg, forma residual que apresenta feições variadas tal como a crista, cúpula e domo, cujas encostas mostram declives acentuados, dominando uma superfície de aplanamento superior da Cova da Beira.



Figura 145| Serra da Esperança com vista sobre a Serra da Estrela





Fonte: Levantamentos de Campo 10 de março de 2020

Do ponto de vista florestal, nas matas predominam o carvalho negral (*Quercus pyrenaico*), pinheiro bravo (*Pinnus pinaster*), sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*). Existência de uma fauna com espécies próprias dos meios cerealíferos abertos e das zonas húmidas.

Os geossítios correspondem a elementos de interesse natural ou paisagístico onde se verifica uma associação equilibrada entre o homem e a natureza, cujo valor cultural, natural ou social, lhes confere uma considerável relevância patrimonial, correspondendo aos elementos identificados<sup>30</sup>:

---

<sup>30</sup> Geopark Estrela, abril 2020

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	
GW6	<p>Inselberg de Belmonte</p> <p>O inselberg de Belmonte, que culmina a 758 metros de altitude, destaca-se da superfície de aplanamento de Castelo Branco que o rodeia, a cerca de 380 metros de altitude, proporcionando enormes vantagens defensivas que levaram à implantação do Castelo. O granito da Covilhã que compõe o grande domo maciço tem uma idade de aproximadamente 310 milhões de anos, mas a forma de relevo é mais recente, sendo certamente anterior à elevação da Estrela.</p>	
POP4	<p>Miradouro de Penha de Águia</p> <p>Este geossítio é caracterizado pela presença de um tor, de onde é possível um panorama para a superfície da Cova da Beira e o seu contacto com a Cordilheira central Portuguesa através da falha Teixoso-Tortosendo. A sua posição cimeira permite ainda observar o inselberg de Belmonte, forma de grande escala associada a processos de modelado de alteração granítica, destacando-se da superfície de aplanamento de Castelo Branco que o rodeia. É possível ainda identificar nas imediações do local alguns indícios de ocupação humana.</p>	

## 16.6. TURISMO

O setor do turismo em Portugal tem vindo a crescer de forma muito significativa, quer em termos de oferta de alojamento e entretenimento, quer no número de viagens, quer no número de visitas e turistas. Esta realidade tem a ver com o facto de Portugal possuir um contexto privilegiado para a consolidação da atividade turística, nomeadamente em função dos seus recursos naturais, culturais e humanos.

O turismo é por isso considerado um setor estratégico prioritário não só pelas receitas externas que proporciona, como também pelo potencial que encerra para o combate ao desemprego, para a valorização do património natural e cultural do país, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atenuação das assimetrias regionais. Importa cada vez considerar como componente integrada o turismo acessível criando regras nesse sentido. Nos indicadores a definir para ao plano deverá estar contemplada esta questão.

O concelho de Belmonte é um concelho de tradição turística relacionada com a valorização Judaica Portuguesa, e para além disso, reúne algumas condições de natureza singular, que lhe conferem um potencial de valorização e desenvolvimento turístico, nomeadamente o clima, a paisagem, a proximidade à Serra de Estrela, o rio Zêzere, alguns elementos de património construído.

### 16.6.1. RECURSOS TURÍSTICOS

O concelho ao nível dos recursos turísticos, atrativos para o visitante, apresenta sobretudo elementos de arquitetura religiosa e valores naturais conforme quadro seguinte. Apresenta alguma escassez ao nível da restauração, sobretudo, de qualidade, ausência de produtos ou artesanato típicos, e existe pouca oferta comercial e deficiências ao nível da informação turística. A existência de produtos turísticos marcadamente regionais representa outro fator potencial da procura turística que ainda é reduzida. Embora este seja um cenário que se espera alterar num futuro relativamente próximo. A listagem de recursos turísticos apresentada na tabela seguinte corresponde aos elementos referidos no capítulo do património.

Tabela 54| Recursos Turísticos de Belmonte

RECURSO TURÍSTICO	DESCRIÇÃO
Serra da Esperança	Turismo natural
Rio Zêzere	Turismo natural
Castelo de Belmonte	Turismo cultural
Museu Judaico	Turismo cultural
Ecomuseu do Zêzere	Turismo natural/cultural
Museu do Azeite	Turismo cultural
Museu dos Descobrimentos	Turismo cultural
Caminhos de Santiago: Caminho Interior português	Turismo natural e religioso
Percursos pedestres	Turismo natural/cultural
Património arquitetónico classificado e outro de relevante interessante arquitetónico	Turismo cultural
Igrejas/Capelas/Ermidas	Turismo cultural e religioso
Património arqueológico	Turismo cultural
Produtos regionais	Gastronomia
Festas locais	Festas e Romarias

### 16.6.1. OFERTA TURÍSTICA

Consciente do valor singular dos seus recursos endógenos, muitos dos quais potenciáveis turisticamente, ainda que no pressuposto de o serem num quadro de sustentabilidade e assentes na natureza e na ruralidade, a autarquia de Belmonte está a desenvolver uma forte aposta no setor turístico. De acordo com a consulta feita à plataforma no Turismo de Portugal, à data de 10/04/2020 estavam registados no concelho os seguintes empreendimentos e atividades:

Tabela 55| Empreendimentos turísticos existentes no concelho de Belmonte

TIPOLOGIA	REGISTO	NOME	UNIDADES ALOJAMENTO	CAPACIDADE	LOCALIZAÇÃO	ANO ABERTURA
Hotel	6098	Belmonte Sinai Hotel	27	54	Belmonte	2016

Casa de Campo	1224	Casa da Chandeirinha - Casa de Campo <small>The Vagar - Soulful Living Mountain Suites</small>	7	13	Belmonte	2008
Hotel	3	Hotel Belsol	53	98	Belmonte	1987
Agroturismo	5103	Kazas do SeRado	3	6	Caria	2015
Pousada	1235	Pousada Convento de Belmonte	24	48	Belmonte	2000
Agroturismo	9958	Portal d'Árta	5	9	Caria	2021

Figura 146| Belmonte Sinai Hotel e Pousada Convento de Belmonte



Fonte: Levantamentos de campo de 10 de março de 2020

Existem cinco empreendimentos de turísticos em Belmonte, com tipologias variadas, dois hotéis, uma Pousada, uma Casa de Campo e um Agroturismo. Em termos de distribuição dos estabelecimentos, a sua maioria localiza-se em Belmonte, e apenas um em Caria.

Relativamente ao alojamento local, verifica-se a existência de 4 estabelecimentos de hospedagem, e 30 na modalidade de moradia ou apartamento, e encontram-se distribuídos por todo o concelho.

Tabela 56| Alojamentos Local no Concelho de Belmonte

REGISTO	NOME	MODALIDADE	N.º CAMAS	LOCALIZAÇÃO	ANO ABERTURA
11516/AL	Alojamento Nossa Senhora da Esperança	Moradia	3	Belmonte	2015
25775/AL	Altitude	Estabelecimento de hospedagem	18	Belmonte	2016
60246/AL	Back to School	Moradia	7	Inguias	2017
108203/AL	BnB aconchegado	Quartos	1	Colmeal da Torre	2020
89661/AL	Branca Gonçalves	Moradia	2	Belmonte	2018
5852/AL	Cantinho de Santiago	Moradia	3	Belmonte	2014
36069/AL	Casa Abraão	Moradia	2	Belmonte	2013
36051/AL	Casa Miriam	Moradia	3	Belmonte	2013
90456/AL	Casa da Avó	Apartamento	3	Belmonte	2018
63750/AL	Casa da Avó	Apartamento	4	Belmonte	2018
100009/AL	Casa da Avó Benvinda	Apartamento	2	Belmonte	2019

REGISTO	NOME	MODALIDADE	N.º CAMAS	LOCALIZAÇÃO	ANO ABERTURA
100008/AL	Casa da Avó Elisa	Apartamento	2	Belmonte	2019
100036/AL	Casa da Avó Judite	Apartamento	2	Belmonte	2019
100033/AL	Casa da Avó Raquel	Apartamento	1	Belmonte	2019
33863/AL	Casa da Carreira	Morada	5	Maçainhas	2016
21466/AL	Casa da Fonte Grande	Apartamento	3	Belmonte	2015
5833/AL	Casa do Castelo	Morada	5	Belmonte	2008
11649/AL	Casa do Pai	Morada	4	Belmonte	2009
36211/AL	Casa dos Navegantes	Morada	5	Belmonte	2015
85502/AL	Casa dos Poetas	Morada	2	Belmonte	2018
36371/AL	Casa Marias	Morada	4	Belmonte	2016
54902/AL	Casa Rafael	Morada	5	Belmonte	2017
34481/AL	Casa Rosa Milagre	Morada	2	Belmonte	2016
97282/AL	Don Yahya / Dr. Saba	Morada	4	Belmonte	2019
89660/AL	Dona Gracia	Morada	6	Belmonte	2018
106086/AL	Fonte da Rosa Guest House	Apartamento	7	Belmonte	2019
50004/AL	GPS Guarida Para Si	Estabelecimento de hospedagem	8	Quinta das Pereiras	2017
64678/AL	My Mother's House	Estabelecimento de hospedagem	6	Belmonte	2018
107819/AL	Portas de Belmonte	Apartamento	3	Belmonte	2020
56047/AL	Quinta Chão do Nabal	Morada	5	Maçainhas	2017
64583/AL	Quinta da Pelada	Morada	2	Caria	2018
41078/AL	Quinta da Ribeira A.L.	Estabelecimento de hospedagem	6	Belmonte	2017
18558/AL	Quinta do Panasco	Morada	3	Caria	2015
102478/AL	Varanda do Jardim	Apartamento	2	Belmonte	2019

De acordo com a PORDATA, o n.º de hóspedes em alojamentos turísticos em Belmonte tem vindo a aumentar, acompanhando a tendência da sub-região da Beira e Serra da Estrela.

Tabela 57| N.º de hóspedes em alojamentos turísticos

	2014	2015	2016	2017	2018
Beira e Serra da Estrela	335.180	364.154	424.790	434.878	487.877
Belmonte	11.640	11.797	15.482	16.334	18.474

Relativamente aos Agentes de Animação Turística, de acordo com o Registo Nacional de Agentes de Animação Turística, em 2020, existiam no concelho três empresas registadas, duas em Belmonte e uma em Inguia, sendo:

Tabela 58| Agentes de Animação Turística

TIPOLOGIA	REGISTO	NOME	ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO	ANO ABERTURA
-----------	---------	------	------------	-------------	--------------

EAT	212/2012	Cruzada Dinâmica, Unipessoal, LDA	Cultural/ Tour.Paisag.e Cultural	Belmonte	2012
EAT	2306/2018	Diagonalcapacity - Viagens e Turismo unipessoal, LDA	Cultural/ Tour.Paisag.e Cultural	Inguias	2018
EAT	488/2020	ERGOMOMENTS LDA	Cultural/ Tour.Paisag.e Cultural	Belmonte	2020

## 16.7. GEMINAÇÕES

As geminações tem como objetivo criar relações e mecanismos protocolares, essencialmente em nível espacial, econômico e cultural, através dos quais cidades de áreas geográficas ou políticas distintas estabelecem laços de cooperação.

**ROSH PINA (ISRAEL):** Em 4 de Dezembro de 1996, o Município de Belmonte, geminou-se com o Município de Rosh Pina do Estado de Israel, tendo em conta a existência, em Belmonte, de uma importante comunidade judaica, desde há cerca de 700 anos.

**BELMONTE DA BAÍA (BRASIL):** Em 26 de Abril de 1999, o Município de Belmonte geminou-se com o município Brasileiro Belmonte da Baía, situado na Costa do Descobrimento, zona esta onde em 1500 aportou a Armada de Pedro Álvares Cabral.

**SANTA CRUZ CABRÁLIA (BRASIL):** Tendo em conta a importância que representa para o Município de Belmonte, as relações com o Brasil, na medida em que aqui nasceu Pedro Álvares Cabral, que em 1500 haveria de dar " Novos Mundos ao Mundo ", com a descoberta do Brasil, foi celebrada uma geminação com o Município Brasileiro de Santa Cruz Cabrália, na Costa do Descobrimento, Baía Cabrália, onde há 500 anos Pedro Álvares Cabral aportou com a sua armada e onde mandou celebrar a 1ª missa, em 26 de Abril de 1500 Esta geminação teve lugar em 10 de Junho de 1999.

**SÃO VICENTE (BRASIL):** Em 3 de Setembro de 2000, o Município de Belmonte geminou-se com o Município Brasileiro de São Vicente, situado no estado de São Paulo. Esta geminação que partiu por iniciativa daquela cidade Brasileira, que sendo a primeira cidade do Brasil a ser formada, quis com esta geminação prestar uma Homenagem à grande figura Belmontense que é Pedro Álvares Cabral.

**PORTO SEGURO (BRASIL):** Porto Seguro é um município localizado no Extremo Sul da Bahia, contando com uma área de 2.408,37 quilómetros quadrados e uma população de 141 mil habitantes. De relevante importância histórica, cultural e turística, Porto Seguro é o local da chegada dos portugueses no ano de 1500, quando o Brasil foi descoberto. O município foi fundado em 1534 e o seu centro foi considerado património histórico.

**LA MEZIÈRE (FRANÇA):** Em 10 de abril de 1988, o Município de Belmonte efetuou a sua primeira geminação com o Município Francês de la Mézière, situado no Norte da França, na Bretanha.

**OLÍMPIA (BRASIL):** A geminação foi aprovada em sessão de câmara do passado dia 20 de Março de 2014 e em Assembleia Municipal do dia 27 de Março – será formalizada no dia 26 de Abril deste ano, nas Sessão Comemorativa do Dia do Concelho, com a presença do Prefeito de Olímpia a Belmonte – Eugênio José Zuliani.

**OURO PRETO (BRASIL):** Belmonte geminou-se com Ouro Preto a 26 de Abril de 2015. Ouro Preto é um município do estado de Minas Gerais, no Brasil. A geminação foi assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Dias Rocha e o Vice-Prefeito de Ouro Preto, Francisco Rocha Gonçalves, na Sessão Solene realizada nos Paços do Concelho de Belmonte evocativa do Feriado Municipal. O autarca brasileiro foi acompanhado neste deslocação pelos vereadores Wander Albuquerque e Carlos Eduardo Silva.

**ESPARGOS – ILHA DO SAL (CABO VERDE):** A geminação tem como fundamento, o interesse cultural e histórico de aprofundar a ligação entre Espargos – Ilha do Sal, em Cabo Verde, e Belmonte. Dado possuírem culturas bem diferentes e que poderão enriquecer na sua partilha. A geminação tem como fundamento, o reconhecimento dos municípios dentro do contexto histórico de Portugal, assim como o interesse político de alargar e diversificar as relações institucionais de ambos os municípios contribuindo para um elo alargado entre o espírito africano e europeu, e a aproximação dos dois povos.

**SÃO JOSÉ DO BELMONTE (PERNAMBUCO, BRASIL):** Foi assinada a 26 de abril de 2013, a geminação entre os Municípios de Belmonte e de São José do Belmonte de Pernambuco, Brasil. O objetivo da geminação é favorecer em todos os domínios intercâmbios, entre os seus habitantes para desenvolverem, através de uma compreensão mutua sentimentos vivos de fraternidade.

**SÃO PAULO (BRASIL):** Foi assinado no dia 2 de setembro de 2019, na Prefeitura de São Paulo o acordo de Geminação entre Belmonte e a cidade de São Paulo, Brasil. Este acordo entre Belmonte e a cidade Brasileira tem em vista promover a cooperação nas áreas culturais, económicas e sociais.

## **16.8. CONCLUSÃO**

O concelho Belmonte apresenta um vasto conjunto de valores patrimoniais, arquitetónicos, arqueológicos e naturais. A sua proteção deverá constituir uma prioridade do município, tendo em vista não só na sua conservação como na sua valorização e promoção para que constitua um elemento importante na economia do concelho.

Conclui-se assim, que a oferta turística existe um pouco por todo o concelho, seja qual for a sua tipologia, sendo que o alojamento local por vezes nem sempre tem serviços de animação turística ou restauração associados.

## **17. MOBILIDADE DA POPULAÇÃO**

### **17.1. ACESSIBILIDADE VIÁRIA**

Em termos de acessibilidades, o concelho de Belmonte é geograficamente privilegiado, sendo servido pela autoestrada da Beira Interior, A23 – que faz a ligação entre a A1 (Torres Novas) e a A25 (Guarda).

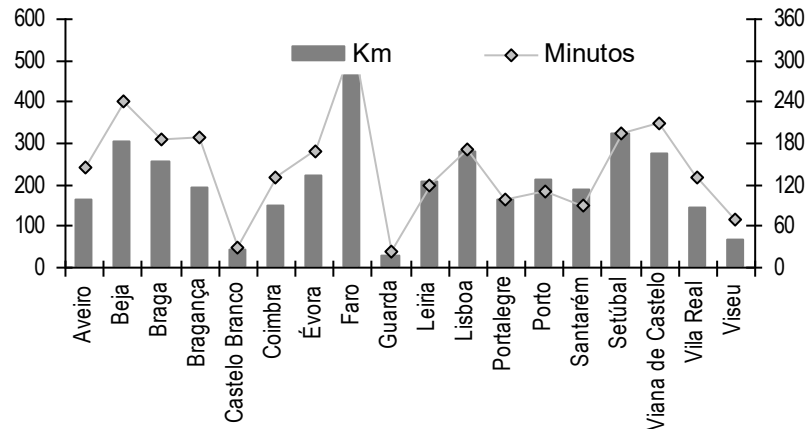
A A23 tem duas ligações diretas (nós viários) ao Concelho: o Nó Sul (Belmonte Sul) com ligação a Catraia de Caria e Caria Gare, e o Nó Norte (Belmonte Norte) próximo de Maçainhas, ambos os nós com ligação à sede de concelho através de estradas municipais. Assim, a localização do concelho de Belmonte, face à região em que se insere, ou mesmo, em mais larga escala, face ao território nacional, tornou-se, com a A23, muito mais atrativa e estratégica. O fator distância-tempo reduziu-se significativamente, aproximando as diversas capitais de distrito (Castelo Branco, Guarda, etc.) deste concelho, e por sua vez este de Espanha ou dos grandes pólos económicos.

A melhoria de acessibilidades tem consequências a diversos níveis proporcionando, por exemplo, maior interação entre os diferentes territórios, contribuindo para a quebra do isolamento do concelho, potenciando ainda dinâmicas urbanas mais intensas. Ou seja, este fator proporciona uma maior dinâmica entre os diversos municípios (seja ela dinâmica económica, social, etc.), e consequentemente uma significativa melhoria na qualidade de vida de quem habita e/ou trabalha em Belmonte.

Com estas alterações, o fator distância-tempo de Belmonte em relação a diversos locais transformou-se de forma relevante. Da leitura do gráfico seguinte verifica-se que existe equilíbrio entre a distância e o tempo de Belmonte a Castelo Branco, Guarda e Portalegre, enquanto em relação ao Porto, Santarém e Leiria, a rapidez é maior do que a distância, subentendendo-se muito boas acessibilidades para estes pontos. Por sua vez, são Beja e Bragança as capitais mais difíceis de alcançar, não tanto pelos quilómetros, mas pelo tempo, subentendendo-se portanto as más condições viárias que de facto existem.

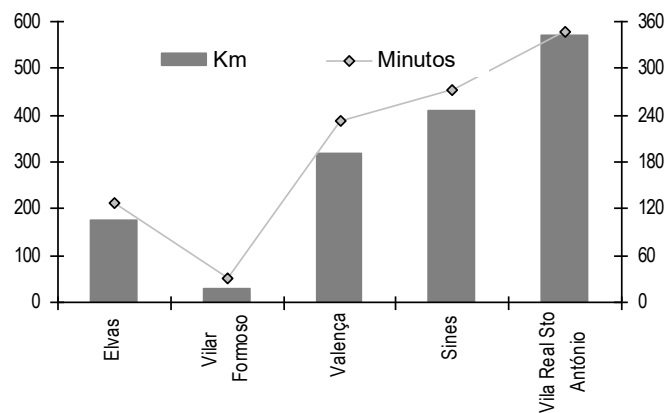


Figura 147| Distâncias -Tempo entre Belmonte e todas as capitais de distrito de Portugal continental, em 2020.



Uma análise importante, de modo a determinar a centralidade de Belmonte face a Espanha, é a relação distância tempo aos principais pontos fronteiriços nacionais. Neste sentido tem-se que o melhor comportamento é em relação a Vila Real de Sto. António. No entanto, a distância a Vilar Formoso é mais relevante, uma vez que é extremamente próxima, levando pouco tempo a alcançar.

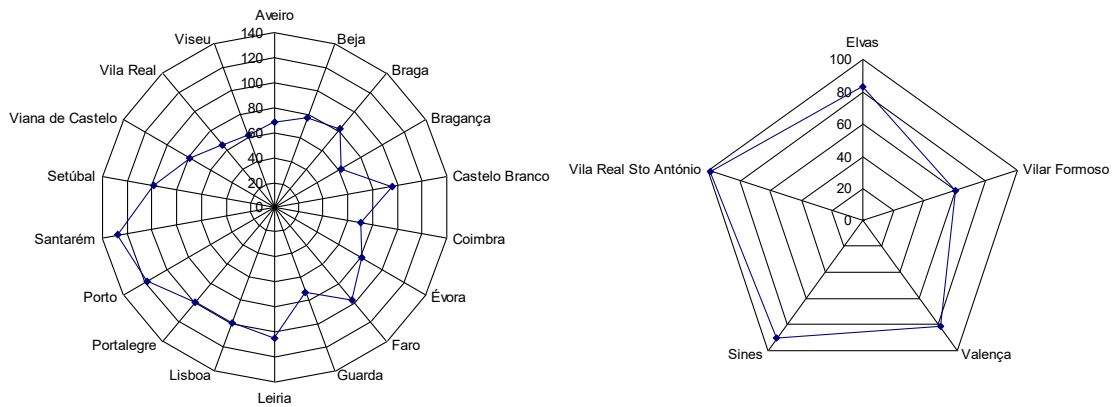
Figura 148| Distâncias - Tempo entre Belmonte e fronteiros/portos no continente em 2005.



Ou seja, as atuais acessibilidades de Belmonte favorecem a ligação a Castelo Branco, Guarda, Porto e Santarém (focando as capitais de distrito apenas) ou ainda, em termos de pontos fronteiriços, a ligação a Vilar Formoso. O facto de o tempo não ser proporcional à pequena distância entre Belmonte e Vilar Formoso, poderá ser um dado importante a ter em conta na fase de propostas, uma vez que esta ligação deverá ser melhorada.

Importa ainda, compreender qual a velocidade média de cada percurso (Km/h), de modo a avaliar as capitais de distrito que têm melhor percurso. O que, pela figura seguinte se verifica é que se mantém as conclusões anteriores.

Figura 149| Velocidade média (Km/h) nos vários percursos de ligação às capitais de distrito nacionais (continentais apenas) e aos pontos fronteiriços.



Mais uma vez se refere a questão pertinente de Vilar Formoso, uma vez que a velocidade média é de cerca de 60 km/h, ou seja uma velocidade relativamente baixa, que faz com que um percurso curto se torne demorado, não aliciando tanto a que os utentes utilizem esta ligação.

## 17.2. MOBILIDADE DA POPULAÇÃO

A identificação da circulação e movimentações pendulares da população permite compreender e identificar quais as vias mais importantes para o funcionamento das atividades quotidianas. Esta rede nem sempre coincide com a hierarquização viária proposta pelo PRN2000, que os organiza pelos seus níveis de serviço. As deslocações provocadas pelas necessidades quotidianas traduzem-se em deslocações pendulares – trabalho e estudo, e deslocações ocasionais – compras, lazer e cultura, serviços. Estas são condicionadas pela localização dos respetivos equipamentos e pela existência de acessibilidades. Neste sentido, a análise da mobilidade da população tem como base as deslocações atrás descritas e as necessidades sentidas, traduzindo-se nos principais movimentos efetuados pela população, ou seja, nos trajetos principais.

Leia-se este capítulo como complementar do capítulo 11.4

Através dos levantamentos de campo e observação direta, é possível intuir a caracterização geral da mobilidade da população referente a Belmonte. Ou seja, que os grandes movimentos internos se definem pelo eixo Caria-Belmonte (EN345), sendo estes dois aglomerados os que correspondem aos pólos socioeconómicos principais do concelho. Ou seja, este eixo reflete os movimentos pendulares (quotidianos) mais significativos do concelho. Outro percurso importante, embora em muito menor grau, é o atravessamento de quem se dirige ao Sabugal e atravessa o concelho de Belmonte longitudinalmente, passando por Catraia de Caria e Caria. Para percursos que envolvam o exterior do concelho, claramente é a A23 que canaliza a importância, seja na direção sul como no norte.

Figura 150| Esquema dos principais movimentos internos.



Figura 151| Fluxos Populacionais Interconcelhios (Fonte: PAMUS CIMBSE, síntese de projeto 2017)



## Diagnóstico | Padrões de Mobilidade

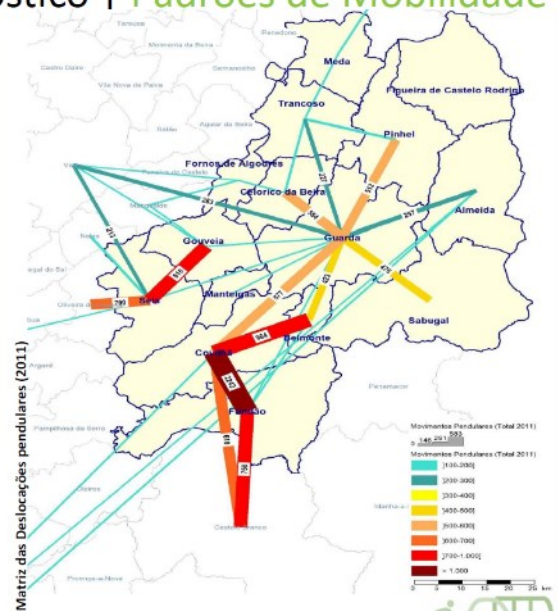
Os padrões de mobilidade foram caracterizados com base nos resultados dos Censos de 2011 (e de 2001).

Apenas **47%** da população da CIM-BSE realiza movimentos pendulares (no Continente esta % é **56%**).

**87%** das deslocações pendulares são realizadas no concelho de residência; destas **44%** são internas à freguesia de residência; **43%** são realizadas noutra freguesia do mesmo concelho.

Cerca de **13%** dos movimentos têm destino noutra concelho.

Movimentos interconcelhios destacam a importância de **Guarda e Covilhã**, mas também dos eixos **Covilhã – Fundão**, **Covilhã - Belmonte** e **Seia – Gouveia**.



### 17.3. TRANSPORTES PÚBLICOS

Em relação aos transportes públicos que servem o concelho de Belmonte tem-se a referir principalmente os transportes rodoviários, sendo que os transportes ferroviários, já foram referidos no capítulo da rede ferroviária.

A rede de transportes públicos pretende dar cobertura aos vários núcleos urbanos, com o intuito de servir toda a população. Os transportes públicos representam o meio que permite equidade social nas oportunidades de uma região. A rede de transportes públicos é composta pela rede pública, pela rede escolar e pelas praças de Táxi.

De acordo com o diagnóstico dos transportes públicos elaborado no âmbito do PAMUS BSE, a rede pública interurbana é assegurada por:

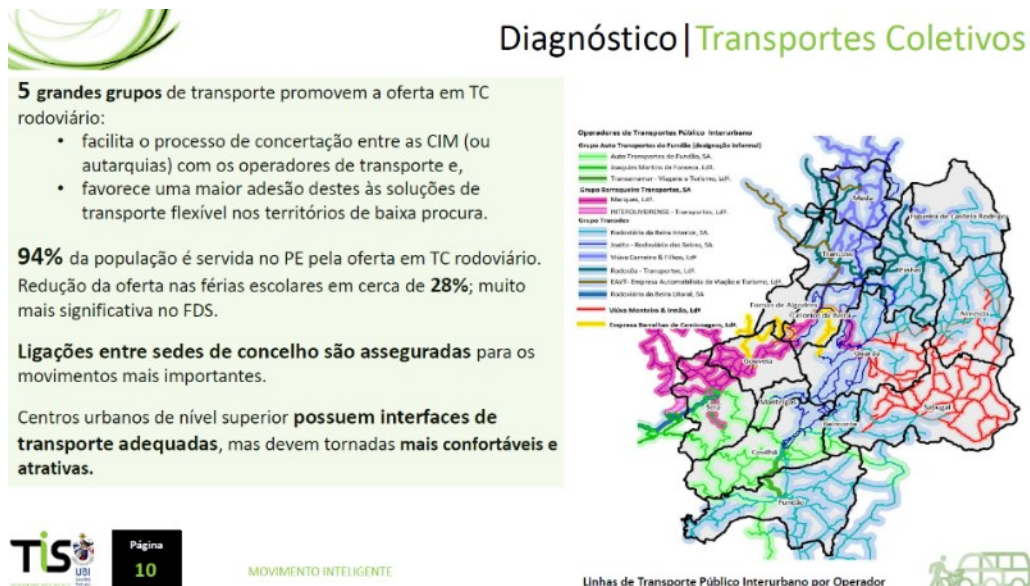
Grupo Transdev:

- Rodoviária da Beira Interior, SA - zona norte e sul do concelho

Grupo Auto transportes do Fundão:

- Auto transportes do Fundão, SA – zona sul.

Figura 152| rede de transportes coletivos (Fonte: PAMUS CIMBSE, síntese de projeto 2017)



A rede escolar é assegurada pela Câmara Municipal, em consonância com Auto Transportes e ainda algumas entidades privadas ou instituições particulares de solidariedade social. Futuramnete vais ser assegurada pela CMB.

Atualmente o concelho é quase na sua totalidade (aglomerados urbanos) servido por estas redes, no entanto, as expectativas esmorecem na análise das frequências das carreiras, pois entre freguesias, é bastante escassa.

Considera-se que o nível de cobertura da rede de transportes públicos rodoviários no Concelho é significativo.

#### Transporte interurbano e regional

Relativamente às ligações entre os principais centros urbanos da região o concelho encontra-se bem servido, com ligações diretas e diárias a Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Vila Real, Coimbra e também para Lisboa e Porto, sendo que neste último ser necessário fazer uma escala. As principais operadoras de transportes públicos de passageiros a atuar no concelho efetuam viagens diárias para vários destinos.

#### Transporte em Táxi

O serviço de táxis constitui uma componente da oferta de serviços rodoviários importantes em termos concelhios. A grande flexibilidade dos serviços em termos espaciais e temporais, aliadas às condições de conforto e comodidade, tornam-no num importante modo de transporte para a população em geral.

As praças existentes são 7, com vários lugares. Os números apresentados parecem suficientes, face às necessidades dos próprios aglomerados. O rácio é de 506 hab/veículo, que se considera bastante razoável no enquadramento nacional.

O número de veículos existente no concelho em 2020 eram 16, sendo:

Freguesias	N.º de Veículos
Belmonte	9 (sendo 7 em Belmonte, 1 em Belmonte Gare e 1 em Gaia)
Caria	3
Colmeal da Torre	1
Maçainhas	1
Inguias	2 (sendo 1 em Inguias e 1 em Carvalhal Formoso)

Figura 153| Os taxis em Belmonte

PORTUGAL > BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

## Belmonte

16

Total de táxis licenciados em dezembro de 2017.

16

Total dos contingentes em dezembro de 2017.

0

Total de vagas existentes em dezembro de 2017.

0

Licenças existentes no CMR em dezembro de 2017.

0

Variação no número de licenças entre 2006 e 2017.

0%

Variação percentual do número de licenças entre 2006 e 2017.

2.5

Táxis licenciados por 1000 residentes.

0.7

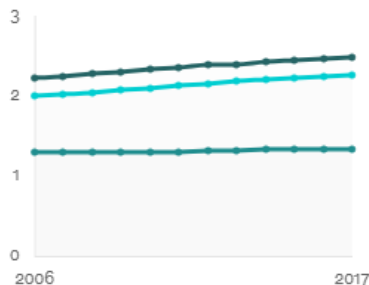
Táxis licenciados por 1000 dormidas.

ÂMBITO GEOGRÁFICO DO CONTINGENTE	REGIME(S) DE ESTACIONAMENTO	% DO TOTAL DE LICENÇAS EM PORTUGAL	% DO TOTAL DE POP. RESIDENTE EM PORTUGAL	POPULAÇÃO RESIDENTE
Infra Concelho	L C F E	0,12%	0,06%	6 460

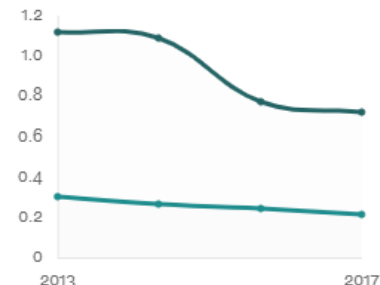
Evolução dos táxis licenciados de 2006 a 2017



Evolução dos táxis licenciados por 1000 residentes



Evolução dos táxis licenciados por 1000 dormidas



Fonte: Observatório dos mercados da mobilidade, AMT 2017

O regime de estacionamento é fixo e não existem licenças registadas para veículos com acesso a mobilidade condicionada.

Relativamente à rede TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica) à data de abril de 2020, ainda não existe qualquer rede a operar no município.

### 17.1. TRANSPORTES SUAVES

De acordo com IMT entende-se como transporte suave o meio de deslocação com pouco impacto no ambiente e que promove um estilo de vida saudável, ou seja uma mobilidade sustentável. Importa

que estes meios estejam no centro da vida quotidiana dos cidadãos. Os modos suaves de transporte aqui considerados - andar a pé e de bicicleta tem a sua eficácia nas deslocações de curta e média distância, e em complemento à utilização de outros modos de transporte, cada vez mais reconhecida.

Relativamente à deslocação a pé, dentro dos aglomerados rurais este é feito de um modo geral, muito informalmente uma vez que a maior parte das aldeias não tem passeios pois o próprio desenho urbano não o permite. Nos aglomerados urbanos maiores, como Belmonte está bem definido. No entanto de acordo com a mobilidade da população, grande parte da população ou se desloca de transporte escolar ou viatura própria. Uma vez que estudam ou trabalham longe da residência.

Em Belmonte não existe nenhuma ciclovia implementada. Não são considerados aqui os trilhos cicláveis, uma vez que estes se destinam, mais ao passeio e desporto e não à deslocação pendular.

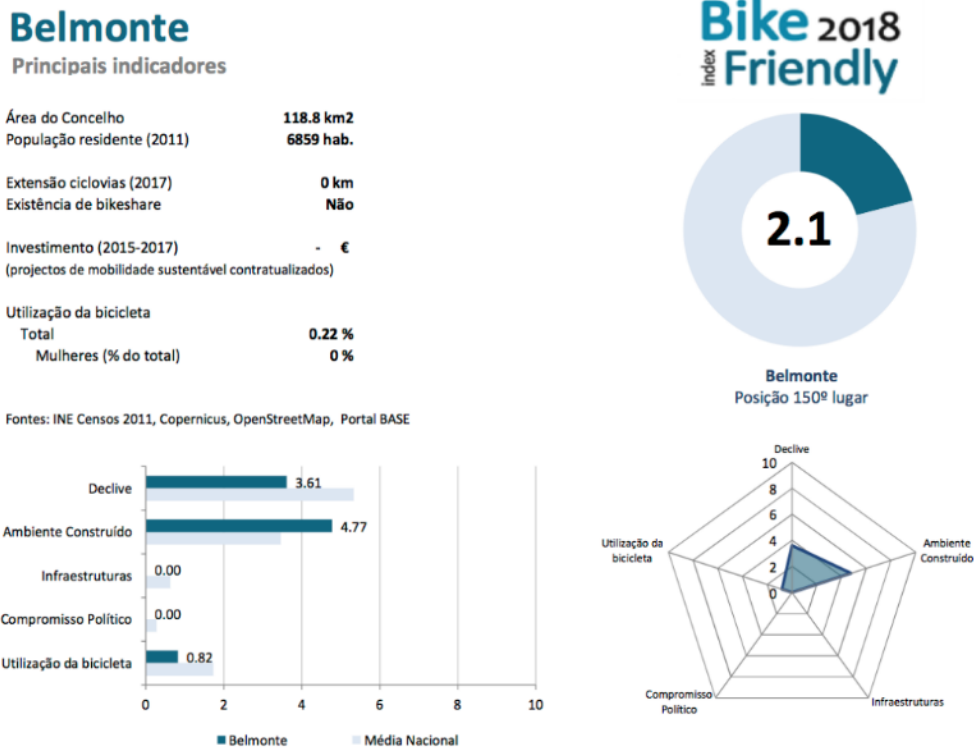
Apesar de não existir um plano de mobilidade municipal, o município integra o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável para a Região da Beira e Serra da Estrela que se encontra em desenvolvimento.

O Bike Friendly Index (BFI) é um índice para avaliar a amigabilidade de um concelho para a utilização da bicicleta enquanto modo de transporte urbano, desenvolvido pela faculdade de arquitetura. De acordo com a plataforma "O Bike Friendly Index é uma iniciativa do grupo de investigação BEAM com a colaboração da empresa Pulsar!, resultando de uma experiência acumulada de investigação e projeto na área da mobilidade ativa. Este índice foi construído tendo por base a literatura científica conhecida sobre os fatores que explicam os níveis de utilização da bicicleta e ainda o compromisso político para avaliar o quanto os municípios estão a investir no sentido da promoção da bicicleta e da mobilidade urbana sustentável em geral. Desta forma, o índice é composto por 5 dimensões (declive, ambiente construído, infraestruturas cicláveis, compromisso político, utilização da bicicleta atual), medidos através de um conjunto de 12 indicadores."

Para Belmonte o índice apurado é de 2.1, que é um índice pouco favorável, agravado pela falta de infraestruturas e por ainda não haver um compromisso das políticas setoriais locais. No entanto, o ambiente construído e o declive poderão contribuir para que o índice venha a ser mais favorável.

Comparando com os concelhos vizinhos, Belmonte apresenta um índice semelhante, sendo que o concelho da Guarda tem um índice ligeiramente superior.

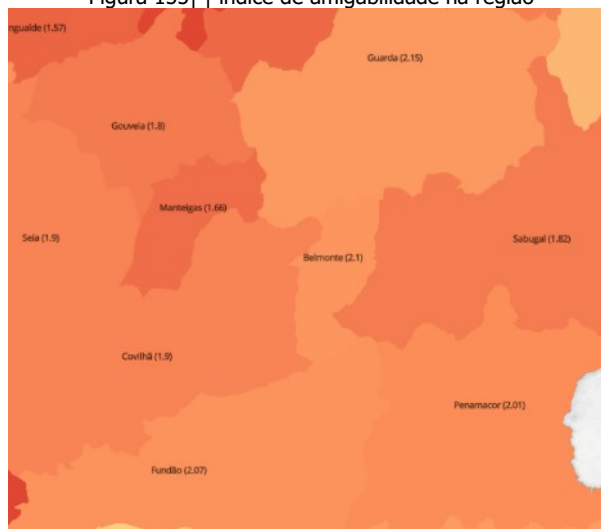
Figura 154| - índice de amigabilidade no concelho de Belmonte



Autoria: A. P. Figueiredo e D. S. Vale | BEAM | Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa  
[www.bikefriendlyindex.com](http://www.bikefriendlyindex.com)



Figura 155| | índice de amigabilidade na região



## 18. INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS E LINEARES

### 18.1. REDE RODOVIÁRIA

As estradas continuam a ser o meio predominantemente utilizado quer no transporte de mercadorias quer no de passageiros. Como tal, o estudo das infraestruturas viárias revela-se fundamental para a

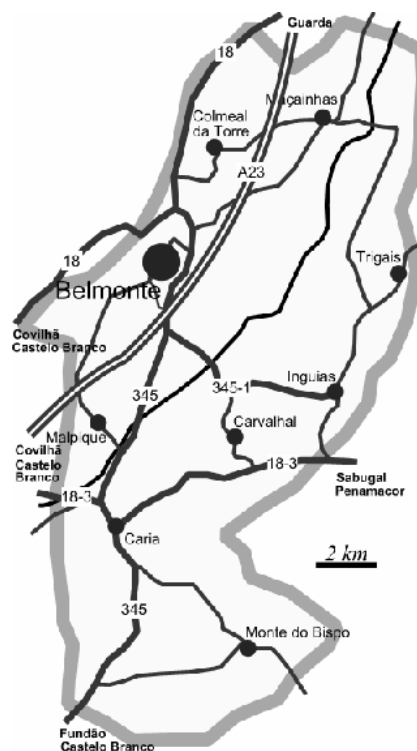


total compreensão das dinâmicas presentes no Concelho e nas que, sendo exteriores a este, o influenciam. Este relatório integra ainda a questão da rede de transportes públicos que serve o concelho, de forma a compreender as possibilidades de mobilidade acessíveis e disponíveis a toda a população, e a questão da mobilidade interna e externa referente à área de intervenção, de modo a compreender as dinâmicas presentes e potenciais.

### 18.1.1. TRAÇADO VIÁRIO

O sistema viário de Belmonte define-se essencialmente pela rede interna que faz a ligação entre as várias freguesias e os eixos que fazem a ligação principal com o exterior – a A23 e a EN18. É de assinalar ainda a existência de diversos caminhos rurais. A grande distribuidora interna é a EN345 que faz a ligação Norte/Sul do concelho.

Figura 156| Esquema viário do concelho



Fonte: [www.cm-belmonte.pt](http://www.cm-belmonte.pt).

Sendo o perfil das vias um fator importante para este estudo, fez-se uma análise geral aos perfis e ao seu ajustamento com a função da via. Apresentam-se em geral adequados face à realidade existente, excetuando-se alguns caminhos municipais que poderiam ser alargados pelo menos para garantir a circulação nos dois sentidos com segurança.

O estado de conservação é de um modo geral razoável ou bom, exceto alguns troços da EN345 que se apresentam em mau estado de conservação.

Verifica-se que, a maior parte das estradas analisadas não tinham nem bermas nem passeios, tornando a circulação pedonal extremamente perigosa, obrigando o peão a circular na faixa de rodagem. Os casos que se apresentam com bermas referem-se às novas variantes de Belmonte e Caria.

Em termos de material a maioria tem tapete de betuminoso exceto em dois casos que são de terra batida.

Os eixos viários principais encontram-se arborizados, com destaque para os grandes alinhamentos de plátanos.

Relativamente aos estacionamento, verifica-se que apenas existem nas vias urbanas, sendo inexistentes nos eixos viários distribuidores, apesar de se verificarem por vezes estacionamento informais (à beira das estradas ou nas bermas).

As novas construções têm, geralmente, a preocupação de definir lugares de estacionamento para os novos habitantes (como aliás está previsto na Lei). No entanto, e sobretudo nas áreas residenciais mais consolidadas, o problema da escassez de lugares de estacionamento começa a surgir com maior incidência, levando os seus habitantes a improvisarem novos espaços para satisfazerem as suas necessidades.

Em geral, o traçado viário não apresenta muitas situações de "conflito"/disfunções preocupantes, no entanto as que existem relacionam-se sobretudo com os nós e relação perfis x função viária. É de assinalar com particular importância o cruzamento entre a EN18-3 e a EN345, na zona de Catraia de Caria, uma vez que nessa situação é evidente o estrangulamento existente, e cuja colocação de sinalização luminosa vertical procurou resolver, embora ainda resultando em situações de algum congestionamento. Outras situações identificadas foram:

- A via de acesso à Quinta da Jardina, em Colmeal da Torre, que entronca na EN18 sem quaisquer condições, seja pelos pavimentos, pelo perfil e traçado, como pelo próprio entroncamento;
- A via de acesso à Quinta das Laginhas, pelas condições de falta de visibilidade no seu traçado muito curvilíneo, perfil muito estreito, embora não se preveja que Quinta das Laginhas vá ter um desenvolvimento/crescimento muito significativo que implique um significativo aumento de tráfego importa regularizar e melhorar o existente;

- CM1052 em Carvalhal Formoso, pelo seu perfil estreito, sendo esta a via que atravessa o aglomerado, e portanto o seu núcleo antigo, terá dificuldade em ser corrigido de modo a permitir melhor visibilidade e condições de trânsito mais seguras. Neste sentido poderá vir a ser equacionado uma via alternativa, numa fase mais avançada deste trabalho;
- CM1051 na zona da Quinta das Pereiras, pela existência de diversos entroncamentos com muito trânsito, faz a ligação da A23 com Belmonte, mas alguns com condições viárias menos adequadas.

Neste sentido, em fase de proposta estas questões deverão ser consideradas de modo a melhorar a qualidade de circulação e consequentemente melhorar a segurança dos utentes.

Por outro lado, a EN345-2, EM570, EM571 e o CM1052 entre outras foram sujeitas a beneficiações, desde o PDM96 melhorando os seus pavimentos.

Tabela 59| Inventário das estradas do Concelho (Março 2005).

Designação	Perfil	Bermas	Passeios	Est. Conserv.	Acabamento	Paisagem	Ligações	Observações
<b>A23</b>		S	N	Bom	Asfalto	variada	A1 (Torres Novas) -- A25	nó de Belmonte e nó de caria
<b>EN 18</b>	7m	S	N	Bom	Asfalto	Arborizada plátanos		
<b>ER 18-3</b>	6m	S	N	Razoável/Bom	Asfalto	Arborizada plátanos/na	Covilhã - Sabugal	
<b>EN 345</b>	7m	Valetas	N	Mau	Asfalto	Arborizada plátanos		
<b>EM 527</b>							EN18 (Gaia) - Gonçalo	
<b>EM 563</b>	6m	N	N	Bom	Asfalto		18-3/ Inguias	
<b>EM 570</b>	7m	N	N	Razoável	Asfalto		Caria - Monte do Bispo	
<b>EM 571</b>	7m/4m	S (0.5m)	N	Bom/Razoável	Asfalto	Não arborizada	Belmonte (345) - Maçainhas Gare	
<b>CM 1024</b>	5m	N	N	Razoável	Asfalto		Catraia de Caria - Castanheira de Cima	
<b>CM 1048</b>	6m	S (calçada)	N	Razoável	Asfalto	Casas	N18 - Colmeal da Torre	
<b>CM 1050</b>	4m	S	N	Razoável	Asfalto			Ganhou importância em relação ao PDM vigente pelos melhoramentos a que foi sujeito
<b>CM 1051</b>	5m	N	N	Razoável	Asfalto		Belmonte - Malpique	
<b>CM 1052</b>	6m	Valetas	N	Bom	Asfalto		ER 18-3 - CM345-1 acesso ao Carvalhal	
<b>CM 1055</b>	4m	N	N	Mau	Asfalto		ligação à Quinta do Monte	Antes era considerado um caminho agrícola

Designação	Perfil	Bermas	Passeios	Est. Conserv.	Acabamento	Paisagem	Ligações	Observações
<b>CM 1378</b>	3m	N	N	Mau	Terra batida	Azinhaga		
<b>CM 345-1</b>	6m	N	N	Bom/mau	Asfalto		EM345-Inguias	
<b>A</b>	5m	S	N	Razoável	Asfalto		Variante poente a Colmeal da Torre	
<b>B</b>	6m	N	N	Razoável	Asfalto	Não arborizada	EM 571 - CM1048 perto de Catraia da Torre	caminho melhorado que substitui o que fazia a ligação entre a 571 e Colmeal, conforme previsto em PDM
<b>C</b>	7m	S	N	Bom	Asfalto		Acesso à A23 da Catraia de Caria	não prevista em PDM
<b>D</b>	7m	S (2m)	N	Bom (nova)	Asfalto		Variante Norte de Caria	prevista em PDM mas com outro traçado
<b>E</b>	4m	N	N	Mau	Terra batida		Malpique - Belmonte Gare	
<b>F</b>	5m	N	N	Razoável/Bom	Asfalto		345 - Olas	
<b>G</b>	5m	N	N	Razoável/Bom	Asfalto		Belmonte Gare a M	previsto em PDM para requalificação
<b>H</b>	5m	N	N	Bom	Asfalto		Bifurca com a G	
<b>I</b>	7m	S (1m)	N	Bom	Asfalto		Variante nascente a Belmonte (à 345)	variante nova não prevista em PDM
<b>J</b>	7m	N	S	Bom	Asfalto		Belmonte Loteamento	
<b>L</b>	7m	N	N/ S na vila	Bom	Asfalto/ paralelos na vila		nó da variante de Belmonte ao campo de jogos	
<b>M</b>	3m	N	N	Razoável/Mau	Asfalto		ligação à praia fluvial	
<b>N</b>	6m	N	N	Razoável	Asfalto		Malpique Quinta da Fornea	

<b>Designação</b>	<b>Perfil</b>	<b>Bermas</b>	<b>Passeios</b>	<b>Est. Conserv.</b>	<b>Acabamento</b>	<b>Paisagem</b>	<b>Ligações</b>	<b>Observações</b>
<b>O</b>	7m	N	N	Razoável	Asfalto		qta de sto antónio - qta do vieira	
<b>P</b>	7m	N	N	Razoável	Asfalto		345- Monte do Bispo	previsto em PDM para requalificação

### **18.1.2. HIERARQUIA VIÁRIA**

A hierarquia viária permite diferenciar as funções das vias em relação aos volumes de tráfego. À função de mobilidade correspondem as vias de grau superior e à de acessibilidade, as de grau inferior. Quando o perfil da via não corresponde diretamente à sua função, constitui uma disfunção que dificulta a mobilidade. A hierarquização viária pode ser analisada de duas formas: uma pelo Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000), organizando todo o sistema viário nas várias redes; outras pela importância que as vias que compõem o sistema têm para a região em que se inserem.

A existência de Planos Rodoviários Nacionais é essencial no sentido de estabelecer parâmetros que melhoram a qualidade do sistema nacional viário, equilibrando e esclarecendo características gerais. Estabelece-se assim, uma linguagem global que permite uma maior coerência e conseqüentemente, uma maior eficácia. O primeiro Plano Rodoviário Nacional foi definido em 1945 (pelo Decreto n.º 34593), subdividindo-se em classes para as quais se apresentavam também as principais características funcionais. Com o rápido desenvolvimento económico e dos transportes, foi necessário uma readaptação do PRN às novas situações entretanto surgidas. Assim procedeu-se à sua revisão em 1985 (DL n.º 380/85 de 26 de Setembro). Este novo Plano incluía características funcionais, de acessibilidade e operacionais. Em 2000 foi novamente revisto e melhorado, tentando assim, colmatar as falhas encontradas na sua aplicação.

Neste contexto, elaborou-se a identificação hierárquica das vias principais, vias secundárias e vias locais enquadradas no PRN2000 (Dec. Lei n.º 222/98 e demais alterações), na tentativa de enquadrar e sistematizar a rede viária de Belmonte numa rede global a nível nacional.

Assim a rede rodoviária é composta por:

- a) PRN: Rede Rodoviária Nacional (RRN):
  - Rede Nacional Principal (IP2/A23);
  - Rede Nacional complementar sob jurisdição da IP, S.A. (EN18: entre o limite municipal com o município da Covilhã, até ao entroncamento com a EN18 desclassificada e a EN345 municipalizada;
  - Estradas Regionais: (ER345- entre o nó 32 da IP2/A23 e a rotunda após passagem superior à linha de caminho de ferro, onde inicia o troço municipalizado da mesma estrada.
- b) Rede nacional de estradas desclassificadas sob jurisdição da IP, S.A:
  - Estrada Nacional desclassificada sob jurisdição da IP, S.A.: (EN18 entre o entroncamento da EN18 e a EN345 e o limite norte do município como o concelho da Guarda.
- c) Municipal:

- Estradas municipais: EM570, EM571, EM563, ER 18-3 – Caria/Moita, ER 345;
- Caminhos municipais. CM 1045, CM 1050, CM1051, CM1052;
- Outras Vias: Vias de acesso às habitações, caminhos de acesso às propriedades.

### 18.1.3. TAXA DE MOTORIZAÇÃO

A taxa de motorização é um dos indicadores mais relevantes para a análise da capacidade de mobilidade motorizada da população. É expressa em termos de número de veículos (ligeiros e mistos) por mil habitantes, e permite conjuntamente com outros indicadores (tais como contagens de tráfego e trajetos) concluir as necessidades viárias quer a nível dos próprios traçados como da beneficiação física das vias.

Figura 157| Evolução do parque automóvel seguro no concelho e em Portugal entre 2014 e 2018 (Fonte: ISP, e março 2020)

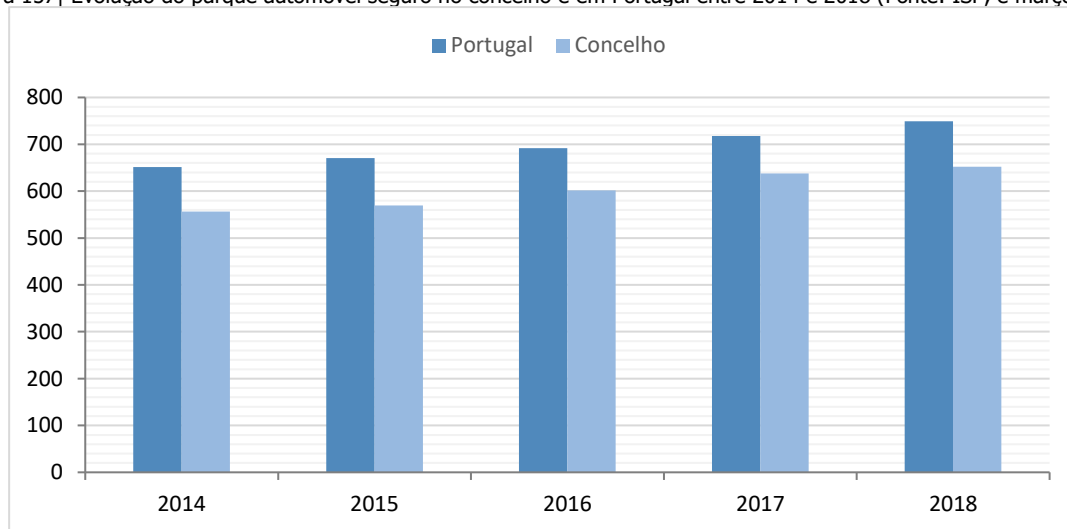
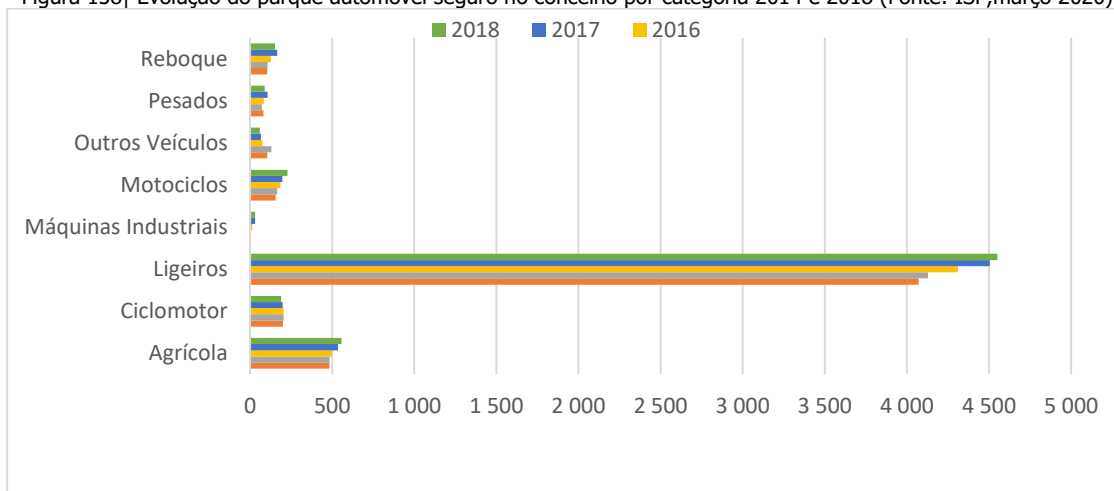


Figura 158| Evolução do parque automóvel seguro no concelho por categoria 2014 e 2018 (Fonte: ISP, março 2020)





No que respeita ao parque automóvel nacional verificou-se um crescimento gradual entre 2014 e 2018 passando de 556 veículos/1000 habitantes para 652 veículos/1000 habitantes<sup>31</sup> (valor mais elevado no período analisado), refletindo-se assim as melhorias a nível nacional da rede de acessibilidades e do poder de compra dos portugueses – aumento do PIB e maior facilidade das condições de crédito a partir de 2015 depois da profunda crise. O aumento mais significativo é na classe dos veículos ligeiros e nos veículos agrícolas.

O parque automóvel do Concelho de Belmonte constitui-se, maioritariamente, por veículos ligeiros, sendo que a tendência evolutiva destes, ao longo do período em análise, segue a tendência registada para todo o parque (ver figura 144). Com alguma expressão no parque automóvel segurado local regista-se os tratores, mistos e motocicletas, o que parece reforçar o caráter da economia agrícola/florestal local.

## **18.2. REDE FERROVIÁRIA**

O concelho de Belmonte é atravessado pela rede ferroviária, Linha da Beira Baixa, recentemente remodelada e ativa entre Guarda e Covilhã.

De acordo com o planeamento da IP as intervenções programadas/em curso na rede rodoviária sob jurisdição da IP, SA., na área de estudo:

- Modernização do troço Covilhã- Guarda – inaugurado em Abril de 2021;
- Linha da Beira Baixa — empreitada de proteção anticorrosiva de pontes metálicas — fase 4.

A Linha da Beira Baixa faz parte do Corredor Atlântico que envolve Portugal, Espanha, França e Alemanha e integra o projeto prioritário do Corredor Internacional Norte da Rede Transeuropeia de Transportes integrado no programa Ferrovia 2020 com os seguintes desígnios (extrato da brochura)

---

<sup>31</sup> Parque Automóvel Seguro 2013/2018 ISP.

Figura 159| Brochura de apresentação do corredor internacional norte



Fonte: [www.IP.pt](http://www.IP.pt), março 2020.

“O projeto de modernização da Linha da Beira Baixa, integrado nas intervenções prioritárias do Corredor Internacional Norte do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+), possibilitará a conclusão da modernização da Linha da Beira Baixa e contribuirá não só para descongestionar a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta, como permitirá canais alternativos e mais curtos ao tráfego internacional de mercadorias, aumentando significativamente a capacidade de ligação à fronteira de Vilar Formoso. A intervenção prevista está também devidamente enquadrada e compatibilizada com todos os projetos em curso, nomeadamente com o Projeto da “Concordância da Linha da Beira Baixa – Linha da Beira Alta” e com o projeto de “Modernização da Linha da Beira Alta, troço Guarda – Vilar Formoso”.

Em suma, a intervenção na linha da Beira Baixa no concelho de Belmonte permite fazer a ligação com a linha da Beira Alta, e a modernização das linhas e das estações e apeadeiros – de Belmonte Gare (denominada de Belmonte-Manteigas), outra em Caria Gare e outra em Maçainhas Apeadeiro. Uma novidade desta intervenção é a possibilidade de circulação de comboios de mercadorias com 750 m de comprimento.

Figura 160| Obras de remodelação da Ponte e Apeadeiro de Maçainhas, e Caria



Fonte: levantamento de campo, março 2020

### 18.3. REDE AÉREA

Belmonte não tem nenhum aeroporto ou aeródromo, sendo o mais próximo o aeródromo de Municipal de Castelo Branco que se insere em espaço aéreo com classe G. "Além de liberdade que esta classificação lhe confere, possui características que viabilizam Condições Meteorológicas Visuais (VMC) para voos operados em Regras de Voo Visual (VFR) durante grande parte do ano. Está localizado 3 NM a NE da cidade de Castelo Branco e possui uma pista asfaltada com 1.460 metros de comprimento, de 30 metros de largura." O aeródromo fica a cerca de 50 min de carro de Belmonte.

### 18.4. ENERGIA ELÉTRICA

#### 18.4.1. INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS

Inserido na Área de Rede da Beira Interior, o concelho de Belmonte é servido por uma rede de transporte de energia elétrica de 60 kV, constituída por 4 linhas: Guarda-Belmonte, Belmonte-Sabugal, Belmonte-Várzea da Covilhã e Seia-Belmonte.

Estas linhas alimentam a subestação situada próximo de Belmonte a partir da qual é feita a distribuição de energia elétrica aos postos de transformação do Concelho, em média tensão (MT) a 15kV e, a partir deste em baixa tensão (BT) a 400 V/230 V. A subestação tem uma potência instalada de 20 MVA (20 MVA – 60 kV/15 kV). O concelho é ainda atravessado pela linha da rede de transporte, Chafariz (Celorico da Beira)-Ferro (Covilhã) de 220 kV.

Na tabela seguinte é mostrada a extensão das linhas aéreas e subterrâneas de baixa e média tensão existentes no Concelho.

Tabela 60| Linhas aéreas existentes no concelho de Belmonte

	Linhas aéreas [m]	Cabos Subterrâneos [m]
Tensão de Serviço 60 kV	48121	
Tensão de Serviço 15 kV	153972	2342
Baixa Tensão	269328	24948

Na tabela seguinte é apresentada a capacidade de alimentação de energia elétrica instalada no Concelho.

Tabela 61| Capacidade de energia instalada no Concelho de Belmonte

	Quantidade	Potência total [KVA]
Subestações	1	20000
Postos de transformação	92	13220

Não se verifica atualmente produção de energia elétrica para autoconsumo.

Ao nível de iluminação pública, verifica-se que há ainda muito por melhorar procurando implementar sistemas que melhorem a eficiência energética.

#### **18.4.2. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA**

De acordo com os dados do INE verifica-se que o consumo de energia elétrica tem vindo a baixar na última década com exceção do consumo doméstico que aumentou ligeiramente, esta situação contraria significativamente o que se passava no anos 90 e início de 2000. Este facto deve-se não só à perda de população no concelho mas também aos hábitos de consumo dos utentes, e da eficiência energética dos aparelhos elétricos e dos próprios edifícios.

Tabela 62| consumos de energia elétrica por ambiente em Belmonte, por tipo de consumo (fonte: PorData março 2021)

Doméstico				Não doméstico				Indústria			
1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017
242,8	887	1 165,90	1 195,10	91,5	559,9	587,9	483,5	225,6	702,2	437,1	326,5

Agricultura				Iluminação das vias públicas				Edifícios do Estado			
1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017	1981	2001	2011	2017
11,3	118,6	79,4	73,7	57,5	159,6	314,8	296,9	9,6	158,8	192	197

#### **18.5. TELECOMUNICAÇÕES**

As redes de distribuição telefónica da rede fixa são efetuadas na maioria dos casos por cabos aéreos.

O concelho de Belmonte está coberto pelas três operadoras telefónicas móveis (MEO, Vodafone e NOS), bem como pela rede fixa da PT. Algumas zonas do concelho a rede têm muito sinal, nomeadamente na freguesia de Inguias e Maçainhas.

De acordo com a The NPERF<sup>32</sup>, plataforma francesa que testa as redes móveis em todo o mundo a cobertura das três operadoras em março de 2021 tinha a seguinte distribuição: a rede da MEO é sem dúvida a rede com maior abrangência no concelho, no entanto é a Nos que apresenta maior cobertura em 4G.

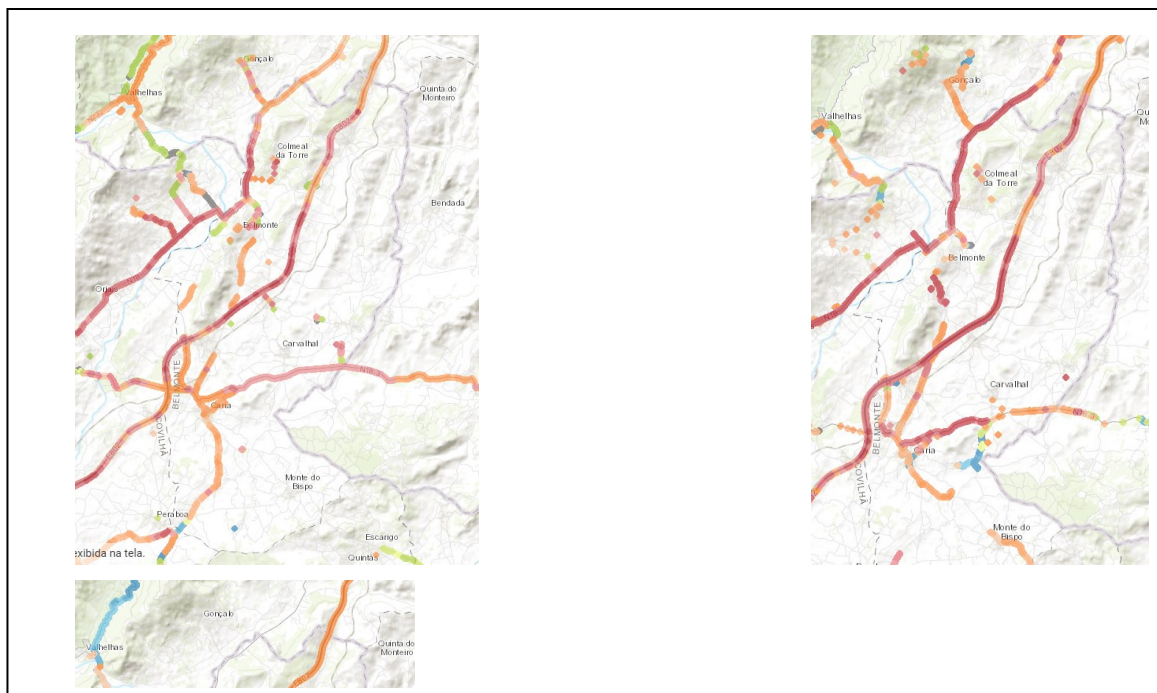


Figura 161| extratos dos mapas de distribuição das operadoras em Belmonte, MEO, NOS e Vodafone

Fonte: Nperf, março2021.

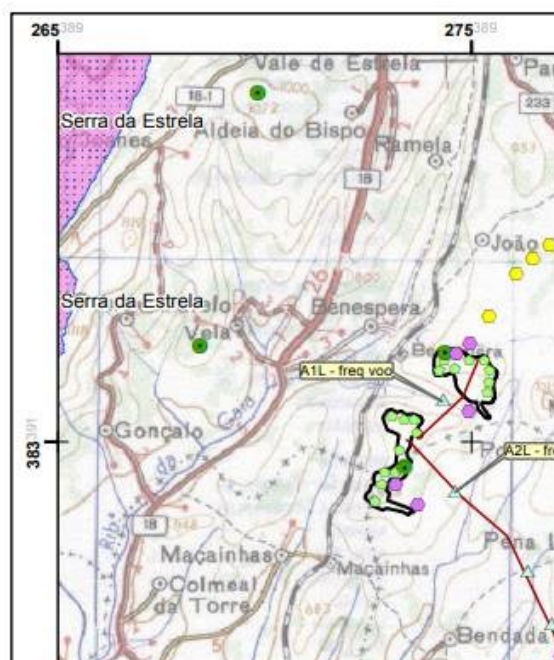
## 18.6. ENERGIAS ALTERNATIVAS

Cada vez mais se recorre a energias alternativas como meio de ordenar e utilizar o território de forma sustentável explorando os recursos endógenos do concelho.

Neste âmbito surgem já importantes desenvolvimentos no concelho com a implementação do sub-parque Eólico de Benespera, inserido no Parque Eólico da RAIA. No concelho de Belmonte, deste parque eólico apenas se localizam duas torres em território municipal na freguesia de Maçainhas. Este importante investimento traduz-se num valioso aproveitamento de um recurso natural existente, que constitui a alternativa sustentável e renovável.

<sup>32</sup>[www.nperf.com](http://www.nperf.com)

Figura 162| extrato da planta de “Enquadramento geográfico da área de estudo e localização dos pontos de escuta e de observação de aves”



Fonte: relatório de monitorização da avifauna, ProceSl, 2013.

Tabela 63| Dados gerais do Parque Eólico da RAIÁ (fonte: Parques Eólicos em Portugal, 2015, e2p)

Nome Name	Distrito District	Potência total Total Capacity [MW]	Número de máquinas Number of WECs	Potência nominal Nominal power [kW]	Fabricante Manufacturer	Modelo Model	Ligação à rede Connected to grid
<b>RAIA</b>	<b>Guarda</b>	<b>128,8</b>	<b>56</b>	<b>2300</b>	<b>ENERCON</b>	<b>E-82</b>	<b>2011-13</b>
<b>RAIA - Benespera</b>	<b>Guarda</b>	<b>34,0</b>	<b>17</b>	<b>2000</b>	<b>ENERCON</b>	<b>E-82</b>	<b>2011</b>
RAIA - Pousafoles	Guarda	20,0	10	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - Pousafoles (exp.)	Guarda	8,0	4	2000	ENERCON	E-82	2013
RAIA - São Cornélio	Guarda	32,0	16	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - São Cornélio (exp.)	Guarda	2,0	1	2000	ENERCON	E-82	2013
RAIA - Troviscal	Guarda	14,0	7	2000	ENERCON	E-82	2011
RAIA - Troviscal (exp.)	Guarda	2,0	1	2000	ENERCON	E-82	2013
<b>RAIA – Benespera uprating</b>	<b>Guarda</b>	<b>5,1</b>	<b>17</b>	<b>300</b>	<b>ENERCON</b>	<b>E-82 uprating</b>	<b>2013</b>
RAIA - Pousafoles uprating	Guarda	4,2	14	300	ENERCON	E-82 uprating	2013
RAIA - São Cornélio uprating	Guarda	5,1	17	300	ENERCON	E-82 uprating	2013
RAIA - Troviscal uprating	Guarda	2,4	8	300	ENERCON	E-82 uprating	2013

Não existia no concelho projetos de geotermia e fotovoltaicos em 2019, sendo desconhecido os valores para o Município do aproveitamento das mini-hídricas.

No entanto, a CIM Cova da Beira integra o projeto “geoATLANTIC”, projeto internacional com o objetivo de promover e divulgar perspetivas futuras de aproveitamento dos recursos geotérmicos.

### **18.7. REDE DE GÁS**

Em termos de infraestruturas de gás, no que diz respeito ao Concelho de Belmonte, as entidades respeitantes a este tema informaram que nada existe dentro da área de intervenção.

Existe no entanto uma conduta de gás natural em alta pressão – Gasoduto Portalegre/Guarda – que se desenvolve muito próximo do concelho de Belmonte, mas nunca entrando neste.

Não existem perspetivas futuras para as infraestruturas de gás, pelo que nada há a considerar neste âmbito.

### **18.8. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O fornecimento de água “em alta”, às localidades do concelho de Belmonte é efetuado, essencialmente, através de uma conduta adutora, proveniente da ETA do Sabugal. Esta conduta adutora alimenta o reservatório de Santo Antão, a partir do qual se efetua, através de condutas adutoras, o abastecimento de água à quase totalidade do concelho de Belmonte.

Estas condutas adutoras têm os respetivos pontos de entrega nos vários reservatórios existentes ao longo do concelho, conforme se pode observar na respetiva peça desenhada.

De referir que o reservatório de Santo Antão também pode ser abastecido através das captações da Ponte de Belmonte, após o tratamento da água captada na ETA respetiva.

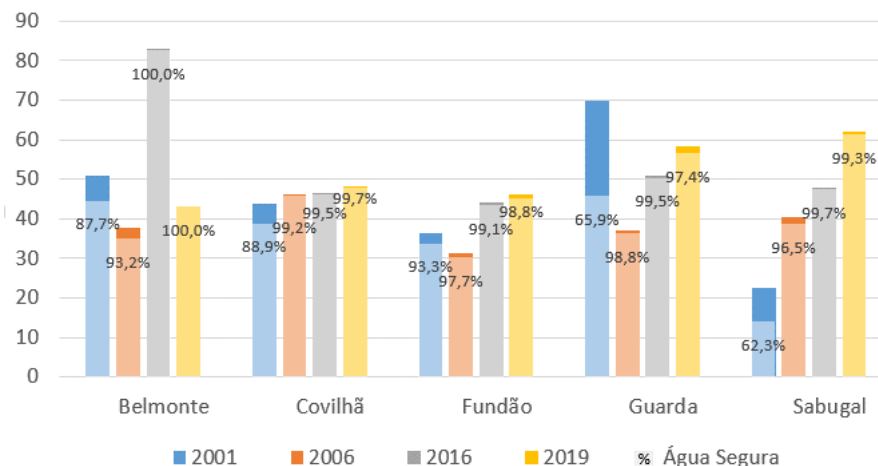
Além daquelas captações existem, ao longo do concelho, outras captações que constituem um reforço, em especial na época estival, ao sistema de abastecimento “em alta” preconizado, nomeadamente:

- Captação da Ponte de Santa Ana - alimenta o reservatório (elevado) de Caria;
- Captação da Quinta da Azenha /Ferrarias – alimenta o reservatório de Monte do Bispo;
- Captação da Jardina – alimenta o reservatório de Colmeal da Torre;
- Captação da Senhora da Estrela – alimenta o reservatório de Inguias
- Todas as localidades do concelho apresentam rede de abastecimento, integrante do sistema “em baixa” gerido pelo município, considerada assim uma cobertura de 100%
- O sistema “em alta” constituído por ETAR, EE e emissário é gerido por Águas do Vale do Tejo.

Em anexo (Volume II) apresenta-se a localização das infraestruturas existentes de abastecimento de água, “em alta” e “em baixa”, do concelho de Belmonte.

Do consumo de água dos últimos anos verifica-se em Belmonte uma certa oscilação, sendo que em 2016 o consumo teve um grande pico, seja no panorama do concelho seja no enquadramento com os concelhos vizinhos. Este facto deve-se essencialmente ao sistema, que tem vindo a ser resolvidos com eficácia. Atualmente no concelho de Belmonte a água é 100% segura.

Figura 163| Água distribuída (m<sup>3</sup>/ hab) versus água segura.



## 18.9. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Em todas as localidades do concelho de Belmonte, as águas residuais domésticas são recolhidas e transportadas através das redes de drenagem existentes (redes “em baixa”), geridas pelo município.

As redes de drenagem descarregam as águas residuais brutas nas estações de tratamento de águas residuais domésticas – ETAR - (sistema “em alta”), através de um emissário gravítico ou de um sistema elevatório, de acordo com a topografia do local.

O tratamento existente em cada uma das ETAR do concelho tem como objetivo a obtenção de um efluente cujas características permita a sua descarga nas linhas de água, de acordo com a legislação em vigor.

De referir que as águas residuais produzidas na localidade de Gaia são transportadas para a ETAR de S. Gonçalo, no concelho da Guarda, através do sistema elevatório de Gaia.

As ETAR existentes “em alta” no concelho de Belmonte são:

- ETAR de Belmonte;
- ETAR de Caria;
- ETAR de Monte do Bispo.

Estas estações de tratamento, à exceção da ETAR de Monte de Trigo, efetuam o tratamento das águas residuais domésticas de mais do que uma localidade, como se pode observar na peça



desenhada em anexo. O município efetua a gestão de duas ETAR compactas, integrantes do sistema “em baixa”, nomeadamente as ETAR de Quinta Cimeira e de Trigais.

O sistema “em alta” constituído por ETAR, EE e emissário é gerido por Águas do Vale do Tejo, sendo o sistema “em baixa” gerido pelo município de Belmonte.

Em anexo (Volume II) apresenta-se a localização das infraestruturas existentes de saneamento de águas residuais, “em alta” e “em baixa”, do concelho de Belmonte.

## 18.10. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

### 18.10.1. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Todos os aglomerados urbanos do Concelho estão abrangidos pelo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos existente, explorado pela Câmara Municipal de Belmonte. O seu tratamento, posterior à recolha para o ecocentro municipal, é efetuado pela empresa Resiestrela.

“A RESIESTRELA é responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos nos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável da região e país e para a maximização do bem-estar humano, através da criação de valor. O Sistema serve atualmente uma população de 184.457 habitantes, com uma área de 6.160 Km<sup>2</sup>, que corresponde a cerca de 7% do território português”.



Figura 164| área de atuação da Resiestrela (fonte:Resiestrela)

Atualmente, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da globalidade do Concelho estão sujeitos apenas a um destino - o Centro de

Tratamento de RSU. O Centro de Tratamento de RSU (CTRSU), em funcionamento no concelho do Fundão (Cova da Beira) recebe a totalidade dos RSU produzidos provenientes quer da recolha indiferenciada, quer da recolha seletiva.

Este CTRSU é constituído atualmente por três infraestruturas específicas, com tratamentos distintos: central de compostagem, armazenamento de resíduos para valorização e aterro sanitário.

A central de compostagem recebe e trata os resíduos provenientes da recolha indiferenciada, sendo que os de natureza orgânica seguem para a compostagem propriamente dita através de um processo natural de decomposição biológica. Este tratamento assume grande importância, pois evita a acumulação de RSU em aterro e devolve à terra os nutrientes indispensáveis.



O armazenamento de resíduos para valorização é uma etapa fundamental no processo, pois é aí que se acumulam os resíduos sólidos (no caso os recicláveis) que seguirão posteriormente para reutilização e reciclagem noutras instalações destinadas a esse efeito.

O aterro sanitário tem por finalidade a receção e deposição final dos RSU que não apresentem qualquer potencial reciclável.

O ecocentro de Belmonte a funcionar desde 2006 fica localizado na estrada de ligação entre Caria e Belmonte, ampliando-se, assim, os espaços destinados à deposição dos RSU da totalidade do concelho.

Este espaço, constitui uma área destinada à receção de resíduos potencialmente recicláveis, que podem assumir diferentes tipologias, nomeadamente os RSU não integrados nos circuitos normais de recolha, os resíduos domésticos que, dadas as suas características não devem ser integrados nos circuitos de recolha de RSU indiferenciados, e os resíduos industriais banais com viabilidade de recuperação e reciclagem.

Esses resíduos são transportados pelos veículos de recolha da Câmara Municipal e pelos próprios habitantes, que os depositam nos contentores adequados, com capacidade para 30m<sup>3</sup> cada um, num total de 5 (cinco). Quando se atinge a capacidade máxima deste espaço, os resíduos são transportados para o CTRSU, onde prosseguirão com o tratamento adequado, consoante a sua natureza.

Ao nível dos volumes e tipologia dos resíduos, Belmonte tem tido uma evolução positiva enquadrada no mesmo panorama dos concelhos vizinhos, tendo tido uma quebra no ano de 2019, relativamente ao ano de 2016. Neste ano, Belmonte apresentava o valor mais alto na recolha de seletiva por habitante. Conclui-se que cerca de 11% dos resíduos recolhidos por habitante são reciclados (2019), estando a par com os concelhos vizinhos, não deixando de ser ainda um índice muito baixo.

Figura 165| Resíduos urbanos recolhidos por hab. (kg/ hab. – Rácio)

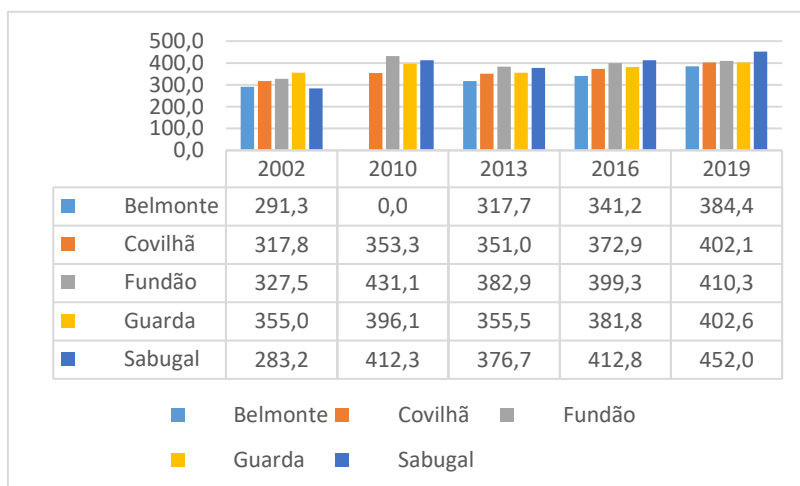
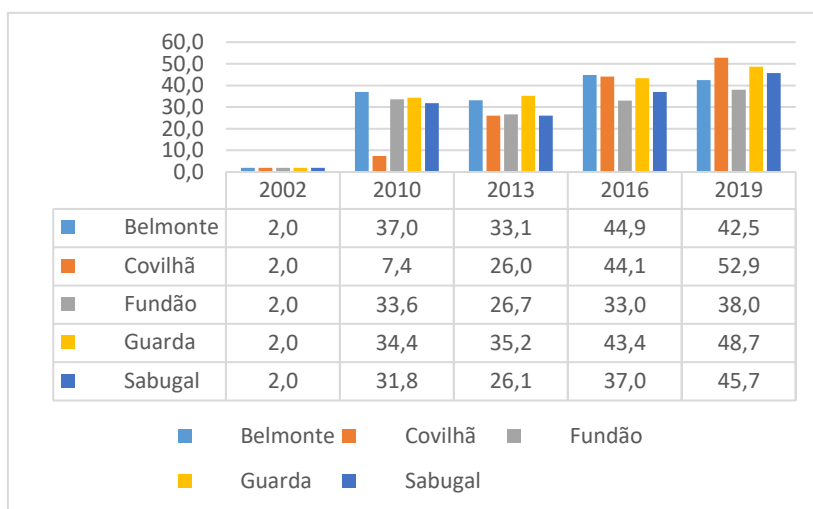


Figura 166| Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por hab. (kg/ hab. – Rácio)



Relativamente ao serviço de recolha de monos domésticos (móveis, colchões, eletrodomésticos, grandes volumes) o município de Belmonte dispõe desse serviço gratuitamente, podendo estes ser entregues diretamente no EcoCentro de Belmonte. Caso os munícipes não tenham meios para se deslocar ao EcoCentro para fazer a deposição dos mesmos, podem solicitar a sua recolha ao domicílio, através do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Belmonte.

### 18.10.2. OUTROS RESÍDUOS SÓLIDOS

Na zona de Carvalhal Formoso, Sítio do Sobral, existe um centro de recolha de veículos em fim de vida, Ambibelmonte (APA00360577), destinada ao desmantelamento de veículos e recolha de baterias, integrada na ValorCar, possui licenças do Estado Português para gerir o Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida (SIGVfV) e o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores (SIGRBA). Segundo dados da ValorCar, já reciclaram mais de 600 mil Veículos em Fim de Vida (VFV) desde 2005, contribuindo fortemente para o caminho da Economia Circular.

Figura 167| Ambibelmonte



## 19. RUÍDO

O mapa de ruído do Concelho foi elaborado em 2009, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR). Conclui que grande maioria da área do Concelho apresenta níveis de ruído ambiente exterior baixo, e cumpre o valor regulamentar estabelecido para zonas sensíveis ( $L_{den} \leq 55$  dB(A) e  $L_n \leq 45$  dB(A)), mas que existem áreas onde os níveis de ruído ambiente exterior são mais elevados, associados ao tráfego viário, e algumas indústrias, excedem os valores legislados para zonas sensíveis sendo, contudo, cumpridos os valores para zonas mistas ( $L_{den} \leq 65$  dB(A) e  $L_n \leq 55$  dB(A)). Constatou-se que, à data, o Concelho se podia considerar com um ambiente sonoro de qualidade.

De facto, identificam-se situações pontuais, que ocorrem para o indicador  $L_{den}$ , em que não é cumprido o valor limite de  $LA_{eq}$  definido para zonas mistas (e, consequentemente, para zonas sensíveis - tal como são definidas no n.º 1, do art.º 11 do novo RGR). Nestas circunstâncias encontram-se as áreas imediatamente adjacentes aos principais eixos rodoviários do Concelho de Belmonte, em especial ao troço da A23. Na zona envolvente das indústrias consideradas, constata-se, para o indicador  $L_{den}$ , que é ligeiramente excedido o valor limite de  $LA_{eq}$  estabelecido para zonas sensíveis, principalmente na freguesia de Colmeal da Torre. No entanto, não deverá ser desprezada a influência que o tráfego existente nos eixos rodoviários localizados nas proximidades exerce sobre os valores obtidos. No que diz respeito à envolvente próxima dos principais eixos rodoviários, verifica-se incumprimento do valor limite estabelecido para o indicador  $L_n$  relativo a zonas mistas, em especial nas áreas próximas da A23.

A análise de ruído ambiente exterior nas zonas de indústrias não detetou incompatibilidade com a função habitacional envolvente pois não excede os indicadores para zonas mistas, uma vez que o período de maior ruído é o diurno e que corresponde ao período de laboração das fábricas.

## **20. RISCOS**

### **20.1. INTRODUÇÃO**

No presente capítulo pretende-se identificar as Áreas de risco do uso do solo, de modo a que a Revisão do PDM de Belmonte possa contribuir para a prevenção e para a minimização e mitigação de danos e impactes a estes associados.

O sistema de prevenção de riscos é um dos quatro vetores do modelo territorial no PNPOT, devendo os PDM's refletir seus modelos de ordenamento os riscos naturais e tecnológicos referentes à sua área de intervenção. Pretende-se assim evitar a ocupação das áreas territoriais de maior suscetibilidade.

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

Conforme refere o Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de SIG de base municipal "a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território".

A reforçar esta ideia a Lei de Bases do Ordenamento do Território considera que "acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana", constitui uma das finalidades da política de ordenamento do território e de urbanismo.

As bases cartográficas usadas nesta fase são as disponibilizadas pela CMB no âmbito do PMEPC, e apresentadas no Volume II- anexos.

### **20.2. ENQUADRAMENTO NA PROPOSTA DO PROT CENTRO**

Neste território existe uma "uma incidência importante da perigosidade relacionada com a geodinâmica, onde sobressai a radioatividade natural e os movimentos de massa em vertentes, bem como com as condições meteorológicas que determinam os incêndios florestais ou ondas de calor. Verifica-se uma incidência muito importante dos processos meteorológicos relativos à precipitação de neve e a episódios extensivos de gelo nomeadamente nos setores mais periféricos e em municípios caracterizados por uma moderada a elevada vulnerabilidade social aos riscos. Apresenta uma suscetibilidade crescente a atividades industriais e comerciais com matérias perigosas, bem como as relacionadas com o transporte viário de mercadorias perigosas.

Atendendo ao PROT-Centro, no que se refere ao sistema de riscos, este apresenta um conjunto de Linhas de Ação Orientadoras, das quais se destacam, como mais importantes, para o ordenamento do solo, as seguintes:

- “1. Discriminar nas áreas ameaçadas pelas cheias, inundações e galgamentos marinhos os intervalos de recorrência, assinalando cartograficamente e regulamentando as áreas afetadas. No caso das cheias e inundações, indicar as áreas sujeitas a cheias rápidas, cheias progressivas e processos conjugados com fluxos de materiais sólidos;
- 2. Adotar políticas de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos relacionados com riscos associados às neves e aos gelos, movimentos de massa e a processos de colapso, abatimento ou instabilidade de zonas cársicas, de explorações minerais e de recursos geológicos (pedreiras);
- 6. Adotar programas e ações, estruturais e não estruturais, ao nível da prevenção e mitigação do risco de cheias, inundações e galgamentos marinhos, envolvendo a dimensão urbana e rural, bem como a avaliação da eficiência das estruturas de defesa e regularização;
- 7. Adotar programas e ações, estruturais e não estruturais, ao nível da prevenção e mitigação da precipitação e acumulação de neve e de episódios extensivos de gelo, na adoção de práticas de conceção, projeto e reabilitação de vias, nomeadamente as que apresentem grande intensidade de tráfego e na adoção de práticas de conceção, projeto e reabilitação de edifícios, nomeadamente os que apresentem grandes áreas de cobertura;
- 9. Avaliar a sobrecarga dos sistemas de distribuição de eletricidade e falha consequente, potenciando de forma significativa os efeitos na saúde pública de extremos termo-higrométricos, associadas a ondas de calor e de frio;
- 10. Contemplar medidas de redução e minimização do risco associados à precipitação sob a forma de neve e/ou de episódios extensivos de gelo;
- 11. Reflorestar as áreas áridas e aumentar os espaços com espécies autóctones (...)
- 13. Promover ações de caracterização e resolução dos passivos ambientais no âmbito das áreas mineiras abandonadas ou degradadas/ áreas mineiras de radioativos:
  - o a. Promover a caracterização geológica, hidrogeoquímica e hidrogeológica das áreas mineiras abandonadas ou degradadas, visando implementar, parametrizar e quantificar os principais indicadores de controlo ambiental, com a definição de hierarquias de intervenção;
  - o b. Elaborar projetos de avaliação das áreas mineiras de radioativos, com o confinamento dos resíduos radioativos, construção de sistemas de drenagem superficiais periféricos e internos, trabalhos de revegetação/integração paisagística e construção de vedações, através de ações complementares ou específicas de remediação;

- o c. Parametrizar e quantificar os principais indicadores ambientais radiológicos, hidroquímicos e geoquímicos das áreas mineiras de radioativos.”

### 20.3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Nesta fase de elaboração do PDM, apresenta-se uma súmula do PME quanto à identificação e localização de riscos, em consonância com os estudos de caracterização do concelho, salientando-se que a cartografia de risco não substitui os dados patentes no PME. Trata-se de uma síntese orientada para o PDM (plano de natureza estratégica) de modo a definir quais as linhas orientadoras e medidas mitigadoras a serem preconizadas na revisão do PDM.

O plano municipal de emergência e proteção civil de Belmonte analisou os seguintes riscos:

Tabela 64| Riscos naturais, mistos e tecnológicos que podem afetar o concelho de Belmonte

Riscos Naturais	Riscos Mistos	Riscos Tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Sismos</li> <li>•Cheias e Inundações</li> <li>•Deslizamento de Terras</li> <li>•Ventos Fortes, Tornados e Ciclones Violentos</li> <li>•Secas</li> <li>•Ondas de Calor</li> <li>•Ondas de Frio</li> <li>•Nevões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Incêndios Florestais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Incêndios Urbanos</li> <li>•Colapso/ Estrago Avultado em Edifícios</li> <li>•Acidentes Industriais</li> <li>•Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas</li> <li>•Acidentes Rodoviários, Ferroviários e Aéreos</li> <li>•Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas</li> <li>•Concentrações Humanas</li> <li>•Terrorismo</li> <li>•Contaminação da Rede Pública de Abastecimento de Água</li> </ul>

Dentro dos riscos que podem afetar o concelho de Belmonte, alguns destacam-se pela sua particular incidência e/ou pela potencial gravidade das suas consequências.

Tabela 65| Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade)

		Grau de Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Grau de Probabilidade	Elevado				Ondas de Frio.	
	Médio-Alto		Nevões.		Ondas de Calor.	Incêndios Florestais.
	Médio		Cheias e Inundações.	Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas.	Secas. Acidentes Rodoviários. Incêndios Urbanos. Colapso/ Estrago Avultado em Edifícios. Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas.	
	Médio-Baixo			Acidentes Industriais.	Ventos Fortes, Tornados e Ciclones Violentos. Acidentes Ferroviários. Concentrações Humanas.	
	Baixo			Sismos. Deslizamento de Terras.	Contaminação da Rede Pública de Abastecimento de Água.	Acidentes Aéreos. Terrorismo.

Legenda: Risco Baixo Risco Moderado Risco Elevado Risco Extremo

O PME identifica um conjunto de Medidas de mitigação para cada risco identificado. Apresenta-se de seguida uma breve listagem das medidas que poderão ter impacto no PDM. A saber:

- Sismos
  - o Acompanhar a evolução do Plano Diretor Municipal (PDM) ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica;
- Cheias e inundações:
  - o Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens e dos leitos dos cursos de água;
  - o Realizar ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as linhas de água;
- Deslizamento de Terras
  - o Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas;
  - o Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir:
    - Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação;



- Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
- Incêndios Florestais
  - o Garantir a articulação entre o PMDFCI e o PMEPC;
  - o Planear a gestão de faixas de combustível;
  - o Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção;
  - o Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos municipais, por forma a adequar a vigilância e as campanhas de sensibilização;
  - o Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Colapso/Estrago Avultado em Edifícios
  - o Incluir a componente de reforço sísmico na reabilitação de edifícios;
- Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas
  - o Promover a produção de cartografia das zonas afetadas pelas ondas de cheia e os tempos associados à sua progressão;

Relativamente aos riscos provenientes de acidentes em parques industriais, em indústrias pirotécnicas e de explosivos, acidentes em instalações de combustíveis, extração de inertes e em emergências radiológicas, não se identificam no concelho de Belmonte uma vez que não registos nos últimos dez anos de acidentes relevantes. Não existem no município indústria pirotécnicas, nem emergências radiológicas, nem extração de inertes.

Relativamente à Diretiva Seveso, também não há evidências, identificando-se no entanto o risco de contaminação em ribeiras (ver cap. 13.5.4)

Mais recentemente e ainda sem grandes conclusões, surge o risco de pandemia, que até à data era praticamente nulo, na medida em que não se verificava desde 2009, com a pandemia da Gripe A, em que o concelho de Belmonte teve apenas um pico forte no meio do processo e enquadrado com o restante país.

Ao nível da cartografia de risco importa definir em sede da proposta do PDM uma cartografia de risco que ajude à tomada de decisões em matéria de ordenamento do território.

## 21. SERVIDÕES RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

De acordo com a legislação em vigor, a Planta de Condicionantes “identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”.

Por servidão administrativa deve entender-se o encargo imposto por disposição legal sobre determinado prédio em proveito de utilidade pública de certos bens. As restrições de utilidade pública constituem limitações ao uso, ocupação e transformação do solo, impedindo o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da Lei.

As servidões e restrições de utilidade pública identificadas no plano e delimitadas respetivamente na planta de condicionantes no PDM em vigor são as indicadas na tabela seguinte. Todas as referencias se mantêm na Revisão do PDM, sendo que algumas serão atualizada.

Tabela 66| Servidões e restrições de utilidade pública PDM em vigor (Fonte: PDM)

Tipologia	Designação
Património Natural	Domínio público hídrico
	Nascentes
	Pedreiras
	Reserva Ecológica Nacional (REN)
	Reserva Agrícola Nacional (RAN)
	Áreas naturais
Património Edificado	Áreas sob jurisdição do instituto florestal
	Imóveis classificados e em vias de classificação
Infraestruturas	Edifícios públicos
	Infraestruturas saneamento básico
	Rede de abastecimento de energia elétrica
	Rede de telecomunicações
Equipamentos	Rede viária
	Escolas
	Equipamentos de saúde
Cartografia	Indústrias insalubres, incómodos e perigosas
	Marcos geodésicos

Na Planta de Condicionantes a propor na revisão do PDM apenas são demarcadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública com estatuto legal.

A nível de Servidões e Restrições de Utilidade Pública, constantes da legislação em aplicável, a Planta de Condicionantes apresenta a carta da sua aplicação ao território do concelho de Belmonte. De seguida refere-se o enquadramento de cada uma delas.

As servidões e restrições de utilidade pública a serem consideradas para a proposta e correspondem às seguintes, organizadas de acordo com o manual das servidões e restrições de utilidade pública da DGOTDU:

a) Recursos Naturais:

i) Recursos hídricos:

- a. Zonas adjacentes do rio Zêzere
- b. captações
- c. Leitões e margens dos cursos de água:
- d. Abrange todas as linhas de água do concelho, independentemente de estarem ou não inseridas na REN.
- e. Fonte dos elementos cartografados: cartografia homologada
- f. Lei n.º 54/2005, de 15 novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de novembro, e o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

ii) Recursos geológicos:

- a. Concessão Mineira;
- b. Área de exploração consolidada para Urânio.
  - Lei n.º 54/2015, de 22 de junho.

iii) Recursos agrícolas e florestais:

- a. Reserva Agrícola Nacional (RAN);
  - Fonte dos elementos cartografados: RAN bruta DRAP C;
  - Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.
- b. Aproveitamentos hidroagrícolas;
- c. Perigosidade de incêndio: Perigosidade alta e muito alta.
  - Delimitação do Perigosidade de incêndio;
  - Fonte dos elementos cartografados: CMB / PMDFCI;
  - Art. 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado através do DL n.º 14/2019 de 21 de janeiro.
- d. Povoamentos da Azinheira, Sobreiro e Azevinho
  - Regime Jurídico de Proteção à Azinheira e ao Sobreiro regido pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua atual redação
  - Regime Jurídico de Proteção ao Azevinho Espontâneo regido pelo Decreto-Lei n.º 423/89, de 04 de dezembro

b) Recursos ecológicos:

- a. Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - REN Bruta
  - Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro.

c) Património cultural: Imóveis classificados e em vias de classificação.

- Todos os imóveis classificados e em vias de classificação
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.
- Fonte dos elementos cartografados: CMB/Site da DG da Cultura

d) Infraestruturas:

- i) Rede elétrica nacional: alta tensão;
- ii) Rede Ferroviária: linha da Beira Baixa;
- iii) Rede rodoviária: PRN
  - a. Rede nacional fundamental concessionada – A23;
  - b. Rede nacional complementar (sob a responsabilidade da IP) – EN18.
    - Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
    - IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
    - IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;
    - EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;
    - as ligações aos nós dos IP e dos IC são consideradas EN.
    - Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na intersecção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.
      - Fonte dos elementos cartografados: levantamento topográfico cartografia homologada/PRN200
      - Lei nº 34/2015, de 27 de abril
- iv) Rede rodoviária: municipal
  - a. Estradas municipais;
  - b. Caminhos municipais.
- v) Rede geodésica nacional: vértices geodésicos.

A rede de defesa da floresta contra incêndios não constitui uma servidão ou restrição, uma vez que não é legalmente constituída logo, não poderá estar plasmada na planta de condicionantes. Poderá ser equacionada na proposta uma planta com que acompanha o plano com esta temática, contendo:

- Redes de defesa da floresta contra incêndios
  - a. Rede primária de faixas de gestão de combustível
  - b. Rede viária florestal fundamental
  - c. Rede de postos de água
  - d. Rede nacional de postos de vigia (RNPV)

No que se refere à rede de saneamento a situação é semelhante, pelo que se equaciona a apresentação de uma planta de infraestruturas que acompanha o plano

## 22. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

Junta-se em anexo relatório de participação preventiva da população que ocorreu no período de 13 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, inserido no volume II.

## 23. ANÁLISE SWOT

A análise aqui efetuada pretende sistematizar o vasto conjunto de informação constante dos estudos de caracterização apresentados, privilegiando uma leitura integrada e sistematizada que permita estruturar o suporte biofísico de fundamentação estratégica deste instrumento de gestão do território. Os estudos de caracterização estão orientados para o conhecimento aprofundado e sistematizado do território municipal, de modo a, por um lado, tomarem possível a avaliação dos instrumentos de gestão territorial aplicável, e, por outro lado, deles se retirarem o conjunto de elementos de referência para o novo Plano. Assim, nesta fase tem lugar a integração e cruzamento dos principais domínios temáticos através da utilização de ferramentas de diagnóstico estratégico, cujos resultados constituem orientações para a construção do modelo de ordenamento territorial, permitindo:

- Destacar os aspetos mais relevantes que caracterizam a realidade de territorial e o seu ambiente externo;
- Cruzar essas características de forma a dar uma imagem integrada da realidade territorial concelhia;
- Tornar claro quais são os elementos mais marcantes do concelho em ordem a definir apostas de desenvolvimento subsequentes.

Neste entendimento é de grande utilidade uma visão clara de diagnóstico nos diversos domínios com incidência territorial, propondo-se, para isso, o recurso a uma matriz SWOT (Forças, fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Por este método são avaliados de forma integrada todos os setores caracterizados anteriormente, separando esta síntese entre fatores externos e internos, e, dentro de cada um destes vetores, em fatores positivos e negativos:

- Análise externa: avaliação dos fatores exógenos à área de plano que com esta interação, condicionando-os ou abrindo novas perspetivas para o seu desenvolvimento (as ameaças e as oportunidades);
- Análise interna: A avaliação dos fatores internos aos diversos subsistemas que constituem o território a planear, descrevendo-os no que eles têm de mais marcante, pela positiva ou pela negativa (pontos fortes e pontos fracos).

Tabela 67| Esquema de análise SWOT



Esta sistematização permite evidenciar, por um lado, os fatores identitários e de diferenciação do concelho e o seu papel na construção desse conceito face à extrapolação das tendências mais recentes e das capacidades de decisão e intervenções existentes e, por outro lado, identificar as apostas deficientemente aproveitadas ou orientadas.

Complementarmente como referenciais, para além do diagnóstico, há a referir, à escala municipal, regional ou nacional, os instrumentos de planeamento e gestão territorial relevantes, a identificação de grandes projetos ou de dinâmicas estruturantes, bem como de fatores de degradação e dinâmicas regressivas e as de política municipal.

O resultado proveniente do diagnóstico estratégico prospetivo permite, a identificação das grandes linhas de desenvolvimento social e económico, traduzidas numa matriz de relação com o sistema de organização funcional desejável. Este produto final é a matriz orientadora que permite a definição da estratégia de intervenção e do conceito de desenvolvimento para o modelo de ordenamento a preconizar na Revisão do PDM.

- **PONTOS FORTES:**
  - o Qualidade paisagística privilegiada, dada a localização marginal com o rio Zêzere em parte do concelho
  - o Integração no Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas;
  - o Mosaico territorial diversificado;
  - o Concentração de equipamentos na sede de concelho, centralização dos serviços de apoio;
  - o Diminuição da taxa de analfabetismo;
  - o Otimização do centro escolar;
  - o Boa oferta de equipamentos de utilização pública;
  - o Aposta na reabilitação urbana na sede do concelho e refuncionalização dos edifícios devolutos;
  - o Preservação das características morfológicas dos aglomerados urbanos mais rurais (explor. Malpique);

- o Gaia, como destino de Golf
  - o Aproveitamentos hidroagrícolas
  - o Promoção do troço do CPI Santiago;
  - o Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.
  - o A configuração da rede viária proporciona uma boa cobertura de acessos internos e externos;
  - o Boa cobertura das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
  - o Tipologia de incidência dos incêndios rurais- **T1** (território com poucas ocorrências e com valores de área ardida reduzidos).
  - o Comércio, alojamento/restauração e construção são as áreas de maior dinamismo baseado numa estrutura de empresas individuais;
  - o Existência de salas de convívio e coletividades culturais em quase todas as freguesias;
  - o Diversidade gastronómica e de produtos endógenos, assim como um grande espólio de artesanato local;
  - o Forte presença da comunidade judaica;
  - o Património cultural como um dos principais fatores de atração turística;
  - o Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.
  - o A herança de Pedro Álvares Cabral
  - o Integração na Rede de Aldeias Históricas
- PONTOS FRACOS
    - o Territórios rurais de baixa densidade incapaz de impulsionar a implementação de novos equipamentos;
    - o Aglomerados urbanos com grande debilidade funcional;
    - o Abandono dos povoamentos rurais num cenário de envelhecimento;
    - o Escassa oferta de equipamentos de apoio à população de portadora de alguma deficiência;
    - o Diminuição da população infanto-juvenil;
    - o Migração dos jovens para estudos superiores;
    - o Equipamentos desportivos no meio rural a necessitar de intervenção;
    - o Perímetros urbanos em vigor desadequados que proporcionaram um crescimento disseminado em algumas freguesias;

- o Sistema de transportes públicos que de um modo geral só serve a rede escolar;
- o Isolamentos de alguns lugares
- o Mercado imobiliário fraco;
- o Dinâmica empresarial de pequena dimensão;
- o Não é evidente a preocupação efetiva com as alterações climáticas;
- o Falta de dinâmica de empresas na TI.
- OPORTUNIDADES
  - o Rede viária com eixos estruturantes do território concelhio e regional (A23, EN18), assegurando boas ligações externas;
  - o Desenvolvimento dos polos industriais nas proximidades dos nós da A23- existentes e programados
  - o A baixa pressão construtiva fácil na manutenção dos preços dos terrenos e da Habitação;
  - o Execução de projetos atualmente previstos reparação, beneficiação/requalificação da rede viária
  - o Autarquia dinâmica com algumas iniciativas de revitalização/atração social;
  - o Implementação de vários Cluster na região:
    - *Cluster* dos descobrimentos;
    - *Cluster* da comunidade judaica;
    - *Cluster* do golf nas Beiras.
  - o A revisão do PDM é uma oportunidade para a implantação do conceito da Economia circular;
  - o Potenciais recursos para o desenvolvimento de energias alternativas;
  - o Artes e tradições apresentam-se como potencial recurso turístico.
- AMEAÇAS
  - o Dinâmico crescimento demográfico dependente de migrações de outras áreas do concelho;
  - o Envelhecimento acentuado da população e com tendência a manter-se;
  - o Despovoamento das áreas rurais e repulsão interna;
  - o Descaracterização arquitetónica nas áreas de expansão dos aglomerados periurbanos
  - o Dependência direta da Covilhã e Guarda



## 24. CONCLUSÃO

Belmonte pode ser definido como um concelho com uma forte identidade cultural, rico em património material e imaterial, que lhe confere uma especial vocação turística ainda não totalmente explorada, designadamente no que diz respeito à oferta de alojamento, tanto em Empreendimentos Turísticos, como em Alojamento Local. A posição geográfica no contexto da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, permite-lhe integrar vários dos seus produtos agroalimentares, desde que produzidos em conformidade com as normas estabelecidas, em sistemas de certificação como DOP e IGP.

Bem posicionado em termos de acessibilidades no contexto sub-regional e regional, demonstra capacidade polarizadora, em termos de população empregada e na fixação de novos residentes, por comparação com os outros concelhos que integram a sub-região das Beiras e Serra da Estrela.

A indústria do vestuário é a atividade económica com maior dinâmica no Concelho, com um assinalável crescimento do volume de negócios gerado, tendo, desde 2016, suplantando as atividades de comércio a retalho, que embora representem uma parcela significativa neste domínio, não evidenciaram grande dinamismo na última década. As atividades de engenharia civil, ligadas à construção, tiveram desde 2010, um declínio muito pronunciado, passando de mais relevantes, em 2010, para quase inexistentes, em 2018.

No domínio da agropecuária, entre 1989 e 2009, a SAU reduziu um terço a sua extensão, a vinha e os pomares declinaram em número de exploração e área ocupada e o olival ganhou expressão. Em 2009, as culturas forrageiras dominavam a produção de culturas temporárias e a ovinocultura mantinha-se como atividade relevante no domínio da pecuária, tendo os outros tipos de produção animal, nos quais se engloba a apicultura, decaído progressivamente.

Os níveis de instrução e de escolaridade da população residente melhoram significativamente entre os dois últimos períodos intercensitários e, com exceção do ensino secundário, os indicadores relativos à escolarização no ensino não superior apresentam valores superiores aos que caracterizam a BSE, a Região Centro e o território e nacional.

O declínio demográfico que caracteriza o Concelho não é uma característica específica, na medida em que é transversal ao território nacional, mas constitui um fator de vulnerabilização do território, pelo que, para além das estratégias supraconcelhias que possam vir a ser adotadas, requer uma atuação local, desenvolvida no sentido de promover o reforço do papel da população menos jovem no mercado de trabalho e sustentar um envelhecimento ativo e saudável.

O património histórico e cultural apresenta-se como único fator de diferenciação face aos territórios vizinhos — vetor de atração para o desenvolvimento turístico norteado pela integração da vila na Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal e na Rede de Judiarias de Portugal —, mas também integrando um processo mais amplo de regeneração urbana que inclui tanto as dinâmicas económicas geradoras de emprego e investimento empresarial, como as dinâmicas sociais e demográficas que se

materializam na fixação de novos residentes. A articulação entre a necessidade de preservação e valorização da herança histórica judaico-medieval, a premência na melhoria das condições económicas num contexto de baixo crescimento económico e populacional e a urgência na reabilitação do edificado e requalificação do espaço público, lugar de vivência coletiva que se pretende incluso e dinâmico, preside ao estabelecimento da visão estratégica preconizada para a vila de Belmonte. Devidamente estruturada em eixos e objetivos estratégicos, a operacionalização desta visão concretiza-se através de um conjunto de ações e medidas que integram o respetivo programa de ação.

A rede urbana de Belmonte tem-se desenvolvido nos últimos anos, tornando-se mais complexa e simultaneamente ganhando uma certa ambiguidade nas suas relações (intra e inter concelhos). A crescente mobilidade que Belmonte tem vindo a usufruir recentemente vem provocar o alargamento dos espaços vitais e a variedade espacial das relações que daí advêm (cada vez, Belmonte fica mais próximo de outros centros urbanos mais importantes: Covilhã e Guarda, tendo portanto que se afirmar com uma identidade própria, para que não seja absorvido.).

A rede urbana que caracteriza o concelho de Belmonte e a grande questão que se lhe depara atualmente pode sintetizar-se no seguinte: A “cidade contemporânea configura-se, cada vez mais, como uma estrutura compósita de “cidade” (ou cidades) reconhecíveis pela sua história, e de “urbanizações” sem história (...) impondo-se agora a gestão de ambas, como se de vasos comunicantes se tratasse.”<sup>33</sup>

Neste contexto, os objetivos desta revisão, no âmbito da rede urbana terão necessariamente de focar as seguintes questões:

- Reocupação dos núcleos antigos (combate à sua desertificação/abandono);
- Estabelecer regras específicas (edificatórias e outras), para os considerados núcleos rurais, sem que no entanto se incentive o seu crescimento, e garantindo a qualidade do espaço e das condições de vida;
- Consolidação das áreas de expansão atuais;
- Definição de regras que desmotivem a implantação de aglomerados semi-urbanos e promovam a concentração nos aglomerados/núcleos existentes / “Combater” as denominadas “monoculturas residenciais”<sup>34</sup>/ilhas monofuncionais, que não têm justificação sobretudo no território com a dimensão e características como este em que se insere;

---

<sup>33</sup> In “Políticas Urbanas” de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral.

<sup>34</sup> In “Políticas Urbanas” de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral.

- Evitar estratégias que promovam a disseminação de pequenos aglomerados monofuncionais, originados a partir de eixos viários em todo o território municipal o que implicaria, como se referiu anteriormente, a multiplicação das infraestruturas básicas, o crescimento de tráfego pendular entre estes espaços e os núcleos principais, e daria continuidade ao abandono dos núcleos antigos;
- Enriquecimento dos aglomerados no que concerne aos espaços coletivos (públicos, verdes ou de equipamentos), de modo a melhorar a qualidade urbana e de vida desses locais;
- Definição de regras que favoreçam a manutenção das tipologias e materiais tradicionais de modo a recriar uma imagem urbana que identifique claramente Belmonte;
- Organização do sistema urbano por níveis hierárquicos que permitam a definição apurada de parâmetros e zonas específicas de nível para nível;
- Definição de uma nova estratégia para a delimitação dos perímetros, mais coerente com as intenções já formuladas;
- Reforçar a estratégia de "(...) crescer completando"<sup>35</sup> e paralelamente fazer crescer/expandir seletivamente algumas áreas mais periféricas, de forma a combater o abandono dos núcleos antigos.

A evolução das infraestruturas viárias reduziu a relação distância-tempo entre Belmonte e a região em que se insere. Este fator conferiu uma nova centralidade ao concelho em estudo. No entanto, simultaneamente, esta melhoria de mobilidade também poderá ter como consequência que se efetue cada vez mais um tráfego de passagem, que não penetre no concelho, mas sim o atravesse para outros polos mais economicamente dinâmicos. Ainda neste contexto de distância-tempo, importa referir que a ligação a Vilar Formoso é a que apresenta menos eficiência na relação destes fatores.

Em geral os traçados das vias apresentam-se adequados face às suas funções, existindo escassas situações de conflito. No entanto a ligação da EN18-3 e a EN345 (entre Catraia de Caria a Caria) é um dos pontos de estrangulamento mais importantes e que deverá ser equacionado, uma vez que permite ligações intra e inter concelhias. Em relação aos passeios e bermas existe algumas situações em que estes são escassos ou inexistentes, podendo vir a ser melhorados. Outro fator são as passagens de nível provocadas pelo cruzamento da linha férrea com estradas principais. Atualmente estão bem sinalizadas e favorecem a fluidez do tráfego automóvel. No entanto estas situações são sempre de evitar, e se possível, de resolver de modo a garantir a segurança de todos.

---

<sup>35</sup> Idem.

Muitos dos principais eixos viários são arborizados, apresentando uma imagem mais integrada na paisagem. Esta imagem deverá ser implementada também nos novos eixos, garantindo a imagem integrada na paisagem do território específico em que se insere.

De uma forma geral, as vias apresentam os pavimentos em melhor estado de conservação do que aquando do PDM vigente, pelo que se verifica uma manutenção e conservação destes ao longo do tempo em todo o concelho.

A taxa de motorização tem evoluído de forma idêntica à nacional, verificando-se um aumento significativo nas últimas décadas. Esta é uma tendência que prevê que continue, pelo que deverá ser tida em conta e devidamente integrada na estratégia concelhia.

Por fim, salienta-se mais uma vez a importância da implementação da A23 e a necessidade de estabelecer uma nova estratégia que consiga aproveitar essa mais-valia, de forma a evitar que este concelho se torne apenas um corredor de tráfego. Há que reposicionar Belmonte no seu contexto regional, evidenciando as suas mais-valias e identidades que podem oferecer especificidades que desafiam os restantes concelhos.

De relembrar a importância da aplicação da legislação referente às normas técnicas de acessibilidade. É cada vez mais importante garantir a equidade social também nos acessos a edifícios e espaços públicos.

Neste sentido, a estratégia viária do município deverá ainda refletir sobre as questões de:

- Integração paisagística das vias, conjugando sempre com os seus fatores de segurança;
- A qualidade do espaço público;
- Tratamento da rua de modo a ter/manter a sua identidade e o caráter de vizinhança dentro dos aglomerados urbanos;
- As áreas de nós de ligação (segundo os critérios da antiga JAE, estes "(...) devem ser regularizadas de modo a proporcionarem conjuntos agradáveis e naturais");
- O comportamento da rede preexistente, no sentido de investigar a sua capacidade de articulação e adaptação às novas necessidades;
- Concluir as ações previstas no PDM96, uma vez que permanecem atuais as suas necessidades.

## 25. ANEXOS

### Volume II